

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

MARCEL INNOCENTI CASSETTARI

GÊNERO DO DISCURSO “REDAÇÃO ARGUMENTATIVA ESCOLAR” E SEUS ESTILOS “ARGUMENTATIVO” E “FINALISTA”



ARARAQUARA – S.P.

2018

MARCEL INNOCENTI CASSETTARI

GÊNERO DO DISCURSO “REDAÇÃO ARGUMENTATIVA ESCOLAR” E SEUS ESTILOS “ARGUMENTATIVO” E “FINALISTA”

Tese de Doutorado apresentada ao Conselho, Departamento, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. Exemplar apresentado para Defesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e Funcionamento discursivos e textuais

Orientadora: Profa. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

ARARAQUARA – S.P.

2018

Cassettari, Marcel Innocenti

Gênero do discurso "Redação Argumentativa Escolar" e seus estilos "Argumentativo" e "Finalista" / marcel innocenti cassettari - 2018
326 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Renata Facuri Coelho Marchezan

1. Redação. 2. Vestibular. 3. Gênero do discurso. 4. Autoria. 5. Bakhtin. I. Título.

MARCEL INNOCENTI CASSETTARI

GÊNERO DO DISCURSO “REDAÇÃO ARGUMENTATIVA ESCOLAR” E SEUS ESTILOS “ARGUMENTATIVO” E “FINALISTA”

Tese de Doutorado apresentada ao Conselho, Departamento, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. Exemplar apresentado para Defesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e Funcionamento discursivos e textuais

Orientadora: Profa. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

Data da defesa: 25/05/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan
UNESP – Universidade Estadual Paulista – FCL Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Marina Célia Mendonça
UNESP – Universidade Estadual Paulista – FCL Araraquara.

Membro Titular: Profa. Dra. Assunção Cristóvão
UNINCOR – Universidade Vale do Rio Verde

Membro Titular: Profa. Dra. Ana Lúcia Furquim Campos Toscano
UNI-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Membro Titular: Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano

UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Divinópolis e Campus Cláudio)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, pela paciência, presteza, sabedoria, dedicação e confiança depositada, sem a qual a presente monografia seria impossível de se concretizar.

À Profa. Dra. Marina Célia Mendonça e à Profa. Dra. Prof. Dra. Luciane de Paula, professoras que sempre me auxiliaram com seus conselhos, sabedoria e didática.

À minha esposa, Bianca Fioravanti Nicolosi Cassettari, por sua tolerância, ajuda, amor e companheirismo, alicerce sobre o qual edifico meu futuro e projeto os mais representativos sonhos. Ao Luiz Antônio Nicolosi Cassettari, quem faz todos os momentos mais especiais e por quem tudo se faz possível.

À minha família, em especial aos meus pais: Odim Prado Cassettari, exemplo da luta incessante, de conquistas inenarráveis e doação à família; e Marisa Innocenti Cassettari, exemplo cotidiano de bondade, profissionalismo, esmero, vitórias e abnegação, o exemplo a ser seguido; e à minha irmã, Melissa Innocenti Cassettari, espírito aventureiro, desbravador, feliz e jovial, por tanto carinho e superestima.

À família por extensão e consideração, Antônio Henrique Nicolosi Garcia, Denise Fioravanti Nicolosi Garcia, Vitor Nicolosi Garcia e Giuseppe De Pinto, por tantos momentos compartilhados, alegria e venturas.

À Cleonice Machado de Mello, amiga da família de incontável data, exemplo de idealismo educacional, pessoa que ofereceu a oportunidade de ingresso no magistério e constante aprendizagem, a quem serei eternamente grato.

À Eliane Grassi, exemplo de amor ao trabalho, aos colegas e aos alunos, ideal de conduta cristã, um espírito do bem. Ao Marcos Corsatto, exemplo de seriedade e organização institucional. Ao Paulo Burini, pessoa sonhadora, que desbrava horizontes e transforma desejos impossíveis em realidade.

A Luiz Joaquim Innocenti (*in memoriam*) grande baluarte familiar.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia.*

RESUMO

O trabalho tem como objetivo aferição se a “Redação Argumentativa Escolar” cobrada nos vestibulares da UNESP, UNIFESP e USP e no ENEM é do mesmo gênero do discurso. A hipótese inicial é de que as “Redações Argumentativas Escolares” cobradas na UNESP, UNIFESP e USP e no ENEM são do mesmo gênero do discurso, variando, todavia, de estilo no ENEM. Por essa razão, há a adoção da seguinte designação: “Redação Argumentativa Escolar” para as redações cobradas na UNESP, UNIFESP e USP, ao passo que, no “ENEM”, hipoteticamente, compõe outro estilo, “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, por haver distinções em sua estrutura composicional que a torna específica. Para tanto, são utilizados conceitos extraídos da obra do Círculo de Bakhtin, em especial o de gênero do discurso, dialogismo e autoria. Não obstante, por tratar-se de uma proposta de vestibular e de textos efetivamente produzidos em um contexto de avaliação, alguns conceitos vinculados à esfera da atividade humana “Escolar” também serão de grande relevância. Além disso, partindo do pensamento de Bakhtin, considera-se que as redações têm autoria, razão pela qual se busca destacar traços autorais utilizados pelos vestibulandos.

Palavras – chave: Discurso. Gênero do discurso. Dissertação de vestibular. Vestibular.

ABSTRACT

The purpose of this study is to verify if the "Argumentative School Writing" collected in UNESP, UNIFESP, USP and ENEM vestibules is of the same genre of discourse. The initial hypothesis is that the "School Argumentative Writing" collected at UNESP, UNIFESP and USP and in the ENEM are of the same genre of discourse, varying in style in the ENEM. For this reason, the following designation has been adopted: "Argumentative School Writing" for the essays collected at UNESP, UNIFESP and USP, while in the "ENEM", hypothetically, it composes another style, "Argumentative School Finalist Writing", for there are distinctions in its compositional structure that make it specific. In order to do so, concepts drawn from the work of the Bakhtin Circle are used, especially the genre of discourse, dialogism and authorship. However, because it is a proposal for a university entrance examination and texts actually produced in an evaluation context, some concepts related to the sphere of human "school" activity will also be of great relevance. In addition, starting from the thought of Bakhtin, it is considered that the essays have authorship, reason for which it is sought to emphasize traces copyright used by the students.

Key - words: Speech. Discourse genre. Dissertation of Exam. Entrance exam.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO CÍRCULO DE BAKHTIN	18
2.1 Da língua ao enunciado	18
2.2 Do enunciado à responsividade	24
2.3 Do gênero do discurso	22
2.4 Da autoria	41
2.4.1 Os livros e o “nascimento” dos autores	42
2.4.2 A morte do autor em Barthes	45
2.4.3 A questão do autor para Foucault	46
2.4.4 O autor em Bakhtin	49
2.4.5 Chartier, Barthes, Foucault e Bakhtin: aproximações e distanciamentos	59
2.4.6 Da autoria nas redações	61
3 DO GÊNERO “REDAÇÃO ARGUMENTATIVA ESCOLAR”	64
3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais: princípios norteadores	64
3.2 Do discurso circulante quanto ao gênero: “Redação de Vestibular”	67
3.3 Do gênero “Redação de Vestibular”	84
4 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	88
4.1 As propostas de redação	90
4.1.1 Vestibular da UNESP	90
4.1.1.1 Aspectos analisados	113
4.1.2. Vestibular da UNIFESP	114
4.1.2.1 Aspectos analisados	134
4.1.3. Vestibular da FUVEST	134
4.1.3.1 Aspectos analisados	155
4.1.4. O ENEM e a “Redação Argumentativa Escolar Finalista”	156
4.1.4.1 Características da prova do ENEM	156
4.1.4.2 Aspectos relevantes	177
4.1.5 Características comuns das propostas de redação dos vestibulares da UNESP, UNIFESP e FUVEST	178
4.1.6 Aspectos comuns entre as propostas de redação do ENEM	178

4.1.7 Aspectos distintivos entre as propostas de redação do ENEM e dos vestibulares da UNESP, UNIFESP e FUVEST	179
4.2 Tabela com os temas de redação	181
5 ANÁLISE DO CORPUS: AS REDAÇÕES	183
5.1 As “Redações Argumentativas Escolares”	184
5.1.1 UNESP 2013	184
5.1.1.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” analisadas do vestibular da UNESP de 2013	187
5.1.2 UNESP 2014	187
5.1.2.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNESP de 2014	191
5.1.3 Distinções e aproximações entre as “Redações Argumentativas Escolares” analisadas dos vestibulares da UNESP de 2013 e 2014	192
5.1.4 UNIFESP 2013	192
5.1.4.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNIFESP de 2013	196
5.1.5 UNIFESP 2014	197
5.1.5.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNIFESP de 2014	200
5.6 Distinções e aproximações entre as “Redações Argumentativas Escolares” analisadas dos Vestibulares da UNIFESP de 2013 e 2014	200
5.1.7 FUVEST 2012	201
5.1.7.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” analisadas do vestibular da FUVEST de 2012	205
5.1.8 FUVEST 2013	205
5.8.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da FUVEST de 2013	209
5.2 As “Redações Argumentativas Escolares Finalistas”	209
5.2.1 ENEM 2012	210
5.9 Distinções e aproximações entre as “Redações Argumentativas Escolares” analisadas dos vestibulares da FUVEST de 2012 e 2013	210
5.2.1.2 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares Finalistas” do exame de 2012	213
5.2.1 ENEM 2013	214

5.2.2.1. Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares Finalistas” do exame de 2013	217
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
7. REFERÊNCIAS	223
ANEXO	228
1. Redações analisadas da Unesp 2013	228
2. Redações da Unesp 2014	239
3 Redações analisadas do vestibular da Unifesp 13	251
4 Redações analisadas do vestibular da Unifesp 14	264
5. Redações analisadas do vestibular da FUVEST 2012	278
6. “Redações Argumentativas Escolares” analisadas do vestibular da FUVEST de 2013	292
7 Análise das “Redações Argumentativas Escolares Finalistas”	304
7.1 ENEM 2012	304
7.2 ENEM 2013	315

1. INTRODUÇÃO

A educação, no contexto nacional, enfrenta um grave paradoxo: melhorar o desempenho nas avaliações de desempenho internacionais e, ao mesmo tempo, reformar o sistema em busca de fomentar o interesse dos alunos nas práticas escolares cotidianas. Concomitantemente, há grande discrepância no tocante à qualidade do ensino nos sistemas público e privado, além de divergências sistemáticas entre escolas prioritariamente meritocráticas e inclusivas.

Independentemente do contexto, a principal função da escola é preparar o aluno para a vida em sociedade, favorecendo processos de socialização, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades, além de apresentar conteúdos curriculares básicos, necessários ao processo cognitivo de instrução e ingresso no mercado de trabalho.

Arelado a esse processo cognitivo e de ingresso no mercado, há o ensino superior, elemento considerado, social e legalmente, como fundamental para o desempenho de determinadas atividades profissionais, dentre as quais diversas das profissões mais desejadas e valorizadas. Para tanto, o vestibular é o sistema que seleciona e permite o acesso, em especial a universidades de renome, sejam elas públicas ou particulares, além de viabilizar bolsas e sistemas de financiamento.

O vestibular, via de regra, fundamenta-se nos componentes curriculares estudados no Ensino Básico, envolvendo os conteúdos, competências e habilidades considerados fundamentais de acordo com o Estado. O conteúdo cobrado e estudado pelos alunos no Ensino Básico, de forma frequente, é problematizado quanto à pertinência, quantidade e qualidade, tanto por alunos quanto por professores, políticos e estudiosos da Educação.

Dentro desse grupo de elementos estudados, encontra-se a escrita, elemento indispensável a diversos componentes curriculares e, mais que isso, para a inserção do sujeito em um contexto social em que a tecnologia, em grande parte das situações, exige a leitura e a escrita.

A Redação, somada à Gramática – ainda prioritariamente normativa, ainda que estudada sob outras acepções – e à interpretação de textos, é elemento curricular principal responsável pelo desenvolvimento da escrita, por meio do estudo e produção de gêneros do discurso circulantes socialmente. Diz-se principal porque os demais elementos curriculares também trabalham com a escrita e participam – e devem participar – ativamente do processo.

Isso tanto é verdade que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNs), em sua Parte II, orientam o ensino das linguagens, códigos e suas tecnologias, qualificando a linguagem como “a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade” (MEC 2000, p. 5). Apontam para uso da linguagem como instrumento social e interativo, dando azo ao conflito de vozes, ao diálogo com os sentidos produzidos na historicidade humana.

Atribuem à linguagem a função de promover a comunicação, caracterizando o texto como unidade básica da linguagem verbal, meio pelo qual o discurso é materializado. O texto é um “produto de uma história social e cultural, único em cada contexto, porque marca o diálogo entre os interlocutores que o produzem e os outros textos que o compõem” (MEC 2000, p. 18).

Trata-se, portanto, de um ato dialógico, constituído em uma arena de vozes sociais, da relação com a alteridade, que trazem diferentes pontos de vista e leituras sobre um mesmo objeto. O texto é a materialização do discurso e é caracterizado como um enunciado. Esses termos remetem ao Círculo de Bakhtin, que apresentou importantes contribuições para o estudo da linguagem, em especial, no tocante aos conceitos de gênero do discurso e da relação histórico-social que os discursos possuem entre si, elementos que foram absorvidos, ainda que nem sempre explicitamente, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Bakhtin (2010a, p. 262) define que todo o produto da linguagem humana materializa-se por meio de enunciados, sendo que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”. Todo ato da comunicação humana opera-se por meio de enunciados, relativos a um dado gênero do discurso.

O aluno, segundo o discurso produzido nas escolas, fruto da política educacional vigente, deverá compreender e dominar a leitura e a produção de vários gêneros do discurso, o que os coloca no centro do processo ensino-aprendizagem. Isso porque, segundo Bakhtin,

quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso (BAKHTIN 2010, p. 28).

Dada a crescente e significativa importância da escrita no contexto social e tecnológico, os vestibulares, em consonância – entre si e com a sociedade -, têm atribuído fundamental importância à análise e avaliação do processo de leitura e produção de textos dos candidatos – de acordo com determinados gêneros do discurso -, fator que elevou de patamar a preocupação tanto dos alunos como dos sistemas de ensino com a prática e estudo da redação. Tanto é verdade que a busca por aprimoramento tem aumentado a procura do mercado por cursos particulares e professores especializados. Quanto maior é a dificuldade do curso ou carreira pretendida, maior é a exigência e especificidade da redação.

Os vestibulares do estado de São Paulo, especialmente as universidades públicas, cobram a “dissertação argumentativa” como gênero textual da prova de redação. No presente trabalho, opta-se pela adoção da designação “Redação Argumentativa Escolar” para referir-se a esse gênero, em virtude do excesso de gêneros do discurso que adotam, genericamente, o nome “dissertação”. Trata-se de uma escolha procedimental.

O objetivo principal da tese é aferir se a “Redação Argumentativa Escolar” cobrada nos vestibulares desses institutos é do mesmo gênero do discurso, além de entender melhor o processo de seleção dos vestibulares, por meio da análise das propostas de redação e das prescrições do Manual do Candidato, e o produto apresentado pelos candidatos no processo, a “Redação Argumentativa Escolar”, evidenciando os traços de aproximação e distanciamento entre os vestibulares analisados. A fundamentação teórica do trabalho serão as contribuições do Círculo de Bakhtin, dentre as quais a noção de enunciado, dialogismo, gênero do discurso e autoria.

A hipótese inicial é de que as “Redações Argumentativas Escolares” nas instituições analisadas são do mesmo gênero do discurso, porém, propõem-se dois estilos: um para as redações cobradas na UNESP, UNIFESP e USP, com a adoção da designação: “Redação Argumentativa Escolar” e a “Redação Argumentativa Escolar Estilo Finalista”, como sendo a do ENEM. Serão analisadas redações dos anos de 2013 e 2014, da UNESP e UNIFESP, 2012 e 2013 da USP e de 2012 e 2013 do ENEM. Na verdade, em relação ao ENEM, trata-se apenas de uma distinção adotada pelas provas, uma vez que foram produzidas na mesma época, o final dos anos de 2012 e 2013. Essa distinção é utilizada porque os vestibulares designam o ano de ingresso na universidade, enquanto o ENEM utiliza-se do ano em que a prova foi efetuada.

Metodologicamente, o estudo parte da apresentação dos conceitos do Círculo de Bakhtin, que são os subsídios teóricos para comprovação de que as “Redações

Argumentativas Escolares” da “UNESP, UNIFESP e USP” são do estilo “Argumentativo” e que a “Redação Argumentativa Escolar” integrante da prova do ENEM constitui outro estilo, a “Redação Argumentativa Escolar Estilo Finalista”. Além disso, os conceitos de autoria e de vozes sociais são subsídios para a análise da autoria e das relações dialógicas estabelecidas entre os enunciados produzidos pelos alunos. Na sequência, há a análise descritiva dos Manuais do Candidato das universidades e do ENEM, acompanhada da proposta de redação e das redações produzidas pelos alunos. Optou-se por apresentar uma análise completa de cada ano no corpo do trabalho, deslocando-se as outras quatro para o Anexo 1.

É importante ressaltar que o estudo será fundamentado na análise de “Redações Argumentativas Escolares”, em especial os vestibulares de três universidades específicas: UNESP, UNIFESP e USP. Os dois primeiros são produzidos pela VUNESP, ao passo que o terceiro, pela FUVEST. Complementando o objeto de estudo, serão selecionadas algumas “Redações Argumentativas Escolares” do ENEM, que, embora tenha surgido como um exame para aferir a qualidade do ensino no Ensino Médio, assumiu o papel de um verdadeiro vestibular, uma vez que o SISU – Sistema de Seleção Unificado – adota a nota do ENEM como elemento classificatório.

A exclusão da UNICAMP¹ como objeto de análise deve-se ao fato de essa universidade adotar, na prova de redação, “gêneros diversos”, alterando, a cada prova, o gênero pretendido, não informando em seu manual, previamente, qual gênero será o escolhido. Essa postura da alternância de gêneros também é adotada por universidades do estado do Paraná, em especial a UEL, a UFPR e a UEM, as quais, todavia, variam entre gêneros pré-estipulados.

Os gêneros do discurso, segundo a proposta de Bakhtin, são subdivididos em gêneros discursivos primários e secundários. Os gêneros primários são mais simples, ligados a práticas da comunicação cotidiana, como o diálogo informal, ao passo que os gêneros secundários são mais complexos, por, durante o processo de sua formação, incorporarem e reelaborarem diversos gêneros primários, adequando-se a um ambiente de convívio muito organizado e desenvolvido. O conceito de gênero mostra-se relevante para o trabalho porque estabelece e ajuda a delimitar a estabilidade dos enunciados, considerando o contexto histórico-social de produção e as restrições impostas pelas condições de produção.

¹ Com exceção da UNICAMP, razão pela qual a redação produzida em seu vestibular não será analisada.

Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata. (BAKHTIN, 2010, p. 263)

A hipótese desta tese é de que a “Redação Argumentativa Escolar” é um gênero secundário porque a tradição escolar, por meio da reiteração, deu contornos mais restritos a esse tipo relativamente estável de enunciados, limitando sua estrutura composicional e o estilo, de acordo com um projeto discursivo determinado. Busca-se a defesa de um ponto de vista a respeito de um assunto especificado, com o escopo de demonstrar o domínio da escrita e a capacidade argumentativa. Ao mesmo tempo, procura-se o efeito de sentido de objetividade. Esses traços constituem um gênero do discurso complexo e, portanto, secundário.

A diferenciação entre essas “Redações Argumentativas Escolares” é estipulada pelas semelhanças e distinções demarcadas nas redações. As semelhanças são determinadas pela esfera da atividade humana “Escolar”. Existe uma diferença entre os vestibulares da UNESP, UNIFESP e USP, consistente na forma como a consideração da coletânea é cobrada na proposta de redação, existindo distinções marcadas nas expressões integrantes da proposta, mas, apesar desse traço distintivo da maneira como foi solicitada, a hipótese é que a utilização, pelos candidatos, na redação, seja semelhante. Por esse motivo, a “Redação Argumentativa Escolar” abrange as três instituições.

O corpus do trabalho está delimitado à análise do Manual do Candidato, da Proposta de Redação e de cinco textos de cada vestibular e exame, que obtiveram nota máxima ou foram adotados como os melhores pela Banca Avaliadora. É importante consignar que os vestibulares da UNESP e UNIFESP atribuíram nota máxima às redações fornecidas, do mesmo modo que o ENEM. O Vestibular da USP adota a designação “melhores redações”. Cada um dos institutos será analisado em dois anos. A justificativa para a escolha de textos com nota máxima ou “melhores redações” se deve ao fato de haver uma quantidade menor de falhas, tanto linguísticas, quanto de processo argumentativo, possibilitando a melhor análise de dois dos objetivos centrais do trabalho: entender melhor o processo do vestibular e a produção dos candidatos.

A UNESP e UNIFESP, nos anos de 2013 e 2014, sendo as redações fornecidas pela própria VUNESP, fundação responsável pela elaboração, aplicação e correção das provas.

Oportunamente, há que se elogiar a postura da instituição, sempre muito solícita ao atendimento dos pesquisadores, compreendendo que a prova do vestibular, atualmente, constitui interesse público, sendo certo que seu estudo é essencial para o aprimoramento do processo educacional.

O Vestibular da USP será analisado nos anos de 2012 e 2013. Isso porque, embora tenha havido contato com a FUVEST para o fornecimento das redações, houve a recusa sistemática, sob a argumentação de que os textos disponíveis para análise encontravam-se publicados sob a égide das “melhores redações”, no site da instituição, prática que cessou no ano de 2013. Portanto, para que houvesse dois anos de análise, utilizaram-se os textos dos anos de 2012 e 2013, os últimos a serem publicados. Trata-se de um objeto público, não necessitando de autorização especial para análise.

Postura semelhante foi adotada pelo INEP, que sequer respondeu às solicitações e consultas. Essa postura quase inviabilizou parte importante do trabalho. Entretanto, foi possível encontrar alguns textos com nota máxima publicados no site do “G1”, o segmento de notícias da internet vinculado às “Organizações Globo”. Essas redações foram fornecidas pelos próprios candidatos, os quais são, anualmente, convidados pelo site para publicarem seus textos.

Como critério, o site solicita o envio do espelho da redação, com comprovação da nota atribuída pelo ENEM. Essas redações, após a publicação, são públicas, não necessitando também de autorização especial para análise. Face a esse cenário, em virtude da disponibilidade, há a adoção do ENEM 2012 e 2013.

De maneira complementar, foram analisadas as propostas de redação dos anos subsequentes das instituições (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018), como forma de reforçar a comprovação da alteração da forma – expressão utilizada – como a coletânea é solicitada.

Uma vez delimitado o objetivo principal: aferir se a “Redação Argumentativa Escolar” cobrada nos vestibulares desses institutos é do mesmo gênero do discurso, além de entender melhor o processo de seleção dos vestibulares e o produto apresentado pelos candidatos no processo, passa-se aos dois objetivos secundários: o estudo da autoria nas redações e a análise dialógica do discurso utilizado pelo vestibulando. Nesse passo, é importante consignar que o estudo central das redações integrantes dos gêneros do discurso e dos estilos será prioritariamente descritivo, com o objetivo de aferir semelhanças e oposições entre os gêneros, sendo, complementar e subsidiariamente, analítico, especialmente quando versar de

questões específicas que envolvam a autoria. Tem-se, portanto, a descrição e o cotejamento do *corpus*.

A fundamentação teórica do trabalho são os estudos do Círculo de Bakhtin, especialmente os conceitos de gênero do discurso, enunciado, dialogismo e autoria. A noção de língua é o ponto de partida para a compreensão do pensamento do Círculo de Bakhtin. A enunciação é o processo do qual se origina o enunciado (sempre concreto, dialógico, histórico e social). O diálogo é um importante atributo do enunciado. Mas não só do enunciado, e sim de um campo, uma nova discursividade.

Observamos essa alternância dos sujeitos do discurso de modo mais simples e evidente no diálogo real, em que se alternam as enunciações dos interlocutores (parceiros do diálogo), aqui denominadas réplicas. Por sua precisão e simplicidade, o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva (BAKHTIN, 2010a, p. 275).

Todo enunciado é produzido dialogicamente, entrando em contato com o discurso do outro, emaranhando-se, transformando-se, refazendo-se, mas, ao mesmo tempo, negando, reafirmando e modificando as ideologias veiculadas.

Por meio do estudo das contribuições bakhtinianas, considera-se que a autoria é demonstrada por meio da forma do conteúdo, especificamente pelo recorte, transposição e acabamento do conteúdo, em uma dada forma composicional, utilizando-se de uma forma do material. Nesse prisma, a autoria guarda indissolúvel relação com a capacidade de relacionar outras vozes, com emprego, em maior ou menor escala, de marcadores de objetividade e de demarcação da voz do “outro”. Iluminando esse traço, a análise das relações dialógicas existentes entre os enunciados dos vestibulandos, a proposta do vestibular, o “Avaliador” e os discursos circulantes socialmente, especialmente no âmbito escolar, mostra-se bastante produtiva, caracterizando-se como objetivo secundário da tese.

A justificativa imediata do trabalho consiste no interesse dos estudantes e docentes que estudam para os vestibulares e provas dos institutos, preparando-se para executá-los com conhecimento e segurança. No ano de 2016, houve 8.356.215 (oito milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e duzentos e quinze) inscritos no ENEM, 136.736 (cento e trinta e seis mil, setecentos e trinta e seis) candidatos no Vestibular da USP, 102.230 (cento e dois mil, duzentos e trinta) candidatos no Vestibular da UNESP e 19.621 (dezenove mil, seiscentos e

vinte e um) candidatos no Sistema Misto da UNIFESP. A tese dirige-se aos professores que atuam nesse âmbito e, complementarmente, aos próprios alunos.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO CÍRCULO DE BAKHTIN

O pensamento do Círculo de Bakhtin é bastante amplo, as obras não foram organizadas com preocupação didática. Parte dos textos não teve o acabamento dos autores, com o refino para a publicação, alguns são frutos de manuscritos e anotações, sendo relativamente comuns algumas questões terminológicas – frutos da mudança de perspectiva ao longo do processo intelectual. Embora esses traços não devam ser desconsiderados, o fato é que o pensamento do Círculo e, em especial, o de Bakhtin é muito esclarecedor quanto ao estudo da língua, da linguagem, da interação humana em sociedade e, porque não, do próprio ser humano, enquanto indivíduo social.

Por uma questão estritamente particular, busca-se organizar alguns elementos do pensamento Bakhtiniano e do Círculo em uma sequência, dentro da perspectiva do estudo proposto. Entrementes, consigna-se que os conceitos e premissas dos autores encontram-se imbrincados, retroalimentam-se e fundem-se. A organização do presente capítulo tem a seguinte constituição: o ponto de partida será o pensamento de Volochínov, em especial os conceitos de língua, linguagem, palavra, enunciado, presentes em “Marxismo e filosofia da linguagem”, dirigindo-se para os conceitos de diálogo, gênero do discurso e autoria, por meio das concepções de Bakhtin, em especial, dos enunciados contidos em “Estética da criação verbal”, “Questões de literatura e estética: a teoria do romance” e “Problemas da poética de Dostoiévski”.

2.1 Da língua ao enunciado

Volochínov, na obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, faz uma crítica ao pensamento que ele denomina do objetivismo abstrato. O autor considera equivocada concepção porque ela fundamenta-se no estudo da língua enquanto um sistema linguístico, que é composto pelas formas fonéticas, gramaticais e lexicais, privilegiando os traços idênticos nas enunciações. Os elementos estruturais garantiriam a unicidade de uma língua. Os atos de fala seriam instáveis e não constituiriam um objeto de estudo privilegiado. É exatamente nesse ponto em que há a discordância de Volochínov.

O sistema linguístico, enquanto elemento abstrato, abrangeria apenas as formas linguísticas, algo que seria estável, objetivo, enquanto os atos de fala (que incluem entonação,

forma diferenciada de pronunciar um fonema) constituiriam partículas de caráter fisiológico (do ponto de vista individual – voz, por exemplo) e elementos psicológicos, aos quais não seria possível aferir com fidelidade científica. Observa-se que o sistema independeria do ato individual, da intenção.

O objeto da linguística é apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva mas não a própria comunicação discursiva, não o enunciado de verdade, nem as relações entre eles (dialógicas), nem as formas da comunicação, nem os gêneros do discurso. A linguística estuda apenas as relações entre os elementos no interior do sistema da língua, mas não as relações entre os enunciados e nem as relações dos enunciados com a realidade e com a pessoa falante (o autor) (BAKHTIN, 2010^a, p. 324).

A atuação do indivíduo em relação à língua seria de submissão, algo que estaria determinado ao ingressar ou nascer em determinada comunidade linguística. A complexidade do sistema seria formada por meio de leis linguísticas específicas, que independeriam da consciência individual, as quais permitiriam apenas o critério linguístico: de acordo ou em desacordo com o sistema; e, jamais, a avaliação como bom, mau; belo, feio; melhor e pior. O correto, enquanto critério linguístico, seria aquilo que observava determinada norma e se adequasse a ela.

Do ponto de vista do indivíduo, as leis linguísticas são arbitrárias, isto é, privadas de uma justificação ideológica (por exemplo, artístico). Assim, entre a face fonética da palavra e seu sentido, não há nem uma conexão natural nem uma correspondência de natureza artística. Se a língua, como conjunto de formas, é independente de todo impulso criador e de toda ação individual, segue-se ser ela o produto de uma criação coletiva, um fenômeno social e, portanto, como toda instituição social, normativa para cada indivíduo (VOLOCHÍNOV 2009, p. 81).

Outro elemento importante da existência da língua como um sistema abstrato, de acordo com a concepção do objetivismo abstrato, seria a inexistência da historicidade de uma língua. O sistema, como um todo, operaria em um momento histórico. Se há a alteração de um elemento do sistema, o sistema se rearranjaria em um “novo sistema”. Nesse processo, seria importante a figura da “transgressão da norma”. Enquanto a transgressão fosse vista como tal, uma dissonância em relação à norma, o sistema se manteria. A partir do momento em que a transgressão se “naturaliza”, não mais seria percebida como lacuna, haveria sua incorporação ao sistema, originando um “novo sistema”. A esse novo sistema não se atribuiria a

característica de evolução ou transformação do sistema “anterior”, mas tão somente um sistema novo, como um todo.²

Volochínov (2009, p. 86-87) considerava a escola de Genebra a mais “brilhante expressão do objetivismo abstrato”, destacando seu mais ilustre componente, Ferdinand de Saussure, responsável por dar “clareza e uma precisão admirável” aos conceitos do objetivismo abstrato. Saussure fazia uma tríplice distinção: a linguagem, composta pela totalidade de manifestações que participam da comunicação, *a langue*, sistema de formas, e *a parole*, a fala, a qual considerava um ato absolutamente individual. *A langue* seria o objeto da linguística.

Volochínov (2009, p. 84) diferencia as duas correntes:

A diferença entre as duas orientações fica muito bem ilustrada pelo seguinte: as formas normativas, responsáveis pelo imobilismo do sistema linguístico (*ergon*), não eram, para a primeira orientação, senão resíduos deteriorados da evolução linguística, da verdadeira substância da língua, tornada viva pelo ato de criação individual e único. Para a segunda orientação, é justamente este sistema de formas normativas que se torna a substância da língua. A refração e a variação de caráter individual e criador das formas linguísticas não constituem mais que detritos da vida da língua (mais exatamente, do imobilismo fundamental desta), harmônicos inúteis e intangíveis do tom fundamentalmente estável das formas linguísticas.

Em suas reflexões, Volochínov verificou que o objetivismo abstrato possuía um *proton pseudos*, uma premissa equivocada, consistente na assertiva de que o sistema linguístico é suficiente para exaurir os fatos da língua, negando o ato da fala como individual. Entretanto, o sistema linguístico, desconsiderando-se o sentido, é ineficaz para a comunicação, não constituindo um objeto válido do contexto social.

[...] na prática viva da língua, a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular (VOLOCHÍNOV, 2009, p.98).

² O germânico de antes do século XVI conjugava: *ich was – wir waren*. O alemão contemporâneo conjuga: *ich war – wir waren; ich was* transformou-se pois em *ich war*. Entre as formas *ich was – wir waren* e *ich war – wir waren* existe uma ligação linguística sistemática, os termos se completam mutuamente. Eles se ligam e são complementares, particularmente como formas do singular e plural da primeira conjugação de um único e mesmo verbo. Entre *ich war – wir waren* de um lado e *ich was* (séculos XV e XVI) – *ich ear* (contemporâneo) de outro, existe uma relação diferente, que nada tem de comum com a primeira. A forma *ich war* formou-se por analogia a *wir waren*. No lugar de *ich was*, nós (indivíduos separados) viemos a criar *ich war* sob influência de *wir waren*. O fenômeno tornou-se fenômeno de massa, e o resultado foi que de um erro individual originou-se uma norma linguística. (VOLOCHÍNOV 2009, p. 83)

Ao mesmo tempo, considerava inapropriado o subjetivismo individualista, haja vista que se preocupava apenas com a fala, considerando-a estritamente individual, motivando a explicação da enunciação a partir do psiquismo individual do sujeito falante. O autor apresenta uma nova proposta, distanciando-o das duas correntes. Surge uma das bases do pensamento do Círculo: “a enunciação é de natureza social” (VOLOCHÍNOV, 2009, p. 113). Para alcançar essa conclusão, algumas considerações são indispensáveis: o subjetivismo individualista apresenta a enunciação monológica como um ato estritamente individual, como a expressão da consciência.

A expressão “é tudo aquilo que se exterioriza objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores” (VOLOCHÍNOV, 2009, p. 115). Tal elemento possui o conteúdo interior, enquanto a sua objetivação exterior dirige-se para outrem ou para o próprio agente. O ato expressivo move-se entre esses dois polos. Através da exteriorização do conteúdo, há uma transmutação em suas características, uma vez que absorve alguns elementos exteriores. Em algumas situações, como ocorre com o comentário, a explicação e a compreensão, há o movimento inverso, isto é, os elementos dirigem-se para o interior, caminho contrário à expressão.

O autor propõe que a língua é um produto histórico e social, que o signo é permeado de valores e a enunciação não é um ato estritamente individual, mas social. A língua efetiva-se por meio da enunciação³.

“a verdadeira substância da língua é constituída [...] pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (VOLOCHÍNOV, 2009, p. 127).

A enunciação é um ato social por natureza. Ela origina-se de um locutor e dirige-se a um interlocutor – seja um indivíduo ou um auditório social. Esse interlocutor pode fazer parte do mesmo grupo social, ter relações de maior ou menor proximidade, ser hierarquicamente superior ou inferior, ou, simplesmente, constituir um auditório médio – formado pelo conjunto de valores existentes na sociedade e tidos como válidos, quando não identificável, ou constituir um grupo de pessoas. A enunciação prescreve um horizonte social definido, no qual há uma criação ideológica, definida histórica e socialmente.

³ Na tradução das obras, o termo “enunciação” aparece com significados diferentes. Ora trata-se do processo de enunciar, ora do produto. A enunciação, no presente trabalho, será considerada como processo de enunciar, ao passo que o enunciado será o produto da enunciação, concreto, real e dialógico.

“Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (VOLOCHÍNOV, 2009, p. 117).

A palavra⁴ é a menor unidade da enunciação – seja dita ou não – e sua materialização – o enunciado -, compreende possibilidades de sentido. Diz-se possibilidades porque o locutor sugere dado sentido, o qual nem sempre é o atribuído pelo interlocutor, dada à questão do horizonte social e da possibilidade de interpretação, de acordo com a produção ideológica.

A indefinição terminológica e a confusão em um ponto metodológico central no pensamento linguístico são o resultado do desconhecimento da *real unidade* da comunicação discursiva – o enunciado. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir (BAKHTIN, 2010a, p. 274).

O enunciado é, por natureza, ideológico, sendo perpassado por valores. O indivíduo reage ao conteúdo – um sentido ideológico vivo -, que suscita respostas.

Assim, o enunciado é sempre concreto – uma vez que é o produto ou a materialização da enunciação; é histórico e social, por se tratar de uma construção entre sujeitos históricos, integrantes de um determinado horizonte social; é ideológico – haja vista que é transposto por diversos valores, valorações e entoações; e é dialógico, constituindo um elo da cadeia comunicativa, suscitando respostas ativas e interpretações diversas.

2.2 Do enunciado à responsividade

A noção de língua é o ponto de partida para a compreensão do pensamento do Círculo de Bakhtin. A enunciação é o processo do qual se origina o enunciado (sempre concreto, dialógico, histórico e social). Nesse ponto, é possível trilhar o percurso até alcançar o conceito de gênero do discurso.

⁴ É importante esclarecer que, a partir deste ponto, o termo “palavra” é substituído por “enunciado”, por haver o entendimento de que a “palavra viva”, em termos do Círculo, é sempre concreta – um enunciado concreto. Dessa maneira, busca-se melhor variedade terminológica para designar o mesmo evento.

O diálogo é um importante atributo do enunciado. Mas não só do enunciado, e sim de um campo, uma nova discursividade. Instaurou o que se designou no Brasil de “Análise dialógica do discurso”, trata-se de um dos paradigmas de maior aplicação dos conceitos do Círculo de Bakhtin na Linguística e na Linguística Aplicada. Por isso, o conceito de diálogo merece um pouco mais de atenção e pormenores, embora já tenha sido tateado em linhas anteriores.

Observamos essa alternância dos sujeitos do discurso de modo mais simples e evidente no diálogo real, em que se alternam as enunciações dos interlocutores (parceiros do diálogo), aqui denominadas réplicas. Por sua precisão e simplicidade, o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva (BAKHTIN, 2010a, p. 275).

Todo enunciado é produzido dialogicamente, entrando em contato com o discurso do outro, emaranhando-se, transformando-se, refazendo-se, mas, ao mesmo tempo, negando, reafirmando e modificando as ideologias veiculadas. Faraco (2009, p. 66), embora não trabalhe especificamente com análise dialógica do discurso, acentua que:

As relações dialógicas são, portanto, relações entre índices sociais de valor – que [...] constituem, no conceitual do Círculo de Bakhtin, parte inerente de todo enunciado, entendido não mais como unidade da língua, mas como unidade da interação social; não como um complexo de relações entre palavras, mas como um complexo de relações entre pessoas socialmente organizadas.

A vida humana é permeada por enunciados. A compreensão do ser, em si, enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade, passa por um emaranhado de enunciados. O pensamento, por essência, é dialógico. É produzido em uma rede de disputas, confrontações, ressonâncias e dissonâncias, um complexo jogo de sentidos e valores.

[...] todos os nossos discurso interiores, isto é, nossos pensamentos, são inevitavelmente diálogos: o diálogo não é uma proposta, uma concessão, um convite do eu, mas uma necessidade, uma imposição, em um mundo que já pertence a outros. O diálogo não é um compromisso que dá lugar ao eu: o eu é esse compromisso, o eu é um compromisso dialógico – em sentido substancial, e não formal – e, como tal, o eu é, desde suas origens, algo híbrido, um cruzamento, um bastardo. A identidade é um enxerto (PONZIO, 2011, p. 23).

Os conhecimentos são produzidos na historicidade, no diálogo, na alteridade, em uma verdadeira cadeia enunciativa. O ser humano, imerso em um contexto histórico-social, sofre incontestáveis e incontáveis influências dos enunciados dos “outros”, as quais, somados aos enunciados de toda historicidade humana, qualificam-no como um “sujeito” dialógico.

A única forma adequada da *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN, 2010a, p 348).

Todo enunciado encontra-se imbricado com outros e em outros enunciados. Não existe um enunciado puro, deslocado, que não seja produzido em relação com outros enunciados. Todo o conhecimento humano é histórico e social. O que é produzido de “novo” na cultura e na ciência humana é fruto de conhecimentos já existentes. Não existe elemento da cultura humana que seja fruto de uma geração espontânea, mas, sim, origina-se em um magma espesso de produtos históricos. Esse traço é notado em Bakhtin (2010, p. 294-295):

Eis por que a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros. Em certo sentido, essa experiência pode ser caracterizada como um processo de assimilação – mais ou menos criador – das palavras do outro (e não das palavras da língua). Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos.

Nessa relação dialógica com os outros enunciados de uma cadeia discursiva ininterrupta, nem sempre o contato entre os produtos é simples e consonante. Normalmente, ao contrário, estabelece-se um jogo conflituoso, em que a discordância gera uma resposta resistente. Esse traço é facilmente notado socialmente. É o que acontece com o preconceito, uma das chagas da cultura humana. O que é o preconceito se não o julgamento de um elemento cultural diverso como errado. Estabelece-se, no interior do sujeito, uma arena. Nessa arena, o elemento cultural analisado – seja comportamento, crença ou ação - é contraposto aos traços axiológicos tidos como válidos. Prontamente, há uma dissonância. Esse traço é julgado

como errado, reprovável, e é refutado. Externa-se, ou não, um comportamento, palavra ou ação.

Essa batalha interior é constante. A cada estímulo produzido – enunciado -, nos mais diversos gêneros existentes, desde uma simples fotografia a um discurso filosófico, há uma resposta. Sempre que há pensamento, avaliação, julgamento, percepção de uma dada realidade, há o estabelecimento dessa arena. O homem é conflito. A própria ressonância é dissonante em relação aos enunciados que não possuam a mesma sonância. A ressonância sempre é complementar, julga, valia, reformula. É sempre um novo enunciado.

Cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (VOLOCHÍNOV, 2009, p. 67).

A composição da sociedade é extremamente complexa. Há variados mundos e valores coabitando em um mesmo contexto histórico-social. Há diversas religiões, ideologias políticas, filosofias de vida, todas consideradas válidas, ao mesmo tempo, e, muitas vezes, pelos mesmos sujeitos. Um próprio sujeito locutor, a cada novo momento, altera sua percepção de mundo, seus valores, a sua relação com o outro e a sociedade. A cada novo encontro com o mundo, há um novo sujeito, uma nova sociedade, uma nova interpretação. As interferências que perpassam os enunciados são plurais.

Não pode haver enunciado isolado. Ele pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas o elo da cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado. Entre os enunciados existem relações que não podem ser definidas em categorias nem mecânicas nem linguísticas. Eles não têm analogias consigo (BAKHTIN, 2010a, p. 348).

São muitas vozes atuando em um enunciado. Há um microcosmo em que é produzido, isto é, a época – elemento que marca o conjunto de valores dados como válidos na sociedade -, o instante da produção – determinante da pessoa do produtor, dos seus valores individuais -, o meio social – as coerções do estamento social a que pertence o locutor -, as características individuais do locutor – envolvendo questões racionais, emocionais e psicológicas -, e do interlocutor – maior ou menor proximidade, relação de afeto, posição hierárquica, resposta pretendida -, a situação de produção – mais formal ou informal -, o papel desempenhado pelos interlocutores no momento do enunciado - pai, filho, professor, patrão, empregado, superior,

subalterno, paciente, etc. - e, por que não, o objetivo de sua produção – a intenção enunciativa do enunciador – nem sempre consciente, mas, invariavelmente, presente.

Essa complexidade de produção determina que todos os enunciados são únicos, independentemente da quantidade de relações dialógicas que os compõem ou influenciam-nos. Esse atributo deve-se à impossibilidade da repetição idêntica, uma vez que o contexto se altera, o enunciador e o destinatário são diferentes, ainda que muito parecidos, entre uma enunciação e outra. Diversos não em virtude de outro sujeito assumir sua posição no teatro discursivo, mas, sim, por estarem, em sua unicidade e individualidade, em posições distintas, tanto historicamente, quanto em relação ao enunciado.

Dois enunciados idênticos em, todos os sentidos (“belo clima” – “belo clima”), se realmente são *dois* enunciados pertencentes a *diferentes* vozes e não um só enunciado, estão ligados por uma *relação dialógica de concordância*. Trata-se de um determinado acontecimento dialógico nas relações mútuas entre os dois e não de um eco. Porque também podia não haver concordância (“Não, o clima não está muito bom”, etc.) (BAKHTIN, 2010a, p. 331).

A forma adquirida pela enunciação pode ser simplificada, não reiterável na vida comum. Somente é possível falar em formas ou fórmulas estereotipadas do discurso em situações regularizadas, reforçadas pelo uso e pelos costumes. Os costumes e a reiteração da prática adaptam a forma de um discurso, isto é, um certo repertório e auditório, criando alguns contornos ao discurso. Há, deste modo, um certo tipo de discurso adequado para determinadas situações de uso, como o discurso produzido em uma conversa informal, no âmbito acadêmico, jurídico, escolar, midiático e etc.

Da interação dialógica dos discursos, nasce uma relação de sentido, que é estabelecida pelas enunciações que os compõem. Essa relação de sentido é o que se designa dialogismo. Fiorin (2006, p. 18-19) afirma:

Segundo Bakhtin, a língua, em sua totalidade concreta, viva, em uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados do processo de comunicação, independente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso

alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados.

Um problema que envolve o enunciado é a diferenciação entre a significação e o tema. Significação diz respeito a uma potencialidade de gerar sentido, trata-se de um atributo da língua, em sua composição estrutural, com elementos do signo, da gramática. O tema guarda relação estrita com o enunciado – sempre histórico e social -, podendo produzir sentidos diferentes. A significação é abstrata, virtual, ao passo que o tema é o sentido assumido concretamente no produto da comunicação. É permeado de entonações, pode haver subentendidos, mensagens não ditas, como com a metáfora, a ironia, o sarcasmo. A significação é repetível, estável, contrariamente ao tema, que é sempre único, instável e irrepetível.

A significação da enunciação: “Que horas são?”, por exemplo, é relativamente estável nas diferentes instâncias históricas em que é utilizada; ela se compõe das significação de todas as palavras que fazem parte dela. Já o tema dessa enunciação é indissociável da situação histórica concreta e não pode ser segmentado. Quando um professor, por exemplo, a poucos minutos do sinal, pergunta à classe “Que horas são?”, pode desejar saber quantos minutos ele ainda tem para desenvolver a matéria; uma criança que adentra na cozinha e faz a mesma pergunta à mãe, enquanto esta termina de preparar o almoço, pode querer saber se o almoço está pronto; a mesma enunciação poderá ter o sentido de “está na hora de ir embora?”, se um colega faz a pergunta a um outro num banco, ao final do expediente (CEREJA, 2010, p. 202).

O sentido atribuído a um enunciado é dialógico. Por mais que o locutor tenha tentado atribuir determinado sentido ao que foi dito, a compreensão e a construção final do enunciado depende também do interlocutor, que contrapõe a mensagem aos seus valores, experiências, traumas, entonações e, por que não, à sua habilidade de entender.

Para Bakhtin o significado está em algum lugar no entremeio, compartilhado e múltiplo. Cada um pode significar o que diz, mas só indiretamente, com palavras que são tomadas da comunidade e que são a ela devolvidas, conforme os protocolos que ela observa. Logo, “a voz de cada um pode significar, mas somente com outros – às vezes em coro, mas na maioria das vezes em diálogo”. Assim acontece a criação e uso dos signos (ELICHIRIGOITY, 2008, p. 185-186).

Defletindo das características de o enunciado ser único, compreender a necessidade da participação do interlocutor na construção do sentido, tem-se que as possibilidades de sentido

são infinitas, uma vez que, a cada novo contato com o enunciado, há um novo enunciado, com possibilidades plurais de sentido, como novos interlocutores, ainda que sejam representados pelos mesmos indivíduos, dado que estarão em um momento histórico-social diferente.

Não pode haver um sentido único (um). Por isso não pode haver o primeiro nem o último sentido, ele está sempre situado entre os sentidos, é um elo na cadeia dos sentidos, a única que pode existir realmente em sua totalidade. Na vida histórica essa cadeia cresce infinitamente e por isso cada elo seu isolado se renova mais e mais, como que torna a nascer (BAKHTIN, 2010a, p. 381).

Para Bakhtin, a compreensão de um enunciado é um processo dialógico complexo, que pode ser desmembrado em atos particulares de autonomia semântica do conteúdo, muito embora a compreensão real e concreta seja única:

1) Percepção psicofisiológico do signo físico (palavra, cor, forma espacial). 2) Seu *reconhecimento* (como conhecido ou desconhecido). A compreensão de seu *significado* reproduzível (geral) na língua. 3) A compreensão de seu *significado* em dado contexto (mais próximo e mais distante). 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e universidade (BAKHTIN, 2010a, p. 348).

Além de dialógica, a compreensão suscita, na arena de vozes sociais estabelecida, uma ação, uma atitude do interlocutor ou leitor.

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta (BAKHTIN, 2010a, p. 271).

Nesse cenário complexo, ainda há outro elemento que participa do processo de entendimento e produção do discurso: a entonação. Essa característica do enunciado consiste em atribuir, além do aspecto da significação, valor ao enunciado – o que pode ser consciente ou não – demarcando uma espécie de intensificação, atenuação, crítica ou correção ao

produto. A entonação é bastante presente nos enunciados orais, embora não seja rara também no enunciado escrito – o texto⁵.

O significado das exclamações axiológico-emocionais na vida discursiva dos povos. Contudo, a expressão das relações axiológico-emocionais pode não ser de índole explícito-verbal mas, por assim dizer, de índole implícita na *entonação*. As entonações mais substanciais e estáveis formam o fundo entonacional de um determinado grupo social (nação, classe social, grupo profissional, círculo, etc.). Em certa medida, pode-se falar por entonações únicas, tornando a parte do discurso verbalmente expressa relativa e substituível, quase indiferente. Com que frequência empregamos palavras que nos são inúteis pelo significado ou repetimos a mesma palavra ou frase apenas com o fito de termos um portador material para a entonação de que necessitamos (BAKHTIN, 2010a, 406).

No processo de comunicação, o enunciado sempre gerará uma posição responsiva ativa no ouvinte ou destinatário: ele assumirá, após a compreensão do conteúdo linguístico, isto é, apreender o que foi dito, a mensagem sonora, uma posição, concordando com o enunciado, refutando-o, complementando-o, repelindo-o, descaracterizando-o, etc. Tal processo se forma à medida que o ouvinte escuta a palavra enunciada, podendo ser simultaneamente à expressão ou após a enunciação completa.

Diálogo e enunciado são [...] dois conceitos interdependentes. O enunciado de um sujeito apresenta-se de maneira acabada permitindo/provocando, como resposta o enunciado do outro; a réplica, no entanto, é apenas relativamente acabada, parte que é de uma temporalidade mais extensa, de um diálogo social mais amplo e dinâmico (MARCHEZAN, 2004, 117).

O falante, no momento da enunciação, aguarda uma resposta do ouvinte ou destinatário e não apenas a neutralidade. Essa resposta não é uma compreensão passiva do destinatário, mas uma concordância, uma objeção, uma participação, uma observação, etc. A expectativa pela resposta é a preocupação daquele que enuncia, ao tentar tornar inteligível a mensagem. O destinatário, por sua vez, ao assumir a postura ativa responsiva, prepara-se para uma resposta, independentemente da forma que ela assumir. Quando o processo de comunicação é constituído de uma conversa presencial, em que o enunciador e o destinatário estão face a face, a responsividade ativa é mais evidente, pois há a interatividade entre respostas, réplicas e questionamentos aos enunciados.

⁵ O termo texto será utilizado para caracterizar o enunciado concreto produzido em material impresso ou eletrônico, mas escrito, como utilizado por Bakhtin em “Metodologia das ciências humanas” e “O problema do texto”.

O enunciado, ao se produzir no diálogo com os outros enunciados possíveis do interlocutor, projeta-se para o futuro; e o sujeito não pode eximir-se das consequências desse dizer. O enunciado tem por característica, assim, a responsividade (*é resposta*) e a responsabilidade (*está relacionado necessariamente ao ato de dizer marcado historicamente, ato de dizer por um sujeito que interpreta, nesse momento histórico, a realidade e outros discursos, interpreta de forma única, irrepitível, por isso não há alibi para o ato de dizer, é um ato singular*) (MENDONÇA, 2012). (Grifos originais)

O fato de o indivíduo encontrar-se inserido em um contexto histórico-social, em uma cultura determinada, marcada pela historicidade e por um conjunto ideológico único, reforça e torna impossível a passividade do sujeito no tocante à recepção de um enunciado. A própria ideologia do indivíduo, quando suscitada pelo enunciado alheio, faz emergir valores, sejam concordantes ou discordantes do que foi dito.

O sujeito da compreensão enfoca a obra com sua visão de mundo já formada, de seu ponto de vista, de suas posições. Em certa medida, essas posições determinam a sua avaliação, mas neste caso elas mesmas não continuam imutáveis: sujeitam-se à ação da obra que sempre traz algo novo. [...] No ato da compreensão desenvolve-se uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento (BAKHTIN, 2010a, p. 378).

Essa ideologia do sujeito interfere diretamente no processo de compreensão e responsividade do interlocutor. Volochínov propõe que toda enunciação é um ato social, produzido em um contexto histórico-social determinado, estabelecendo uma relação dialógica com os demais enunciados produzidos na historicidade humana e com o conjunto de vozes atuantes no contexto. Essas vozes sociais apresentam, refletem, refratam conteúdos axiológicos, tornando fundamental a correta apreensão da noção de ideologia para Volochínov, uma vez que toda a compreensão do enunciado é perpassada por valores sociais e o interlocutor, no esforço de entender o enunciado, assume uma atitude responsiva ativa.

O autor contrapõe duas espécies de ideologia: a ideologia oficial, entendida como relativamente dominante, que tenta implantar uma noção única de mundo; e a ideologia do cotidiano, aquela que é constituída em encontros fortuitos, na nascente de sistemas de referência, na proximidade social.

A ideologia do cotidiano pode ser dividida em dois estratos: o estrato inferior, caracterizado por encontros fortuitos, com duração limitada, as atividades mentais e a consciência, elementos mais próximos à individualidade, cuja apresentação e modelagem não apresentam ideologia clara; e o estrato superior, marcado por elementos ideológicos mais

complexos, formados nas múltiplas relações sociais e atividades, como sindicatos e grupos estabelecidos, de onde refletem mais rapidamente para mudanças da infraestrutura socioeconômica.

A ideologia oficial⁶ é o local em que circulam elementos ideológicos estabilizados, que compreendem a moral, a religião, o direito e as ciências, e são aceitos pela sociedade e poder vigente.

Volochínov estabelece uma relação dialética entre os conceitos:

De um lado, a ideologia oficial, como estrutura ou conteúdo, relativamente estável; de outro lado, a ideologia do cotidiano, como acontecimento, relativamente instável; e ambas formando o contexto ideológico completo e único, em relação recíproca, sem perder de vista o processo global de produção e reprodução social (MIOTELLO, 2010, p. 169).

A relação estabelecida entre os níveis ideológicos – ideologia do cotidiano de estrato inferior e superior e ideologia oficial – torna a ideologia de determinada sociedade um conjunto indivisível, mas em constante movimento, reagindo às transformações ocorridas nos meios de produção. Volochínov (2009, p. 31) interliga a questão da ideologia com a noção de signo:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*.

O signo faz parte de uma realidade, mas, ao mesmo tempo, reflete e refrata uma outra. Ele pode ser fiel a essa realidade, distorcê-la, fragmentá-la, apresentá-la sob um ângulo específico ou tendencioso. Todo signo está sujeito a critérios de julgamento, valoração: verdadeiro, falso; justo, injusto; bom, mau; bem, mal; certo, errado; desejável, indesejável. Esse conteúdo valorativo é sempre sócio-histórico e o seu universo de produção e materialização é sempre na comunicação humana.

O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se

⁶ Esse conceito é mais adequado para sociedades em que exista poder autoritário.

também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico* (VOLOCHÍNOV, 2010, p. 32-33). (Grifo original)

Um signo ideológico constitui um fragmento material da realidade, é um fenômeno do mundo exterior. Ao mesmo tempo, a consciência humana só pode surgir e manifestar-se materialmente por meio de signos. Os signos promovem a relação, a interação entre uma consciência individual e outra. Volochínov (2009, p. 36) ainda afirma que:

A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos.

A comunicação humana representa um ponto no qual há a constituição da ideologia, uma vez interligada com os processos de produção material da vida, como nas mais plurais manifestações da ideologia, entendida como sistema de referência e significação.

Ideologia, para Volochínov, é a confluência da expressão, da organização e da regulamentação das relações histórico-materiais dos homens. Tal perspectiva evidencia a inter-relação entre as manifestações materiais do sistema de produção e a ideologia característica da superestrutura. Essa relação seria estabelecida e intermediada por signos ideológicos, nas relações sociais.

Segundo Miotello (2010, p. 175), o estudo das ideologias, para Volochínov, deve obedecer as seguintes regras: não afastar a ideologia da realidade material do signo; não separar o signo das formas concretas de comunicação; e não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material.

Apresentam-se, dessa forma, alguns aspectos da relação do indivíduo com a ideologia: no estrato inferior da ideologia do cotidiano, os fatores biográficos e biológicos, em que as atitudes dos agentes não são marcadas ideologicamente, atuam decisivamente; na proporção em que as interações se aprofundam e se repetem, integrando-se a um sistema ideológico, como um sindicato ou partido político, aproximam-se e integram-se, progressivamente, ao estrato superior da ideologia do cotidiano; à medida que essas interações aprofundam-se e reiteram-se, passando a fazer parte do sistema ideológico, envolvendo-se por completo o indivíduo. Nesse processo, o eu individual é fragmentado pela função do outro social. Os

índices de valor são adequados à situação social, em negociações interpessoais, preenchendo as relações do indivíduo.

[...] A ideologia é o sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo constituído a partir de referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados (MIOTELLO, 2010, p.176).

Entrementes, o sentido de ideologia, para Volochínov, não deve ser visto como algo negativo, que mascara ou esconde o real. Na verdade,

[...] a palavra ideologia é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do “espírito” humano, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura *imaterial* ou produção *espiritual* (talvez como herança de um pensamento idealista); e, igualmente, de formas da consciência social (num vocabulário de sabor mais materialista). *Ideologia* é o nome que o Círculo costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (FARACO, 2009, p. 46).

Volochínov atribui ao signo não apenas a característica de refletir o mundo, apresentando uma imagem sem qualquer espécie de distorções, mas também refratam-no, por meio da transmutação do objeto da enunciação, em decorrência da influência e choques com as vozes sociais atuantes.

No processo de referenciação, realizam-se, portanto, duas operações simultâneas nos signos: eles *refletem e refratam* o mundo. Quer dizer: com os signos podemos apontar para uma realidade que lhes é externa (para a materialidade do mundo), mas o fazemos sempre de modo refratado. E *refratar* significa, aqui, que com nossos signos não somente descrevemos o mundo, mas construímos – na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (*refrações*) desse mundo. Nessa mesma direção, Medvedev dirá que “no horizonte ideológico de uma época ou grupo social, não há uma, mas várias verdades mutuamente contraditórias” (FARACO, 2009, p. 50-51).

Dessa maneira, o enunciado sempre sofrerá refrações tanto por encontrar-se em diálogo com os demais enunciados produzidos na historicidade humana, como por chocar-se dialogicamente, na alteridade, com os índices e valores de dada cultura, com sua ideologia, além das pressões exercidas pela individualidade do sujeito que entra em contato ou produz a enunciação.

2.3 Do gênero do discurso

Na perspectiva do Círculo de Bakhtin, o sujeito é um ser social, que se constitui na interação, no contato com o outro e com os discursos histórico-sociais. O “eu” e o “outro”, por meio da dinâmica enunciativa, formam-se, transformam-se, regulamentam-se, fundem-se e distanciam-se, mutuamente, em um processo ininterrupto, espiral e, muitas vezes, inconsciente.

O ato de enunciar é o elemento que estabelece a ligação entre o sistema linguístico e a realidade, o mundo, as pessoas e a sociedade. Isso se efetiva por meio do enunciado, tido como unidades concretas e únicas, produzidas em determinada esfera da atividade humana. Ainda que singular, o enunciado produz sentido em sua relação com os demais enunciados produzidos ao longo da historicidade humana, por suas tensões, atenuações, concordâncias, dissonâncias, interesses e distorções.

Os sentidos, nos enunciados, não são desvinculados da intenção do agente que os produz, embora, não raras vezes, o sentido apreendido pelo interlocutor não seja exatamente aquele pretendido pelo locutor, mas, sim, um outro, que, de acordo com uma visão específica de mundo do interlocutor, somada ao contexto específico da produção, da assunção de valores particulares, possa caracterizar sentidos diversos, contraditórios ou dissonantes com o pretendido pelo emissor. Todavia, isso não significa que em todas as produções a distinção de sentidos se opere, mas, tão somente, que há uma possibilidade concreta de ocorrer.

Além disso, reitera-se, o enunciado é único porque, mesmo se repetido literalmente, reiterado, ratificado, os sentidos por ele produzidos são outros, uma vez que o locutor que o produz e o interlocutor que busca a apreensão estão em posições distintas, ressignificando-o, mesmo que uma maneira muito aproximada ou quase idêntica.

Não obstante, enunciados são realizados em determinadas esferas da atividade humana, que se caracterizam por um conjunto de condições específicas de produção ou regras, que restringem, limitam, cerceiam, criam barreiras, modelam ou transfiguram o enunciado. São esferas de atividade humana ou papéis sociais exercidos pelo sujeito, com vistas a determinadas práticas sociais, funções enunciativas ou profissões.

O conceito bakhtiniano de gênero do discurso estabelece a existência de uma relação entre o enunciado – elemento concreto, histórico, social, permeado de valores – e o gênero do discurso, como elementos dinâmicos, vivos, em “acontecimento” e não como uma tipologia de formas abstratas de comunicação. Trata-se, na realidade, de elementos da interação

socioverbal entre o processo comunicativo e sua construção dentro de determinada atividade humana, em uma cadeia enunciativa interligada e ininterrupta, sob o ponto de vista histórico-social. Bakhtin (2010^a, p. 261-262) define gênero do discurso:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados* os quais denominamos *gêneros do discurso*.

O conceito bakhtiniano de gênero do discurso aponta para a relação entre o enunciado – elemento concreto, histórico, social, permeado de valores – e o gênero do discurso – materialização do enunciado -, como elementos dinâmicos, vivos, em “acontecimento” e não como uma tipologia de formas abstratas de comunicação. Trata-se, na realidade, de elementos da interação socioverbal entre o processo comunicativo e sua construção dentro de determinada atividade humana, em uma cadeia enunciativa interligada e ininterrupta, sob o ponto de vista histórico-social.

É importante lembrar que, para Bakhtin, tanto a comunicação – os enunciados – como as atividades humanas são extremamente dinâmicas, transformando o uso da linguagem conforme os impulsos culturais sedimentem novas formas relativamente estáveis. É exatamente essa a explicação do uso da expressão “relativamente estáveis” pelo autor, para condicionar dado gênero do discurso à cultura e às pressões modeladoras dos elementos que compõem essa designação, além de explicitar que as fronteiras formais que caracterizam dado gênero não são absolutas e extremamente precisas.

Assim, se queremos estudar o dizer, temos sempre que nos remetermos a uma ou outra esfera da atividade humana, porque não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano. Nossos enunciados (orais ou escritos) têm, ao contrário, conteúdo temático, organização composicional e estilo próprios correlacionados às condições específicas e às finalidades de cada esfera de atividade. [...] Falar não é, portanto, apenas utilizar um código gramatical num vazio, mas moldar

o nosso dizer às formas de um gênero no interior de uma atividade (FARACO, 2009, p. 126-127).

As atividades humanas são múltiplas e variadas, dinâmicas, aperfeiçoáveis ou instáveis. A comunicação - elemento imbricado à atividade humana - deve, para alcançar sua finalidade, em especial no cenário histórico-social em que se encontra inserida, adequar-se à realidade. As possibilidades dos gêneros do discurso apresentam-se inesgotáveis, mas não infinitas. Inesgotáveis porque os gêneros podem, como forma de adaptação à realidade social, reinventarem-se ou constituírem novas formas. Entretanto, não são infinitos por serem, em um dado momento histórico, apesar de sua abrangência, numeráveis, mesmo que essa enumeração seja improdutiva ou sem finalidade (BAKHTIN, 2010a, p. 262).

Insiste-se na dinamicidade do gênero do discurso, mas não se deve esquecer, todavia, que há certa estabilidade histórica. “Relativamente estável” significa uma construção social reiterada, admitida pela cultura daquela atividade como válida – um costume. Há muitos gêneros do discurso, mas nem tudo que se apresenta na comunicação é um gênero próprio, isto é, uma constituição particularizada, um ato novo, uma nova forma de manifestação.

Isso porque, consoante à proposta de Bakhtin, para um discurso ser considerado um novo gênero e não uma manifestação de dado gênero, é necessário que seja relativamente estável, tenha certa repetição, torne-se um hábito determinado pelo uso em sociedade, em determinada área da comunicação humana. Em outras palavras, um sujeito não cria um gênero, em termos bakhtinianos, por um ato simples de vontade, intencional e arbitrário, mas, tão somente, quando essa possibilidade justifica-se em processos comunicativos, estabilizando-se por meio do uso, da reiteração, do tempo.

Embora o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo sejam elementos imbricados, é possível traçar algumas características individuais dos elementos formadores do todo “gênero do discurso”.

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal dos seus participantes, etc. A intenção discursiva do falante, com toda sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero (BAKHTIN, 2010a, p. 282).

O conteúdo temático abrange aspectos individuais do locutor, como sua intenção, seu conhecimento – construído socialmente – tanto como repertório cultural como no campo semântico. Esses traços individuais não se sobrepõem ao gênero do discurso escolhido, como também o gênero não restringe absolutamente a individualidade. Trata-se de elementos que se retroalimentam na composição do enunciado.

Caracteriza um aspecto relacionado ao discurso, delimitando a profundidade da abordagem discursiva, os contornos, produzindo sentidos relacionados com outros enunciados, suscitando uma memória discursiva e, por consequência, atitudes responsivas. Estabelece-se um elo entre a vontade do locutor, a historicidade discursiva – os outros discursos já enunciados -, a “possibilidade” do dizer e o contexto histórico-social em que se efetiva a locução. Nesse processo de significação há a responsividade interpretativa do interlocutor, suscitando vozes e valores, como já discutido anteriormente, tanto no que é dito como no não-dito.

O *conteúdo temático* apoia-se, a um só tempo, no plano imediato, constituído pela situação concreta de enunciação, e no plano mais abrangente, referindo-se às implicações históricas das relações sociais que insurgem pela significação, o que, para Bakhtin/Volochinov (1988, p. 129), “é um aparato técnico para a realização do tema”. Em decorrência disso, para analisar o *conteúdo temático* é imprescindível levar em conta não só os aspectos linguísticos/textuais (escolhas lexicais, morfológicas, sintáticas, sequências tipológicas, etc.), mas também os aspectos enunciativos e discursivos (papel dos sujeitos, série de acontecimentos sociohistóricos, outros discursos que atravessam o discurso em construção, etc.). Em suma, para que se obtenha o devido entendimento do *conteúdo temático* é preciso recorrer à multiplicidade dos fatores linguísticos, textuais e discursivos que compõem o ato enunciativo (RIBEIRO, 2010, p. 58).

O segundo elemento integrante do conceito “gênero do discurso” é o estilo. O estilo pode ser analisado sob duas perspectivas: o estilo enquanto componente do gênero do discurso e o estilo individual. O estilo, enquanto parte integrante do gênero, é uma característica indissociável, guardando relação com estilos de linguagem e funcionais, de acordo com dada esfera da atividade humana.

Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. [...] O estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes

da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro. O estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento (BAKHTIN, 2010a, p. 266).

O estilo, segundo o autor, não pode ser estudado sob um viés meramente estrutural, linguístico, dissociado do enunciado. Isso porque o enunciado é dialógico, histórico-social, não um mero elemento de superfície, abstrato, fruto de um conjunto de regras léxico-gramaticais. Na verdade, a superfície linguística é uma das partes do estilo, e não seu todo.

O estilo do gênero é fruto da convergência dos usos linguísticos, textuais e discursivos reiterados em um dado contexto enunciativo. A tensão entre o animus do indivíduo e o caráter regulador do que está *a priori*, relativamente estabelecido, resultará na configuração do quadro enunciativo com o qual é possível operar na interação verbal (RIBEIRO, 2010, p. 59).

O estilo do gênero forma-se pela reiteração histórica, abrangendo elementos do tema – do que pode ser dito – e elementos da linguagem – o como ser dito -, avalizado como um componente aceito no contexto em que é enunciado – a esfera da atividade humana. Nesse ponto, aspectos como o grau de proximidade com o interlocutor, a profundidade do enunciado – quantidade de informações e conhecimentos envolvidos na dinâmica discursiva - e a intenção discursiva do locutor atuam decisivamente nessa composição.

O estilo individual subdivide-se em dois aspectos: o primeiro, integrante de todos os enunciados – em graus diferentes de intensidade – diz respeito à escolha particularizada das palavras enunciadas, do tom, dos implícitos e explícitos, do dito e não dito, na dinâmica discursiva. O segundo aspecto diz respeito a uma construção histórica do locutor, quando, em dada esfera da atividade humana e dado gênero do discurso, pela reiteração, imprime uma característica estilística própria, marcando seu discurso. Esse traço é bastante presente em alguns campos da atividade humana, como o jornalístico, em que o articulista ou cronista imprime um tom especial ao que publica, criando uma marca que impregna seu enunciado e que o torna reconhecível dentre os demais.

O estilo no enunciado, portanto, é formado por esse magma, composto pela escolha das palavras, o tom imprimido ao discurso, o grau de formalidade – gramática e léxico -, a proximidade com o interlocutor, a expectativa gerada pelo campo da atividade humana e pelo outro, as necessidades e escolhas determinadas pela reiteração e as escolhas particulares do locutor. Trata-se de um elemento complexo e dinâmico, dentro de uma cadeia discursiva.

Por certo o pensamento de Bakhtin contribui para a elucidação do princípio de que, para depreendermos o estilo do gênero, concebemos um todo que está nas partes. A partir daí firmamos outro princípio, o de que cada enunciado de um gênero não vale como unidade em si, ou não valem eles como unidades postas uma ao lado de outra, o que levaria a supor que podemos obter o todo por meio da mera soma das partes. A arquitetura de um gênero é um esquema organizado. Cada enunciado relativo a um todo genérico tem uma função no todo. Diante de um único texto, operamos, portanto, não só com a presença potencializada dos enunciadores dos outros elementos agrupados pelo mesmo gênero. Isso acontece graças aos vetores estilísticos oferecidos nos limites de um único texto. Esses vetores orientam a análise do estilo do gênero, como ponto de partida a ser comprovado na leitura dos outros textos. Num segundo momento após a análise do primeiro texto se tomarão, para tais fins, dois, três ou mais enunciados supostamente reunidos pelo mesmo gênero (DISCINI, 2012, p. 84).

O terceiro elemento integrante dos gêneros do discurso é a construção composicional. O enunciado se materializa por meio de uma dada forma, uma organização linguística e discursiva reiterada pelo uso de determinada esfera da atividade humana. Esse modo de organizar o discurso garante uma certa regularidade, por intermédio de vínculos composicionais.

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. (BAKHTIN, 2010a, p. 283).

Entretanto, tal como ocorre no estilo, não se deve confundir a construção composicional como mera forma da língua, a estrutura gramatical. Trata-se de um modo de organizar a forma da língua, no discurso concreto, vivo. A construção composicional é bem mais flexível do que as formas da língua, possibilitando o exercício da vontade do falante (BAKHTIN, 2010a, p. 283).

A construção composicional cumpre a função de integrar, de sustentar e de ordenar as propriedades do gênero. Ela é apropriada pela forma arquitetônica, que está vinculada com o “projeto de dizer” do locutor, constituindo o aspecto por assim dizer técnico da realização do gênero, contribuindo para identifica-lo e distingui-lo diante de outros gêneros. O elemento em estudo pode ser entendido como a logística do gênero, pois cumpriria a atribuição de estruturar e relacionar os elementos constituintes, a ponto de garantir uma unidade orgânica e, portanto, uma vitalidade a gênero, sempre a partir do projeto enunciativo (RIBEIRO, 2010, p. 60).

Embora tenha havido o esforço para olhar os três elementos que compõem o gênero do discurso isoladamente, repisa-se, são elementos imbrincados, que são realizados em dada esfera da atividade humana. A noção desse elemento encontra-se difundida ao longo da obra do Círculo de Bakhtin. Volochínov (2009, p. 33) introduz o conceito ao estudar o signo ideológico:

Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição geral.*

A esfera da atividade humana trata-se de um ambiente, um lugar histórico-social, uma posição, em que se encontra em vigência um conjunto coercitivo de valores, do qual se estipula um processo de refração, por meio da linguagem, segundo uma lógica particular desse espaço de produção ideológica. Nessa esfera, constituem-se valores dialógicos, com os quais o signo e a palavra – sempre ideológicos -, suscitam a responsividade, a resposta prene, originando a arena de vozes.

Cada esfera da atividade humana constrói regras imanentes a seu campo, dando contornos às possibilidades de enunciação, objetos e sentidos – sempre dependente do interlocutor e de sua participação ativa no processo de significação -, operadas em um gênero do discurso. Há, nesse processo, a estipulação do que pode ser dito na situação comunicativa, principalmente por meio da expectativa ou coercitividade gerada pela esfera. Dentro da dinâmica bakhtiniana, tais coerções são relativamente estáveis, sofrendo variações, na dinâmica da produção discursiva.

O campo/esfera é um espaço de refração que condiciona a relação enunciado/objeto do sentido, enunciado/enunciado, enunciado/co-enunciados. [...] As esferas dão conta da realidade plural da atividade humana ao mesmo tempo que se assentam sobre o terreno comum da linguagem verbal humana. Essa diversidade é condicionadora do modo de apreensão e transmissão do discurso alheio, bem como da caracterização dos enunciados e de seus gêneros (GRILLO, 2010, p. 147).

Os gêneros do discurso são subdivididos entre gêneros discursivos primários e secundários. Os gêneros primários são mais simples, pertencem à ideologia do cotidiano, ligados a práticas da comunicação cotidiana, como o diálogo informal, em que a dinâmica discursiva é maior, há menor rigor no que tange às restrições do gênero, em seus três

componentes – conteúdo temático, estilo e construção composicional. Vários são os exemplos cotidianos, como uma conversa, bate-papos reais e virtuais, algumas formas de fórum de discussão, especificamente os virtuais, as redes de relacionamento, alguns modelos de blogs.

Os gêneros secundários são mais complexos, surgem em um convívio cultural mais desenvolvido, sendo produzidos em sistemas ou áreas específicas, como arte, política e ciência. Os principais exemplos são os textos científicos, os discursos políticos, estudos filosóficos, sociológicos e históricos, grande parte dos textos jornalísticos, principalmente notícias e análises críticas, e blogs que se destinam à prática jornalística, à política e à científica.

Pode ocorrer, no processo de formação dos gêneros secundários, a incorporação de gêneros primários, como o emprego de um diálogo em um romance, por exemplo. Em tal situação, há a perda do contato do gênero primário com a realidade concreta, afigurando-se como uma simulação ou algo artificial. Utilizando-se desse exemplo, busca-se demonstrar que o gênero secundário não é absolutamente incompatível com o gênero primário.

2.4 Da autoria

O estudo da autoria, segundo o pensamento do Círculo de Bakhtin, mostra-se bastante pertinente. Em especial, no presente trabalho, constitui o elo entre os conceitos de dialogismo e gênero de discurso – particularmente do gênero do discurso “Redação de Vestibular”.

Isso porque, no processo de elaboração da pesquisa, dentre as plurais questões que emergiram, uma tomou grande vulto: os discursos, segundo o Círculo de Bakhtin, estabelecem uma relação dialógica com os demais discursos produzidos no contexto histórico-social em que são produzidos e são materializados por meio de determinado gênero do discurso. Ora, se o discurso produzido é sempre por meio da palavra e do discurso do outro, em consonância ou dissonância com os demais discursos produzidos, qual é o papel do “sujeito produtor”? Como ele participa ativamente dessa produção do discurso se a palavra e o discurso lhe são alheios? E mais: por que ele “produz” ou “reproduz” um determinado discurso e não outro?

A participação do “sujeito produtor”, o autor, ocorre por meio da autoria, consistente no processo de recorte, transposição e acabamento do discurso, utilizando-se de um determinado gênero. E por que ele escolhe um discurso? Em virtude das condições de

produção em que o discurso é produzido - uma complexa arena em que se encontram envolvidos os processos axiológicos, as expectativas, os objetivos do discurso, as restrições do gênero “escolhido”⁷ -, que interfere no recorte do conteúdo, e o domínio, em maior ou menor escala, dos meandros desse gênero utilizado.

No gênero do discurso “Redação de Vestibular”, existe um grande emaranhado de discursos à disposição do aluno-autor (“sujeito produtor”), o vestibulando, discursos esses formados ao longo de sua trajetória, pelo contexto escolar, pela memorização de conceitos, pela preparação para a produção do gênero, particularmente reiterado ao longo dos anos; e, não menos importante. Exatamente essa complexidade torna tão fértil o estudo ora proposto.

Entretantes, para alcançar a complexidade do assunto, é imprescindível a compreensão do conceito de autor e autoria. Propõe-se, para tanto, breve estudo histórica do conceito, além de alguns estudos de estudos de Barthes, Foucault, Chartier e, especialmente, em Bakhtin, passando-se a erigir a proposta da autoria nas “Redações de Vestibular”. Entretanto, nessa exposição teórica, primeiramente serão descritos os pensamentos de Barthes, Foucault e Chartier, posteriormente o de Bakhtin e, finalmente, em que pontos existe a aproximação ou o distanciamento das teorias.

2.4.1 Os livros e o “nascimento” dos autores

A leitura, no Ocidente, até meados do século XV, era um ato restrito à aristocracia e ao clero. Isso se deve, basicamente, a dois motivos: o alto índice de analfabetismo da população – consequência da ausência de um sistema de ensino democrático e extremamente custoso - e a escassez de livros – à época, eram necessários os copistas e os volumes eram feitos em papiros, pergaminhos ou grandes brochuras, o que representava uma quantidade muito restrita de exemplares e um custo elevado.

Em meados no século XV, Johannes Gutenberg desenvolveu, juntamente com dois sócios, Johann Fust e Pedro Schoffer, a prensa de tipo móvel, culminando na impressão da Bíblia, com seiscentas e quarenta e uma páginas, distribuídas em dez sessões, com páginas distribuídas em duas colunas e com quarenta e cinco linhas. Esse processo durou cinco anos e foram impressos trezentos exemplares, algo impensável até então.

⁷ Utilizou-se o termo “escolhido” entre aspas por nem sempre se tratar de um processo consciente, no ponto de vista de escolha, mas um constructo social, demarcado pela historicidade e prática social.

Mesmo após esse quadro, o processo de impressão demorou para se popularizar, algo que, de maneira progressiva, perdurou ao longo do séculos seguintes. Não obstante, havia certa resistência da aristocracia aos livros impressos, uma vez que considerava os caracteres impressos inferiores à arte da caligrafia e das gravuras, presentes nos livros produzidos pelos copistas.

Na cultura humana, as histórias, os contos e as narrativas eram transmitidos oralmente, sofrendo uma série de alterações, de acordo com o local e as particularidades do contador. Essa oralidade, muitas vezes, impedia o conhecimento do “autor” inicial ou o criador da história. Trata-se de uma composição coletiva, transmitindo lendas e mitos. O conteúdo geral da narrativa importava, o evento narrado, o herói, mas o autor não era algo muito significativo.

Ainda quando a história atribuiu o papel de autor a um conteúdo específico, uma obra, como no caso de filósofos gregos, essa noção era bastante distinta da concepção contemporânea, haja vista a presença de um indivíduo ditando conceitos a outros, que registrava o conteúdo em papiros ou pergaminhos de pele, em um processo extremamente complexo e demorado. Isso quando o conteúdo de dado pensador não era transmitido por seus discípulos, sofrendo toda a sorte de distorções e transformações, como no caso de Sócrates e Platão, ou mesmo a Bíblia, uma construção coletiva.

O autor não era um papel de relevância. A obra era uma tradição, fruto do tempo, da cultura, ou algo “ditado” por uma divindade. Isso passa a mudar com nomes como Christiane de Pisan, na França, e Dante, Petrarca e Boccácio, na Itália, com os quais houve uma certa ruptura com o papel de autor da Antiguidade, uma vez que são retratados, em miniatura, à margem da própria obra, no ato de escrever, e não mais como copistas ou aqueles que ditam. Também nessa época, são reunidas, em um manuscrito, diversas obras, atribuindo-se o nome próprio de seu autor (CHARTIER, 1999, p. 31 e 32).

Surge no Inglês, com “writer” e “autor”, e no Francês, com “écrivains” e “auteurs”, dois papéis diferentes: o escritor - aquele que escreve textos manuscritos e sem publicação – e o autor, como sendo aquele que publicou obras importantes.

Todavia, foi com a Inquisição que o papel de autor ganhou destaque. Havia, como medida repreensiva, a necessidade de identificar textos e discursos contrários à Igreja ou à Fé, estabelecendo-se um elo entre o transgressor e sua “obra”. Nota-se que, ao contrário de uma concepção mais moderna, o autor coloca-se em risco pela sua obra, e não em evidência.

Muitos autores foram vítimas da Inquisição, tendo suas obras queimadas ou censuradas, quando eles próprios não perderam a vida.

No século XVII, o autor, além de ser um “culpado virtual”, afigura-se como alguém que recebe patrocínio de aristocratas, em troca de uma dedicatória no livro. Nesse caso, poderia ser beneficiado com uma pensão ou um cargo que garantiria algum ganho. Essa relação, contudo, depende da “benevolência” do nobre, de sua vontade ou bondade.

Com o Iluminismo – o Século das Luzes -, o papel do autor sofreu grandes transformações. Há o ideal do racionalismo e do antropocentrismo, desvinculando-se a figura do autor como um emissário divino ou reproduzidor das tradições orais, emergindo o pensamento individual como algo merecedor de crédito e, mais que isso, digno de prestígio.

A história registra alguns dos mais importantes pensadores nesse período, associando o nome à obra: Baruch Espinoza (“Ética”, 1677), John Locke (“Ensaio sobre o entendimento humano, 1689”), Montesquieu (“Cartas persas”, 1721, e “O espírito das leis”, 1748), Voltaire (“Ensaio sobre os costumes”, 1756), Jean-Jacques Rousseau (“Do contrato social”, 1762), Adam Smith (“A riqueza das nações”, 1776) e Immanuel Kant (“Crítica da razão pura”, 1781, e “Crítica da razão prática”, 1788).

Dessa associação autor e obra, surge a noção de direito natural e estético que fundamentam a propriedade literária. Há afluência do desejo de viver – e auferir riqueza – por meio da própria escrita. Concomitantemente, instaura-se o papel do editor, responsável pela comercialização da obra. O autor depositava um manuscrito registrado com o editor, que imprimia cópias e distribuía aos consumidores. Na Inglaterra e na França, surgem os primeiros autores que cumulam a função de editores da própria obra.

Proteger o autor supõe que algo seja reconhecido de seu direito: impõe-se a ideia de ver as composições literárias como um trabalho; a retribuição desse trabalho é portanto legítima, justificada. Mas, por outro lado, é preciso fazer que o público não seja lesado. [...] Trata-se de um direito que, de um lado, reconhece a propriedade literária, mas que, ao mesmo tempo, limita seu prazo: uma vez que este expira, a obra se torna “pública”. Quando se diz que uma obra caiu no domínio público, isto quer dizer que qualquer um está autorizado a publicá-la, enquanto, antes, o autor, ou os herdeiros, permaneciam seus proprietários exclusivos (CHARTIER, 1999, p. 66).

O papel do autor sofreu grandes alterações ao longo da história, demarcando-se quatro elementos significativamente importantes: um período em que transmitia lendas e mitos orais, em que não possuía grande relevância enquanto papel; o período dos copistas e autores que

ditavam; o período em que a importância do autor era penal – era responsabilizado pelo o que escrevia ou dizia; e o período em que se instaura a propriedade sobre a obra, em que há a ligação entre o produto intelectual e sua comercialização.

2.4.2 A morte do autor em Barthes

Barthes, em seu texto “A morte do autor”, afirma que o autor é uma “personagem” moderna, atribuindo prestígio à pessoa humana, em especial com advento do empirismo inglês, do racionalismo francês e da fé da Reforma. Trata-se de um esforço para ligar a pessoa à sua obra. Todavia, esse esforço, especialmente ligado à crítica literária da época, seria equivocado. Para o autor, a linguística demonstra que a enunciação é um processo vazio, funcionando sem a presença do autor. “O autor nunca é nada mais para além daquele que escreve, [...] um ‘sujeito’, não é uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer ‘suportar’ a linguagem, quer dizer, para a esgotar” (BARTHES, 2004, p. 3).

Esse afastamento do autor transforma o texto moderno. O tempo não é o mesmo sem a presença de um autor, haja vista que, com ele, o texto seria sempre posterior ao autor, que seria um alimentador, com vida e pensamentos anteriores, uma espécie de pai. “O *scriptor* moderno nasce ao mesmo tempo que seu texto; não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, [...] todo o texto é escrito *aqui e agora*”. Um texto torna-se um espaço de dimensões múltiplas e não algo com um sentido único. O papel do escritor é o de misturar as escritas, opô-las, formar um tecido de citações, oriundo da cultura (BARTHES, 2004, p. 3 e 4).

[...] sucedendo ao autor, o *scriptor* não tem já em si paixões, humores, sentimentos, impressões, mas sim esse imenso dicionário onde vai buscar uma escrita que não pode conhecer nenhuma paragem: a vida nunca faz mais do que imitar o livro, e esse livro não é ele próprio senão um tecido de signos, imitação percebida, infinitamente recuada (BARTHES, 2004, p. 4).

Ao se atribuir um autor a um texto, fecha-se o seu sentido, impondo-se. Ao contrário, na escrita moderna, há um lugar em que se encontram escritas e sentidos, frutos de um diálogo intermitente, originário da cultura. Barthes designa esse lugar como o leitor, “um

homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse alguém que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito (BARTHES, 2004, p. 5).

Observa-se que, para Barthes, o “Autor” seria um ser divino em relação ao texto, que atribuiria e fecharia determinado sentido, impondo-o. Entretanto, o texto seria muito mais do que isso, uma vez que seria formado em um contexto histórico-social e em uma dada cultura, complexos, fruto de um tecido formado por outros textos, citados direta ou indiretamente, em concordância ou oposição, cujo sentido seria construído e reconstruído por um leitor, ao qual há a atribuição de um papel de sujeito, transcendente ao ser real, vivo, produtor do sentido e do texto. Assim postula: “o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do autor” (BARTHES, 2004, p. 6).

2.4.3 A questão do autor para Foucault

Michel Foucault, em conferência realizada na *Société Française de Philosophie*, intitulada “O que é um autor”, tece importantes considerações sobre o papel de um autor na composição de um discurso. O pensador parte da premissa de que, à época, a crítica admitia o apagamento do autor como um elemento válido, propondo-se a descobrir os locais onde sua função seria exercida. Para tanto, propõe questionamentos referentes ao nome do autor – impossibilidade de tratá-lo como uma descrição definida e como um nome próprio -, à relação de apropriação – não se trata de um proprietário, inventor ou responsável pelos textos -, à relação de atribuição – atribuição de relações complexas de resultado - e à posição do autor – a posição ocupada pelo autor em dado texto ou campo discursivo.

Foca sua atenção na relação do texto com o autor, figura à qual caracteriza como algo exterior e anterior, ao menos de forma aparente. Parte da formulação de Beckett: “que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala”, atribuindo a essa indiferença o reconhecimento de dois princípios éticos fundamentais, “uma espécie de regra imanente” reiterada, mas não efetivamente aplicada, um princípio que domina a escrita como prática, consistente em dois temas: a expressão e a morte (FOUCAULT, 2001, p. 267-268).

Pode-se dizer, inicialmente, que a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: ela se basta a si mesma, e, por consequência, não está obrigada à forma da interioridade; ela se identifica com sua própria exterioridade desdobrada. O que quer dizer que ela é um jogo de signos comandados menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do

significante; e também que essa regularidade da escrita é sempre experimentada no sentido de seus limites; ela está sempre experimentada no sentido de seus limites; ela está sempre em vias de transgredir e de inverter a regularidade que ela aceita e com a qual se movimenta; a escrita se desenrola como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim para fora. Na escrita não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer (FOUCAULT, 2001, p. 268).

O segundo, o “parentesco da escrita com a morte”, é apresentado por meio da metamorfose da morte enquanto tema da narrativa – papel do herói, na busca da eternidade, pelo sacrifício, ou na fuga da morte – para um direito de a obra ser a “assassina” do seu autor. Esse assassinio manifesta-se com o “desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve”. Trata-se do desaparecimento ou da morte do autor (FOUCAULT, 2001, p. 268-269).

Um problema emerge: o nome do autor. O nome do autor e o nome próprio possuem certa ligação, entre a designação e a descrição. O nome do autor transcende a mera designação, pois compreende elementos de função classificatória, que permitem agrupar certos textos, restringi-los.

Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome do autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em dada cultura, receber certo *status* (FOUCAULT, 2001, p. 274).

Nota-se que o nome do autor não passa do âmbito do discurso para o indivíduo real que o produziu, tal qual o nome próprio, mas ele confere uma “ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser”. Entretanto, não são todos os textos que possuem autores, ao contrário, podem existir redatores ou signatários, que não são o mesmo papel. “A função do autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2001, p. 274).

Partindo da reflexão da função do autor, Foucault apresenta quatro características diferentes. A primeira seria o objeto de apropriação. Um dos elementos importantes da associação do nome do autor com o ato do discurso é a responsabilidade – ideia de

transgressão - pelo que foi dito, assomando-se, posteriormente, ao direito de propriedade, fruto da circulação editorial.

A segunda trata-se da aceitação da função do autor nos discursos. Não eram em todos os gêneros que o papel do autor era considerado pertinente. No passado, alguns textos designados hoje como literários eram aceitos e postos em circulação sem menção ao autor. Nos séculos VII e VIII, o discurso científico era aceito sem essa indicação. Entretanto, outros textos eram avalizados pela função, atribuindo-se credibilidade ao que foi dito, um juízo social, como em “Aristóteles afirma” e “Hipócrates disse”.

Com o tempo, os textos em que essa função apresenta-se imanente alteram-se, como, no século XX, os gêneros literários e científicos. A legitimidade dessa atribuição parece válida cotidianamente, ainda mais com a vasta e plural circulação de textos por meio da Internet, em que alguns gêneros carecem de “autores”, ao passo que outros os tornam imprescindíveis. Observam-se textos anônimos com grande circulação, mas sem o a atribuição de valor de um texto publicado por um reconhecido literato.

A terceira característica da função autor baseia-se no complexo processo em que se forma “um certo ser de razão que se chama de autor”, uma “projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes”, das aproximações, dos traços do discurso. Cada gênero em que se opera essa função apresenta determinadas operações específicas, como o poeta, o romancista, o filósofo e, atualmente, o jornalista. Não se trata, portanto, de um elemento de vontade individual.

A quarta característica diz respeito à pluralidade de egos. Em determinados gêneros em que a função do autor está presente, como em um conto em primeira pessoa, os pronomes e verbos conjugados não remetem à pessoa do escritor, mas a um *alter ego*, o qual pode se aproximar ou distanciar da pessoa que escreve. A função se encontraria entre o espaço da pessoa real que escreve e do locutor presente no texto (FOUCAULT, 2001, p. 279).

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (FOUCAULT, 2001, p. 279).

Foucault aponta que, no século XIX, na Europa, surgiram alguns autores “singulares”, que não poderiam ser comparados nem com os grandes autores literários, nem com os canônicos e os fundadores de ciências. São autores que não somente apresentaram suas obras, e sim uma maneira de produzir discursos. Cita, como exemplo, Freud, fundador da psicanálise, que instaurou discursividade, o que não quer dizer que outros autores não tenham participado do processo de expansão dessa área, mas tal expansão só se tornou possível a partir do discurso de Freud.

[...] a obra desses instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela circunscreve; mas é a ciência ou a discursividade que se relaciona à sua obra como as coordenadas primeiras (FOUCAULT, 2001, p. 274).

Para Foucault, instaura-se o momento de “não estudar os discursos apenas em seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência”. É preciso, portanto, analisar os modos de circulação, como se valorizam os discursos em dada cultura e localidade, como se articulam com as relações sociais e com as pressões existentes. A função autor não está como um fundamento originário do discurso, mas como uma função variável e complexa do discurso (FOUCAULT, 2001, p. 286-287).

A verdade é completamente diferente: o autor não é uma fonte infinita de significações que viriam a preencher a obra, o autor não precede as obras. Ele é um certo princípio funcional pelo qual, em nossa cultura, delimita-se, exclui-se ou seleciona-se: em suma, um princípio pelo qual se entrava a livre circulação, a livre manipulação, a livre composição, decomposição, recomposição da ficção. [...] Diremos que o autor é uma produção ideológica na medida em que temos uma representação invertida de sua função histórica real. O autor é então a figura ideológica pela qual se afasta a proliferação do sentido (FOUCAULT, 2001, p. 288).

É importante frisar que não significa que o autor esteja morto ou inexistente, na verdade, deve-se apagar o autor em “proveito das formas próprias ao discurso”. Emerge-se, nesse contexto, a função autor (FOUCAULT, 2001, p. 294).

2.4.4 O autor em Bakhtin

Os conceitos de autoria, autor e consciência autoral encontram-se difundidos ao longo da obra de Bakhtin. Arán (2014, p. 6-7) propõe a subdivisão do estudo desses conceitos em três períodos: entre 1919-1929, em que há a preocupação em criticar o conhecimento vigente na época e propor uma nova visão, com destaque às obras: “Autor e personagem na atividade estética” e “Problemas da poética de Dostoiévski”; entre 1930-1959, em que o autor dedica-se ao estudo do romance, com “O discurso no romance”; e 1960-1975, período no qual Bakhtin reflete, mais arduamente, sobre questões epistemológicas a respeito das ciências humanas, especificamente com “O problema do texto”.

No primeiro período, Bakhtin (2010b, p. 19-25), no texto “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”, critica o pensamento estético do formalismo russo, caracterizando-o como uma “estética do material”, permeada de estipulações abstratas, que são incapazes de abranger o todo estético. Faltam nessa corrente a relação axiológica entre autor e espectador; a diferença essencial entre o objeto estético e a obra exterior; a distinção entre formas arquitetônicas e composicionais; uma visão estética fora da arte, em especial nas formas estéticas híbridas; e a impossibilidade da existência de uma estética sistemática geral capaz de fundamentar a história da arte.

Contrariamente, o autor e Volochínov consideram a arte como indissociável da vida social, não sendo adstrita a um entremeio de formas.

A arte, também, é imaneamente social; o meio social extra-artístico afetando de fora a arte, encontra resposta direta e intrínseca dentro dela. Não se trata de um elemento estranho afetando outro, mas de uma formação social, o *estético*, tal como o jurídico ou o cognitivo, *é apenas uma variedade do social*. A teoria da arte, conseqüentemente, só pode ser uma *sociologia da arte*. Nenhuma tarefa “imamente” resta neste campo. (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, s.d., p. 3)

No texto “O autor e a personagem na atividade estética” (BAKHTIN, 2010a, p. 3-21), Bakhtin faz a distinção entre autor-criador e autor-pessoa. O autor-pessoa é o indivíduo que existe no mundo, enquanto ser humano, vivo, em um dado contexto histórico-social, e que reflete e refrata os valores desse contexto. O autor-criador é a função estético-formal, constituinte do objeto estético, que dá forma a esse objeto, criando e materializando uma relação com o herói e as personagens, construindo mundos – que podem ou não ter relação de proximidade com o mundo real -, tempos, relações, situações e problemas.

As reflexões bakhtinianas a respeito da categoria *autor* estão fundamentadas numa distinção ontológica elementar e fundamental entre aquele que cria e o objeto de sua criação. A partir daí, Bakhtin se esforçará para distinguir o autor como um criador e diferenciá-lo de outras concepções de autor, como a do estruturalismo, que o coisificam. Isso implica, primeiramente, que o estatuto ontológico do autor é diferente do de sua obra e do de tudo o que nela há, como criação; não se confunde, dessa forma, o autor, o criador, com sua obra. Por isso, o autor não se confunde com as imagens por ele representadas na obra, nem com as personagens por ele criadas ou com quaisquer outros elementos do mundo representado. O autor, na teoria bakhtiniana da autoria, tem um caráter gerador, produtor (MELO, 2017, p. 234).

Essa relação com as personagens e o herói pode ser de simpatia, acentuando-lhes valores positivos, pode ser de antipatia, ditando aspectos negativos, de crítica, de sarcasmo, de piedade ou de intolerância. Ao estipular dada característica à personagem, o autor-criador não apenas constitui um objeto estético como também o impregna de cargas axiológicas, as quais ditarão muitos dos conflitos e da personalidade criada. Estabelece conflitos entre as personagens, inculcando valores no mundo construído, refletindo e refratando valores axiológicos na obra estética.

O autor-criador caracteriza-se, assim, como um momento constitutivo da forma artística, o qual deve experimentar a forma como sua relação axiológica ativa com o conteúdo, para prová-la esteticamente.

Esta atividade da personalidade do criador, organizada a partir do interior, distingue-se substancialmente da personalidade passiva, organizada a partir do exterior, do personagem, do homem-objeto de uma visão artística, física e moralmente determinada: sua determinação é visível, audível, é uma determinação formalizada, é a imagem do homem, a sua personalidade exteriorizada e encarnada. Por outro lado, a personalidade do criador é invisível e inaudível, mas é interiormente experimentada e organizada como uma atividade que vê, ouve, se move, se lembra, uma atividade não encarnada, mas que encarna, e em seguida já está refletida no objeto formalizado (BAKHTIN 2010b, p. 68).

No ato artístico, há o isolamento de atos da vida (ético e cognitivo) e, a partir dessa posição de segregação, são reorganizados e ressignificados, constituindo um novo mundo. O autor-criador é o responsável por essa transposição. Esse ato criativo é complexo, uma vez que dá origem a uma série de refrações. A primeira opera-se na transição entre autor-pessoa e autor-criador, uma vez que o autor-criador – uma posição axiológica refratada do autor-pessoa – é quem realiza a transposição da vida para arte – um segundo processo de refração – e o faz

sob determinada tendência valorativa. Esse deslocamento também ocorre no plano do material.

o autor-criador do objeto estético [...] é uma atividade, a atividade do autor, e integra uma categoria mais complexa, a de *autor*, na qual se constitui em uma de suas quatro faces, porque, além de ser atividade, o *autor* é também o portador de um princípio representador puro, é uma posição e é um posicionamento autoral (MELO, 2017, p. 244).

O ato estético isola certos enunciados concretos, que já são entrecruzados por valorações, e os transferem para um outro plano, dentro de outros enunciados concretos, permeados de valores.

O autor-criador é, assim, uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recortam e se reordenam esteticamente os eventos da vida (FARACO, 2009, p.108).

A consciência do autor-criador excede a consciência da personagem, por saber tudo que ela enxerga e conhece, como enxerga e conhece, suas ansiedades e esperanças. Esse excedente de visão é o que permite ao autor-criador dar o acabamento à obra. Não obstante, o conjunto axiológico manejado pelo autor-criador, na constituição da personagem, é distinto do experimentado em sua vida concreta, na relação “eu” com o “outro”.

Autor: é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta. Na medida em que nos compenetrarmos da personagem e do todo que a conclui não pode ser dado de dentro dela em termos de princípio e ela não pode viver dele nem por ele guiar-se em seus vivenciamentos e ações, esse todo lhe chega de cima para baixo – como um dom – de outra consciência ativa: da consciência criadora do autor. A consciência do autor é a consciência da consciência, isto é, a consciência que abrange e conclui essa consciência da personagem com elementos por princípio transgredientes a ela mesma e que, sendo imanentes, a tornariam falsa (BAKHTIN, 2010a, p.11).

O autor conhece e sabe tudo sobre as personagens tanto no aspecto interior – personalidade, anseio, dúvidas, inseguranças – como no aspecto exterior – na sua ação no mundo estético, das ações das e com as outras personagens -, constituindo um excedente de visão. Ele sabe mais sobre e do que elas, orientando-as na sua vivência no mundo estético – na vida ético-cognitiva criada.

Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento (BAKHTIN, 2010a, p. 23).

Ao entrar em contato com o excedente de visão na atividade estética, Bakhtin (2010a, p.21) pondera:

Esse *excedente* da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse – *excedente* sempre presente em face de qualquer outro indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim. Essa distância concreta só de mim e de todos os outros indivíduos – sem exceção – para mim, e o excedente de minha visão por ele condicionado em relação a cada um deles [...] são superados pelo conhecimento, que constrói um universo único e de significado geral, em todos os sentidos totalmente independente daquela posição única e concreta ocupada por esse ou aquele indivíduo; para ele não existe tampouco a relação absolutamente irreversível “*eu e todos os outros*”, “*eu e o outro*” para o conhecimento, por serem concebidos, constituem uma relação relativa e reversível, uma vez que o sujeito do conhecimento como tal não ocupa um lugar concreto determinado na existência (BAKHTIN, 2010a, p. 22-23).

No complexo universo social criado, o excedente de visão cria instâncias de visão únicas e inacessíveis aos outros: o *eu-para-mim* – constituinte da visão que o “eu” tem de si -, o *eu-para-o-outro* – a visão que o outro tem do “eu”, o *outro-para-mim* – a visão que o “eu” tem do “outro” – e o *outro-para-o-outro* – a visão que o “outro” tem do “outro”. Na estética, o autor-criador detém todo esse excedente de visão, ocupando todas essas instâncias em relação a todas as personagens. Isso não acontece, todavia, quanto esse conceito é transposto para a vida ética do autor-pessoa ou nas relações interpessoais dos indivíduos, no mundo real.

Em O autor e a personagem..., Bakhtin tenta explicar o ato de criação artística no qual o autor, enquanto instância criativa intrínseca, produz a imagem espacial e corporal do herói como objeto de conhecimento e como uma totalidade de sentido. Trata-se de examinar o conceito de autor a partir da vivência estética, defendida como luta ou esforço do artista para configurar uma personagem como um outro de si mesmo, inclusive em uma autobiografia na qual, ao representar-me, eu sou outro para mim e me objetivo. Para isso, o autor deve se “colocar de fora” e ver por fora do mundo íntimo da personagem, ter esse excedente de visão que lhe permite compreender e valorar a partir de outro lugar, inacessível à personagem. Por

isso, talvez, a noção de persona que subjaz a personagem (e que vem da dramaturgia), está proposta também como “herói”, não no sentido mítico, mas como condensador semântico de uma alteridade. Nesse momento inicial, Bakhtin defende uma perspectiva muito racional e controladora da consciência autoral em sua intenção de salvaguardar esta atitude demiúrgica que permite criar uma personagem “como um novo ser em um novo plano da existência” (2006, p.13), mas com a qual não se busca nem a coincidência nem o antagonismo, apenas a força estética através da qual autor e personagem travariam uma relação intersubjetiva e ambos se completariam um ao outro como na vida (ARÁN, 2014, p. 11).

No ato de criação, emerge um grande problema para o autor-criador: a questão da forma espacial da personagem – o corpo. O autor-criador deve dar aparência à personagem, com atributos que coadunem com a criação estética, de acordo com o conteúdo axiológico fornecido a ela, em especial pela relação que esse corpo estabelecerá com as demais personagens. O corpo é carregado de valores, é a exteriorização da alma da personagem e o que lhe dará aparência externa – um rosto -, que mediará as relações no todo estético.

O corpo e a posição da personagem em relação às demais personagens é sempre transpassada por discursos, que refletem e refratam determinados valores. Esses valores são fruto da consciência gerada pela personagem, a qual interage dialogicamente com as outras personagens, criando uma atitude responsiva no leitor – ouvinte.

Na composição da obra, existem três participantes: o autor-criador, o herói e o ouvinte. Trata-se de uma “força viva que determina a forma e o estilo e são distintamente detectáveis por qualquer contemplador competente”. (VOLOCHÍNOV e BAKHTIN, (s.d.), p. 18)

O autor-criador tem uma relação de valores com o herói e com o receptor imanente (ouvinte). Esse receptor (ouvinte) possibilita a transposição, para o plano da obra, de manifestações dialógicas sociais, por meio de múltiplas vozes (FARACO 2010).

O ouvinte não é o sucedâneo do autor nem ocupa o seu lugar: trata-se antes de uma instância independente do evento da criação artística. Além disso, o ouvinte tem uma posição bilateral, visto que apresenta diferentes graus de proximidade com relação ao autor, de um lado, e com respeito ao herói, do outro (SOBRAL, 2009a, p. 68).

Esse receptor (ouvinte), todavia, não se confunde com o público real, empírico, mas trata-se de uma “imagem” do interlocutor a que o autor se dirige e que, de certa forma, determina a estrutura da obra (VOLOCHÍNOV e BAKHTIN, (s.d.), p. 18).

Por outro lado, o herói não se confunde com o autor, nem vem de um ato consciente e autônomo deste. Entidade autônoma, ele tem seu papel próprio

a desempenhar na dupla interação com, de um lado, o autor, e, do outro, o ouvinte; é o centro das avaliações inerentes a todo enunciado, avaliações que entram na composição da própria materialidade da obra, em sua forma moldadora, e não se reduzem portanto a conteúdos que eventualmente se incorporem a ela nem a formas cristalizadas de avaliação, ainda que estas também tenham sua relevância, dado que todas as avaliações vêm, naturalmente, do universo social e histórico das interações entre os seres humanos (SOBRAL, 2009a, p. 67).

Nesse primeiro período de estudo sobre a autoria, destacam-se algumas características: o autor-criador é uma instância estético-formal valorativa, que dá liberdade às consciências das personagens, as quais se relacionam profundamente, estabelecendo tensões, conflitos, discórdias, concórdias, ao passo que a consciência autoral estabelece-se além das consciências, em uma espécie de fronteira, tendo a visão do todo. A consciência autoral não é neutra, é perpassada de valores, estabelecendo relações dialógicas com as personagens, seus valores, dando uma visão de mundo possível – que não é única – a qual é remodelada pelo ouvinte da obra, a cada novo contato.

Há uma mudança de paradigma proposta pelo Círculo de Bakhtin, de uma visão estética abstrata formal para uma visão estético-valorativa, viva, em contato com mundos possíveis, permeada de valores, organizada pelo autor-criador, mas que não é detentor da última palavra, a qual, provavelmente, será dada pelo leitor, no momento do contato com o objeto estético.

O segundo período, demarcado por Arán (2014, p.18), baseia-se no texto “O discurso no romance”, no qual Bakhtin analisa a pluralidade de vozes no romance. Trata-se de um desenvolvimento da teoria já formulada pelo Círculo de Bakhtin sobre o signo ideológico e toda sua repercussão nos gêneros do discurso. O romance é a representação do plurilinguismo social, sendo o autor-criador a consciência organizadora das vastas vozes existentes na obra, em uma arena dialógica. Ele o faz de uma fronteira, imprimindo o tom ao discurso, por meio da palavra mascarada – nem que haja a tentativa de apagamento da voz alheia - ou bivocal – demarcando-se o discurso sobre o discurso. Assim, mais do que narrar uma história, mostra-se o discurso histórico-social vigente em dada situação, evidenciando os enunciados sociais. Melo (2017, p. 244) afirma que,

na arte, o autor é dotado, pela alteridade, de um excedente de visão e de conhecimento, está numa posição distanciada e consegue, por isso, dar acabamento aos acontecimentos que formaliza esteticamente; este é um dos motivos pelos quais ele não vivencia a vida da personagem com as mesmas categorias axiológicas com que vivencia sua própria vida e a de outras

pessoas. Estando numa posição transgrediente, o autor consegue ver e saber mais do que as personagens sabem e veem tanto de si próprias quanto das outras personagens; ele consegue dar-lhes acabamento, envolvê-las num todo axiológico-temporal, axiológico-espacial e de sentido, circunscrevê-las numa existência delimitada, controlar seus passos, seu pensar; ele consegue dizer onde e quando elas começam sua existência e onde e quando elas a terminam (MELO, 2017, p. 244).

Outro conceito importante desse período é o cronotopo. O autor-criador, por meio de sua consciência autoral, é capaz de captar sutilezas e imaginários – histórico e socialmente -, que a cultura manifesta em formas diferentes. Nesse processo, o autor-criador coloca-se à margem, interpretando e recriando dada realidade.

Na perspectiva bakhtiniana, os diferentes cronotopos seriam apenas manifestações da interpretação de formas identitárias que fornecem as culturas em processos cumulativos, de modo que nelas se lê a modelagem da imagem sócio-histórica do homem, nunca homogênea. Em seus registros polifônicos, as obras literárias dão conta dessas tensões e contradições e seus “motivos” constituem a representação concreta de tais abstrações. O autor de uma novela é sempre intérprete de seu tempo porque sabe ler “os indícios do curso do tempo em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e ideias humanas (até conceitos abstratos)” (ARÁN, 2014, p. 18).

Com os conceitos de polifonia e cronotopo, Bakhtin reestrutura a forma de pensar o autor-criador, imputando à consciência autoral a capacidade de ler, interpretar e projetar realidades sociais, incorporando-as à arquitetura do romance.

Para Melo (2017, p. 258),

forma arquitetônica é definida por meio da noção de relação axiológica como *expressão da atividade criativa, determinada axiologicamente*. Nessas considerações sobre a forma arquitetônica, há uma forte relação com *expressão*. Assim, forma arquitetônica é concebida como *a expressão da atividade criativa de um sujeito esteticamente ativo*, como constatamos em [22]. Há, desse modo, uma relação entre *forma arquitetônica* e *sujeito esteticamente ativo*, que chamamos de autor-criador/autor-contemplador. Em [23], Bakhtin comenta que a “concepção da forma como a expressão da atividade não é estranha à teoria da arte”. Desse modo, a forma é concebida como *a expressão de uma atividade*, e, neste caso, evidentemente, essa atividade é a relação estético-autoral do autor com o conteúdo (MELO, 2017, p. 258).

No terceiro período, o autor faz uma releitura do conceito de autoria, em “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, defendendo que o conceito se aplica a todo enunciado. Parte da afirmação de que o texto é o dado primário de todas as

ciências humanas, uma vez que “todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve)”, constituindo-se por determinada linguagem, que é reproduzida e repetida, ao que se soma o enunciado – aquilo que é individual, único e irrepetível, no qual “reside todo o seu sentido” (BAKHTIN, 2010a, p. 308-311).

Melo (2017, p. 276) explica que o autor, no enunciado não literário, não é o autor-criador, característico do objeto estético, mas simplesmente autor. Para chegar a essa conclusão, aponta que o

autor do enunciado concreto literário ou não literário é o homem falante no/do mundo, sujeito histórico, cômico, tão bem explicado por Bakhtin por meio de expressões como autor-pessoa e autor-homem e também por Medviédév e Volochínov no curso de suas teorizações a respeito do enunciado concreto. O autor-criador se constitui por meio de sua atividade e da forma arquitetônica, que é a expressão da atividade produtiva de formalização axiológica do sujeito esteticamente ativo enquanto componente do objeto estético, e não do enunciado; não é, assim, o autor do enunciado, mas um componente do objeto estético, como um polo gerador sem o qual o objeto estético não existiria. Dessa forma, o autor-criador não é um componente da obra, mas, mais precisamente, do objeto estético (MELO, 2017, p. 276/277).

Sendo o texto o objeto primário das ciências humanas, todo discurso produzido na área é, na verdade, um discurso sobre o discurso. Sempre há a voz alheia, uma construção histórico-social.

É possível que toda a palavra sem objeto e monovocal seja ingênua e imprestável para a criação autêntica. Toda voz autenticamente criadora sempre pode ser apenas uma *segunda* voz no discurso. Só a segunda voz – a *relação pura* – pode ser até o fim desprovida de objeto, sem abandonar a sombra substancial figurada. O escritor é aquele que sabe trabalhar a língua estando fora dela, aquele que tem o dom do falar indireto (BAKHTIN, 2010a, p. 315).

Para alcançar essa segunda voz, o autor precisa colocar-se além da língua, em uma posição marginal, tangente, e entrar em contato com a língua alheia, a voz social.

Um estenograma do pensamento humanístico é sempre o estenograma do diálogo de tipo especial: a complexa inter-relação do *texto* (objeto de estudo e reflexão) e do *contexto* emoldurador a ser criado (que interroga, faz objeções, etc.), no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista. É um encontro de dois textos – do texto pronto e do texto a ser criado, que reage; conseqüentemente, é o encontro de dois sujeitos, dois autores (BAKHTIN, 2010a, p. 311).

Todo enunciado prescreve o diálogo e, portanto, toda interpretação é um conjunto complexo de operações dialógicas, formado no espaço entre consciências. O texto é uma imagem de dada realidade, moldurada pelo autor, com base em outras imagens da realidade. Trata-se da imagem da imagem. O leitor – interlocutor – forma uma imagem da imagem da imagem. Trata-se do reflexo do reflexo. Por isso, considerando-se a cadeia ininterrupta de enunciados – dialógicos -, o processo de interpretação é ativo, responsivo, complexo e dinâmico. A cada novo contato com o enunciado – que é sempre um enunciado novo – há uma interpretação – também sempre nova.

O enunciado nunca é apenas um reflexo, uma expressão de algo já existente fora dele, dado e acabado. Ele sempre cria algo que não existia antes dele, absolutamente novo e singular, e que ainda por cima tem relação com o valor (com a verdade, com a bondade, com a beleza, etc.). Contudo, alguma coisa criada é sempre criada a partir de algo dado (a linguagem, o fenômeno observado da realidade, um sentimento vivenciado, o próprio sujeito falante, o acabado em sua visão de mundo, etc.). Todo o dado se transforma em criado (BAKHTIN, 2010a, p. 326).

O autor afirma ainda que estudar o dado sempre é mais fácil do que o criado. O dado - a língua, os elementos da estatística, o fenômeno biológico – é sempre anterior à obra, o criado. As ciências humanas transmutam o dado em criado, o sistema – a palavra abstrata - em enunciado, por meio da atuação autoral (BAKHTIN, 2010a, p. 326).

Todo enunciado não tem só um autor, mas também um destinatário – variável -, o qual é antecipado pelo autor – por meio da projeção da responsividade do destinatário, valores, expectativas, proximidade, compreensibilidade. A esses dois sujeitos do enunciado, soma-se um terceiro: o supradestinatário.

O autor nunca pode deixar plenamente a si mesmo e toda a sua obra feita de discurso à mercê plena e *definitiva* dos destinatários presentes ou próximos (porque até os descendentes mais próximos podem equivocar-se), e sempre pressupõe (com maior ou menor consciência) alguma instância superior de compreensão responsiva que possa deslocar-se em diferentes sentidos. Cada diálogo ocorre como que no fundo de uma compreensão responsiva de um terceiro invisivelmente presente, situado acima de todos os participantes do diálogo (parceiros) (BAKHTIN, 2010a, p. 3).

Bakhtin, no texto “Apontamentos de 1970-1971”, traz uma visão complementar à questão da autoria: a presença do autor como uma máscara:

Diversas formas assumidas de autoria do discurso, dos mais simples enunciados da fala cotidiana aos grandes gêneros literários. É praxe falar de máscaras do autor. Contudo, em que enunciados (manifestações verbalizadas) se exprime a pessoa, e não haveria aí máscara, isto é, autoria? A forma da autoria depende do gênero do enunciado. Por sua vez, o gênero é determinado pelo objeto, pelo fim e pela situação do enunciado. As formas de autoria e o lugar (posição) ocupado pelo falante [...]. Quem fala e a quem se fala. Tudo isso determina o gênero, o tom e o estilo do enunciado: a palavra do líder, a palavra do juiz, a palavra do mestre, a palavra do pai, etc. É isso que determina a forma da autoria. A mesma pessoa real pode manifestar-se em diversas formas autorais (BAKHTIN, 2010a, p. 389-390).

Em especial, para o presente trabalho, mostram-se oportunas as concepções do terceiro período do conceito de autor no Círculo de Bakhtin, segundo a designação de Arán (2014).

O autor é uma posição formal-volitivo-axiológica do locutor, em que, consideradas as condições de produção e o gênero do discurso, produz um enunciado. Esse enunciado é dialógico por excelência, estabelecendo relações com o dado, com os discursos produzidos ao longo da história e com o criado – o enunciado. Todo enunciado possui autor, o qual enuncia de dada posição, utilizando-se de uma máscara autoral. A interpretação do enunciado é uma atitude dialógica e responsiva. Todo enunciado prescreve três instâncias: o autor, o ouvinte e o supradestinatário. O autor, utilizado na análise do *corpus*, não é o autor-criador, mas, sim, aquele de todo enunciado concreto.

2.4.5 Chartier, Barthes, Foucault e Bakhtin: aproximações e distanciamentos

Chartier traz importante contribuição à compreensão do conceito de autor ao estabelecer um esboço histórico. Em um primeiro momento, apresenta que o autor era o transmissor de lendas e mitos orais, não possuindo relação direta com o conteúdo, ainda que imprimisse traços pessoais à narrativa. O que importava, na verdade, era a história e não quem a contava. Em um segundo período, a importância era um pouco mais significativa do que no primeiro momento. Foi o momento marcado pelos copistas. O livro era algo extremamente raro e caro, ao passo que a leitura era restrita à aristocracia e clero. O autor ditava o conteúdo, enquanto os copistas reproduziam o conteúdo.

No terceiro período, cresce a importância do autor, em especial no período da Inquisição. O autor – ou pessoa responsável pelo texto – poderia sofrer sanções penais

severas, principalmente se o conteúdo infringisse algum paradigma da Igreja. Havia mais uma questão negativa do que positiva em torno da figura do autor. No último período, instaurado após o desenvolvimento da prensa de Gutenberg, cresce a importância do autor, principalmente na esfera jurídica, mas não com o propósito punitivo, e sim patrimonial. Com a maior tiragem, havia a questão dos frutos auferidos pela circulação da obra.

Chartier possui pouca significância para a compreensão do pensamento de autor enquanto elemento produtor do enunciado. Não há traços semelhantes em relação ao pensamento de Bakhtin, haja vista que a preocupação de Chartier é pensar no papel histórico do autor, visto como autor-pessoa e não autor-criador do enunciado. Justifica-se a sua inclusão no trabalho para se ter uma visão panorâmica da história.

Barthes pondera que o “autor” seria um ser “divino” em relação ao texto, que atribuiria e fecharia determinado sentido, impondo-o. Entretanto, o texto seria muito mais do que isso, uma vez que seria formado em um contexto histórico-social e em uma dada cultura, complexos, fruto de um tecido formado por outros textos, citados direta ou indiretamente, em concordância ou oposição, cujo sentido seria construído e reconstruído por um leitor, ao qual há a atribuição de um papel de sujeito, transcendente ao ser real, vivo, produtor do sentido e do texto. Assim postula: “o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do autor” (BARTHES, 2004, p. 6).

Barthes se aproxima de Bakhtin no momento em que aduz que o autor não detém todo o sentido do texto, não constitui um ser divino, que fecha um todo de sentido. Ao contrário, pondera que o texto é um produto de um contexto histórico-social, que está sempre aberto, imputando ao leitor o papel de produtor de sentido. Para Bakhtin, autor é uma posição formal-volitivo-axiológica do locutor. Esse autor direciona dado sentido, que sempre é completado pelo interlocutor, em uma relação dialógica. Ambos concordam que o texto é um produto de determinado contexto histórico-social, que não possui um sentido final, mas sentidos possíveis.

Barthes e Bakhtin rejeitam o conceito de autor como “única e autêntica origem do texto”. No entanto, seus caminhos são bem diferentes: interessado na reflexão sobre a língua/linguagem, Barthes encontra na linguística da enunciação a base teórica para sua rejeição; [...] Bakhtin enfatiza a relação eu/outro, necessária não somente na criação artística, mas também na própria constituição da consciência, que se realiza sempre por meio da linguagem. Do mesmo modo, revela a importância que dá à dinâmica da vida social cotidiana para a explicação e circulação das formas de criação artística, na verdade, na explicação e circulação das formas de criação cultural como um

todo, que constituem os domínios não somente da estética, mas também da ética e da cognição (MARCHEZAN, 2015a, p. 200).

Em Bakhtin, o autor é uma instância muito mais complexa, com participação muito maior no que tange ao produto – o enunciado –, principalmente considerando-se a complexa cadeia axiológico-dialógica em que o enunciado é produzido, como bem pontua Marchezan (2015a, p. 198). Não se nega a influência de todos os elementos ideológicos existentes no contexto histórico-social, mas também não limita o papel do autor na mobilização de vozes e enunciados, na constituição de uma materialidade enunciativa.

Foucault traz a distinção entre autor e escritor. Problematiza a questão do nome do autor enquanto nome próprio e enquanto designação atribuída a um texto. Aponta para o esforço de o escritor apagar suas marcas pessoais do texto na escrita contemporânea. O autor seria um instaurador de discursividade, ao passo que o escritor se aproximaria, em certos aspectos, ao autor de Bakhtin, principalmente no tocante à possibilidade da manipulação de vozes sociais, com apropriação, citação e apagamento de marcas do discurso alheio e próprio.

As noções trazidas por Chartier, Barthes e Foucault são importantes para estabelecer aproximações e distinções em relação ao pensamento do Círculo de Bakhtin. As reflexões bakhtinianas, respeitadas as particularidades e objetivos de cada um dos pensadores, mostram-se além de seu tempo. Demonstram a preocupação não apenas com a arte e a literatura, tão menos com a questão jurídica da autoria, mas também em relação a todos os enunciados, desde o mais simples diálogo contemporâneo até a complexidade da obra de Dostoiévski.

Para o presente trabalho, cujo *corpus* constitui-se de redações produzidas no contexto de vestibular, as concepções do Círculo de Bakhtin, especialmente as presentes no texto “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, no que diz respeito à autoria, mostram-se mais pertinentes, permitindo maior problematização do objeto de estudo.

2.4.6 Da autoria nas redações

Considerando todo o universo que abrange o gênero do discurso “Redação Argumentativa Escolar”, suas condições de produção, é possível admitir a autoria nos enunciados dos alunos (vestibulandos ou produtores)? Se sim, como enxergá-la e caracterizá-la?

Bakhtin, conforme já mencionado anteriormente, no texto “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, defende que “todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve)” (BAKHTIN, 2010a, p. 308). Cada “Redação Argumentativa Escolar” é um enunciado concreto, materializado em um gênero do discurso, de acordo com determinadas condições de produção, e possui um acabamento composicional. Esse acabamento composicional é a manifestação do que se chamará de autoria, a qual não deve ser confundida com a atividade do autor-criador, mas, tão somente, a manifestação do autor.

Entendemos, assim, que tanto Bakhtin quanto Medviédev concordam com a existência de um momento de atividade estética não só no domínio da ciência, mas em quaisquer outros, o que conferirá acabamentos composicionais – superficiais, convencionais, discursivos, determinados por causas externas, de caráter relativo, semiartístico – a enunciados das mais diversas naturezas. Assim como Bakhtin, Medviédev reconhece que só a esfera de criação artística tem como marca fundamental e específica o acabamento no sentido rigoroso do termo. Aquele acabamento que é interno ao próprio objeto e que o exaure, aquele que afeta o objeto (estético) do enunciado, que ingressa nele como um de seus componentes, que o finaliza, que o esgota, o acabamento essencial, objetivo e temático só o encontramos na atividade estética; no nosso caso específico, na literatura. Convém lembramos, para finalizar essa discussão, que o autor-criador é a atividade criadora, de um sujeito esteticamente ativo, encontrada na forma arquitetônica que integra o objeto estético, o que não se dá com a ciência, por exemplo (MELO, 2017, p. 280).

Não obstante, a autoria não se restringe ao acabamento composicional, mas também ao estilo como o discurso é transposto a dado gênero do discurso, além da seleção e recorte das vozes sociais, integrantes da forma do conteúdo. A autoria ocorre nesse complexo, em que esses elementos se entrelaçam, formando o enunciado.

Uma das formas de manifestação dessa autoria é no manejo das vozes sociais: como o autor seleciona, recorta e enuncia o discurso existente em dado contexto histórico-social, dando ênfase ao discurso do outro ou o apagando. A esse manejo, a esfera Escolar designa de repertório. Esse enunciado, em termos bakhtinianos, é materializado em dado gênero do discurso – a “Redação Argumentativa Escolar”. A maneira como o autor materializa esse discurso, considerando a forma do material e a forma composicional, isto é, a maneira como o enunciadador utiliza-se do código, somado ao manejo das vozes (ou repertório), também demonstra aspectos da autoria.

Características associadas à textualidade, como a coerência e a coesão; além da seleção vocabular, são indicativas da presença do autor, seja por meio da precisão, seja pelas lacunas e falhas indesejadas. O acabamento dos enunciados, no que tange ao material e à forma composicional, também traz importantes indícios da autoria, como a estruturação dos parágrafos e número de linhas.

No entanto, não se deve esquecer de outro elemento atinente à autoria, se não o mais importante, manifesta-se por meio da forma do conteúdo, através do recorte temático, dentro das vastas possibilidades existentes nos contornos de determinado assunto; da transposição dos valores axiológicos da relação autor com o mundo, restrita, ainda, por acepções das condições de produção, que integram o gênero do discurso e a forma composicional.

A autoria da “Redação Argumentativa Escolar” envolve aspectos relacionados ao acabamento. Há a coabitação, em relação extremamente próxima, se não indissolúvel, da forma do conteúdo, da forma composicional e da forma do material. Esses três elementos materializam-se em enunciados, os quais se manifestam em um gênero do discurso, no caso, a “Redação Argumentativa Escolar”.

Para formar o seu discurso, o indivíduo faz um recorte dos discursos que circulam socialmente, os quais se encontram em relações dialógicas de alteridade, suscitando uma série de atitudes responsivas. Ao recortar, o sujeito apropria-se do discurso, organiza-o de uma maneira particular e transpõe-no como discurso próprio.

O autor, que circula em incontáveis esferas e está em contato, da mesma forma, com incontáveis discursos, sofre um processo de transformação, amoldando-se. Esse autor exerce uma posição social (um papel interpretado – o vestibulando), que amolda o discurso de acordo com a expectativa gerada por um ouvinte (o Avaliador ou leitor presumido), do qual se espera a adesão ao discurso veiculado.

A autoria manifesta-se exatamente nesse processo, em que o autor recorta os discursos sociais, lidando com as diferentes vozes – as diferentes informações disponíveis ao vestibulando; apropria-se deles, transporta-os, enunciando, com traços mais ou menos marcados de sua individualidade, buscando a aprovação do ouvinte (Avaliador ou leitor presumido).

3 DO GÊNERO “REDAÇÃO ARGUMENTATIVA ESCOLAR”

O gênero do discurso, segundo a definição bakhtiniana, são formas relativamente estáveis de enunciados, produzido em dada esfera da atividade humana, sendo composto por conteúdo temático, estilo e construção composicional, elementos indissociáveis. São subdivididos em gêneros primários e secundários.

Dentre as diversas esferas da atividade, a esfera “Escolar” é uma das de maior importância, por ditar as referências do processo educacional, seguindo determinadas orientações do Estado. Nesse passo, é importante ressaltar alguns aspectos e orientações fornecidas pelo Ministério da Educação, para, então, destacar o discurso circulante na esfera “Escolar”, com vistas a pormenorizar o gênero do discurso “Redação Argumentativa Escolar”. Essa análise não apenas é complementar e subsidiária mas fundamental, uma vez que todo o vestibular e o Ensino Básico são regidos por essas prescrições.

3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais: princípios norteadores

O Estado, por meio do Ministério da Educação, regula e prescreve os ditames e princípios norteadores do Ensino Básico e Superior no país. A prática educacional deve estar em consonância com essas determinações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio são documentos indispensáveis nesse sentido e, ainda que muitos educadores discordem de alguns elementos integrantes desse todo, há a exigência do cumprimento dessas determinações. Os vestibulares, enquanto um exame para o acesso ao ensino superior, estão adstritos a esses preceitos.

Na verdade, a normatização estipula as disciplinas e os conteúdos básicos ministrados nas escolas de todo país. Os vestibulares possuem autonomia para formularem suas questões, cobrarem determinados conteúdos que considerem indispensáveis, desde que não violem os paradigmas governamentais, isto é, a norma. Dessa maneira, o estudo do gênero do discurso “Redação Argumentativa Escolar” não pode ignorar as orientações e prescrições a esse respeito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem a incumbência de prescrever as normas e princípios básicos da educação nacional, direcionando, orientando e

limitando as práticas do poder público, garantindo o acesso à educação básica a todos os cidadãos, com atenção especial às crianças e adolescentes. O artigo segundo da lei estipula os princípios, sobre os quais todo o sistema de ensino será baseado, *in verbis*:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (MEC, 1996).

O legislador, ao elaborar o texto legal, teve a preocupação de deixar explícita a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento do aluno, com o objetivo de prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho. O exercício da cidadania compreende a plena consciência do indivíduo de que é um sujeito possuidor de direitos e obrigações, inserido em um ambiente social e político, desempenhando um papel específico, em busca do desenvolvimento do bem comum.

O artigo 35 da LDB reitera os princípios básicos, com ênfase na fase final da educação, especificando, em seu inciso terceiro, “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Esse ponto discrimina alguns elementos que são diretamente trabalhados e exigidos no processo ensino-aprendizagem da redação escolar, principalmente do gênero do discurso “Redação Argumentativa Escolar”, o qual exige a análise crítica do mundo, estimulando um processo de autonomia intelectual (MEC, 1996).

O artigo 36 do mesmo diploma legal orienta as práticas pedagógicas do sistema de ensino, do qual se extrai a relevância do ensino da língua portuguesa, requisito indispensável para o processo de comunicação, diretamente atrelado à convivência social, inserção no mercado de trabalho e exercício da cidadania.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; [...]

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: [...]

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem (MEC, 1996);

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, em sua Parte II, orientam o ensino das linguagens, códigos e suas tecnologias, com o escopo de promover efetividade aos princípios integrantes da LDB.

A linguagem é considerada aqui como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido (MEC, 2000, p. 5).

A linguagem é o dispositivo indispensável à comunicação, à transmissão de conhecimentos, à interação social. Em especial, a linguagem verbal é de suma importância, por permitir a comunicação oral e escrita, através de enunciados, produzindo e representando sentidos de mundo.

Nas práticas sociais, o espaço de produção de sentidos é simultâneo. Como diz Bakhtin, a arena de luta daqueles que procuram conservar ou transgredir os sentidos acumulados são as trocas linguísticas, relações de forças entre interlocutores. [...] O caráter dialógico das linguagens impõe uma visão de mundo muito além do ato comunicativo superficial e imediato. Os significados embutidos em cada particularidade devem ser recuperados pelo estudo histórico, social e cultural dos símbolos que permeiam o cotidiano (MEC, 2000, p. 6).

Toda linguagem carrega, em si, uma visão de mundo, permeada de significados que extrapolam o seu aspecto formal. Dessa forma, a linguagem não deve ser estudada apenas sob o prisma formal, mas também em sua acepção social, integrante de um ato de interação, produzido e atrelado a uma determinada cultura, contexto social e cultural. Esses elementos, em conjunto, permitem melhor entendimento das razões de emprego, das valorações, representações de uso e dos interesses envolvidos no ato de representação e comunicação.

O caráter sócio-interacionista da linguagem verbal aponta para uma opção metodológica de verificação do saber linguístico do aluno, como ponto de partida para a decisão daquilo que será desenvolvido, tendo como referência o valor da linguagem nas diferentes esferas sociais (MEC, 2000, p. 18).

“A interação é o que faz com que a linguagem seja comunicativa. Esse princípio anula qualquer pressuposto que tenta referendar o estudo de uma língua isolada do ato interlocutivo” (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Parte II, p. 18). A comunicação, representação do mundo por meio da linguagem, a interação e a produção de

enunciados devem ser o mote do ensino aprendizagem da língua. As vastas possibilidades de comunicação precisam orientar a produção do aluno, especialmente sob a perspectiva de inserção social e ingresso no mercado de trabalho.

Para tanto, deve-se lembrar que a “unidade básica da linguagem verbal é o texto, compreendido como a fala e o discurso que se produz, e a função comunicativa, o principal eixo de sua atualização e a razão do ato linguístico” (MEC, 2000, p. 18).

Por isso, os enunciados devem ser o ponto de encontro de todas as práticas do ensino da língua materna. Todavia, esses enunciados não são um elemento teórico, dissonante da sociedade e da prática comunicativa. É, ao contrário, um “produto de uma história social e cultural, único em cada contexto, porque marca o diálogo entre os interlocutores que o produzem e os outros textos que o compõem. O homem é visto como um texto que constrói textos” (MEC, 2000, p. 18).

Trata-se, portanto, de um ato dialógico, constituído em uma arena de vozes sociais, por meio da alteridade. Esse fato permite reconhecer diferentes pontos de vista e leituras sobre um mesmo objeto. A opção por um ponto de vista coerente faz parte da reflexão consciente do aluno, formatando um ato de liberdade.

O ponto de vista, qualquer que seja, é um texto entre textos e será recriado em outro texto, objetivando a socialização das formas de pensar, agir e sentir, a necessidade de compreender a linguagem como parte do conhecimento de si próprio e da cultura e da responsabilidade ética e estética do uso social da linguagem materna (MEC, 2000, p. 23).

Não obstante, o aluno deverá compreender e dominar a leitura e a produção de vários gêneros textuais – utilizado como gênero do discurso, haja vista as necessidades da comunicação humana. Cada esfera da atividade humana adapta a linguagem de forma que promova, eficazmente, a interação e a comunicação. Nesse teatro, os gêneros do discurso são fundamentais para a prática educacional.

3.2 Do discurso circulante quanto ao gênero: “Redação Argumentativa Escolar”

O gênero do discurso “Redação Argumentativa Escolar” constitui um dos gêneros mais praticados na escrita na tradição escolar, especialmente no Ensino Médio. A maioria dos vestibulares utilizam esse gênero em sua prova de redação, parte fundamental do exame

vestibular, compondo, em alguns casos, cerca de vinte por cento da nota final do candidato. Dada a importância dessa prova, existe uma preocupação sistemática de candidatos e professores no tocante à aprendizagem e execução dessa tarefa. É o que defende Cereja e Magalhães (2000, p. 290):

A maior parte dos vestibulares do país solicita aos candidatos a produção de um texto dissertativo. Apesar disso, quase sempre os temas propostos exigem a análise de um problema, o posicionamento do aluno a respeito dele e, eventualmente, a indicação de soluções. Por essa razão, o que se espera do aluno, no caso, é que ele produza um texto argumentativo ou dissertativo-argumentativo. Enquanto no texto dissertativo a principal finalidade é apresentar, expor determinadas ideias, no argumentativo a intenção é persuadir o leitor.

Exatamente por essa utilização, o estudo do gênero se torna tão importante. Via de regra, no Ensino Médio, as escolas do país subdividem o ensino da Língua Portuguesa em três “Frentes” ou “Disciplinas”: “Gramática”, “Literatura” e “Redação”. Essa subdivisão, de acordo com os materiais didáticos, sejam apostilados ou não, promoveria maior especialização da área, visando ao melhor desempenho do aluno, considerado, então, um “candidato” em potencial. Essa tem sido a dinâmica das escolas do país, especialmente as particulares, centros “especializados” no vestibular.

O discurso “especializado” da “Redação” originou uma série de “prescrições”, muitas vezes camufladas sob a égide de “dicas”, “recomendações” ou “tradição”, que, independentemente da designação, amolda o projeto de dizer do aluno e, mais que isso, acaba suprimindo elementos de sua vontade, liberdade, autoria e criatividade. Essa voz sustenta-se como um traço sistêmico de submissão das escolas particulares do país às estipulações dos vestibulares.

Concordando ou não, os candidatos são submetidos a esse regime, uma vez que, ao se inscrever no exame vestibular, o candidato “concorda” com “todos os termos” e estipulações, obrigando-se, inclusive, a abrir mão de possíveis recursos. Socialmente, o discurso circulante fomenta a necessidade do Ensino Superior para o sucesso profissional, ainda mais nas carreiras mais tradicionais e supostamente melhor remuneradas. Cresce a importância do ensino de “qualidade” e da “preparação” para o vestibular. Essa é a prática. Esse é o discurso. Não cabem discussões. Esse é o sistema.

Dessa maneira, mostra-se relevante a descrição do discurso circulante na esfera “Escolar” sobre a “Redação Argumentativa Escolar”, expondo alguns recortes de materiais

didáticos existentes, transmissores das “prescrições” necessárias à “apropriação” do gênero e à aprovação no vestibular. É importante consignar que o uso da expressão “estrutura ortodoxa”, doravante, remete ao discurso dominante nessa esfera, à tradição, aos costumes, no tocante ao processo “ensino-aprendizagem” do gênero. Trata-se daquilo que se convencionou como estrutura.

O primeiro passo dessa descrição é a definição do gênero textual. A “Redação Argumentativa Escolar” é um gênero em que o aluno deve manifestar-se a respeito de um tema. São admitidas duas formas desse gênero, no contexto escolar: argumentativa e expositiva. A expositiva exige articulação de informações, cuja intenção é transmitir determinado conhecimento, ao passo que a argumentativa visa ao convencimento, à persuasão ou a aceitação de determinada hipótese como verdadeira (CEREJA e MAGALHÃES, 2000, p. 290).

Nesse estudo, o que se designou de “Redação Argumentativa Escolar”⁸ é a argumentativa, recortando-a dentre outras possibilidades e classificações. A respeito, destaca-se a publicação “A redação no Enem 2012: guia do participante”:

Um texto dissertativo difere de um texto dissertativo-argumentativo por não haver a necessidade de demonstrar a verdade de uma ideia, ou tese, mas apenas de expô-la. Você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas dissertativo, ou seja, expor um aspecto relacionado ao tema sem defender uma posição, sem defender uma tese. Isso não atenderá às exigências para avaliação dessa competência (MEC, 2012a, p. 17).

É em sentido análogo que Abaurre e Abaurre (2007, p.277) explicam:

A dissertação é um texto que se caracteriza por analisar, explicar, interpretar e avaliar os vários aspectos associados a uma determinada questão. A finalidade da dissertação, portanto, é explicitar um ponto de vista claro e articulado sobre um tema específico. Em alguns casos, além da análise cuidadosa e detalhada de um tema, espera-se que o texto também apresente os argumentos para a defesa de um ponto de vista. Quando isso ocorre, tem-se a dissertação argumentativa.

Costa (2009, p. 93) informa que a “Redação Argumentativa Escolar” é um tipo de texto bastante usado nas escolas básicas, cuja função é a defesa de um ponto de vista, a respeito de um tema proposto pelo professor.

⁸ Nessa parte do trabalho, não haverá a distinção entre os gêneros “Redação Argumentativa Escolar” e “Redação Argumentativa Escolar ENEM”, por ser dessa maneira que circula na esfera “Escolar”.

Fiorin e Savioli (2005, p. 298-299) esclarecem que o texto dissertativo é um tipo de texto que analisa e interpreta fatos da realidade, utilizando-se de conceitos abstratos, de caracteres genéricos, amplos e, não raras vezes, abstraídos do tempo e do espaço.

Nuno (2012, p. 722) pontua que o texto dissertativo é a apresentação de ideias sobre determinado assunto, cujo mote é a análise, a persuasão e a sedução, por meio do convencimento a respeito de um ponto de vista, utilizando-se da comunicação, do jogo de palavras e de conceitos.

Para Ghilardi, Pereira e Thereza (2006, p. 17), o texto dissertativo é voltado para um assunto, normalmente amplo e genérico, que deve ser delimitado a um de seus aspectos, para ser abordado com mais facilidade.

Faraco e Mandryk (2008, p. 22) pontificam que um texto de opinião é situado no terreno da argumentação, razão pela qual o redator não deve limitar-se a enunciar um juízo, expressar uma opinião. É necessário ir além, sustentar aquilo que é afirmado com argumentos, com olhos em convencer o leitor de que determinada tese está correta.

Fiorin e Savioli (2005, p. 175) destacam que a argumentação compreende qualquer tipo de procedimento utilizado pelo autor de um texto, com o objetivo de levar o leitor à adesão às teses defendidas pelo texto.

Também não é segredo que grande parte das instituições de ensino do sistema privado utiliza-se de material apostilado. Nesse passo, destacam-se quatro sistemas, dos quais há acesso às apostilas, configurando algumas das vozes dominantes nesse cenário: o COC, o ANGLO, OBJETIVO e o POLIEDRO.

O COC (2013, p. 12) apresenta que a função da “Redação Argumentativa Escolar” é, além de aferir a competência linguística escrita do candidato, avaliar “seu repertório cultural, sua visão de mundo, exigindo, desse modo, um posicionamento consistente em relação ao tema apresentado”.

O ANGLO (2014, p. 11) informa que “o texto dissertativo é exigido pela maioria das bancas examinadoras: ele permite avaliar a capacidade do candidato de explorar seus conhecimentos para ensaiar uma resposta sustentável diante de uma situação problema”.

O OBJETIVO (2014, p. 81) considera que “dissertar é expor ideias a respeito de um determinado assunto. É discutir essas ideias, analisá-las e apresentar provas que justifiquem e convençam o leitor da validade do ponto de vista de quem as defende”.

O POLIEDRO (2010, p. 64) considera “a dissertação a modalidade amplamente exigida nos vestibulares e parece guardar em si a nossa competência para opinar sobre o mundo, questionar sobre os fatos, criticar as circunstâncias”.

A “Redação Argumentativa Escolar” é um gênero argumentativo, em que o candidato, de acordo com uma proposta de redação, elabora uma redação, na qual argumenta sobre determinado ponto de vista, buscando comprovar seu posicionamento por meio de argumentos.

Corroborando com essas definições, o ENEM⁹, por meio do INEP/MEC, publicou “A redação no Enem 2012: guia do participante”, que assim define o gênero exigido:

O texto dissertativo-argumentativo é um texto opinativo que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. Nele, a opinião é fundamentada com explicações e argumentos, para formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.

Seu objetivo é, em última análise, convencer ou tentar convencer o leitor mediante a apresentação de razões, em face da evidência de provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente (MEC, 2012, p. 17).

Na publicação “A redação no Enem 2016: cartilha do participante”, a instituto considerou o gênero avaliado:

O texto dissertativo-argumentativo é um texto que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque são utilizadas explicações para justificá-la (MEC, 2016, p. 19).

Os vestibulares, consoante ao exposto, privilegiam o texto dissertativo-argumentativo. Outras vozes do vestibular também se manifestam a respeito do gênero. A Unicamp, no ano de 2010, trouxe, em seu Manual do Candidato, a recomendação:

Mais do que um aluno que demonstre capacidade de memorização e repetição acrítica de um conjunto de informações adquiridas de forma fragmentada durante o ensino fundamental e o ensino médio, a Unicamp

⁹ O Enem será utilizado como referência em algumas citações, por possuir um material próprio, cuja função é orientar o candidato. O Manual do Candidato do vestibular de meio de ano da Vunesp 2010 não traz explicações detalhadas sobre o gênero “Redação”, apenas indicando os critérios de correção.

procura selecionar para os seus cursos aquele aluno que, mobilizando sua experiência de leitura e escrita, estabelece e reorganiza relações de sentido, interpreta dados e fatos e elabora hipóteses explicativas para diferentes áreas de conhecimento, sem desconsiderar a complexidade dos fatores envolvidos. A proposta A solicita sempre um texto dissertativo. Nesse tipo de texto é especialmente importante que você, com sua experiência de leitura e reflexão, reconheça a complexidade do recorte temático proposto, discutindo e explorando argumentos de modo a sustentar sua perspectiva sobre o tema. Não se espera um texto que polarize opiniões, mas sim um texto crítico sobre o recorte proposto, que indique domínio na identificação das partes, na análise das relações e na interpretação dos sentidos (COMVEST, 2009, p. 28).

A Fuvest, por sua vez, no Manual do Candidato de 2017, não apresenta especificamente a definição do que entende pelo gênero “Redação Argumentativa Escolar”, todavia traz os seguintes requisitos:

A redação deverá ser, obrigatoriamente, uma dissertação de caráter argumentativo, na qual se espera que o candidato, visando a sustentar um ponto de vista sobre o tema proposto ou sugerido, demonstre capacidade de mobilizar conhecimentos e opiniões; argumentar de forma coerente e pertinente; articular eficientemente as partes do texto e expressar-se de modo claro, correto e adequado. Verifica-se se o texto configura-se como uma dissertação argumentativa e se atende ao tema proposto ou sugerido. Pressupõe-se, então, que o candidato demonstre a habilidade de compreender a proposta de redação e, quando esta contiver uma coletânea, que ele se revele capaz de ler e de relacionar adequadamente os textos que a integram. A paráfrase de elementos que compõem a proposta de redação não é um recurso recomendável para o desenvolvimento adequado do tema. Não se recomenda, também, que o texto produzido se configure como uma dissertação meramente expositiva, isto é, que se limite a expor dados ou informações relativos ao tema, sem que se explicita um ponto de vista devidamente sustentado por uma argumentação consistente. No que diz respeito ao desenvolvimento do tema, verifica-se, além da pertinência das informações e da efetiva progressão temática, também a capacidade crítico-argumentativa que a redação venha a revelar (FUVEST 2016, p. 39).

De posse de algumas definições acerca da “Redação Argumentativa Escolar”, deve-se pontuar os elementos considerados “obrigatórios” ou “recomendáveis” da “estrutura” do gênero, segundo a esfera “Escolar”. Nesse aspecto, os vestibulares e o ENEM não trazem especificamente determinações. Prepondera, portanto, o discurso circulante em apostilas e materiais didáticos. O ANGLO orienta:

Mas, desde a Antiguidade, uma forma de estruturação vem se impondo: a que se convencionou chamar de estrutura ortodoxa da dissertação. Trata-se da organização do texto em três partes bem definidas, cada uma delas

desempenhando um papel específico: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Essa estrutura tem três vantagens:

1. É um modelo consagrado, que vem sendo aperfeiçoado desde a Retórica clássica. Na Roma antiga, era comum os oradores organizarem seus discursos em uma introdução (chamada *exordium*), um desenvolvimento (que tinha duas partes: narrativa e confirmativa) e uma conclusão (conhecida como *peroratio*). Seguir esse modelo, portanto, é dar demonstração de familiaridade com uma linguagem de pensamento muito relevante em nossa cultura.
2. Normalmente, as dissertações que as bancas divulgam como exemplos de textos bem escritos seguem a estrutura ortodoxa. [...]
3. Organizar as ideias e apresentá-las numa progressão coerente não é tarefa simples. A estrutura ortodoxa configura, inegavelmente, um modo eficiente de promover essa organização (SAVIOLI et al. 2014, p. 11).

O COC, de forma análoga delinea:

O texto dissertativo estrutura-se em, basicamente, três partes: introdução – em que se apresenta ao leitor o tema e a posição defendida pelo autor acerca da questão (tese); desenvolvimento – nessa parte do texto, o autor desenvolve o tema, defendendo, por meio de argumentação sólida e raciocínio lógico, seu posicionamento (tese); conclusão – o fechamento do texto pode sintetizar as principais ideias discutidas, confirmando a tese, ou apresentar proposta de solução para o tema em debate (COC 2013, p. 13).

Pellegrini e Ferreira (1999, p.182), esquematizam a estrutura do gênero:

Tradicionalmente, a dissertação apresenta três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Esse formato deixa o autor bastante seguro para expor uma reflexão, pois de uma breve explanação do tema (introdução), ele parte para um aprofundamento de questões pertinentes, citando exemplos, considerando dados, levantando hipóteses, expondo argumentos (desenvolvimento), até um desfecho (conclusão), momento em que o raciocínio se fecha, levando o leitor a refletir sobre a opinião ali registrada.

Cereja e Magalhães (2000, p. 305), reportam-se que “o texto dissertativo-argumentativo apresenta uma estrutura convencional: introdução, desenvolvimento e conclusão”. De modo semelhante, Nicola (1998, p. 326) subdivide “em três etapas: introdução, desenvolvimento e conclusão”.

Cada um dos materiais analisados propõe diversas técnicas de como produzir adequadamente cada uma das partes “estruturais” da “Redação Argumentativa Escolar”, fornecendo modelos e subsídios do que entende necessário e oportuno na composição do enunciado. Essas orientações didáticas não são relevantes para o trabalho, haja vista que não é

aferida a técnica utilizada, tão menos a qualificação dos elementos estruturais. Parte-se da premissa de que todas as redações tiraram nota máxima em sua avaliação, logo, seus elementos são adequados.

As indicações quanto ao uso da linguagem, todavia, são relevantes e significativas. O material do COC (2013, p.13) orienta que a linguagem ideal para o texto dissertativo é “a chamada jornalística: objetiva, clara, didática, informativa, isto é, aquela em que predomina a função referencial”. Esse posicionamento também é estipulado pelo ANGLO (Savioli et al. 2014, p. 6), POLIEDRO (2010, p. 87), OBJETIVO (2014, p. 82), Pellegrini e Ferreira (199, p. 169), Cereja e Magalhães (2000, p. 291) e Nicola (1998, p. 328 e 329). Abaurre e Abaurre (2007, p. 278) vão além, cotejando elementos gramaticais que consideram ideais para a composição:

A primeira observação a ser feita diz respeito ao uso dos verbos. O presente do Indicativo predomina em textos expositivos. O presente do Indicativo não tem [...] uma conotação temporal, ou seja, ele não faz referência a acontecimentos que ocorrem no momento da enunciação. Sua função é permitir a generalização própria do encaminhamento analítico. Nesse sentido, assume um valor atemporal. Outra característica distintiva da linguagem das dissertações é a preferência por substantivos abstratos. Isso se explica pela necessidade que temos, quando analisamos, de definir, de comparar, de argumentar, sempre buscando a construção de um discurso mais generalizante. Também como uma necessidade decorrente da construção de um discurso mais abrangente, deve-se evitar o uso das formas de 1ª pessoa no texto dissertativo. Esse cuidado se explica pelo desejo de fazer com que o texto seja encarado não como expressão de um olhar subjetivo, particular, mas sim como uma argumentação racional, válida para todas as pessoas.

Partindo-se da estrutura básica, o discurso circulante dirige-se ao passo seguinte: a análise da proposta. Como a “Redação Argumentativa Escolar” é uma das etapas do processo seletivo, é fundamental, para o aluno que almeja a aprovação, a adequação à proposta, que nada mais é do que um conjunto de elementos, que encerra a atividade que deve ser executada.

Uma proposta de redação varia em seu formato de vestibular para vestibular e, mesmo entre o mesmo vestibular, de ano a ano. Entrementes, ainda há certa recorrência – semelhanças que permitem delinear as características relativamente estáveis do gênero -, destacando-se: textos da coletânea – que podem ser o ponto de partida da reflexão, objeto de análise específica ou meramente motivadores; e a proposição, composta de duas partes: o mandamento ou comando da atividade a ser executada e o tema.

Os textos da coletânea introduzem um mote reflexivo, um caminho racional a ser percorrido pelo candidato para analisar e fomentar determinado ponto de vista. A título de exemplo, nos vestibulares e exames analisados, as provas da FUVEST 2012, ENEM 2012 e 2013, UNIFESP 2013 e 2014 e UNESP 2014, utilizaram-se de recortes de três ou mais textos com poucas linhas, indicando diferentes perspectivas sobre o tema proposto. A prova do Vestibular da Unesp 2013 trouxe apenas a proposição e indicou a leitura de outros textos que formavam a prova do vestibular, ao passo que a do Vestibular da Fuvest 2013 foi composta por um texto sincrético e um texto verbal, explicando as faces do tema.

Na proposição, o mandamento ou comando da tarefa a ser realizada designa como o candidato deve ler a proposta e delimitar seu discurso quanto ao tema. Nesse elemento, verifica-se se o uso da coletânea é obrigatório ou não e, caso o seja, como deve ser feito. É exatamente nessa parte da proposta que se encontra a principal justificativa da subdivisão do gênero “Redação Argumentativa Escolar” em estilos diferentes, uma das hipóteses principais do presente trabalho. Também é nesse elemento que, no ENEM, existem os elementos que justificam se tratar de um gênero do discurso diverso da “Redação Argumentativa Escolar”, a “Redação Argumentativa Escolar ENEM”, em virtude de prescrições específicas e obrigatórias, como “o respeito aos direitos humanos” e “a proposta de intervenção social”. O mandamento ou comando, no ENEM, é o primeiro parágrafo da proposta, ao passo que, nos vestibulares, constitui o último.

Finalmente, há a determinação do tema, que pode ser explícito ou se encontrar no amálgama formado pelos textos que compõem a coletânea, cabendo ao candidato interpretá-lo. Também como forma de ilustração, nos vestibulares e exames analisados, apenas a prova do Vestibular da Fuvest 2013 não trouxe o tema explícito, havendo a necessidade de o aluno encontrá-lo por meio da análise dos textos da coletânea.

Assim, o discurso da esfera “Escolar” assume tom importante quanto à necessidade de a redação escrita pelo aluno adequar-se à proposta. O ANGLO dedica aula especial em sua apostila à leitura da proposta:

A “proposta de redação”, portanto, funciona como uma espécie de “manual de instruções” feito pela banca. [...] Daí vem a tese de que antes de escrever é preciso compreender a proposta, pois a prova de redação não é apenas um exercício de escrita, mas sim de leitura e escrita. Quem não ler bem a proposta de redação não vai produzir um bom texto (SAVIOLI et. al., p. 8).

O ENEM possui cinco competências que são avaliadas na prova de redação. A segunda competência consiste em “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo” (MEC 2016, p. 15). O primeiro passo para o aluno é compreender a proposta. A não compreensão da proposta pode gerar a fuga ou o tangenciamento ao tema:

O que é fuga ao tema? Enquadra-se nessa classificação a redação na qual nem o tema nem o assunto mais amplo relacionado ao tema são desenvolvidos.

O que é tangenciar o tema? Considera-se tangenciamento ao tema uma abordagem parcial, realizada somente nos limites do assunto mais amplo a que o tema está vinculado, que deixa em segundo plano a discussão em torno do eixo temático objetivamente proposto (MEC 2016, p. 17 a 19).

O modo como o candidato, na elaboração de seu texto, pode focalizar o tema é fundamental para conseguir a assunção da banca avaliadora. Não basta acertar o assunto ou o tema, sem sentido amplo, mas deve trabalhar no sentido de atender ao mandamento proposto.

A fuga temática pode significar que o candidato: a) não compreendeu o tema, nem mesmo a partir dos textos auxiliares; b) não entendeu a proposta de redação; c) entendeu a proposta, mas não focalizou o tema por vontade própria, julgando que tem o direito de explorar o tema que bem quiser; d) trouxe uma redação sobre outro tema decorada; e) é do tipo *camicase*: prefere arriscar tudo num só lance; f) acha que, fazendo uma redação sobre outro tema, quase sempre previamente memorizada, e introduzindo uma ou outra palavra ou noção referente ao tema proposto, pode enganar a banca examinadora; e g) não tem repertório suficiente sobre o domínio focalizado pelo tema e textos auxiliares (CHOCIAY, 2008, p. 192).

Nesse aspecto, mais uma vez, o ENEM, apesar de todas as críticas que recebe anualmente quanto à prova de redação, é o exame mais claro no que diz respeito às normas que estipula.

200 pontos: desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.

160 pontos: desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.

120 pontos: desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.

80 pontos: desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-

argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.

40 pontos: apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.

0 ponto: fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota 0 (zero) e é anulada (MEC, 2016, p. 20).

O vestibular da FUVEST também delimita a questão, porém de forma um pouco mais sucinta:

Verifica-se aqui se o texto do candidato configura-se como uma dissertação e se atende ao tema proposto. Pressupõe-se, então, que o candidato demonstre a habilidade de compreender a proposta de redação e, quando esta contiver uma coletânea, que ele se revele capaz de ler e de relacionar adequadamente os trechos que a integram. A simples paráfrase da coletânea, da proposta e/ou das instruções não é, em princípio, um recurso recomendável para o desenvolvimento adequado do tema. A elaboração de um texto que não seja dissertativo ou a fuga completa ao tema proposto farão com que a redação não seja objeto de avaliação em qualquer outro de seus aspectos, recebendo, portanto, nota zero em sua totalidade. No que diz respeito ao desenvolvimento, verificar-se-á, além da efetiva progressão temática, também a capacidade crítico argumentativa que a redação revele (FUVEST 2012a, p. 59).

Os vestibulares da UNESP e UNIFESP, apesar de considerarem um elemento de importância, não explicitam a forma como esse critério é utilizado. Nesse aspecto, o discurso circulante na esfera “Escolar” ganha importância:

Normalmente, as propostas de redação dos vestibulares pedem discussões sobre tema. São dois, então, os principais riscos: escrever sobre algo mais amplo do que o tema proposto (levando a discussão para um grau exagerado de generalidade); ou escrever sobre algo muito mais específico do que o tema proposto (levando a discussão para o extremo oposto, ou seja, para particularidades específicas) (SAVIOLI et. al., 2014, p. 9).

Além da questão do tema e da focalização adequada, o candidato deve posicionar-se, efetivamente, a respeito do tema proposto, expressando uma opinião, uma tese. Não obstante, uma vez sendo o gênero “Redação Argumentativa Escolar” um gênero argumentativo, o autor deve organizar seus argumentos e informações, de modo que promova o convencimento, ou, ao menos, demonstre a verossimilhança da tese defendida.

TESE – É a ideia que você vai defender no seu texto. Ela deve estar relacionada ao tema e deve estar apoiada em argumentos ao longo da redação.

ARGUMENTO – É a justificativa utilizada por você para convencer o leitor a concordar com a tese defendida.

Cada argumento deve responder à pergunta “por quê?” em relação à tese defendida.

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS – São recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor: exemplos; dados estatísticos; pesquisas; fatos comprováveis; citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto; alusões históricas; e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos (MEC, 2012, p. 17).

A opinião pode ser caracterizada como a assunção de certo ponto de vista como verdadeiro, em detrimento de outras possibilidades, especificamente quando contrapostas à escolhida.

Definido o tema, o primeiro passo é refletir sobre qual a finalidade da redação. Ao estabelecer o objetivo, será definida a tese (afirmação básica) e garantida a unidade da dissertação. Toda a argumentação estará voltada para a defesa do ponto de vista do autor (GHILARDI, PEREIRA e THEREZO, 2006, p. 17).

A análise de um assunto é orientada pela mobilização de um repertório cultural, cuja função será fornecer subsídios à argumentação. Esse repertório é composto pelas informações reunidas ao longo da vivência do candidato, tanto no que se refere ao contexto escolar, através das múltiplas disciplinas, com atenção especial ao conceito de interdisciplinaridade; até as experiências auferidas na convivência social. São as múltiplas vozes, de variadas esferas da atividade humana, convergindo na constituição de enunciados.

A extensão do repertório cultural é diretamente proporcional às possibilidades de construção de uma argumentação sólida e com capacidade de persuasão, por fornecer estruturas capazes de sustentar uma base de informações e conhecimentos, suficientes para justificar e dar verossimilhança aos elementos encadeados, com objetivo de possibilitar a comprovação de uma tese.

[...] o repertório cultural corresponde à formação cultural de quem escreve e se revela por meio de conceitos, problematizações e tematizações, levadas a efeito com base em: a) cosmovisão, ou seja, modo de “ver” o mundo, variável segundo a faixa etária e experiência de vida; b) ideologia, isto é, modo de equacionar os fatos relativos ao homem e à humanidade a partir de uma ideia condutora ou de um conceito-base. [...] Um conhecimento, ainda que superficial, já permite à pessoa participar de discussões ou escrever textos de menor profundidade (CHOCIAJ, 2008, p. 199).

A argumentação é um recurso, ao mesmo tempo, linguístico, uma vez que articula os elementos da língua, em especial o vocabulário e as funções da linguagem referencial – destinada a informar, a transmitir uma mensagem – e conativa, cuja função é influenciar o interlocutor; e lógico, por articular elementos de forma que suscitem determinada conclusão (FIORIN E SAVIOLI, 2005, p. 175).

Chociay (2008, p. 201-202) informa que, além desses elementos, o repertório cultural do redator influencia diretamente na capacidade argumentativa, indicando, ainda, que a argumentação, no contexto do vestibular, mais do que convencer sobre um ponto de vista, objetiva demonstrar a habilidade do candidato para desenvolver um texto argumentativo.

Os enunciados, uma vez materializados pela escrita, estarão relacionados com a norma culta da Língua Portuguesa, que constitui o padrão escrito formal. Aliás, um dos objetivos do exame vestibular é exatamente verificar o desempenho do aluno quanto à norma padrão, demonstrando seu repertório linguístico.

Avaliam-se nesse item o domínio do padrão culto escrito da língua e a clareza na expressão das ideias. Serão examinados aspectos gramaticais como ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação. Espera-se que o candidato revele competência para expor com precisão os argumentos selecionados para a defesa do ponto de vista adotado e, também, que demonstre capacidade de escolher e utilizar expressivamente o vocabulário, evitando o uso abusivo de clichês ou frases feitas (FUVEST 2012a, p. 59).

O uso desse repertório é o que permitirá que as ideias e argumentos do vestibulando sejam transmitidos pela escrita, sob o gênero “Redação Argumentativa Escolar”, de forma clara e coerente, pelo menos do ponto de vista linguístico.

É imprescindível, a quem escreve, um razoável *repertório gramatical*, isto é, um *acervo* lexicológico (amplitude do léxico; expressão de conceitos pelos termos próprios, expressões, frases-feitas, provérbios; capacidade de gerar significados expressivos por meio de estratégias de conotação: analogias, metáforas, metonímias, alegorias); um *acervo frasal* (produção dos diferentes tipos de frases da língua, sendo também aconselhável a capacidade de mobilização de construções sintáticas típicas do discurso culto); habilidade de expressar-se adequadamente em diferentes registros da língua: culto, coloquial, científico, técnico, regional, profissional (para possibilitar a escolha do registro de acordo com a situação de comunicação) (CHOCIAY, 2008, p. 160).

Concomitantemente, é cobrado do candidato o desempenho, isto é, a capacidade operacional do redator sobre seus repertórios, abrangendo as operações em diferentes registros da língua; a compreensão de conhecimentos e informações de áreas da cultura; apropriação e manejo de conceitos específicos; conhecimento e habilidade de utilizar as tipologias textuais; capacidade de argumentação e problematização através do texto escrito; desenvolvimento de um texto com unidade de sentido; adequação ao suporte e ao público alvo. Esse conjunto de conhecimentos, quando corretamente articulado, somando-se ao repertório cultural, possibilitará a progressão textual. O Enem assim instrui os candidatos:

Encadeamento textual – A organização textual exige que as frases estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação lógica do texto e a interdependência entre as ideias. Esse encadeamento pode ser expresso por conectores, por itens lexicais, ou pode ser inferido a partir da articulação dessas ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos. Para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis:

Estruturação dos parágrafos – Um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades.

Estruturação dos períodos – Pela própria especificidade do tipo dissertativo-argumentativo, o período do texto é, normalmente, um período complexo, formado por duas ou mais orações, para que se possam expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras.

Referenciação – As referências a pessoas, coisas, lugares, fatos são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser expresso por pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, uso de expressões resumitivas, expressões metafóricas ou expressões metadiscursivas (MEC, 2012, p. 22). (Grifos originais)

O texto “Redação Argumentativa Escolar” deve formar uma unidade semântica, razão pela qual a coerência é extremamente importante. A coerência é a compatibilidade entre as partes do texto, o que se designa coerência interna, a ausência de contradições entre as ideias formadoras dos parágrafos; e adequação à realidade do mundo, representado por elementos verdadeiros ou verossímeis. Uma prática bastante comum, que constitui um lapso, é a generalização, com o uso de expressões como “todo mundo”, “ninguém”, “sempre”, “nunca”, “desde os primórdios da humanidade”, “sem exceção” e “todas as vezes”.

Outro componente indispensável ao gênero “Redação Argumentativa Escolar” é a coesão, que consiste na conexão entre frases e seus elementos constituintes, para a construção do texto. É o encadeamento, a articulação e a tessitura, formadores de um corpo, uma unidade, que caracteriza o texto. Os pronomes, as preposições, os conectivos, a conjugação verbal, a concordância e regência verbal e nominal são atributos que promovem ou restringem a coesão, dependendo do grau de correção empregado. A correção indica o correto uso da norma culta da Língua Portuguesa, isto é, a observância das normas gramaticais (ortografia, pontuação, paragrafação, seleção lexical, uso de sinônimos e parônimos).

Na redação do seu texto, você deve procurar ser claro, objetivo, direto; empregar um vocabulário mais variado e preciso do que o que utiliza quando fala e seguir as regras prescritas pela norma padrão da Língua Portuguesa.

Além disso, o texto dissertativo-argumentativo, por seu caráter formal, exige que alguns requisitos básicos sejam atendidos.

Requisitos básicos do texto dissertativo-argumentativo: ausência de marcas de oralidade e de registro informal; precisão vocabular; obediência às regras gramaticais de concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; pontuação; flexão de nomes e verbos; colocação de pronomes átonos; grafia das palavras; acentuação gráfica; emprego de letras maiúsculas e minúsculas; e divisão silábica na mudança de linha (translineação) (MEC, 2012, p. 11 e 12). (Grifo original)

A objetividade versa sobre a direcionalidade do texto, de acordo com a proposta e objetivos, de forma direta, através do emprego da razão e da lógica, sem influências marcantes da emotividade e da subjetividade do escritor. A clareza é a possibilidade de leitura imediata do texto, sem dificuldades, sem esforço interpretativo, é a qualidade que permite ao leitor médio ler e compreender o que foi proposto.

A “Redação Argumentativa Escolar” dirige-se a um auditório universal, compreendido pela pluralidade de leitores, não identificados e de diferentes níveis culturais, que são os possíveis destinatários do texto. Isso gera a necessidade de uma escolha lexical simples, mas correta, evitando rebuscamentos linguísticos.

Como imaginaremos os auditórios aos quais é atribuído o papel normativo que permite decidir a natureza convincente de uma argumentação? Encontramos três espécies de auditórios, considerados privilegiados a esse respeito, tanto na prática corrente como no pensamento filosófico. O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório *universal*; o segundo formado no diálogo, unicamente pelo *interlocutor* a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seis atos. [...] Daí a importância do auditório universal

enquanto norma da argumentação objetiva, pois o parceiro do diálogo e o indivíduo que delibera consigo mesmo não são mais que encarnações sempre precárias (CHAÏM e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 33 e 34). (Grifos originais)

O destinatário final do texto, teoricamente, seria esse auditório e não a banca examinadora, cuja função seria apenas aferir a qualidade e a observância das características do gênero e da proposta do vestibular. Caso contrário, o vestibulando poderia estabelecer um diálogo com o corretor, o que descaracterizaria algumas propriedades do texto, como a objetividade e a impessoalidade. Todavia, na prática, o candidato espera exatamente a assunção do Avaliador (o ouvinte ou leitor presumido).

É preciso lembrar, porém, que o perfil do leitor com o qual se deve trabalhar, no momento da produção de uma dissertação, não é o leitor real. Pela natureza expositiva associada a esse gênero, espera-se que a dissertação tenha como interlocutor um leitor de perfil universal. Isso ocorre porque um dos objetivos a serem alcançados por seu autor é fazer com que os leitores encarem a análise exposta como a “voz” do bom senso, da verdade, da razão (Abaurre e Abaurre, 2007, p. 278).

O gênero “Redação Argumentativa Escolar” é conciso, haja vista que o espaço fornecido e delineado pela proposta de vestibular restringe-se entre trinta e trinta e cinco linhas. Não há obrigatoriedade do preenchimento total das linhas, mas há restrição quanto ao tamanho mínimo, quatorze ou vinte linhas, de acordo com o exame e ano.

Não há uma regra, obviamente, quanto ao número de parágrafos. Entretanto, considera-se o mínimo de três parágrafos distintivos dos elementos estruturais básicos do gênero, sendo um de introdução, um de desenvolvimento e outro de conclusão. Grande parte dos materiais didáticos indica o emprego de cinco parágrafos, sendo um de introdução, três de desenvolvimento e um de conclusão. Não raras vezes, os candidatos utilizam-se de quatro ou seis parágrafos, o que não pode ser caracterizada uma falha, a princípio. Entrementes, há casos entre as melhores redações publicadas pela Fuvest, com a ocorrência de dois parágrafos.

O estilo do gênero “Redação Argumentativa Escolar” é formal e impessoal. A formalidade é composta pelo uso da norma culta da língua, apagando-se as marcas de coloquialidade e oralidade, como gírias e expressões características de uma classe social, idade ou região. A impessoalidade garante o afastamento racional do texto, limitando-se a subjetividade e a emotividade do autor, como também o diálogo direto com o interlocutor.

Nesse aspecto, a “Redação Argumentativa Escolar” diferencia-se de outros gêneros que possuem o caráter argumentativo, como uma carta de reclamação ou carta do leitor, em que há um auditório específico, com interlocução definida (autor e destinatário), em que a presença do leitor é particularizada e, por consequência, a seleção dos elementos argumentativos diferenciam-se, assim como a personalidade ou a objetividade; uma resenha crítica, em que o autor enuncia de uma posição de autoridade e, após breve resumo da obra analisada, emite um parecer crítico, recomendando ou não, direta ou indiretamente, o “consumo” de determinada obra do espírito humano, variando a linguagem e a objetividade de acordo com a obra e a publicação; um artigo de opinião, veiculado em órgãos de imprensa ou internet, em que não há necessidade do apagamento da subjetividade do autor e, em alguns casos, esse traço é até desejado, já que se trata de um ponto de vista pessoal do enunciador, o qual assina a produção; ou de um editorial, em que o autor representa uma instituição e escreve em nome da coletividade, identificando-se, dessa maneira, o auditório e o autor, não enquanto sujeito, mas instituição (COSTA, 2009, p. 53-56, 178, 36; e 98).

A hipótese de uma maior complexidade do discurso dissertativo parece associada à exigência de distanciamento (ou decentração) do contexto imediato, ou contexto da experiência particular ou pessoal, que ele representa. Em outras palavras, à elaboração do genérico a partir de fatos singulares a que este tipo de discurso obriga. Além desse processo de decentração, que decorre da natureza demonstrativa do discurso dissertativo, seu compromisso com a retórica, ou com a intenção persuasiva, impõe a manipulação de um sistema de pressuposições sobre o conhecimento do interlocutor que, dadas as condições da produção escrita, se torna problemática (LEMOS, 1977, p. 62).

A fisionomia do texto, segundo Chociay (2008, p. 211), é a existência ou não de marcas subjetivas que demarquem a personalidade do escritor. Há a fisionomia tensa, na qual há marcas definidas da personalidade, da ideologia e traços linguísticos e discursivos próprios. No polo oposto, há a fisionomia distensa, fundamentada na dissolução das características da personalidade tensa, transformando o discurso em uma argumentação impessoal e lógica.

Outro elemento constituinte do gênero é a focalização. Chociay (2008, p. 199) aponta para três possibilidades: o foco egocêntrico, fundamentado na primeira pessoa do singular, através uso dos pronomes e advérbios correspondentes à primeira pessoa do singular; o foco excêntrico, em que se tenta evitar o emprego de “eu” por meio do emprego do “nós” e dos pronomes correspondentes, evitando-se a exposição da pessoa do escritor, conhecido como

“plural da modéstia” ou “plural humilde”, apontado como uma “formalidade falsa”; e o foco objetivo, caracterizado pelo uso de verbos na terceira pessoa, demonstrando o distanciamento subjetivo do objeto discutido e maior precisão racional, marca preferencial dos textos científicos.

Apesar de nenhum dos três focos serem absolutamente errados, o uso do foco egocêntrico apresenta o risco do excesso de subjetivismo do texto, enquanto o foco excêntrico aponta para uma falsidade ideológica, incluindo o autor e o leitor como “participantes” do debate, uma espécie de generalização racional, que procura aproximar-se de um formalismo. O foco apontado como o mais correto é o objetivo, face à sua formalidade e distanciamento da subjetividade, pelo menos linguisticamente (CHOCIAY, 2008, p. 199-203). Salienta-se, entretanto, que a Fuvest possui, entre as redações selecionadas como as melhores, ocorrências dos três focos, o que demonstra que não se trata de algo absoluto, corroborando o afirmado.

Esse discurso circula na esfera “Escolar” e, como já consignado, acaba restringindo o discurso que o vestibulando utiliza em sua prova. Desse modo, apesar de não se tratar de elementos obrigatórios pelo gênero do discurso – em termos bakhtinianos, a arena estabelecida entre os diálogos exerce uma força centrípeta, tornando-a quase onipresente nos textos produzidos.

3.3 Do gênero “Redação Argumentativa Escolar”

Consoante ao exposto, o gênero do discurso, segundo a definição bakhtiniana, são formas relativamente estáveis de enunciados, produzido em dada esfera da atividade humana, sendo composto por conteúdo temático, estilo e construção composicional. São subdivididos em gêneros primários e secundários.

O gênero do discurso “Redação Argumentativa Escolar” é produzido na esfera “Escolar” e sua função é avaliar a capacidade do aluno de produzir um texto do “gênero dissertativo-argumentativo”, de acordo com uma “proposta de redação”, composta por um conjunto de textos de apoio – coletânea –, o qual pode, deve, ou não, ser utilizado, de acordo com o exame específico, e uma proposição, que contém a determinação do gênero, particularidades do estilo específico do gênero – de acordo com o vestibular – e o tema a ser debatido. O vestibulando – autor – tem a intenção – presumida – de buscar a aprovação, segundo avaliação de uma banca examinadora.

O grande desafio, nesse ponto, é aferir quais elementos são compatíveis entre as designações da esfera “Escolar” e os conceitos do Círculo de Bakhtin, emergindo, inclusive, a necessidade de estabelecer designações próprias, no que couber. O primeiro passo é entender o que seria o conteúdo temático do gênero “Redação Argumentativa Escolar”.

Partindo de Cereja e Magalhães (2000, p. 290), MEC (2012, p. 17), Abaurre e Abaurre (2007, p. 277), Costa (2009, p. 93), Nuno (2012, p. 722), Ghilardi, Pereira e Thereza (2006, p. 17), Faraco e Mandryk (2008, p. 22), COC (2013, p. 12), ANGLO (2014, p. 11), OBJETIVO (2014, p. 81), POLIEDRO (2010, p. 64) e (MEC, 2016, p. 19), vozes importantes da esfera “Escolar”, bem como de BAKHTIN (2010a, p. 262) e da análise das redações, é possível afirmar que o conteúdo temático do gênero consiste na defesa de uma tese, que apresenta um ponto de vista a respeito do tema discutido.

Trata-se da intenção presumida do autor, segundo uma construção histórica que compõe o próprio gênero. De acordo com a tese, o autor acessa seu repertório cultural, estabelecendo uma série de relações entre o tema e o seu conhecimento de mundo – produzido sempre dialogicamente em um contexto histórico-social -, selecionando e emoldurando, de acordo com as características do gênero, o discurso que será enunciado. É importante frisar que tanto a vontade individual do autor como as delimitações do gênero são relativas, não havendo um elemento absoluto, todavia.

O acabamento do enunciado, em tese, é marcado pela impessoalidade e objetividade – de acordo com as delimitações da esfera da atividade humana -, sendo caracterizado pelo uso da terceira pessoa do singular, da primeira pessoa do plural ou ambas, conjuntamente.

Em relação ao estilo individual, é possível a demarcação de como o discurso é transposto, com certo espaço para acentuação ou atenuação de marcas irônicas, sarcásticas, de aprovação ou desaprovação, do emprego de construções metafóricas, hiperbólicas ou de eufemismo, além da demarcação, ou não, do discurso alheio.

A construção composicional diz respeito à forma em que o discurso é materializado, à organização linguística, mas não apenas algo estrutural como também discursiva, a forma viva, no enunciado. A “Redação Argumentativa Escolar” segue uma estrutura definida historicamente, composta de introdução, apresentação da tese, argumentos e conclusão. O tamanho do enunciado é determinado na “proposta de redação”, estabelecendo-se um tamanho mínimo e máximo. A materialidade do discurso deve conter entre sete e trinta e quatro linhas, podendo ser limitada a trinta linhas.

O próximo passo é delinear a “Redação Argumentativa Escolar” como um gênero do discurso secundário. Para tanto, retoma-se o discurso da esfera escolar, especificamente do ANGLO (SAVIOLI et al. 2014, p. 11), COC (2013, p. 13), Pellegrini e Ferreira (1999, p.182), Cereja e Magalhães (2000, p. 305), Nicola (1998, p. 326). Tais autores e materiais qualificam o gênero como um produto histórico, reiterado ao longo do tempo, constituído em uma esfera complexa da atividade humana: a escola.

Nesse aspecto, é importante lembrar o proposto pelo ANGLO (SAVIOLI et al. 2014, p. 11) em seu material didático:

Mas, desde a Antiguidade, uma forma de estruturação vem se impondo: a que se convencionou chamar de estrutura ortodoxa da dissertação. Trata-se da organização do texto em três partes bem definidas, cada uma delas desempenhando um papel específico: introdução, desenvolvimento e conclusão. [...] É um modelo consagrado, que vem sendo aperfeiçoado desde a Retórica clássica. Na Roma antiga, era comum os oradores organizarem seus discursos em uma introdução (chamada *exordium*), um desenvolvimento (que tinha duas partes: narrativa e confirmativa) e uma conclusão (conhecida como *peroratio*).

Para relacionar essa estrutura ortodoxa com o pensamento do Círculo de Bakhtin, é preciso ressaltar que ela diz respeito ao texto e não ao discurso, podendo aproximar-se como uma estrutura da forma composicional da dissertação escolar.

A forma do gênero é relativamente estável e circula em uma esfera da atividade humana específica, a “Escolar”. Seu uso é específico. Dentro da esfera, é empregado como um dos gêneros ensinados e mais produzidos nas aulas. Não obstante, reiteradamente, é parte dos exames e vestibulares, uma das principais, se não a maior, metas dos alunos do Ensino Básico.

Além disso, sua propagação é institucionalizada, é objeto de ensino, estudo e debate, não raras vezes, integrante de noticiários. Há um discurso especializado e circulante a esse respeito. É complexo, haja vista que há sutilezas ensinadas – tipos específicos de introdução, desenvolvimento e conclusão. Possui uma linguagem determinada, um estilo próprio e uma estrutura composicional pré-estabelecida. Da mesma maneira, seu conteúdo temático é restrito – a defesa de uma tese a respeito de um assunto importante da sociedade. Não bastasse isso, faz parte integrante da ideologia oficial, compondo leis federais (LDB, PCN’s e os Manuais do Candidato).

Em linhas gerais, essas são as delimitações do gênero do discurso “Redação Argumentativa Escolar”. Um dos objetos centrais do presente trabalho é comprovar a hipótese de que a “Redação Argumentativa Escolar” é um gênero do discurso, mas que em três universidades, a saber: UNESP, UNIFESP e USP, possui um estilo próprio, estilo esse que compõe o elemento “estilo do gênero”, um dos elementos indissociáveis.

Diferentemente, a “Redação Argumentativa Escolar do ENEM” será considerado um gênero próprio, que, embora faça parte da mesma esfera – um dos elementos fundamentais para diferenciar gêneros do discurso -, sua estrutura composicional e conteúdo temático divergem dos demais, por serem explicitamente definidos nas competências avaliadas pela prova, modificando o projeto e o modo de dizer do candidato.

4 ANÁLISE DO *CORPUS*

Conforme o exposto, a “Redação Argumentativa Escolar” tem, como conteúdo temático, a defesa de uma tese, que apresenta um ponto de vista a respeito do tema discutido. O estilo do gênero é formado no magma entre o que pode ser dito – relacionado ao conteúdo temático, um elemento sempre discursivo – e como pode ser dito – os elementos da linguagem, arquitetonicamente organizados, na composição do todo, mas no campo enunciativo e não meramente estrutural. O enunciado é produzido em uma situação formal de produção discursiva – um exame vestibular -, o que carrega o discurso enunciado com significativo apagamento de traços emocionais, subjetivos e pessoais do autor.

A relação existente entre o locutor e o interlocutor é diferente, ao passo que o autor deseja – e precisa -, presumivelmente, da aprovação do interlocutor. O acabamento do enunciado, em tese, é marcado pela impessoalidade e objetividade – de acordo com as delimitações da esfera da atividade humana -, sendo caracterizado pelo uso da terceira pessoa do singular, da primeira pessoa do plural ou ambas, conjuntamente.

A hipótese que se busca comprovar é a de que a “Redação Argumentativa Escolar” é um gênero do discurso, possuindo dois estilos diferentes: um para UNESP, UNIFESP e USP, designando “Estilo Argumentativo”; e um para o ENEM, “Estilo Argumentativo-Finalista”. Para tornar mais célere a leitura da tese e menos repetitiva, optou-se pela designação, simplesmente, de “Redação Argumentativa Escolar”, para o “Estilo Argumentativo”, e Redação Argumentativa Escolar Estilo Finalista”, para o “Estilo Argumentativo-Finalista”.

Para tanto, passa-se à descrição e análise das propostas de redação dos vestibulares e, posteriormente, das redações integrantes do *corpus*. No tocante à descrição e análise das redações, para que exista uma sequência e um método comum, buscando-se aferir as semelhanças e distinções entre cada um dos estilos e gêneros que integram a hipótese, propõem-se as seguintes etapas: construção composicional, conteúdo temático, estilo e autoria. Essa escolha apresenta-se como a melhor forma de organizar o texto analisado, principalmente por criar “links” entre as categorias.

São analisados cinco textos na íntegra, utilizando-se das imagens escaneadas. Os textos analisados obtiveram nota máxima no vestibular das instituições ou receberam a designação de “melhores textos”, como no caso da FUVEST. Reitera-se que as análises referem-se a redações dos anos de 2013 e 2014, da UNESP e UNIFESP; 2012 e 2013 da USP

e dos anos de 2012 e 2013 do ENEM. Entre os textos disponíveis com essas características, a escolha foi aleatória.

As imagens foram recortadas em parágrafos, apenas para facilitar a diagramação das páginas, evitando grandes espaços em branco. Atribuiu-se um nome à redação, especificando-se o gênero, o estilo e o número, de acordo com a ordem dos textos selecionados. O autor da redação é chamado de “autor”, “vestibulando” e “candidato”, com a finalidade de evitar a repetição excessiva e o eco dentro da análise, mas trata-se da mesma posição autoral – “o autor”. O uso dos termos é sempre no masculino, que é o gênero não demarcado, geral.

A construção composicional retoma o que a esfera “Escolar” designa “estrutura ortodoxa do texto dissertativo”¹⁰, caracterizando os contornos ou prescrições exercidos por essa esfera da atividade humana na composição do texto pelo vestibulando. Essa estrutura é composta pela introdução, desenvolvimento e conclusão. Reitera-se que, para relacionar essa estrutura ortodoxa com o pensamento do Círculo de Bakhtin, é preciso ressaltar que ela diz respeito ao texto e não ao discurso, podendo aproximar-se como uma estrutura da forma composicional.

Fechando-se a análise das redações, há a análise da autoria, que será demarcada, basicamente, pela retomada de alguns dos elementos já mencionados na análise do gênero. Embora isso se mostre, às vezes, um pouco repetitivo, constitui uma estratégia de organização textual, cujo escopo é permitir uma análise escalonada, o que parece mais adequado, de acordo com o objetivo estipulado. Concomitantemente, há o destaque para as relações dialógicas estipuladas entre o autor e os elementos integrantes da proposta. Essas relações constituem um traço do exercício do papel do autor, especificado na seleção, recorte e acabamento do discurso circulante.

Justifica-se a escolha pelas “melhores” redações se deve à busca da compreensão do que as provas consideraram o ideal ou o melhor material disponível, além de evitar distorções proporcionadas por falhas no emprego da língua, da organização e estruturação do texto, de acordo com o que foi solicitado na proposta. Como a análise das redações, dado o critério objetivo que se procurou adotar, mostrou-se repetitiva, optou-se por manter uma análise de cada um dos anos dos vestibulares integrantes do *corpus* no corpo do trabalho, a primeira de

¹⁰ Há a necessidade de designar alguns componentes da construção composicional, tanto para facilitar e organizar a análise como para ordenar a leitura do trabalho final. Privilegiou-se, assim, o discurso e designações que integram a esfera da atividade humana “Escolar”, na qual o estudante está imerso e sofre incontáveis interferências no momento da composição da “Redação Argumentativa Escolar”.

cada ano, dentro da escolha aleatória anteriormente realizada, deslocando-se as demais para o Anexo.

4.1 As propostas de redação

A análise das propostas de redação tem a finalidade de verificar se há processos de estabilização do gênero “Redação Argumentativa Escolar” e dos estilos, além de fornecer subsídios para aferir se os aspectos distintivos, caso existam, são suficientes para modificar a produção da “Redação Argumentativa Escolar” pelos candidatos. A análise dos manuais fundamenta-se em pontuar quais são os critérios utilizados pelo exame para corrigir os textos, elementos que integram a esfera escolar, bem como podem interferir no discurso do candidato.

4.1.1 Vestibular da UNESP

Manual do Candidato da UNESP 2013

O Manual do Candidato trata de todos os pormenores que envolvem a prova do vestibular, inclusive trazendo os cursos disponíveis, o número de vagas, a localização, a composição das provas, as datas e horários das realizações e as normas que orientam o processo seletivo. Essa observação é válida para todos os próximos manuais analisados, não sendo reiterada a cada ano, para evitar a repetição e alongar demasiadamente a tese.

Dentre esses elementos, há a estipulação de que a prova de redação consiste na produção de um texto dissertativo, contendo a seguinte recomendação:

Atendido o disposto no Artigo 12, o Concurso Vestibular será realizado em duas fases, sendo a primeira constituída de uma prova de Conhecimentos Gerais e a segunda de uma prova de Conhecimentos Específicos e Redação.
[...]

A redação em língua portuguesa, de gênero dissertativo, avaliará as propriedades de progressão temática, coerência e coesão, privilegiando-se a modalidade escrita culta (UNESP, 2012a, p. 27).

Como visto, o Manual do Candidato traz pouca informação sobre a composição da prova de redação. Utiliza-se, genericamente, a designação “gênero dissertativo”, remetendo ao discurso circulante na esfera “Escolar”, a qual, ao longo da formação do vestibulando, modelou sua noção do gênero. Há apenas consideração quanto aos critérios de avaliação, que são a progressão temática, que consiste no encadeamento discursivo em uma sequência lógica, acrescentando informações e argumentos para comprovação de um ponto de vista; a coerência, que significa a ausência de contradições entre as partes da redação e também entre ela e a realidade do mundo; e a coesão, caracterizada pela estruturação da língua, segundo a norma-padrão para a escrita.

Proposta de redação do Vestibular da UNESP 2013

A proposta de redação do vestibular da UNESP 2013 consistiu na apresentação de uma proposição, o mandamento da tarefa a ser realizada e a referência a dois textos da prova de Linguagens e Códigos, integrante do segundo dia da Segunda Fase.

Redação

Proposição:

Desde pequeno, você vem sendo submetido, na escola, à prática de escrever. Com o passar do tempo, as exigências se tornaram cada vez maiores para que você aumentasse a qualidade de seus textos e não demorou muito para perceber que lá adiante, no fim do túnel do Ensino Médio, haveria uma prova muito importante, com bom peso na nota: a redação no vestibular. Nesse trajeto, em muitos momentos, você se perguntou: Afinal, para que escrever? Para que fazer uma boa redação? Só para passar no vestibular? Na era da internet, para que eu tenho de aprender a redigir, se a comunicação visual funciona muito melhor? Eu não sou escritor, não preciso saber criar textos!

É isso o que você pensa mesmo? Ou são apenas desabafos? Pois chegou a hora de dizer realmente o que pensa sobre o escrever. Para Clarice Lispector, escrever é maldição e salvação. Para Syd Field, é uma atividade profissional muito importante dentro da atividade geral da arte cinematográfica. E para você? Com base nestes comentários, em sua própria experiência e, se achar necessário, levando em consideração os textos de Clarice Lispector e Syd Field, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema: escrever: o trabalho e a inspiração (UNESP, 2012b, p. 3).

A proposta de redação estabeleceu um diálogo com o candidato, utilizando-se da interlocução direta, evocando a pessoa do autor-vestibulando para refletir a respeito da própria

trajetória escolar do ato de escrever: “você vem sendo submetido, na escola, à prática de escrever”, “para que você aumentasse a qualidade de seus textos”, “não demorou muito para perceber”, “você se perguntou”, “Eu não sou escritor”, “chegou a hora de dizer realmente o que pensa sobre o escrever”, “em sua própria experiência”. Há a recuperação de dúvidas, anseios e discursos circulantes na esfera “Escolar” da atividade humana, suscitando possíveis questionamentos efetuados pelo autor-vestibulando ao longo de sua formação. Espera-se que o candidato adote uma postura responsiva, analisando o ato de escrever e sua complexidade (UNESP, 2012b, p. 3).

Na proposição, o mandamento da tarefa a ser realizada determina que os comentários – questionamentos – presentes na proposta sejam levados em consideração no momento de redigir o texto, além da própria experiência do vestibulando, estipulando como tema “escrever: o trabalho e a inspiração”. Nota-se o uso da conjunção “e”, de caráter aditivo, do que se depreende que a análise do autor deverá conter os aspectos do “trabalho” e da “inspiração” (UNESP, 2012b, p. 3).

Além disso, há menção expressa aos textos de Clarice Lispector e Syd Field, porém o uso desses elementos, de acordo com a proposição, é facultativo. É o que se observa com o emprego da seguinte construção: “e, se achar necessário, [...]” (UNESP, 2012b, p. 3).

O conteúdo temático foi estipulado pela própria proposição, fixando-se em “escrever: o trabalho e a inspiração”. Dessa maneira, o autor-vestibulando deveria organizar seu repertório cultural, de modo a selecionar os discursos referentes a esse enquadramento. Repisa-se que esse enquadramento não é totalmente livre, haja vista que há a tentativa da assunção da banca corretora – o interlocutor presumido –, buscando-se a aprovação, além de outros requisitos do gênero do discurso.

O estilo do gênero, conforme ao exposto, é determinado pela reiteração histórica, caracterizando-se, de acordo com a “Esfera” escolar, pelo emprego de uma linguagem objetiva, apagando-se a demarcação da subjetividade, priorizando a seleção do discurso socialmente aceito – o consensual, tido como correto pela esfera “Social” –, demarcando-se o discurso alheio prestigiado – a citação de autoridade. Há espaço para o exercício do estilo individual no uso ou manipulação do tom do discurso materializado e na intensidade do uso da demarcação ou apagamento do discurso alheio.

A construção composicional tem limitação espacial, a trinta e três linhas, e, de acordo com os elementos reiterados pelo gênero, na “Esfera” escolar, deve conter algumas partes delineadas: a apresentação de uma tese, argumentos que defendam a tese proposta e uma

conclusão. Além disso, há a subdivisão da estrutura do texto em três partes: a introdução – em que há a apresentação da tese -, o desenvolvimento – em que há o emprego de argumentos, buscando-se comprovar a tese – e a conclusão – na qual há a retomada da tese e o fechamento do texto.

O primeiro texto de apoio apresentado na prova foi o de Clarice Lispector (UNESP, 2012b, p. 3):

Escrever

Eu disse uma vez que escrever é uma maldição. Não me lembro por que exatamente eu o disse, e com sinceridade. Hoje repito: é uma maldição, mas uma maldição que salva.

Não estou me referindo muito a escrever para jornal. Mas escrever aquilo que eventualmente pode se transformar num conto ou num romance. É uma maldição porque obriga e arrasta como um vício penoso do qual é quase impossível se livrar, pois nada o substitui. E é uma salvação.

Salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva. Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.

Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a “coisa” vem. Fico assim à mercê do tempo. E, entre um verdadeiro escrever e outro, podem-se passar anos.

Lembro-me agora com saudade da dor de escrever livros.

(Clarice Lispector. A descoberta do mundo, 1999.)

O texto “Escrever”, de Clarice Lispector, apresenta uma perspectiva da autora sobre o ato de escrever, apresentando-o como uma espécie de “maldição salvadora”. Seu ponto de vista é que o ato de escrever, apesar de não utilizar esse termo, aproxima-se de uma inspiração, como se percebe no trecho: “Que pena que só sei escrever quando espontaneamente a “coisa” vem. Fico assim à mercê do tempo”.

O segundo texto de apoio apresentado na prova foi o de Syd Field (UNESP, 2012b, p. 18), apresentando uma perspectiva diferente à exposta por Clarice Lispector, classificando o ato de escrever como um trabalho:

Escrevendo o roteiro

Escrever um roteiro é um fenômeno espantoso, quase misterioso. Num dia você está com as coisas sob controle, no dia seguinte sob o controle delas, perdido em confusão e incerteza. Num dia tudo funciona, no outro não; ninguém sabe como ou por quê. É o processo criativo; que desafia análises; é mágica e maravilha.

Tudo o que foi dito ou registrado sobre a experiência de escrever desde o início dos tempos resume-se a uma coisa — escrever é sua experiência particular, pessoal. De ninguém mais.

Muita gente contribui para a feitura de um filme, mas o roteirista é a única pessoa que se senta e encara a folha de papel em branco.

Escrever é trabalho duro, uma tarefa cotidiana, de sentar-se diariamente diante de seu bloco de notas, máquina de escrever ou computador, colocando palavras no papel. Você tem que investir tempo.

Antes de começar a escrever, você tem que achar tempo para escrever.

Quantas horas por dia você precisa dedicar-se a escrever?

Depende de você. Eu trabalho cerca de quatro horas por dia, cinco dias por semana. John Millius escreve uma hora por dia, sete dias por semana, entre 5 e 6 da tarde. Stirling Silliphant, que escreveu *The Towering Inferno* (Inferno na Torre), às vezes escreve 12 horas por dia. Paul Schrader trabalha com a história na cabeça por meses, contando-a para as pessoas até que ele a conheça completamente; então ele “pula na máquina” e a escreve em cerca de duas semanas. Depois ele gastará semanas polindo e consertando a história.

Você precisa de duas a três horas por dia para escrever um roteiro. Olhe para a sua agenda diária. Examine o seu tempo. Se você trabalha em horário integral, ou cuidando da casa e da família, seu tempo é limitado. Você terá que achar o melhor horário para escrever. Você é o tipo de pessoa que trabalha melhor pela manhã? Ou só vai acordar e ficar alerta no final da tarde? Tarde da noite pode ser um bom horário. Descubra.

(Syd Field. *Manual do roteiro*, 1995.)

A proposta de redação do Vestibular da UNESP de 2013 apresentou como tema: “escrever: o trabalho e a inspiração”, trazendo menção aos textos integrantes da prova “Escrever”, de Clarice Lispector, e “Escrevendo o roteiro”, de Syd Field. O uso dos textos de apoio é facultativo.

Manual do Candidato da UNESP 2014

A prova de redação consiste na produção de um texto dissertativo, contendo a seguinte recomendação:

Atendido o disposto no Artigo 13, o Concurso Vestibular UNESP 2014 será realizado em duas fases, sendo a primeira constituída de uma prova de Conhecimentos Gerais e a segunda de uma prova de Conhecimentos Específicos e Redação. [...]

A redação em língua portuguesa, de gênero dissertativo, avaliará as propriedades de progressão temática, coerência e coesão, privilegiando-se a modalidade escrita culta (VUNESP, 2013a, p. 31).

Diferentemente do Vestibular 2013 da UNESP, o Manual do Candidato trouxe maiores especificações quanto aos critérios de correção da redação. A primeira novidade foi a especificação do objetivo da prova: “avaliar a capacidade de fundamentação e de conclusão a respeito de um tema definido, a clareza da exposição de ideias e o domínio da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa na elaboração de uma dissertação” (VUNESP, 2013a, p. 43). A redação foi corrigida considerando três critérios: a “proposta de abordagem do tema”, “gênero/tipo de texto e coerência” e “elementos linguísticos”.

Há uma mudança bastante significativa em relação ao Vestibular 2013 da UNESP: o uso da coletânea:

A – Proposta e Abordagem do Tema: A leitura da Proposta e da Coletânea deve ser o ponto de partida para a elaboração do projeto de texto. Nesse critério, portanto, avalia-se se o candidato cumpre o que está sendo solicitado, posicionando-se frente à proposta e levando em consideração os elementos da Coletânea. Avalia-se, ainda, se o candidato compreende as ligações de sentido existentes entre Tema e Coletânea, demonstrando domínio do conjunto total das propostas (textos de apoio, tema e comando com especificação da tarefa a ser realizada) (VUNESP, 2013a, p. 43).

O item “gênero/tipo de texto e coerência” dos critérios de correção traz importantes definições quanto à construção composicional e estilo do gênero:

B – Gênero/Tipo de Texto e Coerência: Neste critério, avalia-se o desenvolvimento do tipo de texto dissertativo e como a argumentação é construída. Isto é, avalia-se como o candidato sustenta sua afirmação em termos argumentativos e como esta argumentação está organizada, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo (introdução, desenvolvimento e conclusão). Assim, avalia-se, neste critério, a presença de introdução (apresentação do assunto abordado ou do ponto de vista a ser defendido), de desenvolvimento (argumentação que sustente a posição tomada) e de conclusão (término decorrente da argumentação apresentada). Quando essas partes estão presentes e efetivamente articuladas, percebe-se, no texto, uma progressão temática. É importante dizer que são avaliadas, também, a qualidade e a pertinência dos argumentos, e a ausência de contradição entre as ideias apresentadas. Por fim, avalia-se, o tipo de interlocução construída pelo texto: na medida em que se trata de um tipo de texto em que o autor deve analisar, explicar, avaliar e interpretar uma questão específica de modo a convencer seu interlocutor de que o seu ponto de vista é o melhor ponto de vista possível, faz-se necessária uma ficcionalização construída a partir da interlocução entre um enunciador que se mostra como a voz do bom-senso/da verdade/da razão e um co-enunciador representado como um auditório universal (VUNESP, 2013a, p. 43).

O Manual designa de “macroestrutura do texto dissertativo – introdução, desenvolvimento e conclusão”. Essa posição do vestibular vem corroborar o que foi exposto na análise do Vestibular 2013 da UNESP. Dessa forma, trata-se de elementos obrigatórios da construção composicional.

O estilo do gênero é definido pela interlocução proposta pelo vestibular: como o autor “deve analisar, explicar, avaliar e interpretar uma questão específica de modo a convencer seu interlocutor de que o seu ponto de vista é o melhor ponto de vista possível, faz-se necessária uma ficcionalização construída a partir da interlocução entre um enunciador que se mostra como a voz do bom-senso/da verdade/da razão e um co-enunciador representado como um auditório universal. Assim, surgem a objetividade e o apagamento da subjetividade como elementos indispensáveis à voz da “razão” ou do “bom-senso”, o que também reafirma o que foi articulado na análise do Vestibular 2013 da UNESP.

O terceiro critério de avaliação do texto são os “elementos linguísticos”, que dizem respeito ao “uso dos elementos formais da língua portuguesa expresso na superfície textual: as regras do padrão culto escrito da língua” (VUNESP, 2013a, p. 43). Esse critério versa sobre a língua enquanto código, que será manuseada na construção do enunciado. Esse elemento interfere tanto na construção composicional, como no estilo e no conteúdo temático.

Finalmente, o Manual traz as causas que acarretam a atribuição de nota zero à redação:

- a) fugir ao tema ou gênero/tipo de texto propostos;
 - b) for escrita em outra língua que não a portuguesa;
 - c) for assinada ou redigida fora dos locais apropriados;
 - d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
 - e) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
 - f) estiver em branco;
 - g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
 - h) apresentar o texto definitivo em menos de 7 linhas efetivamente escritas.
- (VUNESP, 2013a, p. 43).

O terceiro critério de avaliação do texto são os “elementos linguísticos”, que dizem respeito ao “uso dos elementos formais da língua portuguesa expresso na superfície textual: as regras do padrão culto escrito da língua” (VUNESP, 2013a, p. 43). Esse critério versa sobre a língua enquanto código, que será manuseada na construção do enunciado. Esse elemento interfere tanto na construção composicional, como no estilo e no conteúdo temático.

Proposta de redação do vestibular da UNESP 2014

A proposta de redação do vestibular da UNESP 2014 cingiu na apresentação de uma coletânea, composta por três textos, e uma proposição, na qual está contido o mandamento da tarefa a ser realizada.

O primeiro texto da coletânea traz a informação de que cento e noventa deputados integrantes do Congresso Nacional já foram condenados pela Justiça e/ou pelos Tribunais de Contas:

Texto 1

Dos 594 deputados e senadores em exercício no Congresso Nacional, 190 (32%) já foram condenados na Justiça e/ou nos Tribunais de Contas.

As ocorrências se encaixam em quatro grandes áreas: irregularidades em contas e processos administrativos no âmbito dos Tribunais de Contas (como fraudes em licitações); citações na Justiça Eleitoral (contas de campanha rejeitadas, compra de votos, por exemplo); condenações na Justiça referentes à lida com o bem público no exercício da função (enriquecimento ilícito, peculato etc.); e outros (homicídio culposo, trabalho degradante etc.) (Natália Paiva. www.transparencia.org.br. Adaptado.) (VUNESP, 2013b, p. 18).

O segundo texto da coletânea, de Jurandir Freire Costa, defende a ideia de que a população brasileira é levada a acreditar que é cidadã, mas que, na verdade, não se deseja que o indivíduo se comporte como um cidadão. Aponta que as leis são privilégios de poucos e o sistema socioeconômico é injusto. Nesse passo, os sujeitos transitam entre a apatia e a desesperança e a ética da sobrevivência.

Texto 2

Nossa tradição cultural, por diversas razões, criou um ideal de cidadania política sem vínculos com a efetiva vida social dos brasileiros. Na teoria, aprendemos que devemos ser cidadãos; na prática, que não é possível, nem desejável, comportarmo-nos como cidadãos. A face política do modelo de identidade nacional é permanentemente corroída pelo desrespeito aos nossos ideais de conduta.

Idealmente, ser brasileiro significa herdar a tradição democrática na qual somos todos iguais perante a lei e onde o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade é uma propriedade inalienável de cada um de nós; na realidade, ser brasileiro significa viver em um sistema socioeconômico injusto, onde a lei só existe para os pobres e para os inimigos e onde os direitos individuais são monopólio dos poucos que têm muito.

Preso nesse impasse, o brasileiro vem sendo coagido a reagir de duas maneiras. Na primeira, com apatia e desesperança. É o caso dos que continuam acreditando nos valores ideais da cultura e não querem converter-se ao cinismo das classes dominantes e de seus seguidores. Essas pessoas

experimentam uma notável diminuição da autoestima na identidade de cidadão, pois não aceitam conviver com o baixo padrão de moralidade vigente, mas tampouco sabem como agir honradamente sem se tornarem vítimas de abusos e humilhações de toda ordem. Deixam-se assim contagiar pela inércia ou sonham em renunciar à identidade nacional, abandonando o país. Na segunda maneira, a mais nociva, o indivíduo adere à ética da sobrevivência ou à lei do vale-tudo: pensa escapar à delinquência, tornando-se delinquente (Jurandir Freire Costa. <http://super.abril.com.br>. Adaptado.) (VUNESP, 2013b, p. 18).

O terceiro texto da coletânea, de Silvia Cervellini, evidencia o comportamento do brasileiro quanto aos pequenos desvios éticos, exemplificando a sonegação de impostos, o caixinha para o guarda e a compra de produtos piratas. Aponta que a população tem dificuldade de enxergar os próprios desvios éticos.

Texto 3

Se o eleitorado tem bastante clareza quanto à falta de honestidade dos políticos brasileiros, não se pode dizer o mesmo em relação à sua própria imagem como “povo brasileiro”. Isto pode ser um reflexo do aclamado “jeitinho brasileiro”, ora motivo de orgulho, ora de vergonha.

De qualquer forma, fica claro que há problemas tanto quando se fala de honestidade de uma forma genérica, como quando há abordagem específica de comportamentos antiéticos, alguns ilegais: a “caixinha” para o guarda não multar, a sonegação de impostos, a compra de produtos piratas, as fraudes no seguro, entre outros. A questão que está posta aqui é que a população parece não relacionar seus “pequenos desvios” com o comportamento desonesto atribuído aos políticos (Silvia Cervellini. www.ibope.com.br. Adaptado.) (VUNESP, 2013b, p. 18).

Apresenta-se como tema:

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

Corrupção no Congresso Nacional: reflexo da sociedade brasileira? (VUNESP, 2013b, p. 18).

A proposta, como um todo, traz a questão da ética e do comportamento do brasileiro, tanto na esfera política – no Congresso Nacional – como na social – com o comportamento do cidadão. Os textos da coletânea suscitam elementos que devem fazer parte do tema: a questão das condenações dos Deputados, a cidadania enquanto elemento idealizado e não prático – a existência das leis para poucos e a questão socioeconômica – e as pequenas corrupções como parte integrante da sociedade. Finalmente, na proposição – comando com a especificação da tarefa que deve ser realizada –, há a determinação de que o candidato, “com base na coletânea

e em seus próprios conhecimentos”, escreva uma redação do gênero dissertativo sobre o tema: “corrupção no Congresso Nacional: reflexo da sociedade brasileira?”. Por meio da análise do tema, denota-se o seguinte pressuposto: existe corrupção no Congresso Nacional. Essa corrupção pode ser: a) um reflexo da sociedade brasileira; ou b) não é um reflexo da sociedade brasileira.

Delimitam-se e restringem-se as possibilidades de posicionamento, evidenciando-se, contudo, uma tendência, de acordo com a forma como a proposta foi organizada: a assunção da tese de que a corrupção no Congresso Nacional é um reflexo da sociedade brasileira. Isso porquê: a) os textos 2 e 3 contrapõem a conduta do cidadão, no seu cotidiano, à ética da sobrevivência, expondo as constantes corruptelas do comportamento do brasileiro; b) a formulação de uma pergunta direta, apontando para a possível causa “reflexo da sociedade brasileira”. É bem diferente, por exemplo, do que uma pergunta como “quais são as causas da corrupção?”, ou “um ato de egoísmo?”.

Notam-se os seguintes pontos do conteúdo temático: a somatória dos conhecimentos do vestibulando e a coletânea com uma pergunta expressa: se o comportamento do Congresso é uma consequência do comportamento individual (VUNESP, 2013b, p. 18).

A construção composicional e o estilo estão definidos no Manual do Candidato, conforme o já exposto, havendo, contudo, espaço para a presença do estilo individual.

Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2015

O Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2015 (VUNESP 2014a, p.43) também é uma cópia da edição do Vestibular da UNESP 2014 (VUNESP 2013a, p.43). Trata-se de um processo de reiteração e fixação de um estilo da universidade. Nesse passo, reitera-se o exposto anteriormente, buscando-se evitar a excessiva repetição.

Proposta de redação do vestibular da UNESP 2015

A proposta de redação do vestibular da UNESP 2015 é composta por coletânea de quatro textos e o mandamento da tarefa a ser realizada.

O primeiro texto da coletânea traz a informação de que o Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão, mas, ao promulgar a Lei Áurea, não deu condições de inserção social aos libertos:

Texto 1

O Brasil era o último país do mundo ocidental a eliminar a escravidão! Para a maioria dos parlamentares, que se tinham empenhado pela abolição, a questão estava encerrada. Os ex-escravos foram abandonados à sua própria sorte. Caberia a eles, daí por diante, converter sua emancipação em realidade. Se a lei lhes garantia o status jurídico de homens livres, ela não lhes fornecia meios para tornar sua liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativeiro haviam criado. A Lei Áurea abolia a escravidão mas não seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. A abolição foi apenas o primeiro passo na direção da emancipação do negro. Nem por isso deixou de ser uma conquista, se bem que de efeito limitado. (Emília Viotti da Costa. A abolição, 2008.) (VUNESP, 2014b, p. 20).

O Texto 2 traz uma crítica ao discurso de que há racismo no mercado de trabalho, qualificando a suposta perseguição à disparidade social e não racial:

Texto 2

O Instituto Ethos, em parceria com outras entidades, divulgou um estudo sobre a participação do negro nas 500 maiores empresas do país. E lamentou, com os jornais, o fato de que 27% delas não souberam responder quantos negros havia em cada nível funcional. Esse dado foi divulgado como indício de que, no Brasil, existe racismo. Um paradoxo. Quase um terço das empresas demonstra a entidades seríssimas que “cor” ou “raça” não são filtros em seus departamentos de RH e, exatamente por essa razão, as empresas passam a ser suspeitas de racismo. Elas são acusadas por aquilo que as absolve. Tempos perigosos, em que pessoas, com ótimas intenções, não percebem que talvez estejam jogando no lixo o nosso maior patrimônio: a ausência de ódio racial.

Há toda uma gama de historiadores sérios, dedicados e igualmente bem-intencionados, que estudam a escravidão e se deparam com esta mesma constatação: nossa riqueza é esta, a tolerância. Nada escamoteiam: bem documentados, mostram os horrores da escravidão, mas atestam que, não a cor, mas a condição econômica é que explica a manutenção de um indivíduo na pobreza. [...]. Hoje, se a maior parte dos pobres é de negros, isso não se deve à cor da pele. Com uma melhor distribuição de renda, a condição do negro vai melhorar acentuadamente. Porque, aqui, cor não é uma questão (Ali Kamel. “Não somos racistas”. www.oglobo.com.br, 09.12.2003.) (VUNESP, 2014b, p. 20).

O terceiro texto aponta para o mito de que, no Brasil, não há racismo e, mais que isso, qualifica essa postura como um motivo de orgulho nacional:

Texto 3

Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que, aqui, o racismo é um tabu. De fato, os brasileiros imaginam que vivem numa sociedade onde não há discriminação racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto e comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso status de povo civilizado. (Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Racismo e anti-racismo no Brasil, 1999. Adaptado.) (VUNESP, 2014b, p. 20).

Último texto da coletânea menciona uma pesquisa que retrata a negação individual da prática racista, mas a reconhece como um fato social:

Texto 4

Na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envolvidos no país de uma “boa consciência”, que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando. Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos. Essa é sem dúvida uma maneira problemática de lidar com o tema: ora ele se torna inexistente, ora aparece na roupa de alguém outro.

É só dessa maneira que podemos explicar os resultados de uma pesquisa realizada em 1988, em São Paulo, na qual 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito e 98% dos mesmos entrevistados disseram conhecer outras pessoas que tinham, sim, preconceito. Ao mesmo tempo, quando inquiridos sobre o grau de relação com aqueles que consideravam racistas, os entrevistados apontavam com frequência parentes próximos, namorados e amigos íntimos. Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados. (Lilia Moritz Schwarcz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário, 2012. Adaptado.)

O mandamento da tarefa a ser realizada apresenta como tema:

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

O legado da escravidão e o preconceito contra negros no Brasil (VUNESP, 2014b, p. 20).

A proposta apresenta a questão do racismo como algo negado, ou velado, pela sociedade brasileira. Parte-se da premissa de que o processo de abolição da escravatura foi extremamente prejudicial aos negros, haja vista que não houve uma política pública de inclusão e desenvolvimento social dos ex-escravos. Ao contrário, grande parte foi mantida em um regime camuflado de semiescravidão. Os Textos 2, 3 e 4 direcionam-se entre negar a existência do racismo no país e qualificá-lo como um ato alheio, do outro, e nunca do próprio sujeito.

Da análise do tema, extraem-se os seguintes aspectos: a) há um legado da escravidão; b) existe o preconceito contra negros no Brasil; e c) os dois elementos devem ser tratados pelo candidato, uma vez que foi utilizada a conjunção “e”, que traz a ideia de soma. É importante consignar que o tema foi construído em forma de afirmação e não de pergunta, o que, hipoteticamente, limita ainda mais o projeto de dizer do candidato.

Mais uma vez, é possível verificar um certo direcionamento do tema, de que “o preconceito contra negros no Brasil é um legado da escravidão”. Essa possibilidade verifica-se pela própria composição da coletânea, em que os Textos 3 e 4 evidenciam a existência do preconceito contra negros no Brasil, e, se somados ao Texto 1, observa-se o legado negativo deixado pela absolvição da escravidão, o que aponta para o racismo. Não obstante, há o discurso circulante na esfera escolar do “discurso politicamente correto”, que condena o racismo e o preconceito, também muito presente na esfera social, ainda mais em um período histórico marcado pelas redes sociais e os discursos reiterados nesse meio, o que reforça essa tendência.

Reitera-se que a construção composicional e o estilo estão definidos no Manual do Candidato, existindo espaço para a presença do estilo individual.

Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2016

O Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2016 (VUNESP 2015a, p. 42) repetiu, no tocante à redação, os elementos das edições dos Vestibulares da UNESP 2015 (VUNESP 2014a, p.43) e 2014 (VUNESP 2013a, p.43). Entretanto, inovou ao acrescentar, como motivo de atribuição da nota zero à redação, a cópia de trechos da coletânea ou partes da proposta, além de, nas observações importantes, trazer a possibilidade do uso da “nova ortografia”, informar que o título não será considerado na correção do texto, reiterando a questão da cópia de trechos não autorais:

Será atribuída nota zero à redação que: [...]

i) for composta integralmente por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da proposta.

Observações importantes:

- Na aferição do critério de correção gramatical, o candidato poderá valer-se das normas ortográficas implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de

dezembro de 2012: “A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.” [...]

- O espaço para rascunho no caderno de questões é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova de redação pela Banca Examinadora.
- Em hipótese alguma o título da redação será considerado na avaliação do texto.
- Textos que apresentarem trechos de cópia em meio a trechos autorais poderão ser penalizados (VUNESP, 2015a, p. 42).

Essa alteração consistiu no modo de pensar a coletânea: veda-se, a partir desse ano, a cópia de trechos da coletânea ou de outros trechos da proposta. Outro aspecto importante é que o título deixou de ser considerado na avaliação do texto.

Proposta de redação do vestibular da UNESP 2016

A proposta de redação do vestibular da UNESP 2016 é formada pela coletânea de três imagens, quatro textos e o mandamento da tarefa a ser realizada, no qual se encontra definido o tema, por meio de um questionamento direto.

As três imagens, apresentadas em uma sequência, são compostas pelo sofrimento de crianças, em épocas e locais diferentes. A primeira, de uma menina vietnamita, que fugia do napalm, após o bombardeio de sua aldeia; a segunda, de uma menina sudanesa, observada por um abutre, enquanto agonizava pela fome; e a última, do menino sírio encontrado morto em uma praia, após o naufrágio de um barco com refugiados:



Menina vietnamita atingida por napalm foge de aldeia bombardeada.
(Nick Ut. Vietnã, 1972.)



Menina sudanesa em região assolada pela fome é observada por abutre.
(Kevin Carter. Sudão, 1993.)



Menino sírio é encontrado morto em praia após naufrágio de barco com refugiados.
(Nilufer Demir. Turquia, 2015.)

(VUNESP, 2015b, p. 18).

O primeiro texto da coletânea faz uma série de questionamentos a respeito do papel das imagens trágicas, tão popularizadas pela tecnologia, na consciência humana, concluindo que limitam a capacidade humana de sentir:

Texto 1

Um dos traços característicos da vida moderna é oferecer inúmeras oportunidades de vermos (à distância, por meio de fotos e vídeos) horrores que acontecem no mundo inteiro. Mas o que a representação da crueldade provoca em nós? Nossa percepção do sofrimento humano terá sido desgastada pelo bombardeio diário dessas imagens? Qual o sentido de se exibir essas fotos? Para despertar indignação? Para nos sentirmos “mal”, ou seja, para consternar e entristecer? Será mesmo necessário olhar para essas fotos? Tornamo-nos melhores por ver essas imagens? Será que elas, de fato, nos ensinam alguma coisa?

Muitos críticos argumentam que, em um mundo saturado de imagens, aquelas que deveriam ser importantes para nós têm seu efeito reduzido: tornamo-nos insensíveis. Inundados por imagens que, no passado, nos chocavam e causavam indignação, estamos perdendo a capacidade de nos sensibilizar. No fim, tais imagens apenas nos tornam um pouco menos capazes de sentir, de ter nossa consciência instigada (Susan Sontag. *Diante da dor dos outros*, 2003. Adaptado.) (VUNESP, 2015b, p. 18).

O Texto 2 critica de forma acentuada o excesso de imagens de crianças mortas que circulam nas mídias sociais, questionando, se de fato, elas têm o condão de mudar a forma como se enxerga o mundo. Conclui afirmando que essas imagens não são símbolo do “consumo público”:

Texto 2

Quantas imagens de crianças mortas você precisa ver antes de entender que matar crianças é errado? Eu pergunto isso porque as mídias sociais estão inundadas com o sangue de inocentes. Em algum momento, as mídias terão de pensar cuidadosamente sobre a decisão de se publicar imagens como essas. No momento, há, no Twitter particularmente, incontáveis fotos de crianças mortas. Tais fotos são tuitadas e retuitadas para expressar o horror do que está acontecendo em várias partes do mundo. Isto é obscuro. Nenhuma dessas imagens me persuadiu a pensar diferentemente do modo como eu já pensava. Eu não preciso ver mais imagens de crianças mortas para querer um acordo político. Eu não preciso que você as tuite para me mostrar que você se importa. Um pequeno cadáver não é um símbolo de consumo público.

(Suzanne Moore. “Compartilhar imagens de cadáveres nas mídias sociais não é o modo de se chegar a um cessar-fogo”. www.theguardian.com, 21.07.2014. Adaptado.) (VUNESP, 2015b, p. 18).

O terceiro texto, em direção contrária aos anteriores, defende o uso de imagens trágicas, principalmente para manter na memória coletiva “horrores inomináveis”:

Texto 3

A morbidez deve ser evitada a todo custo, mas imagens fotográficas chocantes que podem servir a propósitos humanitários e ajudar a manter vivos na memória coletiva horrores inomináveis (dificultando, com isso, a ocorrência de horrores similares) devem ser publicadas.

(Carlos Eduardo Lins da Silva. “Muito além de Aylan Kurdi”. <http://observatoriodaimprensa.com.br>, 08.09.2015. Adaptado.) (VUNESP, 2015b, p. 18).

O quarto texto da coletânea, em consonância ao anterior, defende o uso da imagem como forma de evitar “mortes”:

Texto 4

Diretor da ONG Human Rights Watch, Peter Bouckaert publicou em seu Twitter a foto do menino sírio de 3 anos que se afogou. Ele explicou sua decisão: “Alguns dizem que a imagem é muito ofensiva para ser divulgada. Mas ofensivo é aparecerem crianças afogadas em nossas praias quando muito mais pode ser feito para evitar suas mortes.” (“Diretor de ONG explica publicação de foto de criança” *Folha de S.Paulo*, 03.09.2015. Adaptado.) (VUNESP, 2015b, p. 18).

O mandamento da tarefa a ser realizada apresenta como tema:

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

Publicação de imagens trágicas: banalização do sofrimento ou forma de sensibilização? (VUNESP, 2015b, p. 18).

Extraem-se do tema: a) existe a publicação de imagens trágicas. Essa publicação pode ser: b) banalização do sofrimento; c) forma de sensibilização. Além disso, houve o uso da conjunção alternativa “ou”, deixando explícito, em tese, de que se deve adotar um dos dois posicionamentos, excluindo o outro. Há um questionamento, o qual precisa ser respondido.

Nessa proposta, particularmente, há certo equilíbrio entre os textos apresentados. Os dois primeiros textos apontam para a banalização do sofrimento, ao passo que os dois últimos referem-se à sensibilização. A pergunta também obedeceu a essa ordem: primeiro questionou-se sobre a banalização e, posteriormente, a respeito da sensibilização. A argumentação utilizada nos dois primeiros textos foi mais fundamentada, enquanto nos dois últimos restringiu-se à mera afirmação de uma dada visão de mundo.

Se existe uma tendência, ela é a de apontar para a sensibilização. Isso porque, de acordo com a organização da proposta, o último elemento lido é aquele que permanece na

memória e é reforçado. Mas essa intenção, se é que ela existe, é muito sutil. Mais uma vez, para reforçar esse posicionamento, é importante relembrar o discurso circulante nas esferas escolar e social.

Na esfera escolar, especificamente em virtude das orientações do ENEM, há a preocupação com os direitos humanos e o discurso politicamente correto. Embora se tratem de provas diferentes, dificilmente o candidato apaga totalmente essa tendência. Ainda mais quando há uma questão humanitária posta em debate. Corroborando com essa tendência, há o discurso social no qual o candidato está imerso. Essa questão das imagens trágicas permeia o convívio social, especificamente as redes sociais. Isso, somado aos outros elementos, influencia no posicionamento do candidato.

Reitera-se que a construção composicional e o estilo estão definidos no Manual do Candidato, existindo espaço para a presença do estilo individual.

Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2017

O Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2017 (VUNESP, 2016a, p. 48) remodelou a forma como se referia aos critérios de correção. Primeiramente, o vestibular fixou como gênero o dissertativo, indicando a necessidade da leitura dos textos da coletânea, que auxiliam a “ampliar os argumentos” do candidato:

Na prova de redação, espera-se que o candidato produza uma dissertação em prosa na norma-padrão da língua portuguesa, a partir da leitura de textos auxiliares, que servem como um referencial para ampliar os argumentos produzidos pelo próprio candidato (VUNESP, 2016a, p. 48).

O primeiro critério de correção, o “Tema”, teve significativa alteração em relação aos anos anteriores. Não há mais a estipulação de que “a leitura da Proposta e da Coletânea deve ser o ponto de partida” (VUNESP, 2015a, p. 42; VUNESP, 2014a, p. 42;), como também, não há referência à obrigatoriedade do uso da coletânea:

A) Tema: considera-se se o texto do candidato atende ao tema proposto. A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total (VUNESP, 2016a, p. 48).

O segundo critério de avaliação, a Estrutura, pontua a “macroestrutura do texto dissertativo” e caracteriza a interlocução e a coerência exigidas, exemplificando possíveis lacunas:

B) Estrutura (gênero / tipo de texto e coerência): consideram-se aqui, conjuntamente, os aspectos referentes ao gênero / tipo de texto proposto e à coerência das ideias. A fuga completa ao gênero / tipo de texto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total. Avalia-se aqui como o candidato sustenta sua tese em termos argumentativos e como esta argumentação está organizada, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo (introdução, desenvolvimento e conclusão). No gênero / tipo de texto, avalia-se também o tipo de interlocução construída: por se tratar de uma dissertação, deve-se prezar pela objetividade, sendo assim, o uso de primeira pessoa do singular e de segunda pessoa (singular e plural) poderá ser penalizado. Será considerada aspecto negativo a referência direta à situação imediata de produção textual (ex.: como afirma o autor do primeiro texto / da coletânea / do texto I; como solicitado nesta prova / proposta de redação). Na coerência, será observada, além da pertinência dos argumentos mobilizados para a defesa do ponto de vista, a capacidade do candidato de encadear as ideias de forma lógica e coerente (progressão textual). Serão consideradas aspectos negativos a presença de contradições entre as ideias, a falta de partes da macroestrutura dissertativa, a falta de desenvolvimento das ideias ou a presença de conclusões não decorrentes do que foi previamente exposto (VUNESP, 2016a, p. 48).

O último item do critério de avaliação é a Expressão, na qual se encontram estipulados os elementos de coesão e da linguagem utilizada, priorizando-se a norma-padrão da língua e a clareza textual:

C) Expressão (coesão e modalidade): consideram-se nesse item os aspectos referentes à coesão textual e ao domínio da norma-padrão da língua portuguesa. Na coesão, avalia-se a utilização dos recursos coesivos da língua (anáforas, catáforas, repetições, substituições, conjunções etc.) de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa. Serão considerados aspectos negativos as quebras entre frases ou parágrafos e o emprego inadequado de recursos coesivos. Na modalidade, serão examinados os aspectos gramaticais como ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação, bem como a escolha lexical (precisão vocabular) e o grau de formalidade / informalidade expressa em palavras e expressões (VUNESP, 2016a, p. 48).

Os critérios de atribuição de nota zero a redação continuam os mesmos. As observações importantes trouxeram pequenas alterações, mas com consequências significativas: o título não será considerado na correção da redação, os textos curtos serão penalizados e a cópia de trechos de qualquer trecho da prova será penalizada:

- Em hipótese alguma o título da redação será considerado na avaliação do texto. Ainda que o título contenha elementos relacionados à abordagem temática, a nota do critério que avalia o tema só será atribuída a partir do que estiver escrito no corpo do texto.
- Textos curtos, com apenas 15 linhas ou menos, poderão ser penalizados no critério que avalia a expressão.
- Textos que apresentarem trechos autorais em meio a trechos de cópia poderão ser penalizados. As propostas de redação da Fundação Vunesp geralmente apresentam uma coletânea de textos motivadores que servem como ponto de partida para a reflexão sobre o tema que deverá ser abordado. Esses textos não devem ser copiados de forma parcial ou integral. A cópia dos textos motivadores ou de qualquer outra parte da prova pode implicar zero total ou diminuir drasticamente a nota final do candidato.

Proposta de redação do vestibular da UNESP 2017

A proposta de redação do vestibular da UNESP 2017 consiste em uma coletânea de três textos e o mandamento da tarefa a ser realizada, definindo-se o tema, por meio de uma pergunta.

O Texto 1 questiona se a acumulação do capital privado conduz a um aumento ou redução da desigualdade social:

Texto 1

A distribuição da riqueza é uma das questões mais vivas e polêmicas da atualidade. Será que a dinâmica da acumulação do capital privado conduz de modo inevitável a uma concentração cada vez maior da riqueza e do poder em poucas mãos, como acreditava Karl Marx no século XIX? Ou será que as forças equilibradoras do crescimento, da concorrência e do progresso tecnológico levam espontaneamente a uma redução da desigualdade e a uma organização harmoniosa da sociedade, como pensava Simon Kuznets no século XX? (Thomas Piketty. *O capital no século XXI*, 2014. Adaptado.) (VUNESP, 2016b, p. 18).

O Texto 2 critica a ideia de que a melhor forma de evitar que os pobres fiquem mais pobres é permitir que os ricos fiquem cada vez mais ricos. Na verdade, de acordo com dados estatísticos, essa perspectiva apenas acentua a desigualdade:

Texto 2

Já se tornou argumento comum a ideia de que a melhor maneira de ajudar os pobres a sair da miséria é permitir que os ricos fiquem cada vez mais ricos. No entanto, à medida que novos dados sobre distribuição de renda são divulgados*, constata-se um desequilíbrio assustador: a distância entre

aqueles que estão no topo da hierarquia social e aqueles que estão na base cresce cada vez mais.

A obstinada persistência da pobreza no planeta que vive os espasmos de um fundamentalismo do crescimento econômico é bastante para levar as pessoas atentas a fazer uma pausa e refletir sobre as perdas diretas, bem como sobre os efeitos colaterais dessa distribuição da riqueza.

Uma das justificativas morais básicas para a economia de livre mercado, isto é, que a busca de lucro individual também fornece o melhor mecanismo para a busca do bem comum, se vê assim questionada e quase desmentida.

* Um estudo recente do World Institute for Development Economics Research da Universidade das Nações Unidas relata que o 1% mais rico de adultos possuía 40% dos bens globais em 2000, e que os 10% mais ricos respondiam por 85% do total da riqueza do mundo. A metade situada na parte mais baixa da população mundial adulta possuía 1% da riqueza global. (Zygmunt Bauman. *A riqueza de poucos beneficia todos nós?*, 2015. Adaptado.) (VUNESP, 2016b, p. 18).

O Texto 3 contrapõe-se ao texto anterior, defendendo a ideia de que o capitalismo, apesar de possibilitar a concentração de renda, promove uma melhora das condições materiais de vida:

Texto 3

Um certo espírito rousseauiano parece ter se apoderado de nossa época, que agora vê a propriedade privada e a economia de mercado como responsáveis por todos os nossos males. É verdade que elas favorecem a concentração de riqueza, notadamente de renda e patrimônio.

Essa, porém, é só parte da história. Os mesmos mecanismos de mercado que promovem a disparidade – eles exigem certo nível de desigualdade estrutural para funcionar – são também os responsáveis pelo mais extraordinário processo de melhora das condições materiais de vida que a humanidade já experimentou.

Se o capitalismo exhibe o viés elitista da concentração de renda, ele também apresenta a vocação mais democrática de tornar praticamente todos os bens mais acessíveis, pelo aprimoramento dos processos produtivos. Não tenho nada contra perseguir ideias de justiça, mas é importante não perder a perspectiva das coisas. (Hélio Schwartzman. “Uma defesa da desigualdade”. *Folha de S.Paulo*, 14.06.2015. Adaptado.) (VUNESP, 2016b, p. 18).

O quarto texto da coletânea, em consonância ao anterior, defende o uso da imagem como forma de evitar “mortes”:

Fixou-se o seguinte tema no mandamento da tarefa a ser realizada:

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

A riqueza de poucos beneficia a sociedade inteira? (VUNESP, 2016b, p. 18).

É possível afirmar que, da análise do tema, deduz-se: a) a riqueza de poucos pode ser um problema; b) deve-se buscar o benefício da sociedade inteira; c) existe uma pergunta, que precisa ser respondida.

Percebe-se um equilíbrio na apresentação da proposta. Em primeiro lugar, há a defesa de um texto da coletânea (Texto 2) a favor da qualificação da riqueza de poucos como algo prejudicial, enquanto outro defende o benefício da acumulação (Texto 3). O primeiro texto apenas questiona entre dois autores que se posicionam de forma antagônica: Marx e Kuznets. A pergunta não traz uma tendência clara, embora utilize a expressão “riqueza de poucos”, evidenciando a ideia de exclusão, uma provável leitura negativa, no lugar, por exemplo, de “distribuição de renda” ou a “a busca da igualdade social”.

Novamente, a proposta de redação flerta com o discurso circulante nas esferas escolar e social. Reitera-se, ainda que de forma repetitiva, o posicionamento do ENEM, segundo o qual se devem respeitar os direitos humanos, incutindo-se o discurso da busca da igualdade social ou, ao menos, da diminuição da pobreza e da miséria. Não obstante, no discurso social, o sujeito evita qualificar-se como egoísta extremo, fato que, inclusive, fomentou o desenvolvimento da “responsabilidade social” das indústrias e empresas, buscando a adesão do consumidor à sua prática.

Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2018

O Manual do Candidato do Vestibular da UNESP 2018 (VUNESP, 2017a, p. 44) repetiu integralmente o da edição do Vestibular da UNESP 2017 (VUNESP, 2016a, p. 48), acrescentando apenas mais um item nos critérios para atribuição de nota zero à redação e nas observações importantes, mudando-se as palavras utilizadas no último item, mas não significativamente a orientação:

[...]

J) apresentar formas propositais de anulação, como impropérios, trechos jocosos ou a recusa explícita em cumprir o tema proposto.

Orientações importantes:

[...] As propostas de redação da Fundação Vunesp apresentam uma coletânea de textos motivadores que servem como ponto de partida para a reflexão sobre o tema que deverá ser abordado. Textos compostos apenas por cópias

desses textos motivadores receberão zero total e textos em que seja identificada a predominância de trechos de cópia em relação a trechos autorais terão a nota final diminuída drasticamente (VUNESP, 2017a, p. 44).

Proposta de redação do vestibular da UNESP 2018

A proposta de redação do vestibular da UNESP 2018 é formada por uma coletânea de dois textos e o mandamento da tarefa a ser realizada, definindo-se o tema, por meio de uma pergunta.

O Texto 1 apresenta o voto como elemento obrigatório para os eleitores maiores de dezoito e menores de setenta anos de idade. Argumenta-se que a democracia brasileira é jovem e, mais que isso, que a população não possui consciência política desenvolvida, o que justifica a manutenção do sistema. Contrariamente, há a manifestação daqueles que são contrários ao voto obrigatório, defendendo que o voto é um direito e não um dever:

Texto 1

Um levantamento do Instituto Datafolha divulgado em maio de 2014 apontou que 61% dos eleitores são contrários ao voto obrigatório. O voto obrigatório é previsto na Constituição Federal – a participação é facultativa apenas para analfabetos, idosos com mais de 70 anos de idade e jovens com 16 e 17 anos.

Para analistas, permitir que o eleitor decida se quer ou não votar é um risco para o sistema eleitoral brasileiro. A obrigatoriedade, argumentam, ainda é necessária devido ao cenário crítico de compra e venda de votos e à formação política deficiente de boa parte da população.

“Nossa democracia é extremamente jovem e foi pouco testada. O voto facultativo seria o ideal, porque o eleitor poderia expressar sua real vontade, mas ainda não é hora de ele ser implantado”, diz Danilo Barboza, membro do Movimento Voto Consciente.

O sociólogo Eurico Cursino, da Universidade de Brasília (UnB), avalia que o dever de participar das eleições é uma prática pedagógica. Ele argumenta que essa é uma forma de canalizar conflitos graves ligados às desigualdades sociais no país. “A democracia só se aprende na prática. Tornar o voto facultativo é como permitir à criança decidir se quer ir ou não à escola”, afirma.

Já para os defensores do voto não obrigatório, participar das eleições é um direito e não um dever. O voto facultativo, dizem, melhora a qualidade do pleito, que passa a contar majoritariamente com eleitores conscientes. E incentiva os partidos a promover programas eleitorais educativos sobre a importância do voto. (Karina Gomes. “O voto deveria ser facultativo no Brasil?”. www.cartacapital.com.br, 25.08.2014. Adaptado.) (VUNESP, 2017b, p. 18).

O Texto 2, de maneira semelhante ao 1, apresenta aspectos positivos e negativos do voto facultativo, sendo que o principal argumento contrário é a falta de consciência política, ao passo que o favorável defende o fim da vitimização:

Texto 2

Há muito tempo se discute a possibilidade de instauração do voto facultativo no Brasil. Mas são diversos os fatores que travam a discussão. Atualmente, é a Lei no 4737/1965 que determina o voto como obrigatório no Brasil, além dos dispositivos e penas a quem não comparece ao pleito. Com a imposição, o país segue na tendência contrária ao resto do mundo.

Estudo divulgado pela CIA, que detalha o tipo de voto em mais de 230 países no mundo, mostra que o Brasil é um dos (apenas) 21 que ainda mantém a obrigatoriedade de comparecer às urnas.

Para Rodolfo Teixeira, cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB), a atual descrença na classe política pode levar a uma grave deserção do brasileiro do processo eleitoral. O jurista Alberto Rollo, especialista em Direito Eleitoral e membro da comissão de reforma política da OAB de São Paulo, concorda e acredita que o eleitor brasileiro ainda é “deficitário” do ponto de vista de educação política, sem ser maduro o suficiente para entender a importância do voto: “Se [o voto facultativo] fosse implementado hoje, mais da metade dos eleitores não votaria. Isso é desastroso”, afirma.

O cientista político e professor da FGV-Rio Carlos Pereira pensa diferente. O especialista acredita que as sete eleições presidenciais depois do fim da ditadura militar mostram que o momento democrático do Brasil está consolidado. O voto facultativo seria mais um passo a uma democracia plena. “O argumento de que o eleitor pobre e menos escolarizado deixaria de votar parte de um pressuposto da vitimização. É uma visão muito protecionista”, diz Pereira. “O eleitor mais pobre tem acesso à informação e é politizado: ele sabe quanto está custando um litro de leite, uma passagem de ônibus, se o bairro está violento, se tem desemprego na família. É totalmente plausível que ele faça um diagnóstico e decida em quem votar e se quer votar.”

(Raphael Martins. “O que falta para o Brasil adotar o voto facultativo?”. <http://exame.abril.com.br>, 01.08.2017. Adaptado.) (VUNESP, 2017b, p. 18).

O mandamento da tarefa a ser realizada fixa:

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma redação de gênero dissertativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

O voto deveria ser facultativo no Brasil (VUNESP, 2017b, p. 18).

Da análise do tema, extrai-se: a) o voto não é facultativo no Brasil; b) o voto poderia ser facultativo no Brasil; c) há uma pergunta direta, que torna imprescindível uma resposta.

Há, como nas edições anteriores, a ponderação a respeito das duas hipóteses disponíveis. O argumento central da hipótese de que o voto deve ser obrigatório, repisa-se, é a

falta de consciência política, fruto de questões educacionais, sociais e políticas. A outra hipótese, a do voto facultativo, fundamenta-se na tendência mundial atual e, mais que isso, na própria ideia de democracia e de liberdade. A forma como a pergunta foi formulada não delimita uma tendência explícita, embora deixe subentendida, pela seleção das palavras, de que o voto deveria ser facultativo. Isso se justifica pela composição da coletânea: os dois textos finalizam argumentando sobre o voto facultativo, gerando uma possível conclusão. Outro indício é a escolha do verbo conjugado no futuro do pretérito, “deveria”, dando ideia do mundo ideal. Sem prejuízo, não houve a utilização do reforço da hipótese contrária, como o seria se o tema fosse “o voto deve continuar obrigatório no Brasil”.

Chama a atenção o diálogo com o discurso social, principalmente fomentado pela crescente revolta com o cenário político brasileiro. Há um descontentamento generalizado da população com o processo eleitoral e as constantes denúncias de corrupção, que permeiam as mais diversas esferas da atuação do Estado. O voto facultativo é um discurso bastante presente na sociedade, sendo o posicionamento do jovem vestibulando uma possibilidade considerada significativa pelo vestibular.

4.1.1.1 Aspectos analisados

Por meio da análise dos manuais do candidato e das propostas de redação dos vestibulares de 2013 a 2018¹¹, é possível concluir que existe uma tendência, um movimento de estabilidade: a proposta de redação é formada por uma coletânea de textos, a qual expõe os principais posicionamentos em relação ao tema, apresentando aspectos de visões distintas.

Nos vestibulares da UNESP dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, o candidato deveria considerar a coletânea de textos como “ponto de partida” da redação, além de posicionar-se “frente à proposta” levando em consideração “os elementos da coletânea”. Nos anos de 2017 e 2018, houve o apagamento dessa instrução dos critérios de correção, passando-se a adotar, nas observações importantes, a expressão “textos motivadores”.

¹¹ (VUNESP, 2012a, p. 3; VUNESP, 2012b, p. 28), 2014 (VUNESP, 2013a, p. 18; VUNESP, 2013b, p. 43), 2015 (VUNESP, 2014a, p. 20; VUNESP, 2014b, p. 43), 2016 (VUNESP, 2015a, p. 18; VUNESP, 2015b, p. 42), 2017 (VUNESP, 2016a, p. 18; VUNESP, 2016b, p. 48) e 2018 (VUNESP, 2017a, p. 18; VUNESP, 2017b, p. 44).

Contudo, é importante frisar que a expressão utilizada na elaboração do mandamento da tarefa a ser realizada da proposta foi a mesma em todos os anos: “com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos”, garantindo a estabilidade do gênero.

4.1.2. Vestibular da UNIFESP

Manual do Candidato da UNIFESP 2013

O Manual do Candidato da UNIFESP de 2013 apresenta que a prova do vestibular é composta de duas provas, sendo a primeira formada de quarenta e cinco questões de múltipla escolha, compreendendo trinta questões de Língua Portuguesa e quinze questões de Língua Inglesa, e um redação do gênero dissertativo, aplicada no dia 13/12/2012. Cada questão tem o valor de um ponto e a redação de cinquenta pontos. A nota final do primeiro dia será obtido pela fórmula: (nº de questões corretas somado ao valor atribuído à Redação) x 100 ÷ 95. Nota máxima da prova: 100,000.

O segundo dia de prova será composto por vinte questões discursivas, sendo cinco de Biologia, cinco de Física, cinco de Química e cinco de Matemática, com o valor de até quatro pontos cada questão. A prova foi aplicada no dia 13/12/2012. A nota global da prova será a soma dos pontos obtidos nas questões x 100 ÷ 80. A nota final no Vestibular da UNIFESP 2013 é a média aritmética simples das notas de todas as provas, dada por: [(nota da parte objetiva do ENEM 2012) + (nota da Prova de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Redação) + (nota da Prova de Conhecimentos Específicos)] ÷ 3 (VUNESP, 2012c, p. 18).

Há noventa questões sob a forma de teste de múltipla escolha, com cinco alternativas cada. Serão trinta questões para cada uma das seguintes áreas especificadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Linguagens e Códigos (elementos de Língua Portuguesa e Literatura, Língua Inglesa, Educação Física e Arte), Ciências Humanas (elementos de História, Geografia e Filosofia) e Ciências da Natureza e Matemática (elementos de Biologia, Química, Física e Matemática). A prova foi realizada no dia 17/11/13 e teve o valor total de cem pontos.

A prova de redação consiste na produção de um texto dissertativo, contendo a seguinte recomendação:

O candidato deverá produzir um texto dissertativo em prosa a partir da leitura de textos auxiliares, que devem ser analisados e utilizados como um referencial para ampliar os argumentos produzidos pelo próprio candidato. Ele deverá demonstrar raciocínio e domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual, considerando a importância de apresentar um texto bem articulado (VUNESP, 2012c, p. 29).

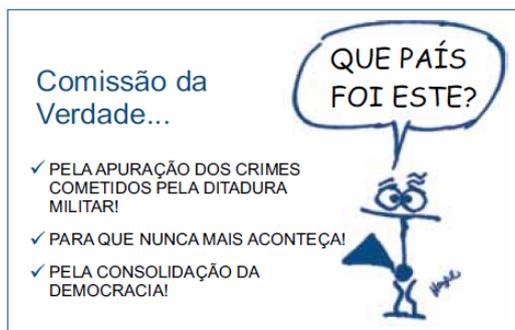
Não há a indicação dos critérios de correção pormenorizados no Manual do Candidato. O espaço concedido para o texto final é de trinta linhas.

Proposta de redação do vestibular da UNIFESP 2013

A proposta de redação do vestibular da UNIFESP 2013 apresentou uma coletânea, composta por quatro textos, e o mandamento da tarefa a ser realizada.

O primeiro texto da coletânea é uma charge, que apresenta as finalidades da “Comissão da Verdade”:

Texto 1



(www.rededemocratica.org)

O segundo texto da coletânea, de Renato Lessa, aponta para as contínuas violações dos direitos humanos durante o regime de exceção. Afirma que aqueles que não viveram à época poderão entender o que houve no país.

Texto 2

Os anos vividos pelo Brasil sob estado de exceção – entre 1964 e 1985 – foram marcados por contínuas violações dos direitos humanos, por parte do Estado e de seus agentes públicos. Revelações recentes e esparsas dão alguma medida do horror dos corpos torturados, dos assassinatos e dos desaparecimentos.

A implantação da Comissão da Verdade, no Brasil, em gesto que segue o já adotado em dezenas de países que passaram por regimes de exceção, poderá

vir a ser o marco de uma virada histórica. Para os familiares dos desaparecidos, para os que viveram a experiência da resistência e para o país em seu conjunto. Em especial para as gerações que não viveram – e, espero, não venham a viver – o horror de serem governadas por ditadores. Elas poderão construir suas interpretações próprias a respeito da história recente do país, com base em uma narrativa que retira do silêncio experiências cruciais para o entendimento a respeito do que somos como nação (Renata Lessa. Sobre a verdade. *Ciência Hoje*, junho de 2012. Adaptado.) (VUNESP 2012d, p. 16).

O terceiro texto da coletânea, de Leonardo Boff, defende que a Comissão da Verdade deve ir além dos crimes e dos desaparecimentos ocorridos, deve tratar do trauma nacional e responsabilizar moralmente aqueles que deram o golpe de Estado por esse crime coletivo.

Texto 3

O objeto da Comissão da Verdade deve, sim, tratar dos crimes e dos desaparecimentos perpetrados pelos agentes do Estado ditatorial. É sua tarefa precípua e estatutária. Mas não pode se reduzir a estes fatos. Há o risco de os juízos serem pontuais. Precisa-se analisar o contexto maior, que permite entender a lógica da violência estatal e que explica a sistemática produção de vítimas. Mais ainda, deixa claro o trauma nacional que significou viver sob suspeitas, denúncias, espionagem e medo paralisador.

Neste sentido, vítimas não foram apenas os que sentiram em seus corpos e nas suas mentes a truculência dos agentes do Estado. Vítimas foram todos os cidadãos. Foi toda a nação brasileira. Para que a missão da Comissão da Verdade seja completa e satisfatória, caberia a ela fazer um juízo ético-político sobre todo o período do regime militar.

Os que deram o golpe de Estado devem ser responsabilizados moralmente por esse crime coletivo contra o povo brasileiro.

Os militares inteligentes e nacionalistas de hoje deveriam dar-se conta de como foram usados por aquelas elites oligárquicas, que não buscavam realizar os interesses gerais do Brasil mas, sim, alimentar sua voracidade particular de acumulação, sob a proteção do regime autoritário dos militares.

A Comissão da Verdade prestaria esclarecedor serviço ao país se trouxesse à luz esta trama. Ela simplesmente cumpriria sua missão de ser Comissão da Verdade. Não apenas da verdade de fatos individualizados, mas da verdade do fato maior da dominação de uma classe poderosa, nacional, associada à multinacional, para, sob a égide do poder discricionário dos militares, tranquilamente, realizar seus objetivos corporativos. Isso nos custou 21 anos de privação da liberdade, muitos mortos e desaparecidos, muito padecimento coletivo (Leonardo Boff. 1964: Golpe militar a serviço do golpe de classe. www.jb.com.br. Adaptado.) (VUNESP 2012d, p. 16).

O quarto texto da coletânea, de Ives Gandra Martins, alude que a comissão foi instituída para detectar os casos de tortura na luta pelo poder. Critica a ausência de historiadores imparciais na sua composição, com conhecimento científico para lidar com a apuração. Alude que a tortura praticada por guerrilheiros também deve ser aferida.

Finalmente, face à Lei da Anistia, a sociedade deveria olhar para o futuro e não para o passado.

Texto 4

Depois de muita expectativa – e com grande exposição na mídia –, foi constituída comissão para “resgatar a verdade histórica” de um período de 42 anos da vida política nacional, objetivando, fundamentalmente, detectar os casos de tortura na luta pelo poder. A História é contada por historiadores, que têm postura imparcial ao examinar os fatos que a conformaram, visto serem cientistas dedicados à análise do passado. Os que ambicionam o poder fazem a História, mas, por dela participarem, não têm a imparcialidade necessária para a reproduzir.

A Comissão da Verdade não conta, em sua composição, com nenhum historiador capaz de apurar, com rigor científico, a verdade histórica da tortura no Brasil, de 1946 a 1988. O primeiro reparo, portanto, que faço à sua constituição é o de que “não historiadores” foram encarregados de contar a História daquele período. Conheço seis dos sete membros da comissão e tenho por eles grande respeito, além de amizade com alguns. Não possuem, no entanto, a qualificação científica para o trabalho que lhes foi atribuído.

O segundo reparo é que estiveram envolvidos com os acontecimentos daquele período. Em debate com o ex-deputado

Ayrton Soares, perguntou-me o amigo e colega – que defendia a constituição de comissão para essa finalidade, enquanto eu não via necessidade de sua criação – se eu participaria dela, se fosse convidado. Disse-lhe que não, pois, apesar de ser membro da Academia Paulista de História, estive envolvido nos acontecimentos.

O terceiro reparo é que alguns de seus membros pretendem que a verdade seja seletiva. Tortura praticada por guerrilheiro não será apurada, só a que tenha sido levada a efeito por militares e agentes públicos. O que vale dizer: lança-se a imparcialidade para o espaço, dando a impressão de que guerrilheiro, quando tortura, pratica um ato sagrado; já os militares, um ato demoníaco.

O quarto reparo é que muitos guerrilheiros foram treinados em Cuba, pela mais sangrenta ditadura das Américas no século 20. Um bom número de guerrilheiros não queria, pois, a democracia, mas uma ditadura à moda cubana. Radicalizaram o processo de redemocratização a tal ponto que a imprensa passou a ser permanentemente censurada. Estou convencido de que esse radicalismo e os ideais da ditadura cubana que o inspiraram apenas atrasaram o processo de redemocratização e dificultaram uma solução acordada e não sangrenta.

O quinto aspecto que me parece importante destacar é que, a meu ver, a redemocratização se deveu ao trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que se tornou a voz e os pulmões da sociedade.

Por fim, num país que deveria olhar para o futuro, em vez de remoer o passado – afirmação que levou guerrilheiros, advogados e o próprio governo militar a acordarem a Lei da Anistia, colocando uma pedra sobre aqueles tempos conturbados –, a comissão é inoportuna. Parafraseando Vicente Rao, esta volta ao pretérito parece ser contra o “sistema da natureza, pois para o tempo que já se foi, fará reviver as nossas dores, sem nos restituir nossas esperanças” (Ives Gandra Silva Martins. A Comissão da Verdade e a verdade histórica. www.estadao.com.br. Adaptado.) (VUNESP 2012d, p. 17).

O mandamento da tarefa a ser realizada apresenta como tema:

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, redija um texto dissertativo, obedecendo à norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

Comissão da Verdade: que verdade alcançar? (VUNESP 2012d, p. 17).

A proposta traz a questão da Comissão da Verdade, sua implementação e eficácia na apuração das atrocidades cometidas ao longo da Ditadura Militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985. Os três primeiros textos da coletânea focalizam a análise de opiniões favoráveis à apuração dos crimes, ao passo que o quarto texto critica a forma com a comissão foi constituída. Mais que isso, desacredita a respeito de sua eficácia, especialmente por ter havido anistia dos crimes cometidos. No mandamento da tarefa a ser realizada, há a determinação de que o candidato, “Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos”, redija um texto dissertativo sobre o tema: “Comissão da Verdade: que verdade alcançar?”.

Notam-se os seguintes pontos do conteúdo temático: a somatória dos conhecimentos do vestibulando e a coletânea com uma pergunta expressa: “Comissão da Verdade: que verdade alcançar?” (VUNESP 2012d, p. 17).

A construção composicional é marcada pelo gênero: “texto dissertativo”, retomando as vozes e prescrições existentes na esfera escolar, assim como o estilo. Há, todavia, a possibilidade de se empregar um estilo individual.

Manual do Candidato da Unifesp 2014

O Manual do Candidato da Unifesp de 2014 reitera o do ano anterior, não havendo mudanças significativas. A prova de redação consiste na produção de um texto dissertativo, contendo a seguinte recomendação:

O candidato deverá produzir um texto dissertativo em prosa a partir da leitura de textos auxiliares, que devem ser analisados e utilizados como um referencial para ampliar os argumentos produzidos pelo próprio candidato. Ele deverá demonstrar raciocínio e domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual, considerando a importância de apresentar um texto bem articulado (VUNESP, 2013c, p. 26).

Não há os critérios de correção pormenorizados no Manual do Candidato. O espaço concedido para o texto final é de trinta linhas.

Proposta de redação do vestibular da Unifesp 2014

A proposta de redação do vestibular da Unifesp 2014 apresentou uma coletânea, composta por cinco textos, e o mandamento da tarefa a ser realizada.

O primeiro texto da coletânea é uma charge, que apresenta duas personagens genéricas. É importante frisar que o gênero do discurso “Charge”, de acordo com a esfera Escolar, apresenta duas possibilidades de personagens: a genérica, que tem a intenção de caracterizar um comportamento da sociedade; e a específica, aquela que representa uma pessoa de reconhecimento social, como um político, um artista ou um jogador de futebol, por exemplo. Pelas vestimentas das personagens, terno e gravata, pelo o contexto histórico da época, marcado por denúncias internacionais de espionagem, pode-se interpretar as personagens como uma personificação dos Estados ou países envolvidos:

Texto 1



(www.chargeonline.com.br)

O segundo texto da coletânea, publicado no site do Estadão, apresenta a justificativa do então secretário de Estado americano, John Kerry, para o esquema de espionagem denunciado pelo ex-técnico da CIA Edward Snowden.

Texto 2

O secretário de Estado americano, John Kerry, defendeu o programa de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) na segunda-feira

[12.08.2013] e minimizou o seu impacto sobre os esforços dos Estados Unidos em aprofundar as relações com o Brasil e a Colômbia, os dois principais aliados na América Latina.

Kerry tentou minimizar a informação de que cidadãos da Colômbia, México, Brasil e outros países estão entre os alvos da grande operação da NSA para monitorar ligações telefônicas e de internet em todo o mundo. O fato foi divulgado pelo ex-técnico da CIA Edward Snowden.

“Tudo o que aconteceu respeitou a Constituição e as leis. O presidente Obama deu grandes passos nos últimos dias para tranquilizar as pessoas sobre as suas intenções na América Latina”, explicou Kerry (www.estadao.com.br) (VUNESP, 2013d, p. 15).

No terceiro texto da coletânea, do site da Folha de São Paulo, há o relato do inconformismo e do protesto da então presidente Dilma Rousseff em relação à espionagem americana.

Texto 3

Uma ilegalidade inadmissível, que provocou indignação e repúdio. Essas foram algumas das fortes expressões que a presidente Dilma Rousseff usou ontem [24.09.2013] ao abrir a Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, para definir a sua reação às denúncias de que ela e a Petrobras foram alvos prioritários da espionagem dos EUA.

Dilma, que há uma semana cancelou a visita que faria ao colega americano, Barack Obama, disse que o esquema da NSA afronta a comunidade internacional.

“Estamos diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis”, disse.

Para ela, “imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o direito internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo entre nações amigas” (www.folha.uol.com.br. Adaptado.) (VUNESP, 2013d, p. 15).

O quarto texto da coletânea, do site da Folha de São Paulo, informa sobre a o depoimento de James Clapper, diretor da inteligência nacional americana, em que se posiciona favoravelmente à espionagem de líderes de países aliados, como o ocorrido com a chanceler alemã, Angela Merkel.

Texto 4

Após as novas revelações de que o celular da chanceler alemã, Angela Merkel, teria sido espionado pelos EUA, o diretor da inteligência nacional americana, James Clapper, defendeu a espionagem de líderes estrangeiros.

“Conhecer as intenções dos líderes é uma espécie de princípio básico do que nós coletamos e analisamos”, declarou Clapper, que chefia as agências responsáveis por esse tipo de ação nos EUA.

O diretor, que depôs nesta terça-feira [29.10.2013] no Comitê de Inteligência da Câmara americana, afirmou, porém, que a ação da NSA não é indiscriminada.

Segundo Clapper, países aliados, incluindo integrantes da União Europeia, também espionaram os EUA (www.folha.uol.com.br) (VUNESP, 2013d, p. 16).

O quinto texto da coletânea, do site do Jornal Opção, traz um importante traço da “Realpolitik” e considera que os estadistas dos mais importantes países sabem e realizam a espionagem tanto no campo econômico como no geopolítico.

Texto 5

Estadistas são adeptos da Realpolitik e, portanto, sabem diferenciar o real da ilusão. No entanto, “vendem”, nos jornais, que é possível viver num mundo altamente competitivo sem espionagem de países contra países. Fica-se com a impressão de que, sob pressão, os Estados Unidos vão parar de monitorar estadistas dos países mais importantes tanto do ponto de vista da economia quanto da geopolítica. Não vão. Podem até sofisticar a espionagem, quem sabe tornando-a mais acadêmica – com amplos estudos em vários campos, inclusive, como já fizeram outras vezes, da antropologia –, mas deixá-la de lado é uma impossibilidade lógica. Países poderosos, mas não só os imperiais, habilitam algumas de suas “táticas” e “estratégias” a partir de informações obtidas, pública ou secretamente, de outras nações.

Enganam-se, portanto, aqueles que, induzidos por aquilo que se lê na imprensa, acreditam que, um dia, os Estados Unidos vão deixar de espionar. Um realista absoluto como Barack Obama – que só iludiu aqueles que queriam ser iludidos, porque, em política, não se ilude ninguém que consegue refletir ao menos por alguns momentos – sabe que, para manter seu país no topo, precisa ter informações privilegiadas. Por isso, vai fazer o impossível para colhê-las onde julgar necessário. (www.jornalopcao.com.br) (VUNESP, 2013d, p. 16).

A proposição apresenta como tema:

Levando em consideração os diferentes pontos de vista apresentados pelos textos e seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

Programa de espionagem norte-americano: autoproteção ou violação dos direitos das outras nações? (VUNESP, 2013d, p. 16).

A proposta traz a questão do programa de espionagem norte-americano, indagando se é um ato de autoproteção ou uma violação dos direitos de outras nações. Os textos 2 e 3 da coletânea demonstram o inconformismo com a prática da espionagem internacional, defendendo que se trata de uma violação de direitos. O texto 1, 4 e 5 direcionam-se para evidenciar a prática como algo natural e mutuamente realizado pelos países.

Na proposição, há a estipulação de que o candidato, “Levando em consideração os diferentes pontos de vista apresentados pelos textos”, redija um texto dissertativo sobre o

tema: “Programa de espionagem norte-americano: autoproteção ou violação dos direitos das outras nações?”.

Notam-se os seguintes pontos do conteúdo temático: a somatória dos conhecimentos do vestibulando e a coletânea com uma pergunta expressa, se programa de espionagem norte-americano é uma forma de autoproteção ou violação dos direitos das outras nações. A conjunção alternativa “ou” evidencia que o aluno deve optar por um dos posicionamentos (VUNESP, 2013d, p. 16).

A construção composicional é marcada pelo gênero: “texto dissertativo”, retomando as vozes e prescrições existentes na esfera escolar, assim como o estilo. Há, todavia, a possibilidade de se empregar um estilo individual.

Manual do Candidato da Unifesp 2015

O Manual do Candidato da Unifesp de 2015 é semelhante ao dos anos anteriores, repetindo os exatos termos (VUNESP 2014c, p. 24). Não há os critérios de correção pormenorizados no Manual do Candidato.

Proposta de redação do vestibular da Unifesp 2015

A proposta de redação do vestibular da Unifesp 2015 trouxe uma coletânea, formada por três textos, e o mandamento da tarefa a ser realizada.

O primeiro texto da coletânea é bem curto e consiste na notícia da proibição da doação de “empresas” ou “pessoas jurídicas” para as campanhas:

Texto 1

O Senado aprovou nesta quarta-feira (16.04.2014) projeto que veda a doação de empresas ou pessoas jurídicas para campanhas eleitorais, que atualmente são os maiores doadores de políticos e partidos. (Gabriela Guerreiro. “Senado acaba com doação de empresas em campanhas eleitorais”. www.folha.uol.com.br, 16.04.2014. Adaptado.) (VUNESP 2014d, p. 18).

O Texto 2, de Sérgio Fischer, argumenta que o financiamento privado de campanhas é incompatível com a democracia. Pontua que o poder econômico interfere muito mais no

processo legislativo, havendo a defesa de interesses pelo agente público, o que qualifica como antidemocrático:

Texto 2

O sistema político brasileiro tem sido submetido a permanente interferência do poder econômico. Na democracia, deve prevalecer a igualdade. O voto de cada cidadão deve ter valor igual. O sistema político em que não há igualdade é aristocrático, não democrático. No passado, apenas a elite econômica podia participar da política, elegendo seus representantes. O chamado “voto censitário” excluía da vida pública amplos setores da sociedade. O processo de democratização levou à abolição do voto censitário, mas ainda não foi capaz de evitar que, por meio de mecanismos formais e informais de influência, a política seja capturada pelo poder econômico.

O financiamento privado de campanhas eleitorais é o principal instrumento formal para que isso ocorra. No sistema brasileiro atual, tanto empresas quanto pessoas físicas podem fazer doações. Evidentemente, os maiores doadores podem interferir de modo muito mais incisivo no processo de tomada das decisões públicas do que o cidadão comum. Grandes empresas podem fazer com que sua agenda de interesses prevaleça no parlamento. O parlamentar que obteve esse tipo de financiamento tende a se converter em um verdadeiro representante de seus interesses junto ao Legislativo e, muitas vezes, ao próprio Executivo. Isto é inevitável no atual sistema, que, com o financiamento privado de campanhas, legitima a conversão do poder econômico em poder político e, por essa via, em direito vigente, de observância obrigatória para todos.

As doações por pessoas jurídicas são totalmente incompatíveis com o princípio democrático. Os cidadãos, não as empresas, são titulares de direitos políticos. Apenas eles, por conseguinte, deveriam poder participar do processo político. (Sérgio Fisher. “O financiamento democrático das campanhas eleitorais”. www.tre-rj.gov.br. Adaptado.) (VUNESP 2014d, p. 18).

O Texto 3, parte do Voto-Vista do Ministro Teori Zavascki, no qual afirma ser uma ilusão a declaração de inconstitucionalidade da lei que permite a doação por pessoas jurídicas, por entender ser indispensável o custeio do processo eleitoral:

Texto 3

As relações do poder econômico com a área política despertam um conflito de valores que tracionam em sentidos opostos. Se é certo afirmar que o poder econômico pode interferir negativamente no sistema democrático, favorecendo a corrupção eleitoral e outras formas de abuso, também é certo que não se pode imaginar um sistema democrático de qualidade sem partidos políticos fortes e atuantes, especialmente em campanhas eleitorais, o que, evidentemente, pressupõe a disponibilidade de recursos financeiros expressivos. E, sob esse ângulo, os recursos financeiros contribuem positivamente para a existência do que se poderia chamar de democracia sustentável. Como lembra Daniel Zovatto, “embora a democracia não tenha preço, ela tem um custo de funcionamento que é preciso pagar”. Eis aí, pois,

o grande paradoxo: o dinheiro pode fazer muito mal à democracia, mas ele, na devida medida, é indispensável ao exercício e à manutenção de um regime democrático. É ilusão imaginar que, declarando a inconstitucionalidade da norma que autoriza doações por pessoas jurídicas, se caminhará para a eliminação da indevida interferência do poder econômico nos pleitos eleitorais. (Teori Zavascki. “Voto-Vista (Supremo Tribunal Federal)”. www.stf.jus.br. Adaptado.) (VUNESP 2014d, p. 18).

O mandamento da tarefa a ser executada determinou que o aluno escrevesse uma “dissertação”, “com base nos textos apresentados” e “em seus próprios conhecimentos”, sobre o tema: “O financiamento de campanhas eleitorais por empresas deve ser proibido?”.

A análise dos textos da coletânea e do tema de redação permite concluir que há uma polêmica no tocante ao financiamento da campanha eleitoral por empresas. Mais que isso, no momento em que há um questionamento se “deve ser proibido”, presume-se a legalidade, o que contraria o próprio Texto 1 e, em partes, o Texto 3, no trecho que critica a ilusão da inconstitucionalidade.

Embora não haja uma indução clara, mormente em virtude de a coletânea apresentar os dois pontos de vista, é possível notar uma tendência de o candidato ser favorável à proibição. Isso porque, como dito, a pergunta dirige-se à proibição, não se referindo, por exemplo, a uma alternativa ou um questionamento a respeito do financiamento público de campanhas. Sem prejuízo, a própria voz do senso comum – ou a esfera social – clama por mudanças no sistema eleitoral brasileiro, especialmente quando o assunto é possibilidade de corrupção. Essa observação, consigna-se, diz respeito à época da proposta, naquele contexto histórico-social e não na atualidade, em que essa probabilidade seria exponencialmente maior.

Manual do Candidato da Unifesp 2016

O Manual do Candidato da Unifesp de 2016 promoveu intensa alteração quanto às prescrições das estipulações e critérios de correção da redação:

Espera-se que o candidato produza uma dissertação em prosa na norma-padrão da língua portuguesa, a partir da leitura de textos auxiliares, que servem como um referencial para ampliar os argumentos produzidos pelo próprio candidato. Ele deverá demonstrar domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual, considerando a importância de apresentar um texto bem articulado.

Resumo dos critérios de correção de redação:

A prova de redação será corrigida conforme os critérios a seguir:

A) Tema e seu desenvolvimento: considera-se, nesse item, se o texto do candidato atende ao tema proposto. A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja objeto de correção em qualquer outro de seus aspectos, sendo-lhe atribuída nota 0 (zero).

B) Estrutura: consideram-se, nesse item, os aspectos referentes à tipologia textual proposta e à coerência das ideias. A fuga completa à tipologia textual proposta é motivo suficiente para que a redação não seja objeto de correção em qualquer outro de seus aspectos, sendo-lhe atribuída nota 0 (zero). No que diz respeito ao desenvolvimento do texto, verificar-se-á, além da pertinência dos argumentos mobilizados para a defesa do ponto de vista, a capacidade do candidato de encadear as ideias de forma lógica e coerente. Serão considerados aspectos negativos a presença de contradições entre as ideias, a falta de conclusão ou a presença de conclusões não decorrentes do que foi previamente exposto.

C) Expressão: consideram-se, nesse item, os aspectos referentes à coesão textual (nas frases, períodos e parágrafos) e ao domínio da norma-padrão da língua portuguesa. Serão considerados aspectos negativos as quebras entre frases ou parágrafos e o emprego inadequado de recursos coesivos. Serão examinados os aspectos gramaticais como ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação (VUNESP 2015c, p. 24 e 25).

Esse detalhamento possibilita maior e melhor preparação do candidato, haja vista que há esclarecimentos sobre como seu texto será analisado e, mais que isso, quais são os elementos considerados. A subdivisão em três partes: “Tema”, “Estrutura” e “Expressão” reorientam o olhar sobre a prova, que, antes, trazia elementos demasiadamente genéricos.

Outra inovação importante diz respeito aos critérios de atribuição de nota zero à redação, o que equivale à desclassificação do candidato:

- a) fugir ao tema e/ou gênero propostos;
- b) apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, marca ou informação não pertinente ao solicitado na proposta da redação que possam permitir a identificação do candidato;
- c) estiver em branco;
- d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ou palavras soltas e/ou em versos);
- e) for escrita em outra língua que não a portuguesa;
- f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- g) apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal;
- h) apresentar menos de 7 (sete) linhas (sem contar o título);
- i) for composta integralmente por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da proposta (VUNESP 2015c, p. 24 e 25).

Dois pormenores importantes advieram das observações importantes, em que se evidenciou que:

Em hipótese alguma o título da redação será considerado na avaliação do texto.

Textos que apresentarem trechos de cópia em meio a trechos autorais poderão ser penalizados (VUNESP 2015c, p. 25).

Nota-se uma aproximação bastante intensa, quando não a igualdade, entre as prescrições existentes no Manual do Candidato da UNESP 2016 (VUNESP 2015a, p. 42) e o Manual do Candidato da UNIFESP (VUNESP 2015c, p. 24 e 25), elementos orientadores de dois vestibulares organizados pela mesma instituição, a VUNESP.

Proposta de redação do vestibular da Unifesp 2016

A proposta de redação do vestibular da Unifesp 2016 adotou uma estrutura bastante semelhante à do vestibular da Unifesp 2015, formada por três textos, e o mandamento da tarefa a ser realizada.

O primeiro texto da coletânea relata a condenação e execução de dois brasileiros na Indonésia. Aponta que, no Brasil, salvo em regime de exceção, a pena de morte encontra-se abolida desde a proclamação da República:

Texto 1

Pela primeira vez em mais de 150 anos, brasileiros foram mortos por terem sido condenados à pena capital. A execução de Marco Archer, em janeiro, e a de Rodrigo Gularte, em abril, ambas na Indonésia, foram as primeiras de brasileiros no exterior.

Já no Brasil, a última execução de um homem livre condenado à morte pela Justiça Civil aconteceu em 1861. A pena de morte foi abolida no Brasil com a proclamação da República, em 1889. Desde então, ela vigorou como exceção em alguns momentos da história do país, como na ditadura militar, e atualmente é prevista apenas em situações de guerra. (“País executou último homem livre em 1861”. www.folha.uol.com.br, 03.05.2015. Adaptado.) (VUNESP 2015d, p. 16).

O Texto 2 alude que a pena de morte voltou ao debate na década de 80, em virtude do crescente medo da violência. Justifica que a pena de morte aproxima-se mais de uma vingança do que uma medida para coibir a criminalidade:

Texto 2

A ideia da pena de morte foi reintroduzida nos debates públicos no final dos anos 80 – durante o processo de redemocratização – quando o medo do crime, o crime violento e a violência policial começaram a aumentar. A pena de morte é frequentemente proposta como punição para os chamados crimes hediondos: latrocínio (roubo seguido de morte), estupro seguido de morte, sequestro seguido de morte e crimes envolvendo crueldade.

Um dos argumentos mais frequentes a favor da pena capital é que ela refletiria o “sentimento popular”. Esse argumento é substanciado com citações de pesquisas de opinião pública indicando que cerca de 70% da população é a favor da pena de morte¹. Alguns políticos argumentam que, no contexto de proliferação da violência e do fracasso do sistema judiciário, apenas uma medida extrema como a pena de morte poderia ser uma solução. Eles pensam na pena de morte mais em termos de vingança do que em termos da lei ou de eficiência para reduzir a criminalidade. Eles não dizem que a pena capital iria resolver o problema da violência em geral, e apenas uma minoria argumenta que ela impediria outros de cometer crimes semelhantes.

No entanto, insistem que, como as pessoas que cometem crimes violentos são dominadas pelo mal e irredimíveis, executá-las significa evitar que cometam futuros crimes e, para citar sua própria retórica, “salvar vidas inocentes”. (Teresa Caldeira. *Cidade de muros*, 2000. Adaptado.)

¹ Esta era a porcentagem dos brasileiros que apoiavam a pena de morte no final da década de 1990, época da publicação do livro. Pesquisas recentes indicam que 43% dos brasileiros ainda apoiam a adoção da pena capital. (VUNESP 2015d, p. 16).

O Texto 3 adota um tom ácido de desaprovação da pena de morte. Busca demonstrar, por meio de dados estatísticos, que a redução da criminalidade, por meio da adoção da pena de morte, é falaciosa:

Texto 3

É importante examinar alguns dados de outros países sobre a pena de morte, um grande mito da discussão sobre controle da criminalidade no Brasil, frequentemente apresentado, de forma irresponsável, como panaceia¹ para os nossos problemas criminais:

- Nos Estados Unidos, país que desde 1976 reintroduziu a pena de morte para crimes letais, a taxa de homicídios por cem mil habitantes é duas a quatro vezes superior à registrada em países da Europa Ocidental, que não adotam essa pena;
- Os estados norte-americanos sem pena de morte têm taxas de homicídios mais baixas que os estados onde é aplicada a punição capital;

- O Canadá registrou uma taxa de 3,09 homicídios por cem mil habitantes em 1975, um ano antes da abolição da pena de morte naquele país. Em 1993 a mesma taxa foi de 2,19, ou seja, 27% menor que em 1975.

Só quem acredita em soluções mágicas e demagógicas pode enxergar na punição capital um instrumento na luta contra a criminalidade e a violência. (Julita Lemgruber. “Controle da criminalidade: mitos e fatos”. www.observatoriodeseguranca.org. Adaptado.)

1 panaceia: remédio contra todos os males. (VUNESP 2015d, p. 16).

O mandamento da tarefa a ser realizada estipulou que o candidato redigisse, como no ano anterior, uma “dissertação”, “com base nos textos apresentados” e “em seus próprios conhecimentos”, fixando como tema: “A adoção da pena de morte pode contribuir para a redução do número de crimes hediondos no Brasil?”.

Primeiramente, observa-se uma delimitação para a adoção da pena de morte: o caso de “crimes hediondos”. No Texto 2, há a descrição dos crimes hediondos: “latrocínio (roubo seguido de morte), estupro seguido de morte, sequestro seguido de morte e crimes envolvendo crueldade” (VUNESP 2015d, p. 16). Os textos da coletânea, demonstram o posicionamento favorável e contrário à pena de morte, além de trazer um esboço histórico desse tipo de pena no país.

Entretanto, especificamente nessa proposta, há uma indução: pergunta-se, diretamente, se “a pena de morte pode contribuir para a redução do número de crimes hediondos”, evidenciando a resposta “sim”, pois se trata de uma possibilidade. É bastante diferente, por exemplo, de se adotar “a pena de morte reduzirá” ou ainda “a pena de morte é a solução”.

Há que se considerar ainda o clamor social por justiça e asco pela violência. O vestibular socorre-se, mais uma vez, de um tema polêmico, que provoca discursos apaixonados, tocando na esfera social, em uma questão apresentada dentro da esfera escolar. Isso evidencia o dialogismo entre os discursos manipulados pelos candidatos, sobremaneira no cenário em que se apresenta, um exame vestibular.

Manual do Candidato da Unifesp 2017

O Manual do Candidato da Unifesp de 2017 reproduziu o Manual do Candidato da Unifesp de 2016 (VUNESP 2015c, p. 24 e 25), existindo alteração apenas no critério Estrutura:

Estrutura (gênero / tipo de texto e coerência): consideram-se aqui, conjuntamente, os aspectos referentes ao gênero / tipo de texto proposto e à coerência das ideias. A fuga completa ao gênero / tipo de texto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero) total. Avalia-se aqui como o candidato sustenta sua tese em termos argumentativos e como esta argumentação está organizada, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo (introdução, desenvolvimento e conclusão). No gênero / tipo de texto, avalia-se também o tipo de interlocução construída: por se tratar de uma dissertação, deve-se prezar pela objetividade, sendo assim, o uso de primeira pessoa do singular e de segunda pessoa (singular e plural) poderá ser penalizado. Será considerada aspecto negativo a referência direta à situação imediata de produção textual (ex.: como afirma o autor do primeiro texto / da coletânea / do texto I; como solicitado nesta prova / proposta de redação). Na coerência, será observada, além da pertinência dos argumentos mobilizados para a defesa do ponto de vista, a capacidade do candidato de encadear as ideias de forma lógica e coerente (progressão textual). Serão consideradas aspectos negativos a presença de contradições entre as ideias, a falta de partes da macroestrutura dissertativa, a falta de desenvolvimento das ideias ou a presença de conclusões não decorrentes do que foi previamente exposto (VUNESP 2016c, p. 24 e 25)

Houve a inclusão de dois itens nas observações importantes:

Textos curtos, com apenas 15 linhas ou menos, poderão ser penalizados no critério que avalia a expressão.

Textos que apresentarem trechos autorais em meio a trechos de cópia poderão ser penalizados. As propostas de redação da Fundação Unesp geralmente apresentam uma coletânea de textos motivadores que servem como ponto de partida para a reflexão sobre o tema que deverá ser abordado. Esses textos não devem ser copiados de forma parcial ou integral. A cópia dos textos motivadores ou de qualquer outra parte da prova pode implicar zero total ou diminuir drasticamente a nota final do candidato (VUNESP 2016c, p. 25).

Esses elementos interessam diretamente ao trabalho, haja vista que se referem ao uso da coletânea.

Proposta de redação do vestibular da Unifesp 2017

A proposta de redação do vestibular da Unifesp 2017 adotou uma estrutura bastante semelhante à dos vestibulares da Unifesp 2015 e 2016, formada por três textos, e o mandamento da tarefa a ser realizada.

O primeiro texto da coletânea traz um esboço histórico do voto nulo, associando-o a uma forma de protesto. Alude que o sistema democrático brasileiro é falho e que o problema político vai muito além da escolha do candidato:

Texto 1

Na história, o voto nulo já foi uma bandeira ideológica. Era uma ideia básica dos anarquistas, um dos movimentos utópicos que nasceram no século XIX e fizeram sucesso no começo do século XX. Para eles, votar nulo era uma condição para manter a própria liberdade, se recusando a entregá-la na mão de um líder. “Não mais partidos, não mais autoridade, liberdade absoluta do homem e do cidadão”, pregava o filósofo francês Pierre-Josef Proudhon. O sonho dos anarquistas era uma sociedade organizada pelas próprias pessoas, sem funcionários, sem autoridades e sem líderes.

Hoje, esse discurso utópico parece estar empoeirado. Mas há quem se pergunte se um pouco da utopia da década de 1930 não serviria como uma opção coerente diante de tantos problemas da democracia. A favor ou contra o voto nulo, todos concordam que o atual sistema político do Brasil tem problemas muito mais profundos que a escolha de um ou outro candidato.

Segundo o IBGE, mais de 30% dos brasileiros não sabem quem é o governador de seu estado. Dois em cada 10 brasileiros não conseguem dizer quem é o presidente da República, e só 18% praticaram alguma ação política, como fazer uma reclamação ou preencher um abaixo-assinado.

Para Edson Passetti, pesquisador do Departamento de Política da PUC-SP, votar nulo não serve para eliminar corruptos da política, mas pode funcionar como uma crítica generalizada: “Optar pelo voto nulo é saudável como protesto contra todo um sistema.” Já para Marco Aurélio Mello, presidente do TSE, o voto nulo não seria um ato responsável: “Dar uma de avestruz, enfiando a cabeça na areia e deixar o vendaval passar, é a melhor forma de comprometer negativamente o futuro do país.” (Liliana Pinheiro. “Adianta votar nulo?”. *Superinteressante*, setembro de 2006. Adaptado.) (VUNESP 2016d, p. 14).

O Texto 2 posiciona-se contrariamente à eficácia do voto nulo como forma de protesto. Para tanto, informa que a Constituição Federal nada prescreve quanto à possibilidade de anulação de um pleito eleitoral em virtude da quantidade de votos nulos:

Texto 2

Qual é, em comparação com outras estratégias de protesto, a eficácia do voto nulo? Em que medida e sob que circunstâncias ele produz realmente o efeito desejado?

Afastemos, desde logo, a suposição de que um alto percentual de votos nulos acarreta a nulidade da própria eleição.

Trata-se de uma crença totalmente desprovida de fundamento; a Constituição vigente nada estipula nesse sentido. A questão a considerar é, pois, o objetivo dos proponentes do voto nulo. Protestar contra o quê, exatamente?

O atual estado de coisas é lastimável, mas a contribuição do voto nulo à correção dele é rigorosamente zero. Neste caso, nada há na anulação que se possa chamar de público – ou seja, de político, no melhor sentido da palavra. Nas condições do momento, ele apenas exprime um mal-estar subjetivo, difuso, de caráter individual. Qualquer que seja seu peso nos números finais da eleição, ele será apenas uma soma desses mal-estares e da apatia que deles decorre. (Bolívar Lamounier. “Voto nulo: como, quando, para quê?”. *Folha de S.Paulo*, 12.07.2014. Adaptado.) (VUNESP 2016d, p. 14).

O Texto 3, de uma forma acentuada, posiciona-se favoravelmente ao voto nulo como forma de protesto, aduzindo tratar-se de uma resistência a todo cenário político atual:

Texto 3

Não concordo com o sistema de representação política do Brasil. Minha alternativa de protesto é o voto nulo.

Na hora de divulgar os resultados, reais ou de pesquisas, a imprensa costuma somar os votos nulos e brancos. O significado dos dois é diferente. O voto nulo é, em princípio, um protesto, inclusive contra o próprio processo eleitoral. Já o voto branco diz que o eleitor concorda com a decisão da maioria. Votar nulo não se trata de atacar o governo ou a oposição, mas o sistema político inteiro, dizendo não à promiscuidade partidária que confunde o eleitor com essa miscelânea de acordos nacionais e regionais que querem reduzir a cidadania a uma negociata por horários na TV. (Hugo Possolo. “Protestar pelo voto nulo”. *Folha de S.Paulo*, 14.07.2014. Adaptado.) (VUNESP 2016d, p. 14).

O mandamento da tarefa a ser realizada estipulou que o candidato redigisse uma “dissertação”, de acordo “com a norma-padrão da língua portuguesa”, “com base nos textos apresentados” e “em seus próprios conhecimentos”, fixando como tema: “O voto nulo é um ato político eficaz?”.

Da leitura do mandamento, percebe-se o pressuposto de que o voto nulo é um ato político. O questionamento é se ele é pertinente e, mais que isso, se surte efeito prático. Os textos integrantes da coletânea, de forma equilibrada, apontam argumentos favoráveis ao voto nulo, nas vozes de Hélio Possetti e Hugo Passolo, e contrários, com Marco Aurélio Mello e Bolívar Lamounier (VUNESP 2016d, p. 14).

Nota-se que a proposta de redação dialoga com o discurso social, em especial com a situação política do país, solicitando ao candidato uma resposta direta ao questionamento. Salienta-se, mais uma vez, que o termo “eficaz” conduz o estudante a pensar não apenas em uma forma de protesto ou mesmo um protesto válido, mas, sim, um ato político que produza efeitos, subentendendo-se uma mudança. Essa mudança, em diálogo com os textos da coletânea, deveria ser estrutural: “Dar uma de avestruz, enfiando a cabeça na areia e deixar o

vendaval passar, é a melhor forma de comprometer negativamente o futuro do país” (VUNESP 2016d, p. 14); “O atual estado das coisas é lastimável, mas a contribuição do voto nulo à correção dele é rigorosamente zero” (VUNESP 2016d, p. 14); e “mas o sistema político inteiro, dizendo não à promiscuidade partidária” (VUNESP 2016d, p. 14) .

Manual do Candidato da Unifesp 2018

O Manual do Candidato da Unifesp de 2018 reproduziu o Manual do Candidato da Unifesp de 2017 (VUNESP 2016c, p. 25) (VUNESP 2017c, p. 25).

Proposta de redação do vestibular da Unifesp 2018

A proposta de redação do vestibular da Unifesp 2018 é formada por dois textos, e o mandamento da tarefa a ser realizada.

O Texto 1 afirma que a vida nas redes sociais reproduzem um modelo da vida “off-line”. Ainda que reconheça existir certo alardismo sobre os prejuízos das redes na vida das pessoas, pondera ser impossível cumprir com todas as expectativas dos amigos virtuais:

Texto 1

Apenas reproduzimos nas redes sociais o que somos na vida off-line. Mas hoje se convencionou que tudo é culpa da tecnologia. A previsão é sempre de um futuro sombrio, em que as pessoas não se relacionam, não se falam, não se encontram.

Falava-se a mesma coisa da TV. Para os pessimistas há sempre uma praga tecnológica mais atual. Os saudosistas olham

para o passado e acham que a vida era mais vida lá atrás. Não é melhor nem pior. É apenas diferente. Só temos que nos adaptar. As redes sociais podem, sim, nos dar uma falsa impressão de convivência cumprida. Corremos o risco de viver as relações de forma superficial. Sabemos da vida alheia, rimos das mesmas piadas, mandamos coraçõezinhos, distribuímos likes. E, então, voltamos para nossa vida ocupada.

Não dou conta de responder a todos os e-mails, inbox do Facebook, mensagens de WhatsApp. Fico na intenção. Não é egoísmo. É falta de habilidade em ser onipresente em todas as plataformas. Nunca estivemos tão em contato mesmo à distância. As redes sociais têm o poder de estreitar laços e desvendar afinidades até com desconhecidos.

(Mariliz Pereira Jorge. “As redes sociais têm o poder de estreitar laços”. *Folha de S.Paulo*, 19.02.2015. Adaptado.) (VUNESP 2017d, p. 14).

O Texto 2 defende que as redes sociais modificaram as relações humanas, tendendo à formação do isolamento humano, uma vez que proporcionam a ilusão da conexão com grande número de amigos e, ao mesmo tempo, uma superficialidade:

Texto 2

Não podemos supor que as redes sociais tragam somente meras mudanças de costumes, porque seu peso, associado ao desenvolvimento da informática, é semelhante à introdução da imprensa, da máquina a vapor ou da industrialização na dinâmica do nosso mundo. As redes sociais provocam mudanças de fundo no modo como as nossas relações ocorrem, intervindo significativamente no nosso comportamento social e político. Isso merece a nossa atenção, pois acredito que uma característica das redes sociais é, por mais contraditório que pareça, a implantação do isolamento como padrão para as relações humanas.

Ao participar das redes sociais acreditamos ter muitos amigos à nossa volta, ser populares, estar ligados a todos os acontecimentos e participando efetivamente de tudo. Isso é uma verdade, mas também uma ilusão, porque essas conexões são superficiais e instáveis. Os contatos se formam e se desfazem com imensa rapidez; os vínculos estabelecidos são voláteis e atrelados a interesses momentâneos. Além disso, as relações cultivadas nas redes sociais se baseiam na virtualidade, portanto, no distanciamento físico entre as pessoas.

A opinião do outro é apenas a oportunidade para se expressar a sua própria. O outro parece importar, mas de fato não importa. Importam apenas a própria posição e a autoexposição. Daí a constante informação sobre as viagens, os pensamentos, as emoções, as atividades de alguém. É preciso estar em cena e sempre. Há nisso um evidente desenvolvimento do narcisismo e, conseqüentemente, do reforço do distanciamento entre as pessoas.

(Dulce Critelli. “A ilusão das redes sociais”. www.cartaeducacao.com.br, 07.11.2013. Adaptado.) (VUNESP 2017d, p. 14).

O mandamento da tarefa a ser realizada determinou que o candidato escrevesse uma “dissertação”, empregando a “norma-padrão da língua portuguesa”, “com base nos textos apresentados” e “em seus próprios conhecimentos”, fixando como tema: “As redes sociais estreitam os laços entre as pessoas ou as tornam egoístas?”.

Observa-se, por meio da análise do mandamento, que o candidato teria como opções: a) admitir que as redes sociais estreitam os laços entre as pessoas; b) as redes sociais tornam as pessoas egoístas. O uso da conjunção alternativa “ou” pontua apenas essas duas possibilidades. Entretanto, embora estivesse explicitamente no mandamento, também seria possível um terceiro posicionamento: c) as redes sociais estreitam os laços entre as pessoas e as tornam mais egoístas, variando a intensidade entre os dois elementos (VUNESP 2017d, p.

14). Como pressupostos, tem-se que as pessoas têm laços sociais e que as pessoas podem ser egoístas. Se houvesse o uso da expressão “mais egoístas”, ter-se-ia que as pessoas são egoístas e podem ficar mais, mas esse pressuposto não se encontra no texto.

Há diálogo com a esfera social e escolar do aluno, em especial pelos jovens serem usuários assíduos das redes sociais, interessando-se diretamente pela análise do problema. Há equilíbrio entre os posicionamentos dos textos da coletânea, em especial no que tange à aproximação ou distanciamento entre as pessoas (VUNESP 2017d, p. 14).

4.1.2.1 Aspectos analisados

De forma análoga à UNESP, a UNIFESP¹², há um movimento de estabilidade. O candidato deveria ter por base os textos da coletânea e somá-los aos próprios conhecimentos, para redigir a “dissertação”. Contudo, é importante frisar que a expressão utilizada na elaboração do mandamento da tarefa a ser realizada da proposta foi a mesma em todos os anos: “com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos”, garantindo a estabilidade do gênero. Não há aspectos distintivos suficientes que justifiquem a adoção de outro gênero ou estilo, sendo a variação principal no que diz respeito ao número de textos da coletânea que compõe a proposta de redação.

4.1.3. Vestibular da FUVEST

Manual do Candidato da FUVEST 2012

O Manual do Candidato da FUVEST de 2012 apresenta que a prova do vestibular é composta de duas fases, sendo a primeira formada de noventa questões sobre o conjunto das disciplinas do núcleo comum obrigatório do Ensino Médio: Português, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Inglês, e algumas questões Interdisciplinares. Todas

¹² manuais do Candidato e propostas de redação dos vestibulares de 2013 (VUNESP, 2012c, p. 29; VUNESP, 2012d, p. 16), 2014 (VUNESP, 2013c, p. 26; VUNESP, 2013d, p. 15), 2015 (VUNESP, 2014c, p. 24; VUNESP, 2014d, p.18), 2016 (VUNESP, 2015c, p. 24 e 25; VUNESP, 2015d, p. 16), 2017 (VUNESP, 2016c, p. 24 e 25; VUNESP, 2016d, p. 14) e 2018 (VUNESP, 2017c, p. 25; VUNESP, 2012d, p. 14).

as questões são do tipo teste, com cinco alternativas, das quais apenas uma é correta. A duração da prova será de 05 (cinco) horas. Não haverá tempo adicional para transcrição das respostas. A nota da primeira fase será utilizada tanto como critério para a progressão do candidato à segunda fase do vestibular, quanto para o cômputo da sua Nota Final (FUVEST 2011a, p. 35).

A Segunda Fase é constituída de três provas analítico-expositivas, obrigatórias para todos os candidatos promovidos a essa fase. A primeira prova (Português e Redação) compreende a elaboração de uma redação e 10 (dez) questões, de igual valor, de interpretação de textos, gramática e literatura. A prova de Português e Redação vale 100 pontos, sendo 50 destinados à Redação. A segunda prova é constituída de 16 (dezesesseis) questões, de igual valor, sobre as disciplinas do núcleo comum obrigatório do Ensino Médio (História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Inglês) e contém algumas questões interdisciplinares. Esta prova vale 100 pontos. A terceira prova é formada por 12 (doze) questões, de igual valor, de duas ou três disciplinas, a depender da carreira escolhida. Se forem duas disciplinas, serão seis questões em cada uma delas. Se forem três disciplinas, serão quatro questões em cada uma delas. Esta prova vale 100 pontos. Algumas carreiras exigem também uma prova de Habilidades Específicas, como parte da segunda fase, com peso 2 (dois). Antecipada ou não, esta prova é realizada em um ou mais dias, conforme a carreira, e também vale 100 pontos (FUVEST 2011a, p. 36).

A FUVEST, em seu manual, explicita o que espera do candidato:

A redação deverá ser, obrigatoriamente, uma dissertação, na qual se espera que o candidato demonstre capacidade de mobilizar conhecimentos e opiniões, argumentar coerentemente e expressar-se de modo claro, correto e adequado.

Na correção da redação, serão avaliados três aspectos (Tipo de texto e abordagem do tema, Estrutura e Expressão), sendo que a cada um deles poderão ser atribuídos 0, 1, 2, 3 ou 4 pontos.

1. Tipo de texto e abordagem do tema

Verifica-se aqui se o texto do candidato configura-se como uma dissertação e se atende ao tema proposto. Pressupõe-se, então, que o candidato demonstre a habilidade de compreender a proposta de redação e, quando esta contiver uma coletânea, que ele se revele capaz de ler e de relacionar adequadamente os trechos que a integram. A simples paráfrase da coletânea, da proposta e/ou das instruções não é, em princípio, um recurso recomendável para o desenvolvimento adequado do tema. A elaboração de um texto que não seja dissertativo ou a fuga completa ao tema proposto farão com que a redação não seja objeto de avaliação em qualquer outro de seus aspectos, recebendo, portanto, nota zero em sua totalidade. No que diz

respeito ao desenvolvimento, verificar-se-á, além da efetiva progressão temática, também a capacidade crítico argumentativa que a redação revele.

2. Estrutura

Avaliam-se aqui, conjuntamente, os aspectos de coesão textual (nas frases, períodos e parágrafos) e de coerência das ideias. O grau de coerência reflete a capacidade do candidato para relacionar os argumentos e organizá-los de forma a deles extrair conclusões apropriadas e, também, sua habilidade para o planejamento e a construção significativa do texto. Serão considerados aspectos negativos a cópia ou a simples transposição de elementos da proposta, bem como a presença de contradições entre frases ou parágrafos, a falta de encadeamento das ideias, a circularidade ou quebra da progressão argumentativa, a falta de conclusão ou a presença de conclusões que não decorram do que foi previamente exposto. Serão tidos também como fatos negativos referentes à coesão, entre outros, o estabelecimento de relações semânticas impróprias entre palavras e expressões, assim como o uso inadequado de conectivos.

3. Expressão

Avaliam-se nesse item o domínio do padrão culto escrito da língua e a clareza na expressão das ideias. Serão examinados aspectos gramaticais como ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação. Espera-se que o candidato revele competência para expor com precisão os argumentos selecionados para a defesa do ponto de vista adotado e, também, que demonstre capacidade de escolher e utilizar expressivamente o vocabulário, evitando o uso abusivo de clichês ou frases feitas (FUVEST 2011a, p. 55).

Observam-se os seguintes aspectos como fundamentais para a avaliação: o uso da coletânea, a capacidade argumentativa, a ordenação de argumentos, a clareza na expressão e a expressividade do vocabulário.

A correção da Redação seguiu o seguinte procedimento: foi feita uma leitura eletrônica do texto preparado pelo candidato e foram enviadas cópias, sem identificar o candidato pelo nome, para dois corretores independentes, que avaliaram de acordo com três características: Tipo de texto e abordagem do tema, Estrutura e Expressão. Cada uma dessas características recebeu notas 0, 1, 2, 3 ou 4. Em caso de discrepância na nota, a redação foi encaminhada a uma “banca superior”, que analisou tudo novamente e atribuiu a nota definitiva. A fuga ao tema proposto anula a Redação (FUVEST 2011a, p. 36).

O estilo do gênero é definido pelo vestibular: “a redação deverá ser, obrigatoriamente, uma dissertação, na qual se espera que o candidato demonstre capacidade de mobilizar conhecimentos e opiniões, argumentar coerentemente e expressar-se de modo claro, correto e adequado” (FUVEST 2011a, p. 55). Nesse passo, há o diálogo com a esfera escolar, retomando-se as orientações existentes em obras didáticas, especialmente pela ausência de pormenores quanto à estruturação do gênero. Socorre-se, assim, da estrutura ortodoxa do texto dissertativo, compreendendo a introdução, desenvolvimento e conclusão.

Proposta de redação do vestibular da FUVEST 2012

A proposta de redação do vestibular da FUVEST 2012 consistiu na apresentação de uma coletânea, composta por cinco textos, e uma proposição. O primeiro texto da coletânea traz um trecho da obra de Aristóteles, afirmando que a ciência política é a mais importante, uma vez que define a finalidade das demais:

Texto 1

A ciência mais imperativa e predominante sobre tudo é a ciência política, pois esta determina quais são as demais ciências que devem ser estudadas na pólis. Nessa medida, a ciência política inclui a finalidade das demais, e, então, essa finalidade deve ser o bem do homem.
Aristóteles. Adaptado (FUVEST, 2011b, p. 12).

O segundo texto da coletânea, de Mário Sérgio Cortella e Renato Janine Ribeiro, analisa o comportamento do brasileiro, que considera a política ser coisa de “idiota”. Os autores revivem o conceito de “idiótes”, do grego, que diz respeito à pessoa que vive fechada dentro de si, interessando-se apenas pela vida privada:

Texto 2

O termo “idiota” aparece em comentários indignados, cada vez mais frequentes no Brasil, como “política é coisa de idiota”. O que podemos constatar é que acabou se invertendo o conceito original de idiota, pois a palavra idiótes, em grego, significa aquele que só vive a vida privada, que recusa a política, que diz não à política.
Talvez devêssemos retomar esse conceito de idiota como aquele que vive fechado dentro de si e só se interessa pela vida no âmbito pessoal. Sua expressão generalizada é: “Não me meto em política”. M. S. Cortella e R. J. Ribeiro, Política – para não ser idiota. Adaptado (FUVEST 2011b, p. 12).

O terceiro texto da coletânea, de Wislawa Szymborska, apresenta um poema em que há a qualificação de todos os atos da vida como políticos:

Texto 3

FILHOS DA ÉPOCA

Somos filhos da época
e a época é política.
Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.
Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,

tua pele, um matiz político,
 teus olhos, um aspecto político.
 O que você diz tem ressonância,
 o que silencia tem um eco
 de um jeito ou de outro, político.
 Wislawa Szymborska, Poemas (FUVEST 2011b, p. 12).

O quarto texto da coletânea, do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, expõe uma limitação da política a questões econômicas e de mercado. Desse modo, a política perderia sua supremacia, estando condicionada a outros fatores:

Texto 4

As instituições políticas vigentes (por exemplo, partidos políticos, parlamentos, governos) vivem hoje um processo de abandono ou diminuição do seu papel de criadoras de agenda de questões e opções relevantes e, também, do seu papel de propositoras de doutrinas. O que não significa que se amplia a liberdade de opção individual. Significa apenas que essas funções estão sendo decididamente transferidas das instituições políticas (isto é, eleitas e, em princípio, controladas) para forças essencialmente não políticas primordialmente as do mercado financeiro e do consumo. A agenda de opções mais importantes dificilmente pode ser construída politicamente nas atuais condições. Assim esvaziada, a política perde interesse. Zygmunt Bauman. Em busca da política. Adaptado (FUVEST 2011b, p. 12)..

O quinto texto da coletânea é uma tirinha, em que a personagem “Homem-Legenda” critica a postura dos “apolíticos”, aqueles que se colocam acima da política do país:

Texto 5



Folha de S. Paulo, 05/10/2011.

(FUVEST 2011b, p. 12).

A proposição apresenta como tema:

Os textos aqui reproduzidos falam de política, seja para enfatizar sua necessidade, seja para indicar suas limitações e impasses no mundo atual. Reflita sobre esses textos e redija uma dissertação em prosa, na qual você discuta as ideias neles apresentadas, argumentando de modo a deixar claro o

seu ponto de vista sobre o tema: **Participação política: indispensável ou superada?** (FUVEST 2011b, p. 12).

A proposta, como um todo, traz a questão da política e da participação política na sociedade. Há, nos Textos 1, 2, 3 e 5, a caracterização da política como algo importante e indispensável para a sociedade. Nesse aspecto, observa-se a tendência da proposta e, presumivelmente, da banca de considerar a política como algo indispensável. O Texto 4 da coletânea, a seu turno, apresenta uma certa limitação da política como algo importante, embora sob restrições do âmbito econômico.

Notam-se os seguintes pontos do conteúdo temático: a somatória dos conhecimentos do vestibulando, a coletânea e a pergunta expressa integrante da proposição: **Participação política: indispensável ou superada?** (FUVEST, 2011b, p. 12).

A construção composicional e o estilo estão definidos no Manual do Candidato, conforme o já exposto, havendo, contudo, espaço para a presença do estilo individual.

Manual do Candidato da FUVEST 2013

O Manual do Candidato da FUVEST de 2013 (FUVEST 2012a, p. 36) reiterou os elementos do Manual do Candidato da FUVEST 2012 (FUVEST 2011a, p. 55).

Proposta de redação do vestibular da FUVEST 2013

A proposta de redação do vestibular da FUVEST 2013 consistiu na apresentação de uma imagem publicitária, uma proposição e as instruções. A publicidade constituiu-se em imagem de um *shopping*, com uma legenda: “Aproveite o melhor que o mundo tem a oferecer com o Cartão de Crédito X”.

O *shopping* é conhecido como o centro de consumo, local em que as pessoas dirigem-se para efetuar compras e procurar um ambiente seguro e segregado. O cartão de crédito é o símbolo da possibilidade de consumo. A associação entre os elementos, em especial com a legenda, direciona à possibilidade de consumir “o melhor que o mundo tem a oferecer”.



(FUVEST 2012b, p. 12)

A proposição consistiu em um texto explicativo e o mandamento da tarefa a ser realizada:

Esta é a reprodução (aqui, sem as marcas normais dos anunciantes, que foram substituídas por **X**) de um anúncio publicitário real, colhido em uma revista, publicada no ano de 2012.

Como toda mensagem, esse anúncio, formado pela relação entre imagem e texto, carrega pressupostos e implicações: se o observarmos bem, veremos que ele expressa uma determinada mentalidade, projeta uma dada visão de mundo, manifesta uma certa escolha de valores e assim por diante.

Redija uma dissertação em prosa, na qual você interprete e discuta a mensagem contida nesse anúncio, considerando os aspectos mencionados no parágrafo anterior e, se quiser, também outros aspectos que julgue relevantes. Procure argumentar de modo a deixar claro seu ponto de vista sobre o assunto (FUVEST 2012b, p. 12).

O ponto do texto explicativo da proposição é a constatação de tratar-se de uma reprodução de uma publicidade real, substituindo-se apenas o nome do cartão, atribuindo veracidade ao que é exposto. Há a alusão de que a publicidade manifesta uma “mentalidade, projeta uma dada visão de mundo, manifesta uma certa escolha de valores”. Depreende-se, nesse contexto, que a dada visão de mundo é o consumo – por meio de seu aspecto desmedido, o consumismo -, projetando-se o *status* social e a segregação existentes como corolário das marcas e da exclusividade, atribuindo-se prazer e valor ao ato de consumir.

No mandamento da tarefa a ser realizada, a proposta determina que o candidato “interprete e discuta a mensagem contida nesse anúncio”, do que se evidencia ser necessário o emprego da peça e, via de consequência, do *shopping* e do “Cartão de Crédito X” como elementos indispensáveis à análise.

As instruções determinam a observância da norma-padrão da língua, limitam o tamanho do texto entre vinte e trinta linhas, estipulam que a letra deva ser legível e definem o título como elemento obrigatório.

Notam-se os seguintes pontos do conteúdo temático: a associação entre a peça publicitária e o texto explicativo, cumprindo-se o mandamento da tarefa a ser realizada (FUVEST, 2012b, p. 12). A construção composicional e o estilo estão definidos no Manual do Candidato, conforme o já exposto, havendo, contudo, espaço para a presença do estilo individual.

Manual do Candidato da FUVEST 2014

O Manual do Candidato da FUVEST de 2014 (FUVEST 2013a, p. 59) reiterou os elementos do Manual do Candidato da FUVEST 2013 (FUVEST 2012, p. 36).

Proposta de redação do vestibular da FUVEST 2014

A proposta de redação do vestibular da FUVEST 2014 consistiu na apresentação de um texto reproduzido do jornal “The Guardian”, em que o ministro de finanças do Japão, Taro

Aso, critica a postura dos idosos japoneses, que se valem de tratamentos médicos pagos pelo Estado, o que geraria um imenso gasto:

Leia o seguinte extrato de uma reportagem do jornal inglês **The Guardian**, de 22 de janeiro de 2013, para em seguida atender ao que se pede

O ministro de finanças do Japão, Taro Aso, disse na segunda-feira (dia 21) que os velhos deveriam “apressar se a morrer”, para aliviar a pressão que suas despesas médicas exercem sobre o Estado.

“Deus nos livre de uma situação em que você é forçado a viver quando você quer morrer. Eu Acordaria me sentindo cada vez pior se soubesse que o tratamento é todo pago pelo governo”, disse ele durante uma reunião do conselho nacional a respeito das reformas na seguridade social. “O problema não será resolvido, a menos que você permita que eles se apressem a morrer”.

Os comentários de Aso são suscetíveis de causar ofensa no Japão, onde quase um quarto da população de 128 milhões tem mais de 60 anos. A proporção deve atingir 40% nos próximos 50 anos.

Aso, de 72 anos de idade, que tem funções de vice primeiro ministro, disse que iria recusar os Cuidados de fim de vida. “Eu não preciso desse tipo de atendimento”, declarou ele em comentários citados pela imprensa local, acrescentando que havia redigido uma nota instruindo sua família a negar-lhe tratamento médico para prolongar a vida.

Para maior agravo, ele chamou de “pessoas tubo” os pacientes idosos que já não conseguem se alimentar sozinhos. O ministério da saúde e do bem-estar, acrescentou, está “bem consciente de que custa várias dezenas de milhões de ienes” por mês o tratamento de um único doente em fase final de vida.

Mais tarde, Aso tentou explicar seus comentários. Ele reconheceu que sua linguagem fora “inapropriada” em um fórum público e insistiu que expressara apenas sua preferência pessoal. “Eu disse o que eu, pessoalmente, penso, não o que o sistema de assistência médica a idosos deve ser”, declarou ele a jornalistas.

Não foi a primeira vez que Aso, um dos mais ricos políticos do Japão, questionou o dever do Estado para com sua grande população idosa. Anteriormente, em um encontro de economistas, ele já dissera: “Por que eu deveria pagar por pessoas que apenas comem e bebem e não fazem nenhum esforço? Eu faço caminhadas todos os dias, além de muitas outras coisas, e estou pagando mais impostos”. **theguardian.com**, Tuesday, 22 January 2013. Traduzido e adaptado (FUVEST 2013b, p.55).

A proposta apresentou como mandamento da tarefa a ser realizada:

Considere as opiniões atribuídas ao referido político japonês, tem em conta que elas possuem implicações éticas, culturais, sociais e econômicas capazes de suscitar questões de várias ordens: essas opiniões são tão raras ou isoladas quanto podem parecer? O que as motiva? O que elas dizem sobre as sociedades contemporâneas? Opiniões desse teor seriam possíveis no contexto brasileiro? Como as jovens gerações encaram os idosos?

Escolhendo, entre os diversos aspectos do tema, os que você considerar mais relevantes, redija um texto em prosa, no qual você avalie as posições citadas pelo ministro, supondo que esse texto se destina à publicação – seja em um jornal, uma revista ou em um site da internet (FUVEST 2013b, p.55).

A análise do candidato deveria partir da opinião do ministro japonês, indagando-se a respeito de quais seriam as suas implicações “éticas, culturais, sociais e econômicas”. De posse desses elementos, deveria refletir e responder aos questionamentos, em especial traçando um paralelo quanto à sua validade para o contexto brasileiro da época.

A construção arquitetônica do texto teria início já na seleção dos aspectos mais relevantes quanto ao tema, uma vez que a proposta solicitou expressamente: “escolhendo, dentre os diversos aspectos do tema, os que você julga mais relevantes”. Não obstante, houve uma inovação em relação aos vestibulares anteriores, pontuando-se que o texto seria objeto de publicação em “jornal”, “revista” ou “site da internet”.

Desse novo cenário, indaga-se? Seria o gênero pedido diferente dos anos anteriores, uma espécie de artigo de opinião? Seria facultado o uso da primeira pessoa do singular na elaboração do texto? A resposta a esses questionamentos vieram nas instruções: “A redação deve ser uma dissertação, escrita de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa” (FUVEST 2013b, p.55).

Uma vez sanada qualquer questão em relação ao gênero proposto pelo vestibular, resta analisar o possível direcionamento do tema. Ainda que, supostamente, o candidato pudesse escolher defender o posicionamento do ministro japonês, no Brasil, o discurso vigente na esfera social – e também jurídica – é de proteção do idoso. Tanto é verdade que há uma especial de proteção do idoso, o Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/03. Percebe-se uma inclinação à crítica da postura do ministro japonês.

As instruções fixam o tamanho do texto, entre vinte e trinta e quatro linhas, exige a norma-padrão da língua e torna obrigatório o título da redação (FUVEST 2013b, p.55).

Manual do Candidato da FUVEST 2015

O Manual do Candidato da FUVEST de 2015 (FUVEST 2014a, p. 39) reiterou os elementos do Manual do Candidato da FUVEST 2014 (FUVEST 2013a, p. 59).

Proposta de redação do vestibular da FUVEST 2015

A proposta de redação do vestibular da FUVEST 2015 apresentou quatro textos na coletânea, o mandamento da tarefa a ser realizada e as instruções. O primeiro texto da coletânea faz menção ao fato de os estádios terem perdido a característica de equalização de classes sociais, transformando-se em uma espécie de camarote, aumentando a disparidade existente:

Na verdade, durante a maior parte do século XX, os estádios eram lugares onde os executivos empresariais sentavam-se lado a lado com os operários, todo mundo entrava nas mesmas filas para comprar sanduíches e cerveja, e ricos e pobres igualmente se molhavam se chovesse. Nas últimas décadas, contudo, isso está mudando. O advento de camarotes especiais, em geral, acima do campo, separam os abastados e privilegiados das pessoas comuns nas arquibancadas mais embaixo. (...) O desaparecimento do convívio entre classes sociais diferentes, outrora vivenciado nos estádios, representa uma perda não só para os que olham de baixo para cima, mas também para os que olham de cima para baixo.

Os estádios são um caso exemplar, mas não único. Algo semelhante vem acontecendo na sociedade americana como um todo, assim como em outros países. Numa época de crescente desigualdade, a “camarotização” de tudo significa que as pessoas abastadas e as de poucos recursos levam vidas cada vez mais separadas. Vivemos, trabalhamos, compramos e nos distraímos em lugares diferentes. Nossos filhos vão a escolas diferentes. Estamos falando de uma espécie de “camarotização” da vida social. Não é bom para a democracia nem sequer é uma maneira satisfatória de levar a vida.

Democracia não quer dizer igualdade perfeita, mas de fato exige que os cidadãos compartilhem uma vida comum. O importante é que pessoas de contextos e posições sociais diferentes encontrem-se e convivam na vida cotidiana, pois é assim que aprendemos a negociar e a respeitar as diferenças ao cuidar do bem comum. Michael J. Sandel. Professor da Universidade Harvard. O que o dinheiro não compra. Adaptado (FUVEST 2014b, p. 39).

O segundo texto apresenta uma distorção da sociedade, que considera que os serviços públicos são destinados àqueles que não podem pagar por um serviço privado:

Comentário do Prof. Michael J. Sandel referente à afirmação de que, no Brasil, se teria produzido uma sociedade ainda mais segregada do que a norte-americana.

O maior erro é pensar que serviços públicos são apenas para quem não pode pagar por coisa melhor. Esse é o início da destruição da ideia do bem comum. Parques, praças e transporte público precisam ser tão bons a ponto de que todos queiram usá-los, até os mais ricos. Se a escola pública é boa, quem pode pagar uma particular vai preferir que seu filho fique na pública, e

assim teremos uma base política para defender a qualidade da escola pública. Seria uma tragédia se nossos espaços públicos fossem shopping centers, algo que acontece em vários países, não só no Brasil. Nossa identidade ali é de consumidor, não de cidadão. Entrevista. Folha de S. Paulo, 28/04/2014. Adaptado (FUVEST 2014b, p. 39).

O terceiro denuncia que, com o aumento da presença de classes populares em centros de compra, há uma grande tendência à estipulação de espaços VIPs, determinando uma segregação física entre as classes, determinado pela possibilidade econômica:

No Brasil, com o aumento da presença de classes populares em centros de compras, aeroportos, lugares turísticos etc., é crescente a tendência dos mais ricos a segregar-se em espaços exclusivos, que marquem sua distinção e superioridade.] (...) Pode ser que o fenômeno “camarotização”, isto é, a separação física entre classes sociais, prospere para muitos outros setores. De repente, os supermercados poderão ter ala VIP, com entrada independente, cuja acessibilidade, tacitamente, seja decidida pelo limite do cartão de crédito. Renato de P. Pereira. www.gazetadigital.com.br, 06/05/2014. [Resumido] e adaptado (FUVEST 2014b, p. 39).

O último texto da coletânea traz o testemunho, segundo o qual as escolas públicas eram um espaço de convívio de classes sociais diferentes:

Até os anos de 1960, a escola pública que eu conheci, embora existisse em menor número, tinha boa qualidade e era um espaço animado de convívio de classes sociais diferentes. Aprendíamos muito, uns com os outros, sobre nossas diferentes experiências de vida, mas, em geral, nos sentíamos pertencentes a uma só sociedade, a um mesmo país e a uma mesma cultura, que era de todos. Por isso, acreditávamos que teríamos, também, um futuro em comum. Vejo com tristeza que hoje se estabeleceu o contrário: as escolas passaram a segregar os diferentes estratos sociais. Acho que a perda cultural foi imensa e as consequências, para a vida social, desastrosas. Trecho do testemunho de um professor universitário sobre a Escola Fundamental e Média em que estudou (FUVEST 2014b, p.55).

A proposta apresentou como mandamento da tarefa a ser realizada:

Os três primeiros textos aqui reproduzidos referem-se à “camarotização” da sociedade - nome dado à tendência a manter segregados os diferentes estratos sociais. Em contraponto, encontra-se também reproduzido um testemunho, no qual se recupera a experiência de um período em que, no Brasil, a tendência era outra.

Tendo em conta as sugestões desses textos, além de outras informações que julgue relevantes, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha seu ponto de vista sobre o tema “Camarotização” da sociedade brasileira: a segregação das classes sociais e a democracia (FUVEST 2014b, p.55).

Da leitura do mandamento, extraem-se alguns elementos importantes: a) há um resumo informando sobre o conteúdo dos textos da coletânea; b) apresenta-se a coletânea como “sugestões”; c) fixa o tema da redação: “Camarotização” da sociedade brasileira: a segregação das classes sociais e a democracia; d) o candidato deve expor seu ponto de vista sobre o tema.

Merece atenção especial o uso da expressão “sugestões”. Seria, nesse vestibular, a coletânea um elemento meramente motivador, de uso dispensável? A resposta a esse questionamento encontra-se no próprio tema, uma vez que há a retomada dos aspectos centrais dos textos da coletânea: “Camarotização” da sociedade brasileira: a segregação das classes sociais e a democracia. Da análise do tema, há o pressuposto de que existe a camarotização na sociedade brasileira. Outros dois elementos presentes são: a) há segregação de classes sociais no Brasil; b) essa segregação pode ser um ato antidemocrático.

A questão da segregação das classes sociais no país retoma o discurso social, em diálogo, uma vez que, dentre as políticas públicas do Estado, havia, à época, uma crescente preocupação com as distinções entre as classes sociais, o que gerava desconforto tanto nos excluídos, quanto naqueles que procuravam o tratamento “VIP”.

Entretanto, o ponto que chama a atenção é a questão da “democracia”. Há, na proposta, o uso da expressão “democracia” como sinônimo de igualdade, o que não é preciso. É sabido que democracia é o sistema político e eleitoral que possibilita a escolha dos representantes por meio do voto. Essa questão teria a possibilidade de levar o candidato a uma distorção conceitual.

O último elemento a destacar é a questão do diálogo da proposta com o vestibulando, com o uso da expressão “você exponha o seu ponto de vista”. Isso poderia gerar dúvidas quanto ao gênero solicitado, mas, anteriormente, houve a estipulação do gênero: “dissertação em prosa”.

Da análise dos textos da coletânea, é possível deduzir a tendência pela defesa de que a camarotização é antidemocrática, especialmente considerando os pontos levantados nos textos da coletânea, com o direcionamento de que essa segregação seria prejudicial ao convívio entre classes.

As instruções apresentaram os limites do texto, entre vinte e trinta linhas, a obrigatoriedade de orientar-se pela norma-padrão da língua, além de determinar a necessidade de um título para a redação (FUVEST 2014b, p.55).

Manual do Candidato da FUVEST 2016

O Manual do Candidato da FUVEST de 2016 (FUVEST 2015a, p. 39) trouxe algumas inovações quanto aos critérios de avaliação das redações, detalhando:

Metodologia de avaliação das redações

A redação deverá ser, obrigatoriamente, uma dissertação de caráter argumentativo, na qual se espera que o candidato, visando a sustentar um ponto de vista sobre o tema proposto ou sugerido, demonstre capacidade de mobilizar conhecimentos e opiniões; argumentar de forma coerente e pertinente; articular eficientemente as partes do texto e expressar-se de modo claro, correto e adequado. Os textos elaborados pelos candidatos serão avaliados quanto a três aspectos ou quesitos:

Desenvolvimento do tema e organização do texto dissertativo-argumentativo
Verifica-se se o texto configura-se como uma dissertação argumentativa e se atende ao tema proposto ou sugerido. Pressupõe-se, então, que o candidato demonstre a habilidade de compreender a proposta de redação e, quando esta contiver uma coletânea, que ele se revele capaz de ler e de relacionar adequadamente os textos que a integram. A paráfrase de elementos que compõem a proposta de redação não é um recurso recomendável para o desenvolvimento adequado do tema. Não se recomenda, também, que o texto produzido se configure como uma dissertação meramente expositiva, isto é, que se limite a expor dados ou informações relativos ao tema, sem que se explicita um ponto de vista devidamente sustentado por uma argumentação consistente. No que diz respeito ao desenvolvimento do tema, verifica-se, além da pertinência das informações e da efetiva progressão temática, também a capacidade crítico-argumentativa que a redação venha a revelar.

Coerência dos argumentos e articulação das partes do texto

Avaliam-se, conjuntamente, a coerência dos argumentos e das opiniões e a coesão textual, ou seja, a correta articulação das palavras, frases e parágrafos. A coerência reflete a capacidade do candidato de relacionar os argumentos e organizá-los de forma a deles extrair conclusões apropriadas e, também, sua habilidade para o planejamento e a construção significativa do texto. Serão considerados de forma negativa a presença de contradições entre frases ou parágrafos, a falta de encadeamento das ideias, a circularidade ou quebra da progressão argumentativa, o uso de argumentação baseada apenas no senso comum e a falta de conclusão ou conclusões que não decorram do que foi previamente exposto. Serão tidos também como fatos negativos referentes à coesão, entre outros, o estabelecimento de relações semânticas impróprias entre partes do texto, assim como o uso inadequado de conectivos.

Correção gramatical e adequação vocabular

Avaliam-se, neste aspecto, o domínio da norma-padrão escrita da língua portuguesa e a clareza na expressão das ideias. Serão examinados aspectos gramaticais como ortografia, morfologia, sintaxe e pontuação, e o emprego adequado e expressivo do vocabulário. Espera-se que o candidato revele

competência para expor com precisão e concisão os argumentos selecionados para a defesa do ponto de vista adotado, evitando o uso de clichês ou frases feitas. Avalia-se, também, a seleção adequada do vocabulário, tendo em vista as peculiaridades do tipo de texto exigido.

Para cada um dos três aspectos, será atribuída pontuação de 1 a 5, dependendo do desempenho do candidato no respectivo aspecto. Quando os pontos atribuídos pelos dois avaliadores a um determinado aspecto divergirem em 1 ponto, valerá a média das duas notas. Nos casos em que a discrepância entre os dois avaliadores exceder 1 ponto em qualquer dos três aspectos, as redações serão objeto de uma terceira avaliação por uma banca previamente designada para esse fim. Caberá a essa banca decidir qual das duas notas é a mais adequada ou se cabe atribuir uma terceira nota, diversa das que foram atribuídas. Se isso ocorrer, prevalecerá a terceira nota. Os pontos atribuídos a cada aspecto serão multiplicados, respectivamente, por 4, 3 e 3, obtendo-se, assim, uma nota ponderada para a redação, que variará entre 10 e 50 pontos. Receberão nota zero, além das redações em branco, textos que desenvolverem tema diverso do que foi proposto ou sugerido, ou que não atenderem à modalidade discursiva indicada. Serão passíveis de receber nota zero também os textos com extensão claramente abaixo do limite estabelecido nas instruções da prova ou que apresentarem elementos verbais ou visuais não relacionados com o tema proposto. Caso a redação receba nota zero de um dos avaliadores e nota diferente de zero de outro avaliador, ela será objeto de uma terceira avaliação, seguindo os mesmos critérios estabelecidos para os casos de discrepância submetidos a terceira avaliação (FUVEST 2015a, p. 39).

Proposta de redação do vestibular da FUVEST 2016

A proposta de redação do vestibular da FUVEST 2016 apresentou seis textos na coletânea, o mandamento da tarefa a ser realizada e as instruções. O primeiro texto da coletânea traz o surgimento do termo utopia, informando que há uma acepção positiva, ligada à possibilidade de uma nova sociedade, feliz e harmônica, e uma negativa, de algo irrealizável:

UTOPIA (de ou-topia, lugar inexistente ou, segundo outra leitura, de eutopia, lugar feliz). Thomas More deu esse nome a uma espécie de romance filosófico (1516), no qual relatava as condições de vida em uma ilha imaginária denominada Utopia: nela, teriam sido abolidas a propriedade privada e a intolerância religiosa, entre outros fatores capazes de gerar desarmonia social. Depois disso, esse termo passou a designar não só qualquer texto semelhante, tanto anterior como posterior (como a República de Platão ou a Cidade do Sol de Campanella), mas também qualquer ideal político, social ou religioso que projete uma nova sociedade, feliz e harmônica, diversa da existente. Em sentido negativo, o termo passou também a ser usado para designar projeto de natureza irrealizável, quimera,

fantasia. Nicola Abbagnano, Dicionário de Filosofia. Adaptado (FUVEST 2015b, p. 55).

O segundo texto apresenta também duas concepções: a utopia como algo que nos distancia da realidade presente, mas que propõe novas realidades possíveis:

A utopia nos distancia da realidade presente, ela nos torna capazes de não mais perceber essa realidade como natural, obrigatória e inescapável. Porém, mais importante ainda, a utopia nos propõe novas realidades possíveis. Ela é a expressão de todas as potencialidades de um grupo que se encontram recalçadas pela ordem vigente. Paul Ricoeur. Adaptado (FUVEST 2015b, p. 55).

O terceiro texto aponta a utopia como elemento indispensável ao progresso do homem, qualificando-a como aquilo que impulsiona a evolução humana:

A desapareção da utopia ocasiona um estado de coisas estático, em que o próprio homem se transforma em coisa. Iríamos, então, nos defrontar com o maior paradoxo imaginável: o do homem que, tendo alcançado o mais alto grau de domínio racional da existência, se vê deixado sem nenhum ideal, tornando-se um mero produto de impulsos. O homem iria perder, com o abandono das utopias, a vontade de construir a história e, também, a capacidade de compreendê-la. Karl Mannheim. Adaptado (FUVEST 2015b, p. 55).

O quarto texto contrapõe-se ao anterior, pontuando a utopia como algo ineficaz e perigosa:

Acredito que se pode viver sem utopias. Acho até que é melhor, porque as utopias são ao mesmo tempo ineficazes e perigosas. Ineficazes quando permanecem como sonhos; perigosas quando se quer realizá-las. André Comte-Sponville. Adaptado (FUVEST 2015b, p. 55).

O quinto é um poema de Carlos Drummond de Andrade, que apresenta um mundo idealizado, perfeito, mas ainda inexistente:

Cidade prevista

(...)

Irmãos, cantai esse mundo
que não verei, mas virá
um dia, dentro em mil anos,

talvez mais... não tenho pressa.
 Um mundo enfim ordenado,
 uma pátria sem fronteiras,
 sem leis e regulamentos,
 uma terra sem bandeiras,
 sem igrejas nem quartéis,
 sem dor, sem febre, sem ouro,
 um jeito só de viver,
 mas nesse jeito a variedade,
 a multiplicidade toda
 que há dentro de cada um.
 Uma cidade sem portas,
 de casas sem armadilha,
 um país de riso e glória
 como nunca houve nenhum.
 Este país não é meu
 nem vosso ainda, poetas.
 Mas ele será um dia
 país de todo homem.
 Carlos Drummond de Andrade (FUVEST 2015b, p. 55).

O último texto da coletânea apresenta a utopia como fomentadora de uma sociedade totalitária, com controle total das coisas, capaz de produzir horrores e violência:

A utopia não é apenas um gentil projeto difícil de se realizar, como quer uma definição simplista. Mas se nós tomarmos a palavra a sério, na sua verdadeira definição, que é aquela dos grandes textos fundadores, em particular a Utopia de Thomas More, o denominador comum das utopias é seu desejo de construir aqui e agora uma sociedade perfeita, uma cidade ideal, criada sob medida para o novo homem e a seu serviço. Um paraíso terrestre que se traduzirá por uma reconciliação geral: reconciliação dos homens com a natureza e dos homens entre si. Portanto, a utopia é a desapareição das diferenças, do conflito e do acaso: é, assim, um mundo todo fluido – o que supõe um controle total das coisas, dos seres, da natureza e da história.

Desse modo, a utopia, quando se quer realizá-la, torna-se necessariamente totalitária, mortal e até genocida. No fundo, só a utopia pode suscitar esses horrores, porque apenas um empreendimento que tem por objetivo a perfeição absoluta, o acesso do homem a um estado superior quase divino, poderia se permitir o emprego de meios tão terríveis para alcançar seus fins. Para a utopia, trata-se de produzir a unidade pela violência, em nome de um ideal tão superior que justifica os piores abusos e o esquecimento da moral reconhecida. Frédéric Rouvillois. Adaptado (FUVEST 2015b, p.55).

A proposta apresentou como mandamento da tarefa a ser realizada:

O conjunto de excertos acima contém um verbete, que traz uma definição de seguido de outros cinco textos que apresentam diferentes reflexões sobre o mesmo assunto. Considerando as ideias neles contidas, além de outras

informações que você julgue pertinentes, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha o seu ponto de vista sobre o tema: As utopias: indispensáveis, inúteis ou nocivas? (FUVEST 2015b, p. 55).

Da leitura do mandamento, extraem-se três possibilidades de análise do tema: a) as utopias são indispensáveis; b) as utopias são inúteis; c) as utopias são nocivas. Há a utilização da conjunção alternativa “ou”, evidenciando que os elementos propostos seriam incompatíveis. Entretanto, ainda existe a possibilidade de o candidato entender, em dadas situações, que a utopia pode afigurar-se de modos diferentes: ora indispensáveis, ora inúteis e ora nocivas. Essa perspectiva gera um grande *dégradée*, com variação de intensidades entre as hipóteses.

Há uma tendência, pela análise dos textos, de as utopias serem consideradas indispensáveis, haja vista que há a ideia de ela ser promotora do desenvolvimento do homem e um elemento que retire a sociedade do ostracismo. Isso recupera a noção de que a humanidade deve estar em constante evolução.

As instruções estipulam o tamanho mínimo e máximo do texto, entre vinte e trinta linhas, a obrigatoriedade de orientar-se pela norma-padrão da língua e determinam a necessidade de um título para a redação (FUVEST 2015b, p.55).

Manual do Candidato da FUVEST 2017

O Manual do Candidato da FUVEST de 2017 (FUVEST 2016a, p. 39) reiterou os elementos do Manual do Candidato da FUVEST 2016 (FUVEST 2015a, p. 39).

Proposta de redação do vestibular da FUVEST 2017

A proposta de redação do vestibular da FUVEST 2017 apresentou um texto de apoio, o mandamento da tarefa a ser realizada e as instruções. O texto de apoio consiste na definição de Kant de esclarecimento, para o qual o homem precisa vencer o medo e a covardia e, por meio da razão, superar a menoridade:

Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de servir-se de seu próprio entendimento sem direção alheia. O homem é o próprio culpado dessa menoridade quando ela não é causada por falta de entendimento mas, sim, por falta de determinação e de coragem para servir-se de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. Sapere aude!** Ousa fazer uso de teu próprio entendimento! Eis o lema do Esclarecimento.

A preguiça e a covardia são as causas de que a imensa maioria dos homens, mesmo depois de a natureza já os ter libertado da tutela alheia, permaneça de bom grado a vida inteira na menoridade. É por essas mesmas causas que, com tanta facilidade, outros homens se colocam como seus tutores. É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, se tenho um diretor espiritual que assume o lugar de minha consciência, um médico que por mim escolhe minha dieta, então não preciso me esforçar. Não tenho necessidade de pensar, se é suficiente pagar. Outros se encarregarão, em meu lugar, dessas ocupações aborrecidas.

A imensa maioria da humanidade considera a passagem para a maioridade, além de difícil, perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram-na sob sua supervisão. Depois de terem, primeiramente, emburrecido seus animais domésticos e impedido cuidadosamente essas dóceis criaturas de darem um passo sequer fora do andador de crianças em que os colocaram, seus tutores mostram-lhes, em seguida, o perigo que é tentarem andar sozinhos. Ora, esse perigo não é assim tão grande, pois aprenderiam muito bem a andar, finalmente, depois de algumas quedas. Basta uma lição desse tipo para intimidar o indivíduo e deixá-lo temeroso de fazer novas tentativas. Immanuel Kant

* Para o excerto aqui apresentado, foram utilizadas as traduções de Floriano de Sousa Fernandes, Luiz Paulo Rouanet e Vinicius de Figueiredo.

** Sapere aude: cit. lat. de Horácio, que significa “Ousa saber” (FUVEST 2016b, p. 55).

No mandamento, a proposta trouxe uma explicação do conceito de esclarecimento, para Kant, e fixou o tema: “O homem saiu da menoridade?”. O uso da coletânea é obrigatório, haja vista a determinação: “com base nas ideias presentes no texto de Kant, acima apresentado”, ao que, devem-se somar os conhecimentos do candidato e a observação da realidade.

A última expressão “observação da realidade” é um diferencial no modo como o mandamento é organizado, se comparado aos anos anteriores do vestibular da FUVEST. Isso significa que o candidato deveria buscar a interpretação do mundo em que se encontra inserido e, mais que isso, deve pautar-se pela realidade.

Como pressupostos do tema, destacam-se: a) o homem já esteve ou está na menoridade; b) é possível sair da menoridade. Como o tema foi organizado em forma de pergunta, o candidato deveria respondê-la explicitamente. A tendência, frente à análise do texto de Kant, bem como da explicação da proposição, ainda mais quando somado à análise da realidade, é de afirmar que o homem não saiu da menoridade.

As instruções estipulam, reiterando as edições anteriores, o tamanho mínimo e máximo do texto, entre vinte e trinta linhas. Também são obrigatórios o título e a observância da norma-padrão da língua (FUVEST 2016b, p.55).

Manual do Candidato da FUVEST 2018

O Manual do Candidato da FUVEST de 2018 (FUVEST 2017a, p. 39) reiterou os elementos do Manual do Candidato da FUVEST 2017 (FUVEST 2016a, p. 39). Todavia, trouxe mais esclarecimentos quanto ao uso da coletânea:

Desenvolvimento do tema e organização do texto dissertativo-argumentativo [...] A paráfrase de elementos que compõem a proposta de redação não é um recurso recomendável para o desenvolvimento adequado do tema. Não se recomenda, também, que o texto produzido se configure como uma dissertação meramente expositiva, isto é, que se limite a expor dados ou informações relativas ao tema, sem que se explicita um ponto de vista devidamente sustentado por uma argumentação consistente (FUVEST 2017a, p. 39).

Proposta de redação do vestibular da FUVEST 2018

A proposta de redação do vestibular da FUVEST 2018 apresentou cinco textos na coletânea, o mandamento da tarefa a ser realizada e as instruções. O primeiro texto revela que a arte tem a função de representação, nem sempre do belo e do sensível:

As obras de arte assumem a função da representação da cultura de um povo desde os tempos mais remotos da história das civilizações. É através delas que o ser humano transmite uma ideia ou expressão sensível. Contudo algumas obras de arte fogem do conceito de retratação do belo e do sensível, parecendo terem sido feitas para chocar e causar polêmicas.

A principal obra do escultor inglês contemporâneo Marc Quinn é uma réplica de sua cabeça feita com cerca de 4,5 litros de seu próprio sangue – extraído ao longo de cinco meses. Uma peça nova é feita a cada cinco anos, e elas ficam armazenadas em um recipiente de refrigeração especialmente desenvolvido para elas. <http://gente.ig.com.br/cultura>. Adaptado (FUVEST 2017b, p. 55).

O terceiro texto relata que a exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, consistente da seleção de duzentas e setenta obras que tratam de questões de gênero e sexualidade, foi cancelada após protestos nas redes sociais:

A exposição "Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira", realizada desde 15 de agosto no Santander Cultural, em Porto Alegre, foi cancelada após protestos em redes sociais. A mostra ficaria em cartaz até 8 de outubro, mas o espaço cultural cedeu às pressões de internautas. A seleção contava com 270 obras que tratavam de questões de gênero e diferença. Os trabalhos, em diferentes formatos, abordam a temática sexual de formas distintas, por vezes abstratas, noutras, mais explícitas. São assinados por 85 artistas, como Adriana Varejão, Candido Portinari, Ligia Clark, Yuri Firmesa e Leonilson. **Folha de S.Paulo**. 10/09/2017. Adaptado (FUVEST 2017b, p. 55).

O quarto texto apresenta uma justificativa do Santander Cultural, o promotor da exposição “Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, pelo cancelamento da exposição, por ter perdido o propósito de “elevar a condição humana”:

Nos últimos dias, recebemos diversas manifestações críticas sobre a exposição “Queermuseu – Cartografias da diferença na Arte Brasileira”. Ouvimos as manifestações e entendemos que algumas das obras da exposição “Queermuseu” desrespeitavam símbolos, crenças e pessoas, o que não está em linha com a nossa visão de mundo. Quando a arte não é capaz de gerar inclusão e reflexão positiva, perdeu seu propósito maior, que é elevar a condição humana. Por essa razão, decidimos encerrar a mostra neste domingo, 10/09. Garantimos, no entanto, que seguimos comprometidos com a promoção do debate sobre diversidade e outros grandes temas contemporâneos. <https://www.facebook.com/SantanderCULTural/posts>. Adaptado (FUVEST 2017b, p. 55).

O último texto qualifica a arte como um “exercício contínuo de transgressão”, apontando para novos caminhos e soluções:

A arte é um exercício contínuo de transgressão, principalmente a partir das vanguardas do começo do século 20. Isso dá a ela uma importância social muito grande porque, ao transgredir, ela aponta para novos caminhos e para soluções que ainda não tínhamos imaginado para problemas que muitas vezes sequer conhecíamos. A seleção dos trabalhos dos artistas para a próxima edição do festival [Videobrasil], por exemplo, me fez ver que os artistas estão muito antenados com as diversas crises que estamos vivendo e oferecem uma visão inovadora para o nosso cotidiano e acho que isso é um bom exemplo. Solange Farkas. <https://www.nexojornal.com.br> (FUVEST 2017b, p. 55).

No mandamento da tarefa a ser realizada, há a fixação do tema: “Devem existir limites para a arte?”. O uso da coletânea é obrigatório, especialmente por haver o emprego da expressão: “com base nas ideias apresentadas nos textos”. Ainda, o aluno deveria utilizar-se dos próprios conhecimentos para a produção textual.

Como pressupostos do tema, destacam-se: a) a arte não possui limites; b) é possível existir limites para a arte. Mais uma vez, o tema foi organizado em forma de pergunta, elemento que determina que o candidato deve respondê-la explicitamente. A tendência, corolário dos textos 1, 2, 3 e 4, é considerar que a arte deve possuir limites. Isso porque há a explicitação de casos em que a arte teria, de algum modo, provocado a desaprovação de parte da sociedade e, frente a esse desconforto, os objetos artísticos foram retirados de circulação por fatores distintos.

Além disso, recupera-se uma série de discursos circulantes na sociedade, como o discurso politicamente correto, o conservadorismo e, sobretudo, o descompasso do homem no momento em que não possui regras limitantes. Somado a isso, tem-se que a arte de resistência, que choca, normalmente é posta à margem do círculo hegemônico cultural, constituindo o que se denomina “arte marginal”, muitas vezes reconhecida e aceita após anos da sua criação.

O tema trata de um grande paradoxo, haja vista que a arte, para ser arte, deve ser a livre manifestação do espírito humano, mas, em sociedade, os conteúdos admitidos como válidos chocam-se com interesses, direitos e garantias, tanto individuais como coletivos, como liberdade de expressão e questões de minorias, muitas vezes, em confronto direto.

As instruções estabeleceram, como nas edições anteriores, o tamanho do texto, entre vinte e trinta linhas, como também a obrigatoriedade do título e a observância da norma-padrão da língua (FUVEST 2017b, p.55).

4.1.3.1 Aspectos analisados

A análise dos manuais do candidato e das propostas de redação dos vestibulares FUVEST de 2012 a 2018¹³ permitiu reafirmar, como no caso da UNESP e UNIFESP, que há

¹³ (FUVEST 2011a, p. 36), (FUVEST 2011b, p. 12); FUVEST de 2013 (FUVEST 2012a, p. 36), (FUVEST 2012b, p. 12); FUVEST de 2014 (FUVEST 2013a, p. 59), (FUVEST 2013b, p.55); FUVEST de 2015 (FUVEST 2014a, p. 39), (FUVEST 2014b, p. 39); FUVEST de 2016 (FUVEST 2015a, p. 39), (FUVEST 2015b, p. 55);

um movimento estabilidade, repetindo uma mesma composição: a proposta de redação é formada por um ou mais textos de apoio (coletânea), variando, de acordo com o ano, o número. Via de regra, há a apresentação de aspectos do tema, fornecendo subsídios aos candidatos. O gênero solicitado é o mesmo, designado, pelo vestibular, de dissertação em prosa. O tamanho, a obrigatoriedade do título e a observância da norma-padrão da língua também são aspectos homogêneos.

Contudo, é importante frisar que a expressão utilizada na elaboração do mandamento da tarefa a ser realizada da proposta foi a mesma em todos os anos: “com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos”, garantindo a estabilidade do gênero.

4.1.4. O ENEM e a “Redação Argumentativa Escolar Finalista”

4.1.4.1 Características da prova do ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – foi criado no ano de 1998, com o objetivo de traçar um diagnóstico a respeito da qualidade do ensino no país. No ano de 2009, foi alçado à condição de selecionar candidatos para universidades, ganhando, progressivamente, instituições adeptas ao sistema, até culminar no modelo atual, em que o Sistema de Seleção Unificado – SISU – tornou-se o modelo de acesso às universidades mais concorrido, em números absolutos. Hoje, o ENEM, por meio do SISU, é adotado como processo seletivo da maioria das universidades federais, em especial, no estado de São Paulo pela UFSCar, UNIFESP – que também possui um sistema misto de seleção para alguns cursos, a UFABC e, em alguns cursos, pela própria USP – que é uma universidade estadual -, evidenciando uma tendência de expansão.

A prova do ENEM é subdividida em matrizes: Linguagens, códigos e suas tecnologias, que abrange o conteúdo de Língua Portuguesa (Gramática e Interpretação de Texto), Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Química, Física e Biologia; Ciências Humanas e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Geografia, História, Filosofia e Sociologia. Cada uma dessas matrizes valem

até mil pontos. A redação, aplicada no mesmo dia da prova de Linguagens, códigos e suas tecnologias, sozinha, possui o valor de até mil pontos. Isso significa que, dentre todas as disciplinas estudadas ao longo do Ensino Médio, no ENEM, redação possui o maior peso. Por isso, o discurso acerca da prova de redação no ENEM é tão presente e, mais que isso, a preocupação do candidato com esse mote tem crescido sistematicamente.

O INEP, anualmente, publica um material destinado aos candidatos da prova do ENEM, designado “Redação no ENEM: Cartilha do Participante”. Esse material é semelhante, alterando-se apenas, no final do de seu corpo, algumas redações de modelo, levando-se em conta a edição da prova do ano anterior. O presente trabalho utilizou, como base para as citações, última cartilha disponível, a do ano de 2017 (MEC, 2017).

A prova de redação do ENEM tem cinco competências que são avaliadas, valendo até duzentos pontos cada uma: Competência 1 - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa; Competência 2 - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa; Competência 3 - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; Competência 4 - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação ; e Competência 5 - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (MEC, 2017, p. 8).

Dessas competências, três são fundamentais para o presente trabalho. A Competência 2 traz uma prescrição bastante relevante, que começa a indicar uma característica especial e diferente daquelas pontuadas na “Redação Argumentativa Escolar”: “aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema” (MEC, 2017, p. 15). Trata-se da interdisciplinaridade. Uma das preocupações do ENEM é pontuar que o conhecimento não é isolado entre disciplinas do currículo escolar, mas dialoga entre si, possuindo muitos aspectos interdependentes. Por exemplo: na Matemática e suas tecnologias, é necessário saber interpretar textos, uma vez que muitos enunciados de exercícios são compostos de situações problema, as quais, sem a devida interpretação, mostram-se impraticáveis.

Da mesma forma, nas Linguagens, códigos e suas tecnologias, é necessário o conhecimento de História, para compreender adequadamente uma escola literária, o contexto histórico vigente à época da produção de dada obra, influenciando em características do autor. A respeito, o MEC (2017, p. 15) recomenda: “utilize informações de várias áreas do

conhecimento, demonstrando que você está atualizado em relação ao que acontece no mundo”.

É importante ressaltar que, da forma como é redigida a competência pelo MEC (2017, p. 8), não é uma faculdade, mas, sim, uma obrigação. Assim, presencia-se o primeiro elemento distintivo do estilo “Redação Argumentativa Escolar”, capaz de qualificar a “Redação Argumentativa Escolar Finalista” como um estilo próprio.

O segundo elemento distintivo também decorre da Competência 2, porém em cotejamento com o mandamento ou comando integrante da proposta e redação (MEC, 2012a, p. 1 e MEC 2013a, p. 2): “a partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo argumentativo [...]”. Trata-se da questão dos textos da coletânea. O ENEM considera que os textos integrantes da coletânea são motivadores, isto é, não são necessários à estruturação do texto, diferentemente da “Redação Argumentativa Escolar”.

Esclarecendo a questão, de forma bastante explícita, recorta-se o seguinte trecho de MEC (2017, p.15):

Seguem algumas recomendações:

Evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores, porque foram apresentados apenas para despertar uma reflexão sobre o tema e não para limitar sua criatividade.

Não copie trechos dos textos motivadores. Lembre-se de que eles foram apresentados apenas para despertar seus conhecimentos sobre o tema.

Resta-se demonstrado que o aluno não deverá fazer o uso da coletânea em sua redação, senão para despertar uma reflexão, sendo vetada, repisa-se, proibida a cópia de elementos – trechos – dos textos “motivadores”.

O terceiro elemento encontra-se na competência 3: “selecionar, relacionar organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” (MEC, 2017, p. 19). Destaca-se a palavra “fatos”. Não basta ao aluno abstrair para o campo filosófico ou abstrato, mas há a necessidade de utilizar-se de fatos, isto é, elementos da realidade social. É o que se depreende das seguintes recomendações: “a inteligibilidade de sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores: [...] adequação entre o conteúdo e a realidade do mundo”; “na organização do texto dissertativo argumentativo, você deve procurar atender às

seguintes exigências: [...] congruência entre as informações do texto e a realidade” (MEC, 2016, p. 20 e 21).

Corroborando com essas indicações, o MEC (2016, p. 21) ressalta aos valores da competência, no momento da correção:

200 pontos - apresenta informações, **fatos** e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista. 160 pontos - apresenta informações, **fatos** e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista. 120 pontos - apresenta informações, **fatos** e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista. 80 pontos - apresenta informações, **fatos** e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista. 40 pontos - apresenta informações, **fatos** e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista. 0 ponto - apresenta informações, **fatos** e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista. (Grifou-se)

Portanto, a apresentação de fatos não é uma faculdade, mas uma obrigação, especialmente porque, por definição, o fato é real. Vinculam-se os argumentos e opiniões à realidade do mundo. Isso tanto é verdade que o penúltimo elemento distintivo do gênero retoma esse elemento. É o que se depreende da Competência 5: “elaborar proposta de intervenção respeitando os direitos humanos” (MEC, 2017, p. 24). Proposta de intervenção significa uma proatividade, uma interferência concreta no mundo, de modo a torná-lo melhor. E não basta a abstração, deve, de fato, servir para melhorar a questão posta em debate. Nesse passo, o MEC recomenda (2017, p. 24 e 25):

Ao redigir seu texto, procure evitar propostas vagas, gerais; busque propostas mais concretas, específicas, consistentes com o desenvolvimento de suas ideias. Antes de elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas: O que é possível apresentar como proposta de intervenção na vida social? Como viabilizar essa proposta? Seu texto será avaliado, portanto, com base na combinação dos seguintes critérios: a) presença de proposta x ausência de proposta; e b) proposta com detalhamento dos meios para sua realização x proposta sem o detalhamento dos meios para sua realização.

A apresentação da proposta de intervenção não é uma faculdade, mas, sim, uma prescrição. Tanto é verdade que o MEC (2016, p. 25) estipula os critérios utilizados para a aferição do uso:

200 pontos - elabora muito bem proposta de intervenção, de forma detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. 160 pontos - elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. 120 pontos - elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. 80 pontos - elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou proposta não articulada com a discussão desenvolvida no texto. 40 pontos - apresenta proposta de intervenção vaga ou apenas citada, precária ou relacionada apenas ao assunto. 0 ponto - não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

Da Competência 5, em consonância com o mandamento ou comando integrante da proposta, chega-se ao último elemento distintivo: “apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos” (MEC, 2012a, p. 1 e MEC, 2013a, p. 2). Não basta uma proposta que seja pertinente, que melhore ou solucione o problema, mas é necessário que ela respeite aos direitos humanos. Não poderia o aluno, por exemplo, em um tema como “o movimento imigratório para o Brasil no século XXI”, apresentar como proposta de solução a colocação dos imigrantes em campos de concentração, a expulsão imediata ou a condenação à morte, haja vista que, embora “resolvesse” o problema “do que fazer com o imigrante ilegal”, feriria, frontalmente, os direitos humanos. “É necessário respeitar os direitos humanos, não romper com os valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural” (MEC, 2017, p. 24).

De posse dos cinco elementos distintivos: “aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento” (MEC, 2017, p. 15), tratar-se a coletânea de “textos motivadores” (MEC, 2012a, p. 1 e MEC 2013a, p. 2), uso de “fatos” (MEC, 2017, p. 20) na defesa de um ponto de vista, “elaborar proposta de intervenção respeitando os direitos humanos” (MEC, 2017, p. 24) e respeito aos “direitos humanos” (MEC, 2012a, p. 1 e MEC, 2013a, p. 2), é possível afirmar que, ainda que a esfera da atividade humana seja a mesma do estilo “Redação Argumentativa Escolar”, seu conteúdo temático ser assemelhado – defesa de um ponto de vista -, a “Redação Argumentativa Escolar Finalista” configura outro estilo, haja vista que os cinco elementos têm o condão de alterar consideravelmente o conteúdo temático: a defesa de um ponto de

vista que respeite aos direitos humanos; o estilo: aproximação com o discurso – na esfera “Social” e “Escolar” – considerado politicamente correto, isto é, que respeite aos direitos humanos, às diferenças e minorias, ainda que objetivo e generalizante; e a construção composicional, uma vez que há obrigatoriedade de apresentar uma proposta de intervenção social, essa proposta deve respeitar aos direitos humanos, além de interligar a argumentação e a defesa de um ponto de vista – que respeite aos direitos humanos – à realidade atual, com base em fatos.

Assim, o estilo “Redação Argumentativa Escolar Finalista” é um estilo específico, com delimitações precisas, relativamente estáveis, do projeto de dizer.

ENEM 12

A proposta de redação do ENEM 2012 consistiu do mandamento ou comando da tarefa a ser realizada, de três textos verbais, um gráfico e as Instruções. O mandamento consistiu:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema “O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2012b, p.1).

Há a estipulação da tarefa a ser realizada: “um texto dissertativo-argumentativo”, o que recupera o discurso circulante na esfera “Escolar”. Salienta-se que o “texto dissertativo-argumentativo” é aquele em que o candidato deve analisar um tema, expondo e argumentando a respeito de determinado ponto de vista (MEC, 2012a, p. 17). Houve a delimitação do tema: “O movimento migratório para o Brasil no século XXI”. Essa delimitação restringe o modo de dizer do candidato, haja vista que o núcleo da argumentação deve cingir-se à imigração para o Brasil, ou seja, o fluxo de estrangeiros para o Brasil, e, mais que isso, no século XXI.

Um ponto importante a respeito do tema é que o aluno deveria tratar do imigrante ilegal, isto é, aquele que adentra ao território nacional sem a devida autorização e documentação. À época, havia um fluxo migratório intenso, de pessoas provenientes, principalmente, do Haiti e da Bolívia. A questão era basicamente a seguinte: o que fazer com

os imigrantes, uma vez que o país não conseguia possibilitar a qualidade de vida e emprego para os brasileiros? Nesse aspecto, era importante adotar uma postura em que a proposta de intervenção social respeitasse os direitos humanos, em especial, dos imigrantes e brasileiros.

Além disso, o mandamento determina outros elementos importantes do gênero “Redação Argumentativa Escolar Finalista”: “apresentando proposta de intervenção social, que respeite aos direitos humanos”. No mesmo sentido, há a determinando que o aluno apresente “fatos e argumentos, para a defesa de seu ponto de vista”.

O primeiro texto da coletânea – “textos motivadores” – apresentou o movimento migratório para o Brasil nos séculos XIX e XX, em que imigrantes de mais de setenta nacionalidades desembarcaram no país, com vistas na promessa de melhoria de vida. Como consequência, houve a inserção de diversos costumes, que passaram a integrar a cultura nacional:

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas. A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

O gráfico apresentado demonstra o percurso dos imigrantes haitianos para o Brasil, partindo de Porto Príncipe até chegar a Porto Velho. Trata-se do fluxo de imigração ilegal, algo que o candidato deveria interpretar:

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti



O segundo texto verbal tem o título: “Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti”, apresentando que mil e quatrocentos haitianos encontravam-se na cidade de Brasileia (AC). Afirma que os haitianos fogem das condições do país de origem, fruto do terremoto ocorrido em 2010. Trata-se de pessoas instruídas, que obtêm visto humanitário de permanência e de trabalho Brasil. Apresenta, ainda, o posicionamento de José Henrique Corinto, secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, que questiona como o brasileiro irá agir frente aos imigrantes:

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo. A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil. Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro. Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

O terceiro texto verbal apresenta o título: “Trilha da costura”, pontuando que há três milhões de imigrantes bolivianos, estabelecendo que as condições econômicas do país motivam o fluxo. Qualifica os imigrantes como de baixa qualificação:

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos. Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso. OLIVEIRA, R.T. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> (adaptado).

Nas instruções (MEC, 2012b, p. 1), a instituição explicitou, como motivos de nota zero, o texto escrito em até sete linhas, que “fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo ou “apresentar proposta de intervenção social que desrespeite os direitos

humanos”. Além disso, pontua que os trechos que apresentarem “cópias dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção”.

Proposta de redação do ENEM 2013

A proposta de redação do ENEM 2013 consistiu do mandamento ou comando da tarefa a ser realizada, de dois textos verbais, uma campanha publicitária, um gráfico e as Instruções. O mandamento consistiu:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2013b, p.2).

Há a estipulação da tarefa a ser realizada: “um texto dissertativo-argumentativo”, o que recupera o discurso circulante na esfera “Escolar”. Houve a delimitação do tema: “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”. Essa delimitação restringe o modo de dizer do candidato, haja vista que o núcleo da argumentação deve cingir-se aos efeitos produzidos pela implantação da Lei Seca no Brasil, ou seja, as consequências geradas pela lei e não sua discussão, em abstrato ou do ponto de vista jurídico.

Nesse aspecto, havia a tendência de o candidato afirmar que os efeitos produzidos foram positivos, ainda que haja espaço para argumentar no sentido de existir uma melhoria possível. Além disso, o mandamento determina outros elementos importantes do gênero “Redação Argumentativa Escolar Finalista”: “apresentando proposta de intervenção social, que respeite os direitos humanos”. Há a determinação de que o aluno apresente “argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista”.

O primeiro texto da coletânea – “textos motivadores” – apresentou o posicionamento da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), segundo a qual o álcool é o principal responsável pelas mortes no trânsito. Aponta para a ação do Estado, entidade responsável pela implantação da Lei Seca, uma medida drástica no combate às mortes no trânsito:

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada a uso de álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos. Disponível em: www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (MEC 2013b, p. 2).

A campanha publicitária do Ministério da Justiça informa que “dirigir alcoolizado é crime e pode dar cadeia”, procurando conscientizar os motoristas da incompatibilidade entre álcool e direção:



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013. (MEC 2013b, p. 2).

O gráfico apresentado demonstra os resultados positivos apresentados pela Lei Seca, de acordo com dados coletados em órgãos estatais, em especial na cidade do Rio de Janeiro:

LEI SECA EM NÚMEROS


-13%
Atendimento Hospitalar
 Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (RJ)


97%
Aprovaram o uso dos bafômetros
 Fonte: IBPS


-27%
Vítimas de acidente no Grande Rio
 Fonte: ISP - RJ


-6,2%
Média Nac. de redução vítimas fatais
 Fonte: DataSUS

Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br.

Acesso em: 20 jun. 2013. (adaptado).

(MEC 2013b, p. 2).

O segundo texto verbal tem o título: “Repulsão magnética a beber e dirigir” e narra a experiência de uma agência de comunicação em Belo Horizonte, que utilizou de repulsão magnética para transmitir a mensagem de que bebida e direção não combinam:

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetivos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: dirigir ou chamar um táxi depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção dirigir virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado) (MEC 2013b, p. 2).

Nas instruções (MEC, 2012a, p. 17), a instituição explicitou, como motivos de nota zero, o texto escrito em até sete linhas, que “fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo ou “apresentar proposta de intervenção social que desrespeite os direitos humanos”. Além disso, pontua que os trechos que apresentarem “cópias dos textos da

Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção”.

Proposta de redação do ENEM 2014

A proposta de redação do ENEM 2014 consistiu do mandamento ou comando da tarefa a ser realizada, dois textos verbais, um gráfico e as Instruções. O mandamento consistiu:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2014a, p.2).

Há a estipulação da tarefa a ser realizada: “um texto dissertativo-argumentativo”, o que recupera o discurso circulante na esfera “Escolar”. Houve a delimitação do tema: “Publicidade infantil em questão no Brasil”. Essa delimitação limita o modo de dizer do candidato, uma vez que o candidato deve versar sobre a “publicidade” – gênero do discurso que possui o escopo de vender determinada mercadoria -, especificamente destinada ao público infantil – caracterizado pela tenra idade e pouca capacidade crítica de entender os apelos mercadológicos -, em questão – algo visto como um problema à época da elaboração da proposta -, no Brasil – fixando-se a análise no território nacional, no ano momento histórico contemporâneo à proposta.

Observa-se a tendência de o candidato posicionar-se contrariamente à forma como a publicidade infantil é produzida e veiculada no Brasil. Como nos anos anteriores, o mandamento determina outros elementos importantes do gênero “Redação Argumentativa Escolar Finalista”: “apresentando proposta de intervenção social, que respeite os direitos humanos”. Há a determinação de que o aluno apresente “argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista”. O mandamento da tarefa a ser realizada reproduz o formato das edições anteriores, fixando um determinado estilo.

O primeiro texto “motivador” noticiou a aprovação de uma resolução do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), vetando a veiculação de publicidade que tenha a intenção de persuadir o consumo infantil:

TEXTO I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. **A publicidade infantil deve ser proibida?** Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado) (MEC 2014b, p. 2).

O Texto II consistiu de um gráfico apresentando o posicionamento do Estado em diversos países do mundo, no tocante à veiculação de propaganda infantil. Há uma tendência mundial à proteção da criança:

TEXTO II



2014b, p. 2).

O terceiro traz um texto de opinião de SILVA e VASCONCELOS, defendendo que a sociedade deve pautar-se pela preparação da criança para o mercado consumidor, salientando as motivações da divulgação de produtos:

TEXTO III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo. SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. **A criança e o marketing**: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado) (MEC 2014b, p. 2).

Nas instruções (MEC, 2014b, p. 2), a instituição explicitou, como motivos de nota zero, o texto escrito em até sete linhas, que “fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo, “apresentar proposta de intervenção social que desrespeite os direitos humanos” ou “apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto”. Além disso, pontua que os trechos que apresentarem “cópias dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção”.

Proposta de redação do ENEM 2015

A proposta de redação do ENEM 2015 foi composta pelo comando da tarefa a ser realizada, um texto verbal, três gráficos as Instruções. O mandamento consistiu:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2015b, p.2).

Como nos anos anteriores, há a estipulação da tarefa a ser realizada: “um texto dissertativo-argumentativo”, o que recupera o discurso circulante na esfera “Escolar”. A delimitação do tema consistiu: “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Tal delimitação restringe o modo de dizer do candidato, pontuando, primeiramente, “a existência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”,

afirmando-se que ela é persistente, isto é, mesmo com todas as tentativas de extinção, ainda se encontra presente.

O primeiro texto “motivador” apresenta dados do número de mortes de mulheres ocorrido no país, salientando o aumento de 230% entre 2000 e 2010:

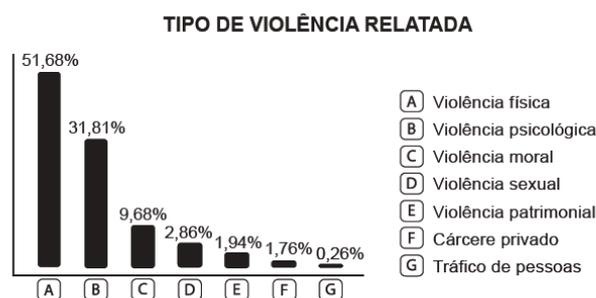
TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015(MEC 2015b, p. 2).

O Texto II é um gráfico que diagnostica o tipo de violência sofrido pela mulher, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Segundo os dados, o principal tipo de violência é física, seguida de psicológica e moral:

TEXTO II



BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2014**. Central de Atendimento à Mulher. Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

(MEC 2015b, p. 2).

O terceiro texto compõe uma campanha contra o feminicídio, consistente da imagem de uma mão espalmada, símbolo da ordem de parada, com um alvo desenhado no local que seria a palma da mão, remetendo à necessidade de se evitar o assassinato de mulheres. Ainda há os dizeres verbais: “femicídio basta”, reforçando o sentido da imagem:

TEXTO III



Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br.
Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

O quarto texto relata o número de casos enquadrados na Lei Maria da Penha, com mais de trezentos e trinta mil processos instaurados, informando que sete de cada dez casos denunciados pelo “Ligue 180” são de vítimas da violência de companheiros:

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos **52** juizados e varas especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

33,4%
de processos julgados

9.715
prisões em flagrante

1.577
prisões preventivas decretadas



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional



237 mil

relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres



Sete de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

(MEC 2015b, p. 2).

Da leitura conjugada dos textos motivadores, é possível extrair a existência de diversos serviços de atendimento à mulher, com políticas públicas específicas, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Lei Maria da Penha e, em pleno século XXI, mesmo assim, há o número alarmante de atentados contra as mulheres. Esses elementos, se somados à “proposta de intervenção que respeite os direitos humanos”, direcionam o candidato a contrapor-se à violência contra a mulher, moldando o seu projeto de dizer.

Nas instruções (MEC, 2015b, p. 2), há a reiteração da proposta do ano anterior (MEC, 2014b, p. 2), indicando-se, como motivos de nota zero, o texto escrito em até sete linhas, que “fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo”, “apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos” ou “apresentar parte do texto

deliberadamente desconectada com o tema proposto”. Ainda, estipula que os trechos que apresentarem “cópias dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção”.

Proposta de redação do ENEM 2016

A proposta de redação do ENEM 2016 foi composta pelo comando da tarefa a ser realizada, três textos verbais, um gráfico as Instruções. O mandamento consistiu:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2016b, p.2).

Em consonância com os anos anteriores, há a estipulação da tarefa a ser realizada: “um texto dissertativo-argumentativo”, o que, mais uma vez, recupera o discurso circulante na esfera “Escolar”. A delimitação do tema consistiu: “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. Tal menção limita o modo de dizer do candidato, partindo-se da presunção de que: a) existe intolerância religiosa no Brasil; b) essa intolerância pode e deve ser combatida; c) determinem-se “caminhos” para que isso aconteça. Isso restringe consideravelmente o projeto de dizer do candidato, que se vê bastante tolhido de sua liberdade argumentativa.

O primeiro texto “motivador” (Texto I) faz menção à liberdade religiosa no Brasil e pontua a laicidade do estado:

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc. Disponível em: www.mprj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2015 (fragmento) (MEC 2016b, p. 2).

O Texto II é, de certo modo, um contraponto ao Texto I, ao passo que traz o direito à liberdade de expressão, em seu início, ponderando, contudo, que “atitudes agressivas”, no tocante a religiões e credos, são crimes imprescritíveis:

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis. STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. *Jornal do Senado*. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento) (MEC 2016b, p. 2).

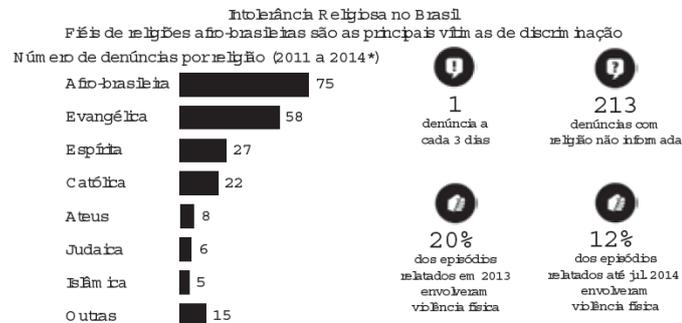
O terceiro texto traz um recorte do Código Penal, definindo uma série de crimes contra a liberdade religiosa:

TEXTO III

CAPÍTULO I Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo Art. 208 – Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa. Parágrafo único – Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento) (MEC 2016b, p. 2).

O quarto texto consiste em um gráfico, informando as principais religiões vitimadas pela intolerância religiosa:

TEXTO IV



(MEC 2016b, p. 2).

Por meio da leitura dos textos motivadores, é possível pontuar que a intolerância religiosa é um crime, no Brasil, e que se trata de um elemento que toca e, pontualmente, restringe a liberdade de expressão. Isso porque há a liberdade de culto religioso e o Brasil configura-se como um Estado laico. Observa-se, dessa feita, especialmente se considerada “proposta de intervenção que respeite os direitos humanos”, que o candidato deveria opor-se à intolerância religiosa, indicando caminhos para seu combate.

Nas instruções (MEC, 2016b, p. 2), reiterando-se as propostas dos anos pretéritos, estipulou-se, como motivos de nota zero, o texto escrito em até sete linhas, que “fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo”, “apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos” ou “apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto”. Ainda, estipula que os trechos que apresentarem “cópias dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção”.

Proposta de redação do ENEM 2017

A proposta de redação do ENEM 2017 foi composta pelo comando da tarefa a ser realizada, três textos verbais, dois gráficos as Instruções. O mandamento consistiu:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2017b, p. 19).

Reiterando as edições anteriores, há a estipulação da tarefa a ser realizada: “um texto dissertativo-argumentativo”, o que, outra uma vez, recupera o discurso circulante na esfera “Escolar”. A delimitação do tema consistiu: “Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil”. Tal menção circunscreve o modo de dizer do candidato, partindo-se da presunção de que: a) existem desafios, isto é, problemas de difícil solução; b) esses desafios referem-se à formação, o que significa o desenvolvimento do indivíduo; c) esses desafios são educacionais; d) são pertinentes aos surdos, no Brasil. Isso restringe consideravelmente o projeto de dizer do

candidato, que deve se ater aos pormenores do processo de formação educacional dos surdos nas escolas brasileiras.

O primeiro texto “motivador” (Texto I) traz um recorte da Lei nº 13.146/2015, que prescreve o direito à educação para a pessoa com deficiência, de modo inclusivo:

TEXTO 1

CAPÍTULO IV

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

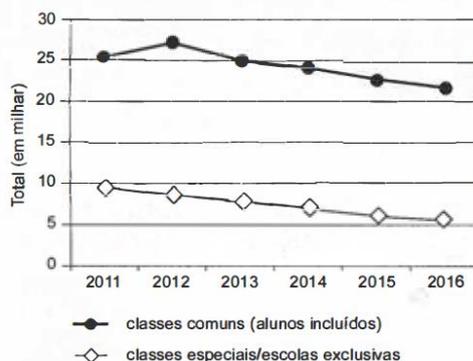
IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;[...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei n º 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento) (MEC 2017b, p. 19).

Em consonância com o mandamento, esse primeiro texto pontua, como direito inalienável, a educação inclusiva, o que significa que o candidato não poderia opor-se à educação inclusiva, especialmente quando conjugado com “o respeito aos direitos humanos”. Nesse passo, reforça o direcionamento que “estaria” disponível ao aluno.

O Texto II trata-se de um gráfico, em que há o decréscimo do número de matrículas de surdos em escolas de Educação Básica e Educação Especial:

TEXTO II**Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial**

Fonte: Inep.

(MEC 2017b, p. 19).

O Texto III é uma campanha publicitária, na qual há a denúncia da falta de vagas para surdos no mercado de trabalho:

TEXTO IIIDisponível em: <http://servicos.pr4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

(MEC 2017b, p. 19).

O Texto IV faz referência ao início da história da educação de surdos no Brasil, esclarecendo que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como a segunda língua oficial do país, por meio da Lei nº 10.436/02:

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras

como meio de comunicação objetiva. **Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).**

Analisando-se os textos motivadores, evidencia-se que existe um problema quanto à educação de surdos no Brasil, indicando que o preconceito é uma parte significativa do problema. Não obstante, é consagrado o direito à educação do deficiente, de modo inclusivo, o que se incompatibiliza com o discurso de escolas exclusivas ou especiais – uma possível higienização social. Há, assim, em harmonia com a “proposta de intervenção que respeite os direitos humanos”, um direcionamento que o candidato deveria adotar, no sentido de defender a educação inclusiva, combater o preconceito e indicar caminhos para a melhoria do problema.

Nas instruções (MEC, 2017b, p. 19), demonstrando, novamente, a sedimentação de um estilo, consignou-se, como motivos de nota zero, o texto escrito em até sete linhas, que “fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo”, “apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos” ou “apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto”. Ainda, estipula que os trechos que apresentarem “cópias dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção”.

4.1.4.2 Aspectos relevantes

Por meio da análise das propostas de redação do ENEM 2012 (MEC, 2012b, p. 1), 2013 (MEC, 2013b, p. 2), 2014 (MEC, 2014b, p. 2), 2015 (MEC, 2015b, p. 2), 2016 (MEC, 2016b, p. 2) e 2017 (MEC, 2017b, p. 19), verifica-se que há a reiteração do modo como a proposta é organizada: uma coletânea de textos, incluindo textos verbais, não-verbais e sincréticos, um mandamento da tarefa a ser realizada, no qual há a estipulação do tema e as instruções.

Há a estabilidade na composição das propostas de redação, havendo alterações pouco significativas, como o número de textos da coletânea e a posição do mandamento da tarefa a ser realizada e das instruções. No tocante à elaboração da redação, há a estipulação do uso de fatos e argumentos em defesa de um ponto de vista, fixam-se os textos da coletânea como motivadores e solicita-se a elaboração de uma proposta de intervenção social, que respeite os

FUVEST¹⁹. A obrigatoriedade do uso da coletânea pode ser considerado uma estabilidade do gênero. O tamanho da redação também é um traço em comum, variando entre vinte e trinta e quatro linhas.

Esses aspectos em comum das propostas e, mais que isso, especificamente do mandamento da tarefa a ser realizada, autoriza afirmar que existe uma estabilização do gênero que os exames têm produzido, no tocante ao que é estipulado ao candidato, fator que indica tratar-se as redações produzidas sob orientação dessas propostas de um mesmo gênero do discurso. Indaga-se: será que as redações analisadas confirmam essa hipótese? Esse é o objeto da análise das redações.

4.1.6 Aspectos comuns entre as propostas de redação do ENEM

As propostas de redação do ENEM seguiram a mesma estrutura, composta por uma coletânea de textos e um mandamento da tarefa a ser realizada. Esse mandamento teve estrutura semelhante em todos os exames. O primeiro elemento é o apontamento de que a coletânea consiste em textos motivadores: “A partir da leitura dos textos motivadores seguintes”. Há a fixação do gênero “dissertativo-argumentativo”, utilizando-se da “modalidade escrita formal da língua portuguesa”. Apresenta-se o tema e, posteriormente, a principal distinção do exame: “apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos”. Finalmente, há a determinação de selecionar, organizar e relacionar “argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista” (MEC 2013b, p.2); (MEC 2014b, p.2); (MEC 2015b,

conhecimentos” (VUNESP 2016d, p. 14); “Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos”(VUNESP 2017d, p. 14).

¹⁹ “Refleta sobre esses textos e redija uma dissertação em prosa” (FUVEST 2011b, p. 12); “na qual você interprete e discuta a mensagem contida nesse anúncio, considerando os aspectos mencionados no parágrafo anterior e, se quiser, também outros aspectos que julgue relevantes” (FUVEST 2012b, p. 12); “Considere as opiniões atribuídas ao referido político japonês, tem em conta que elas possuem implicações éticas, culturais, sociais e econômicas capazes de suscitar questões de várias ordens [...]. Escolhendo, entre os diversos aspectos do tema, os que você considerar mais relevantes, redija um texto em prosa, no qual você avalie as posições citadas pelo ministro” (FUVEST 2013b, p.55); “Tendo em conta as sugestões desses textos, além de outras informações que julgue relevantes” (FUVEST 2014b, p.55); “O conjunto de excertos acima contém um verbete, que traz uma definição de seguido de outros cinco textos que apresentam diferentes reflexões sobre o mesmo assunto. Considerando as ideias neles contidas, além de outras informações que você julgue pertinentes” (FUVEST 2015b, p. 55); “Com base nas ideias presentes no texto de Kant, acima apresentado” (FUVEST 2016b, p. 55); “Com base nas ideias apresentadas nos textos” (FUVEST 2017b, p.55).

p.2); (MEC 2016b, p.2); (MEC 2017b, p. 19)²⁰. Não houve alteração do número de linhas disponíveis (trinta linhas), tão menos as instruções.

4.1.7 Aspectos distintivos entre as propostas de redação do ENEM e dos vestibulares da UNESP, UNIFESP e FUVEST

Considerando as propostas analisadas, há dois aspectos distintivos entre as propostas de redação do ENEM e dos vestibulares da UNESP, UNIFESP e FUVEST, que são fundamentais à comprovação da hipótese levantada: a) no ENEM, os textos da coletânea devem ser considerados como motivadores, existindo, nas instruções, expressamente, a noção de que as linhas copiadas serão desconsideradas na correção; enquanto, na UNESP, UNIFESP e FUVEST, o uso da coletânea é obrigatório; b) no ENEM, é obrigatória a proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos, ao passo que, na UNESP, UNIFESP e FUVEST, essa exigência inexistente.

Desse modo, pela análise das propostas, há indícios de que a hipótese levantada, de que a “Redação Argumentativa Escolar”, constituída da redação produzida na UNESP, UNIFESP e FUVEST, é distinta da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, produzida no

²⁰ A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2013b, p.2)

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema Publicidade infantil em questão no Brasil, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2014a, p.2).

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2015b, p.2).

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2016b, p.2).

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (MEC 2017b, p. 19).

ENEM, especificamente por esses dois aspectos distintivos: uso da coletânea e necessidade da proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos.

4.2 Tabela com os temas de redação

Vestibular	Tema:
UNESP 2013	Escrever: o trabalho e a inspiração.
UNESP 2014	Corrupção no Congresso Nacional: reflexo da sociedade brasileira?
UNESP 2015	O legado da escravidão e o preconceito contra negros no Brasil.
UNESP 2016	Publicação de imagens trágicas: banalização do sofrimento ou forma de sensibilização?
UNESP 2017	A riqueza de poucos beneficia a sociedade inteira?
UNESP 2018	O voto deveria ser facultativo no Brasil?
UNIFESP 2013	Comissão da Verdade: que verdade alcançar?
UNIFESP 2014	Programa de espionagem norte-americano: autoproteção ou violação dos direitos das outras nações?
UNIFESP 2015	O financiamento de campanhas eleitorais por empresas deve ser proibido?
UNIFESP 2016	A adoção da pena de morte pode contribuir para a redução do número de crimes hediondos no Brasil?
UNIFESP 2017	O voto nulo é um ato político eficaz?
UNIFESP 2018	As redes sociais estreitam os laços entre as pessoas ou as tornam egoístas?
FUVEST 2012	Participação política: indispensável ou superada?
FUVEST 2013	Redija uma dissertação em prosa, na qual você interprete e discuta a mensagem contida nesse anúncio, considerando os aspectos mencionados no parágrafo anterior e, se quiser, também outros

	aspectos que julgue relevantes.
FUVEST 2014	Escolhendo, entre os diversos aspectos do tema, os que você considerar mais relevantes, redija um texto em prosa, no qual você avalie as posições citadas pelo ministro, supondo que esse texto se destina à publicação – seja em um jornal, uma revista ou em um site da internet.
FUVEST 2015	“Camarotização” da sociedade brasileira: a segregação das classes sociais e a democracia.
FUVEST 2016	As utopias: indispensáveis, inúteis ou nocivas?
FUVEST 2017	O homem saiu da minoridade?
FUVEST 2018	Devem existir limites para a arte?
ENEM 12	O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI.
ENEM 2013	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil.
ENEM 2014	Publicidade infantil em questão no Brasil.
ENEM 2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.
ENEM 2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil.
ENEM 2017	Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil.

5 ANÁLISE DO CORPUS: AS REDAÇÕES

As “Redações Argumentativas Escolares” analisadas são da UNESP, UNIFESP e USP, enquanto as “Redações Argumentativas Escolares Finalistas” são as do ENEM. A análise, reitera-se, é de redações dos anos de 2013 e 2014, da UNESP e UNIFESP, 2012 e 2013 da USP e de 2012 e 2013 do ENEM. Foram analisadas cinco redações de cada ano, as consideradas as melhores pela banca ou que obtiveram nota máxima no exame. Dentre o material disponível com essas características, a escolha das cinco redações foi aleatória.

Os objetivos da análise são: a) aferir se as redações são do mesmo gênero do discurso; b) verificar a estabilidade e possíveis diferenças, relacionando-as com o estilo; c) estudar como a autoria se manifesta nos textos. A hipótese que se busca comprovar é que as redações são do mesmo gênero, existindo dois estilos: as “Redações Argumentativas Escolares” da “UNESP, UNIFESP e USP” são do estilo “Argumentativo” e as “Redações Argumentativas Escolares” do ENEM são “Redações Argumentativas Escolares Finalistas”.

A análise das redações mostrou-se bastante repetitiva, uma vez que se buscou adotar um método objetivo, consistente da descrição e análise da composição estrutural da redação, do discurso utilizado pelo candidato, em especial como ele foi recortado e transposto ao gênero, do diálogo entre o discurso do candidato e a proposta de redação, especificamente com a coletânea ou textos de apoio, e, finalmente, os elementos que são aspectos da autoria.

Optou-se, na parte estrutural, para dar ideia de localização dentro do texto, por fazer a descrição e a análise as redações por parágrafos. Reconhece-se que essa estratégia aproxima o trabalho da textualidade e não apenas do discurso, que é a orientação teórica da tese, mas essa escolha se justifica porque, a princípio, o trabalho não se destina apenas ao público acadêmico, tendo a intenção de ser cognoscível para professores que atuam na esfera Escolar, ministrando aulas de redação, sendo essa a justificativa imediata da tese.

Repisa-se que, para tornar a leitura do trabalho menos cansativa e em virtude da extensão da tese, optou-se pela manutenção da análise de uma redação no corpo do trabalho, deslocando-se as outras quatro para o Anexo. Não obstante, embora se reconheça que os alunos sejam diferentes entre si, alguns elementos das redações escritas são muito semelhantes, dado que são produzidas no mesmo contexto histórico-social, dentro de uma mesma esfera, de acordo com a mesma proposta e tema. Além disso, busca-se adequar a redação produzida ao discurso circulante na esfera Escolar, que “treina” os alunos à produção,

fator que também justifica o porquê de a análise tentar seguir um critério objetivo e, mais que isso, a razão de algumas análises serem parecidas.

5.1 As “Redações Argumentativas Escolares”

5.1.1 UNESP 2013

A redação analisada recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 1”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de sete linhas, um com treze, um com dez e um com duas. Há seis rasuras no texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Escrever: trabalho, inspiração e entendimento

Refletir sobre a ação de escrever é, inequivocamente, pensar sobre a influência das ideias sobre o mundo, ~~sobre a~~ ^{sobre} expressão dos pensamentos segundo uma dada realidade. No entanto, apesar dessa vaidade da escrita, alguns ainda teimam em afirmar que sua prática é dispensável e meramente utilizada para fins práticos, como passar no vestibular. Estão equivocados. Escrever é mais do que isso, é exercer seu compromisso, relatar suas experiências, trocar informações e, sobretudo, mostrar livremente o produto de suas inspirações.

Assim, não se pode negar as diversas funções da escrita e, para tanto, é válido notar a revolução propagada pela prensa à vapor, ainda no século XIX, e o trabalho monumental dos chamados enciclopedistas. A prensa permitiu que as informações fossem transmitidas com maior precisão e velocidade, dado que até então, boa parte das notícias chegavam até a grande população por meio dos relatos orais de amigos, familiares e colegas de trabalho. Já o ideal dos enciclopedistas de reunir o conhecimento humano numa única obra escrita, vislumbrou a organização do saber, como já se pensava desde a antiguidade autotélica. Além das funções da escrita, pode-se pensar como ela ainda é utilizada hoje. Tanto os jornais impressos, quanto a internet são veículos que usam a escrita; a ~~universidade~~ universidade e suas pesquisas se baseiam fortemente em conhecimentos letrados; o trabalho e o capital financeiro já se fundamentam sobre os pilares da informação, cuja grande essência é, também, escrita. Dessa maneira, a intitulada sociedade atual (do conhecimento) é amparada pela ação de escrever.

Embora essas aplicações mais pragmáticas da ação de escrever sejam necessárias, deve-se perceber que sua prática possibilita, também, relatar fatos particulares e mostrar uma realidade individual, possivelmente, distante e obscura para o leitor. O trabalho e a inspiração privada fizeram com que o célebre médico Drauzio Varella relatasse, por meio da escrita, a realidade mítica, polêmica e desconhecida do penicilina, em suas obras "Estação Corandiri" e a recente "Concreiros". A clássica literatura, seja em obras de Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade ou Clarice Lispector, também ~~faz~~ faz esse papel de desventurar novos mundos. E, talvez por isso, uma autora tenha afirmado que "Escrever é procurar entender (...) e também abençoar uma vida que não foi abençoada".

Desse modo, pode-se dizer que escrever é trabalho e é inspiração, ~~ação~~ ^{ações} de conhecimento, da experiência e do entendimento do mundo.

NÃO ASSINE NESTA FOLHA

VNSP1207/005-ConhecEspec-Redação

(Redação Argumentativa Escolar nº 1 – [01911503])

No *dégradé*²¹ formado entre a construção composicional e o conteúdo temático, no que é interpretado como a introdução – primeiro parágrafo –, o autor apresentou o tema “escrever”, mas não explicitou sua tese, especificamente como um diálogo direto com o tema “escrever: o trabalho e a inspiração”.

No que é visto como desenvolvimento – segundo parágrafo –, o vestibulando apresentou um trecho histórico, demonstrando a importância da prensa, para a propagação das informações, e dos enciclopedistas, para a organização e transmissão do conhecimento. Em seguida, ainda no segundo parágrafo, apontou para a importância da escrita nos “veículos” jornal impresso e internet, além das universidades, do trabalho e do capital financeiro, cuja “essência [...] é a escrita”.

No terceiro parágrafo, o aluno coteja o ato de escrever como algo individual. Estabelece diálogo direto de concordância com o tema, trazendo “O trabalho e a inspiração privada”, evocando o argumento de autoridade – discurso alheio demarcado, com prestígio social –, exemplificando a escrita de Drauzio Varella, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade e Clarice Lispector. Nesse passo, há um diálogo direto com o texto integrante da coletânea “Escrever”, de Clarice Lispector, por meio da citação literal “Escrever é procurar

²¹ Utilizou-se a expressão *dégradé* para metaforizar e designar a posição fronteiriística entre a construção composicional e o conteúdo temático. Como, para Bakhtin, esses elementos, juntamente com o estilo, são indissociáveis, esse é exatamente o ponto da mistura, do imbrincamento.

entender (...) é também abençoar uma vida que não foi abençoada”, fechando o parágrafo e o desenvolvimento.

O último parágrafo é considerado a conclusão, em que o vestibulando apresenta seu ponto de vista explicitamente, trazendo uma afirmação literal, recuperando literalmente o tema proposto pela UNESP: “pode-se dizer que escrever é trabalho e é inspiração”.

O estilo do gênero está demarcado, com o explícito apagamento da subjetividade e da personalidade do texto. Embora a proposição tenha feito diálogo direto com o aluno, com o uso de “você”, “sua experiência”, o candidato não se inclui na resposta ao questionamento. Privilegiou-se, assim, a linguagem objetiva e o apagamento da marca do discurso alheio no tocante à reprodução do discurso social.

Houve o emprego de estratégias de contra-argumentação, apresentando um discurso com o qual não há concordância: “No entanto, apesar dessa vastidão da escrita, alguns ainda teimam em afirmar que sua prática é dispensável e meramente utilizada para fins práticos, como passar no vestibular. Estão equivocados.”; e “Embora essas aplicações mais pragmáticas da ação de escrever sejam necessárias, deve-se perceber que sua prática possibilita, também, relatar fatos particulares e mostrar uma realidade individual [...]”.

Além disso, há a citação, como já mencionado, do discurso alheio demarcado, com Drauzio Varela e Clarice Lispector, de maneira mais efusiva, e Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade, como clássicos da literatura, suscitando o discurso consensual – retoma-se o discurso social -, avalizando ao que foi apresentado.

O projeto de dizer deu-se por meio da adoção de aspectos gerais do ato de escrever, privilegiando sua função social e, depois, individual. Para tanto, buscaram-se dois momentos históricos, também já articulados, do surgimento da prensa e do papel dos enciclopedistas. Posteriormente, há o reforço dessa função social na contemporaneidade, com a internet e os jornais escritos. Somam-se a isso as universidades, o mercado de trabalho e o capital financeiro, que se estruturam em torno da escrita.

No fechamento do texto, há uma visão mais particular da ação, suscitando grandes vozes sociais, representadas pelos escritores. Finalmente, conclui-se fechando o ato de escrever como um misto de trabalho e inspiração.

Há diálogo direto e literal com o tema “O trabalho e a inspiração privada” e “pode-se dizer que escrever é trabalho e é inspiração” e com a proposição integrante da proposta “como passar no vestibular”, “Escrever é mais do que isso, é exercer seu conhecimento [...]” e “quanto a internet”. Indiretamente, há diálogo com a banca avaliadora, o interlocutor

presumido, em um processo em que se busca a anuência dos avaliadores. Há uma posição hierárquica de inferioridade do aluno em relação à banca.

O diálogo social é demarcado pelo emprego do consensual – voz socialmente e majoritariamente aceita como válida -, imputando concordância – mesma posição hierárquica do autor à sociedade, e contra-argumentação, salientando a discordância quanto ao enunciado – posicionamento do autor em relação de superioridade quanto à discordância. Há o diálogo – de reforço e concordância – com os autores citados, evidenciando uma relação de inferioridade do vestibulando em relação aos autores, mas pugnando-se por uma aproximação.

5.1.1.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” analisadas do vestibular da UNESP de 2013

As “Redações Argumentativas Escolares” analisadas do vestibular da UNESP de 2013 apresentaram a construção composicional do gênero. O conteúdo temático delimitou-se por meio da proposta de redação, especialmente pelo mandamento da tarefa a ser realizada: “escrever: o trabalho e a inspiração”. Esse mandamento ainda trouxe a seguinte recomendação: “com base nestes comentários, em sua própria experiência e, se achar necessário, levando em consideração os textos de Clarice Lispector e Syd Field, escreva [...]”, depreendendo-se que o uso dos textos de apoio aos quais faz referência é facultativo. Ainda que facultativo, houve o uso dos textos da coletânea, em diálogo direto, remada direta, ou indireto, dialogando com a perspectiva apresentada nos textos.

O recorte do conteúdo ficou restrito aos discursos circulantes nas esferas “Escolar” e “Social”, havendo predomínio ao discurso de que escrever é um ato mais de trabalho do que de inspiração. O estilo do gênero ficou evidenciado pelo apagamento das marcas de subjetividade, a preponderância do uso da terceira pessoa na defesa de um ponto de vista. A autoria demonstrou, em especial, além do recorte do conteúdo, a seleção e acuidade vocabular.

5.1.2 UNESP 2014

A redação analisada do Vestibular da UNESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 6”, foi escrita em trinta e duas linhas, apresentou título e

subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de seis linhas, um com oito, um com dez e um com sete. O título adiantou a afirmação defendida pelo autor, é sucinto e direto. Há três rasuras no texto.



REDAÇÃO
Texto definitivo

O desonesto pelo brasileiro

Palavras podem possuir associações no pensamento coletivo de um povo que independem da significação que há no dicionário. A palavra "político", por exemplo, leva grande parte das pessoas a pensar em "corrupção". No entanto, tal associação não é sempre válida e simplifica um problema bem maior. Uma relação mais condizente à conjuntura atual seria pensar em "corrupto" ou "desonesto" após ler a palavra "brasileiro". Os deputados e senadores que desviam dinheiro público não apenas a face mais visível de um problema muito maior: a desonestidade que permeia toda a sociedade brasileira.

Nessa cultura é baseada no "jeitinho brasileiro", segundo o qual todos devem aparentar ser cidadãos éticos, mas, na prática, procuram ser sempre a exceção a qualquer regra que vá de encontro a seus próprios interesses. A maioria dos brasileiros age como requeridos da lei e abomina os criminosos de periferia que roubam relógios e bolsas e os criminosos engratados cujo enriquecimento ilícito provém de ações relacionadas à política. Entretanto, ela é incapaz de criticar suas próprias atitudes contrárias à legislação vigente, por exemplo, quando pagam propina a um policial para escapar de uma multa ou quando pagam um funcionário público para agilizar o funcionamento de algum procedimento de muita burocracia. Aqueles que praticam tais atitudes são os desonestos quanto os que praticam corrupção no Congresso Nacional.

Desde a construção de Salvador no século XVII até a denúncia da Siemens sobre as licitações de metrô de São Paulo em 2013, os escândalos de corrupção envolvendo políticos brasileiros são incontáveis, o que levou o senso comum a associar, equivocadamente, desonestidade apenas com o poder público. É inegável, ~~que~~ no entanto, que a maioria dos políticos mistura sua vida pública com a ~~privada~~ vida privada, resultando em diversos favores consecutivos do "jeitinho brasileiro". Muitos cidadãos que criticam tal fato estariam muito satisfeitos se fossem amigos de um político capaz de beneficiá-los ou se tivessem a oportunidade de entrar para a vida pública e enriquecer. Tal hipocrisia nefasta é o que mantém as estruturas políticas brasileiras amplamente suscetíveis à corrupção desde os tempos de colônia. Uma reforma política é essencial para o combate desse problema, porém a luta contra a desonestidade brasileira deve ser travada em diversos campos diferentes das esferas do poder público.

O autor personificar, nos políticos (por) profissionais, toda a falta de honestidade da nação, retira-se o foco das origens desse problema, que não é a cultura e o modo de funcionamento da sociedade brasileira, apenas refletidos pelas atitudes tomadas em Brasília. É imprescindível que o brasileiro aprenda que, para exigir que os políticos sejam honestos e respeitem a Constituição, ele deve fazer o mesmo no seu cotidiano, lutando contra o "jeitinho brasileiro". Na conjuntura atual, ser ético requer muito mais esforço que apenas se adequar ao sistema, mas os benefícios para a vida em sociedade são também bem maiores. O maior benefício seria, indubitavelmente, a dissociação entre "brasileiro" e "corrupto", relação que nos acompanha há mais de 500 anos.

VNSP1308/FolhaRedação

(Redação Argumentativa Escolar nº 6 – [01015567])

O autor expôs que existe uma distorção no tocante ao conceito de corrupto e desonesto, comumente associado ao político, mas que, na verdade, “permeia toda a sociedade brasileira”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando apresentou que a cultura brasileira é baseada no “jeitinho brasileiro” e que o indivíduo aparenta ser cidadão, mas busca o benefício próprio. Aponta que a população “abomina” os criminosos, mas paga propina para escapar de uma multa de trânsito. Isso seria ato tão desonesto quanto a corrupção no Congresso Nacional.

Nesse parágrafo, em especial, há o diálogo com os textos 2 e 3 da coletânea, com ideia de reforço – o candidato está cumprindo com o comando com especificação da tarefa a ser realizada “com base nos textos apresentados” (VUNESP 2013a, p. 18). É o que se verifica nos seguintes trechos, em que há a retomada bastante próxima da literalidade: “Nossa cultura é baseada no ‘jeitinho brasileiro’, segundo o qual todos devem aparentar ser cidadãos éticos, mas, na prática, procuram sempre ser a exceção a qualquer regra que vá de encontro aos seus próprios interesses”; e “pagam propina para escapar de uma multa”. Também nesse parágrafo, há diálogo literal com o tema integrante da proposição – “corrupção no Congresso Nacional: reflexo da sociedade brasileira?” (VUNESP 2013a, p. 18) -, trazendo a questão da corrupção no Congresso Nacional, mas não analisando a prática.

No quarto parágrafo, há a exemplificação histórica da corrupção no Brasil, partindo da construção da cidade de Salvador, mencionando, ainda, as licitações do metrô de São Paulo, no ano de 2013. Os casos de corrupção seriam incontáveis, mas seria equivocado atribuir a desonestidade apenas aos políticos, uma vez que a população teria comportamento análogo, se

tivesse oportunidade. Uma possível solução seria o combate à desonestidade nos mais variados campos do poder público

No último parágrafo, há a resposta à pergunta integrante do tema: “origens desse celeuma²², que são a cultura e o modo de funcionamento da sociedade brasileira, apenas refletidos pelas atitudes tomadas em Brasília”. Estabelece-se o diálogo com a proposta de redação e, ao mesmo tempo, indiretamente, com a banca avaliadora. Na sequência, o vestibulando defende que, para exigir uma atitude diferente dos políticos, a sociedade deve ser ética, promovendo uma “dissociação entre ‘brasileiro’ e ‘corrupto’”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para evidenciar o comportamento social, estabelecendo-se um diálogo de discordância – reprovação - com o comportamento: “grande parte das pessoas”, “brasileiro”, “toda a sociedade brasileira”, “todos devem”, “a maioria dos brasileiros”, “aqueles que praticam”, “muitos cidadãos”, “desonestidade brasileira”, “falta de honestidade da nação”, “sociedade brasileira”, “o brasileiro” e “a vida em sociedade”. Também há o uso da primeira pessoa do plural, em que o candidato se inclui na sociedade. Trata-se do “plural humilde”: “Nossa cultura”.

Houve o emprego de estratégias de contra-argumentação, apresentando um discurso com o qual não há concordância, desqualificando-o em seguida: “os escândalos de corrupção envolvendo políticos brasileiros são incontáveis, o que levou o senso comum a associar, equivocadamente, desonestidade apenas com o poder público”; “é inegável, no entanto, que a maioria dos políticos mistura sua vida pública com a privada, resultando em diversos fatores consecutivos do ‘jeitinho brasileiro’”; e “muitos cidadãos que criticam estariam muito satisfeitos se fossem amigos [...]. Tal hipocrisia nefasta [...]”. Nesse aspecto, há o distanciamento do aluno com o discurso social, refutando-o

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas de crítica explícita ao comportamento do brasileiro, estabelecendo-se um diálogo também de discordância e desaprovação: “pensar em ‘corrupto’ após ler a palavra ‘brasileiro’”; “a desonestidade que permeia toda a sociedade brasileira”; “aqueles que praticam tais atitudes são tão desonestos quanto os que praticam corrupção no Congresso Nacional”; “tal hipocrisia nefasta”; “toda a falta de honestidade da nação”; e “dissociação entre ‘brasileiro’ e ‘corrupto’”.

²² Grafia utilizada pelo candidato.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “celeuma”, “equivocadamente”, “nefasta”, “imprescindível”, “indubitavelmente” e “dissociação”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. O projeto de dizer – deu-se por meio da adoção da afirmação de que a desonestidade permeia toda a sociedade brasileira e, para solucionar tal questão, deve existir uma mudança de paradigma da sociedade. Na organização, merece destaque o diálogo com os textos da coletânea 2 e 3 e com o tema, com resposta explícita ao questionamento “corrupção no Congresso Nacional: reflexo da sociedade brasileira?”. Dois elementos também integrantes do projeto de dizer, que evidenciam a manipulação do discurso circulante são os históricos: “desde a construção de Salvador no século XVI” e “há mais de 500 anos”.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso da “razão” ou “da verdade” – critério de correção da banca -, em que o candidato apresenta a desonestidade como um problema da sociedade – algo geral -, afastando-se, contudo, da prática, ao discordar e propor soluções para o problema. Isso não é descaracterizado pelo uso do “nossa cultura”, em que se inclui, uma vez que, posteriormente, reiteradas vezes, houve a desaprovação explícita, em discordância.

5.1.2.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNESP de 2014

As “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNESP de 2014 analisadas apresentaram a construção composicional do gênero. O conteúdo temático delimitou-se por meio da proposta de redação, especialmente pelo mandamento da tarefa a ser realizada, que contém o seguinte tema: “corrupção no Congresso Nacional: reflexo da sociedade brasileira?”. Há uma pergunta cuja resposta deveria integrar o discurso do vestibulando. Esse mandamento ainda trouxe a seguinte recomendação: “com base na coletânea e em seus próprios conhecimentos”, depreendendo-se que o uso dos textos de apoio aos quais faz referência é obrigatório. Entretanto, constatou-se que não era necessário o diálogo demarcado com todos os textos da coletânea.

O recorte do conteúdo ficou restrito aos discursos circulantes nas esferas “Escolar” e “Social”, havendo predomínio ao discurso de que a corrupção no Congresso Nacional é um reflexo da sociedade brasileira. O estilo do gênero ficou evidenciado pelo apagamento das marcas de subjetividade, a preponderância do uso da terceira pessoa na defesa de um ponto de vista. A autoria demonstrou, em especial, a acidez argumentativa, demarcando e acentuando o discurso de desaprovação com a prática social. Outro elemento significativo foi o uso de perguntas retóricas e da acuidade vocabular.

5.1.3 Distinções e aproximações entre as “Redações Argumentativas Escolares” analisadas dos vestibulares da UNESP de 2013 e 2014

O primeiro aspecto distintivo entre as “Redações de Vestibular Estilo UNESP” analisadas do vestibular 2013 e 2014 cinge-se na questão do diálogo demarcado com a coletânea. No vestibular de 2013, o uso foi facultativo, fato evidenciado na construção: “se achar necessário, levando em consideração os textos de Clarice Lispector e Syd Field”; ao passo que, no vestibular de 2014, o diálogo foi obrigatório, destacando-se a expressão “com base na coletânea”. Essa flexibilidade do uso da coletânea não gerou alterações nas redações analisadas suficientes para caracterizar outro gênero o estilo.

O segundo elemento distintivo diz respeito ao recorte do conteúdo, sendo certo que, no vestibular de 2014, houve maior crítica ao comportamento social, explorando-se a citação de outros autores – diálogo de concordância -, acentuando-se ainda o discurso com a esfera “Social”. Uma evidência disso é o uso da acidez argumentativa, enquanto, no vestibular de 2013, houve predomínio do equilíbrio. No recorte do conteúdo, ainda se salienta a demonstração mais significativa do repertório cultural, possibilitando a seleção, recorte e transposição de mais discursos circulantes nas esferas “Social” e “Escolar”.

5.1.4 UNIFESP 2013

A redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 11”, foi escrita em vinte e oito linhas, apresentou título e

subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de cinco linhas, um com dez, um com oito e um com quatro. O título adiantou a afirmação defendida pelo autor, é sucinto e direto. Há dez rasuras no texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

O primeiro paragrafo

Anos já se passaram desde o fim da Ditadura Militar, mas pouco se desmistificou a respeito desse período. A criação da Comissão da Verdade que, expectativas, por a apuração de crimes, o alcance da verdade e a análise da ditadura podem representar, de fato, uma contribuição a essa lacuna da história. Porém, apesar da esperança traçada, a Comissão ainda apresenta defeitos que impediram seu concesso para atingir os objetivos de sua criação.

O estado de exceção faz parte da história do Brasil e, de certa forma, também constrói o ser brasileiro. É válido, portanto, o estudo profundo a respeito da ditadura, pois essa análise servirá como instrumento de educação dos jovens, para que eles saibam o que foi a ditadura e aprendam com os erros desse passado. Para a população ser beneficiada, a Comissão da Verdade deve ser neutra nas conclusões obtidas; a verdade precisa ser desprovida de manipulação, do jogo "altheia". Como no caso Hering, cujo nome circulava em jornais foi manipulado, se a verdade não for imparcial, ao invés de educar as gerações futuras, continuará a enganar a população. Assim, não como se planeja atingir ^{uma} verdade seletiva ao julgar apenas os crimes militares, mas buscando apurar os crimes de todos os grupos, o papel da Comissão será completo.

A Comissão não deve apenas se ater às mortes ou às torturas, mas analisar o contexto dos fatos, estudar o conjunto político, ideológico e ético do momento. Dessa forma, muito mais do que ^{fazer} justiça para os familiares dos desaparecidos ou ^{das} punições aos militares, a Comissão ^{fornece} permitirá à sociedade um conhecimento amplo da situação histórica. Se diversas informações forem ^{dadas} ~~forne~~ a população, cada indivíduo poderá entender a ditadura, ~~sem~~ interpretar os fatos, ~~constituindo~~ uma verdade epistêmica sem o viés de grupos detentores de poder. A nação poderá formar a ~~ma~~ sua mentalidade ^{e a Comissão cumprirá} ~~a~~ ~~comissão~~ ~~a~~ ~~para~~ o dever de beneficiar o Brasil.

Muitos defeitos podem ser encontrados na Comissão da Verdade, mas ela representa um primeiro significativo passo para desvendar a ditadura. A Comissão não ajudará a formar uma nação brasileira consciente dos erros do passado para um futuro propício a ser mais esperançoso.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

3

UFSP1204/Redação

(Redação Argumentativa Escolar nº 11 [01164252])

O aluno afirma que a “criação da Comissão da Verdade gera expectativas”, mas contém uma série de falhas, que precisam ser sanadas para que alcance seus objetivos. Há o diálogo com os Textos 2 e 4 da coletânea – criação da Comissão da Verdade, análise da Ditadura e crítica à forma como a comissão foi criada -, de maneira direta.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando analisa o “estado de exceção”, ponderando que a compreensão do período é um importante passo para “a educação dos jovens”, mas pugnando que essa investigação deve ser desprovida de manipulação. Cita o caso de Herzog, cuja morte foi divulgada na mídia, porém “manipulada”. Nesse passo, há um diálogo com o Texto 4 da coletânea, em especial ao analisar a existência de uma “verdade seletiva”.

No terceiro parágrafo, há a afirmação da necessidade de a comissão estudar um “contexto dos fatos, estudar o conjunto político, ideológico e ético do momento”. Esse procedimento não deve buscar apenas “fazer justiça para os familiares dos desaparecidos”, mas, sim, promover o conhecimento do período para a sociedade. Demarca-se, assim, o diálogo com o Texto 3 da coletânea.

Na conclusão, o aluno retoma a afirmação principal, de que a Comissão da Verdade possui defeitos, mas é um “primeiro significativo passo para desvendar a ditadura”. Imputa ao processo um importante papel para a formação de uma sociedade consciente. Merece atenção o diálogo, em retomada, do título do texto, representando uma metáfora daquilo que é julgado um início para a compreensão da história do país.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para destacar o comportamento social e, mais que isso, a beneficiária da Comissão da

Verdade – a sociedade, estabelecendo-se um diálogo de concordância com a comissão, com ressalvas quanto à verdade seletiva, porém de desaprova e distância das práticas ditatoriais: “o ser brasileiro”, “instrumento de educação dos jovens”, “população ser beneficiada”, “as gerações futuras”, “enganar a população”, “todos os grupos”, “fornecerá à sociedade”, “à população”, “cada indivíduo”, “a nação poderá formar” e “formar uma nação brasileira”.

Como marca de autoria, houve o emprego de estratégias de contra-argumentação – contestação -, apresentando um discurso com o qual não há concordância, reforçando uma afirmação contrária – a necessidade de uma verdade imparcial: “se a verdade não for imparcial, ao invés de educar, continuará a enganar a população”. Há, nesse caso, um diálogo de desaprovação e distanciamento com a Comissão da Verdade.

Um segundo traço autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que evidenciam o equilíbrio na análise do problema, apagando marcas de personalidade e subjetividade: “podem representar”, “apesar da esperança trazida”, “ainda apresenta defeitos”, “de certa forma”, “aprendam com os erros do passado”, “deve ser neutra”, “desprovida de manipulação”, “se a verdade não for imparcial”, “ao invés de educar”, “atingir uma verdade seletiva”, “buscando apurar os crimes”, “analisar o contexto dos fatos”, “poderá entender”, “interpretar fatos”, “construir uma verdade”, “formar a própria mentalidade” e “representa um significativo primeiro passo”.

Outro elemento que pode ser destacado é o uso de comentários intercalados. Essa estratégia visa ao reforço de um posicionamento. É o que se depreende dos trechos: “O alcance da verdade e a análise da ditadura podem representar, de fato, uma conclusão a essa lacuna na história” e “O estado de exceção faz parte da história do Brasil e, de certa forma, também constrói o ser brasileiro”. Frisa-se ainda o esmero do aluno no momento de suavizar a crítica à Comissão da Verdade, utilizando-se de uma construção concessiva: “Porém, apesar da esperança trazida, a Comissão ainda apresenta defeitos”. Busca-se a aproximação do discurso social da necessidade de apuração dos crimes cometidos durante a ditadura, porém sem abandonar a razão nesse estudo.

A acuidade vocabular é outro traço importante. Há o emprego de expressões precisas e bem colocadas no contexto em que se apresentam, demonstrando habilidade autoral: “desmistificou”, “expectativas”, “desprovida”, “episteme”, “viés” e “desvendar”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. O posicionamento do candidato deu-se por meio da adoção da afirmação de que a apuração dos

crimes cometidos pela Ditadura Militar é importante, porém a Comissão da Verdade apresenta algumas falhas que precisam ser corrigidas, em especial na análise seletiva dos fatos.

Na organização, conforme o já demonstrado, merece destaque o diálogo com os textos da coletânea 2, 3 e 4 e com o tema, com resposta explícita ao questionamento “Comissão da Verdade: que verdade alcançar?”. Um elemento do projeto de dizer evidencia o repertório pessoal do candidato no uso do discurso social, o exemplo de Herzog como uma manipulação da verdade. O uso de um exemplo concreto demonstra que não só é defensável um ponto de vista, mas é real, concreto, do mundo, um fato incontestável. Há reforço argumentativo.

No tocante aos diálogos, pontua-se ainda que o autor faz o uso do equilíbrio na articulação de seus argumentos, aproximando-se da voz da verdade, da razão.

5.1.4.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNIFESP de 2013

As “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNIFESP de 2013 analisadas apresentaram a construção composicional do gênero. O conteúdo temático delimitou-se por meio da proposta de redação, especialmente pelo mandamento da tarefa a ser realizada, que contém o seguinte tema: “Comissão da Verdade: que verdade alcançar?”. Há uma pergunta da qual se esperava uma resposta do candidato. Esse mandamento ainda trouxe a seguinte recomendação: “Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos”, depreendendo-se que o uso dos textos da coletânea é obrigatório. Entretanto, constatou-se que não era necessário o diálogo demarcado com todos os textos da coletânea, ainda mais em virtude de existirem posicionamentos diferentes quanto à Comissão da Verdade e da apuração dos crimes supostamente cometidos durante a Ditadura Militar.

O recorte do conteúdo ficou restrito aos discursos circulantes nas esferas “Escolar” e “Social”, havendo predomínio ao discurso de aprovação à Comissão da Verdade. O estilo do gênero ficou evidenciado pelo apagamento das marcas de subjetividade, a prevalência do uso da terceira pessoa na defesa de um ponto de vista. A autoria foi demonstrada, em especial, pela acidez argumentativa, demarcando e acentuando o discurso de desaprovação com as práticas da Ditadura Militar. Outro elemento significativo foi o uso de perguntas retóricas e da acuidade vocabular.

5.1.5 UNIFESP 2014

A primeira redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 16”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo um de oito linhas, três com seis – segundo, quarto e quinto – e um com cinco. O título “O leviatã capitalista” recupera parte da argumentação do candidato, estabelece diálogo com a esfera escolar e demonstra o repertório cultural do aluno, ao assemelhar a prática da espionagem atual ao modelo defendido por Hobbes. Há cinco rasuras no texto.



REDAÇÃO

Texto definitivo

O Leviatã capitalista

Após os ataques de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, o governo norte-americano liberou uma série de medidas cujo objetivo seria combater o terrorismo internacional, se necessário, invadindo a privacidade de seus cidadãos e as nações que fossem co-inventas com terroristas. Esse primeiro golpe na soberania dos demais países cresceu depois das revelações de Edward Snowden, ex-agente da CIA, sobre a atuação da Agência de Segurança Nacional (NSA, em inglês), expondo um enorme esquema de espionagem. Este não só viola os direitos civis e das outras nações, mas também mostra o custo da autopreservação travestida de autoproteção.

O programa vai além das fronteiras do país: empresas como a Google, a Microsoft e o Facebook, cujas sedes se encontram nos EUA, se viram obrigadas a entregar dados de usuários ao redor do mundo, devido a leis norte-americanas. Em uma de suas primeiras justificativas, digna de um estadista hobbesiano, o presidente Barack Obama disse que não se pode ter cem por cento de segurança e privacidade sem nenhuma inconveniência. No entanto, o leviatã americano não se contentou em proteger o seu povo.

Líderes mundiais, como a chanceler alemã e a presidente do Brasil, além da própria Petrobrás são “vítimas” da espionagem da NSA. Espionar líderes, embora rotineiro para os adeptos da política sem ilusões, é um “chute” no direito internacional. A anacrônica diplomacia externa dos EUA, pautada pela divina propagação da democracia e liberdade, apenas fere o liberalismo político, bem como as relações comerciais equilibradas.

Em defesa do grande capital, esses Estados “protetores” se utilizam de informações secretas para burlar leis de comércio justo. Nesse sentido, os indícios de que o programa de espionagem tenha afetado os leilões do pré-sal brasileiro da Bacia de Campos não vêm como uma surpresa, mas como um exemplo de que governos dirigidos por agentes financeiros não enxergam na soberania dos outros países ou no bem comum barreiras para suas inadequações políticas.

A 'maré de indignação com os olhos do condor, que, graças a Edward Snowden, mostrou o pragmatismo imoral nas relações internacionais, afeta mais o cidadão comum que se achava protegido. Agora, espionado e ~~inconsciente~~ inconsciente de como serão usados seus dados pessoais, ele depende da iniciativa das mesmas transnacionais que traíram sua confiança. Chefiadas pela Google, tais empresas vão reivindicar os direitos de seus clientes "especiais", para conter o Estado ultravigilante da do qual se beneficiaram.

UFSP1301 | FolhaRedação

(Redação Argumentativa Escolar nº 16 [03001962])

A redação parte da informação dos atentados terroristas de 2001 às Torres Gêmeas, para justificar a implementação de medidas de combate ao terrorismo nos Estados Unidos. Essas práticas, após as denúncias de Edward Snowden, mostraram-se reprováveis, infringindo direitos individuais e internacionais. Há, nesse passo, diálogo com o Texto 2 da coletânea, demonstrando a atuação do ex-técnico da CIA.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando utiliza-se de fatos para demonstrar a pertinência de sua afirmação. Para tanto, traz a informação de que empresas como o Google, a Microsoft e o Facebook foram obrigadas a fornecer dados de usuários. Compara o presidente americano a “um estadista hobbesiano”.

No terceiro parágrafo, há a análise da espionagem efetuada em relação à chanceler alemã e à presidente do Brasil – estadistas - e em relação à Petrobras. Admite a espionagem de estadista como algo natural, mas refuta a forma utilizada pelos Estados Unidos, que “fere o liberalismo político, bem como as relações comerciais equilibradas”. Estabelece-se diálogo com os Textos 3, 4 e 5 da coletânea, reconhecendo a naturalidade da prática entre estadistas, mas reprovando-a, estabelecendo uma dissonância e afastamento.

No quarto parágrafo, há a crítica à espionagem internacional, especificamente quando as informações colhidas são utilizadas para “burlar leis de comércio justo”. Foi apresentado o fato exemplo dos “leilões do pré-sal brasileiro da Bacia de Campos”. Defende-se a soberania nacional dos países.

Na conclusão, o vestibulando pugna que a espionagem afeta diretamente o cidadão comum e que a esperança são as “transnacionais” que, “chefiadas pela Google”, “vão reivindicar os direitos de seus clientes”²³.

²³ Grafia utilizada pelo aluno.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. O locutor adota uma voz autoral, distanciando-se do “eu-pessoa”, evidenciando o discurso do bom senso, da razão, da verdade: “o governo norte-americano liberou uma série de medidas”, “a privacidade de seus cidadãos e as nações que fosse coniventes com terroristas”, “viola os direitos civis e das outras nações”, “o programa vai além”, “líderes mundiais”, “espionar líderes”, “esses Estados ‘protetores’”, “governos dirigidos por agentes financeiros”, “soberania dos outros países”, “pragmatismo imoral nas relações internacionais” e “o cidadão comum”.

Houve o emprego de estratégias de contra-argumentação – contestação -, apresentando um discurso com o qual não há concordância, reforçando uma afirmação contrária – a necessidade de uma verdade imparcial: “se a verdade não for imparcial, ao invés de educar, continuará a enganar a população”. Há, nesse caso, um diálogo de desaprovação e distanciamento com a Comissão da Verdade.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que evidenciam certa acidez na argumentação, demarcando o diálogo conflituoso e de discordância com a prática: “invadindo a privacidade”, “esse primeiro golpe na soberania”, “expondo um enorme esquema de espionagem”, “o custo da autopreservação travestida de autoproteção”, “se viram obrigados a entregar dados”, “digna de um estado hobbesiano”, “o leviatã americano”, “são vítimas”, “um ‘chute’ no direito internacional”, “anacrônica diplomacia externa”, “divina propagação da democracia e liberdade”, “fere o liberalismo político”, “Estados ‘protetores’”, “burlar leis de comércio justo”, “não vêm como uma surpresa”, “não enxergam a soberania dos outros países”, “inadequações políticas”, “a maré de indignação com os olhos do condor”, “o pragmatismo imoral” e “conter o Estado ultravigilante”.

A habilidade vocabular é outro traço importante. Há o emprego de expressões precisas e bem colocadas no contexto em que se apresentam, demonstrando habilidade autoral: “coniventes”, “soberania”, “travestida”, “inconveniência”, “anacrônica”, “pautada”, “indícios”, “inadequações”, “pragmatismo” e “transnacionais”. O discente ainda utilizou-se de expressões fora do seu sentido original, assumindo um tom e sentido diferente do usual: “chute” e “protetores”. No primeiro caso, há uma crítica à prática do governo americano, enquanto, no segundo, há uma ironia, condenando o procedimento.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na

organização, merece destaque o diálogo com todos os textos da coletânea, respondendo-se explicitamente ao questionamento da proposição: “Este não só viola os direitos civis e das outras nações, mas também mostra o custo da autopreservação travestida de autoproteção”. Dois elementos do projeto de dizer evidenciam o repertório pessoal do candidato no uso do discurso social e escolar: a comparação entre o presidente americano e o estadista hobbesiano e a metáfora: “a maré de indignação com os olhos do condor”.

No tocante aos diálogos, pontua-se ainda que o autor faz o uso da voz da verdade, apresentando o que julga a realidade.

5.1.5.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNIFESP de 2014

As “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da UNIFESP de 2014 analisadas apresentaram a construção composicional do gênero. O conteúdo temático delimitou-se por meio da proposta de redação, especialmente pelo mandamento da tarefa a ser realizada, que contém o seguinte tema: “Programa de espionagem norte-americano: autoproteção ou violação dos direitos de outras nações?”. Há uma pergunta da qual se esperava uma resposta do candidato. Esse mandamento ainda trouxe a seguinte recomendação: “Levando em consideração dos diferentes pontos de vista apresentados pelos textos e em seus próprios conhecimentos”, depreendendo-se que o uso dos textos da coletânea é obrigatório e, mais, deve ser o ponto de partida da reflexão. Entretanto, constatou-se que não era necessário o diálogo demarcado com todos os textos da coletânea, ainda mais em virtude de existirem posicionamentos diferentes quanto à legalidade do programa norte-americano.

O recorte do conteúdo ficou restrito aos discursos circulantes nas esferas “Escolar” e “Social”, havendo predomínio do discurso de desaprovação à conduta norte-americana. O estilo do gênero ficou evidenciado pelo apagamento das marcas de subjetividade, a prevalência do uso da terceira pessoa na defesa de um ponto de vista. A autoria está evidenciada, em especial, na alternância, nas redações analisadas, entre equilíbrio e a acidez argumentativa, sendo que, no segundo caso, demarcou-se e acentuou-se o discurso de desaprovação. Outro elemento significativo foi o uso de perguntas retóricas e da acuidade vocabular.

5.6 Distinções e aproximações entre as “Redações Argumentativas Escolares” analisadas dos Vestibulares da UNIFESP de 2013 e 2014

O primeiro aspecto distintivo entre as “Redações Argumentativas Escolares” analisadas dos vestibulares de 2013 e de 2014 cinge-se na questão do diálogo demarcado com a coletânea. No vestibular de 2013, o uso foi obrigatório, devendo ser a “base” de reflexão: “Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos”. No vestibular de 2014, o diálogo foi obrigatório, mas houve o emprego de outro mandamento: “Levando em consideração dos diferentes pontos de vista apresentados pelos textos”. Nota-se que o vestibulando não tinha a obrigação de apenas considerar o todo da coletânea, mas os diferentes pontos de vista que a integravam. Embora tenha havido essa distinção, o produto – a Redação Argumentativa Escolar – produzido pelos alunos é semelhante.

O segundo elemento distintivo diz respeito ao recorte do conteúdo, sendo certo que, no vestibular de 2013, houve um tema relativo à história do Brasil, indicando a condenação das práticas da “Ditadura Militar”, por meio da análise da Comissão da Verdade. No vestibular de 2014, o núcleo do tema foi o “Direito Internacional”, questionando a licitude do programa de espionagem norte-americano. Embora exista relação direta com o Brasil, em virtude da suposta espionagem da então presidente, não foi o principal mote temático. Dessa maneira, os discursos mobilizados são bastante distintos, sendo que no primeiro privilegiou-se um aspecto histórico do país e, no segundo, uma prática do Estado norte-americano.

5.1.7 FUVEST 2012

A redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 21”, foi escrita em vinte e nove linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de nove linhas, dois com sete – segundo e terceiro -, e um com quatro. O título, metaforicamente, adiantou a afirmação defendida pelo autor, é sucinto e direto. Não há rasura no texto.

Atenção: Leia atentamente as instruções do caderno de questões antes de preencher essa folha.

O caminho da liberdade

A maneira de pensar do ser humano sofreu uma reviravolta na Grécia Antiga, quando, ainda que gradualmente, os mitos deixaram de sustentar a autoridade de um cidadão. Com isso, para fazer valer sua vontade nas decisões da pólis, o homem grego precisou adaptar-se a uma nova prática: a política. A partir de então, graças à influência do pensamento grego no mundo ocidental, a política tornou-se instrumento básico para qualquer ser humano que quisesse ser livre. O mundo foi moldado por uma maneira de pensar, e mudou tanto que, ironicamente, hoje muitos querem distância da política, e que levanta a seguinte questão: qual é a real importância do envolvimento político hoje?

O cidadão que não se preocupa com política abdica de sua liberdade. Jean Paul Sartre, filósofo francês autor de *Os Caminhos da Liberdade*, descreve perfeitamente como a apatia é uma prisão que só pode ser superada com o envolvimento político. Mathieu, personagem que buscava ser livre evitando comprometer-se, só alcança a liberdade quando finalmente dedica-se a uma causa. É assim a sociedade humana, é o direito de opinar sobre os rumos da nação que faz de um cidadão livre. Ao delegar sua função a outros, perde-se o controle sobre a própria vida.

A apatia política é origem de todos os problemas sociais. É notório como mazelas como a corrupção e a miséria, no lugar de causar revolta, trazem o conformismo, pai da postura apolítica. Assim, cria-se um círculo vicioso, em que a sociedade aceita os mesmos erros com cada vez mais passividade, com o velho discurso "É assim mesmo, fazer o quê?". Com pensamento surdo o menor de nós, o desemprego e a fome, que o apolítico rapidamente colocará na conta dos políticos, esquecendo-se que sua ignorância política é que deu poder a eles.

Nota-se então que a política mantém-se como ferramenta fundamental para transformar o mundo, mas que o homem moderno já não se dá conta de seu poder. Ao invés de lutar contra a corrente de decisões e rumos errados, o cidadão de hoje se deixa afogar no próprio conformismo e apatia.

(Redação Argumentativa Escolar nº 21 [103106])

Na introdução, o autor estabelece intenso diálogo com a coletânea (Textos 1, 2 e 5), expondo que, na "Grécia Antiga", "a política tornou-se instrumento básico para qualquer ser humano que quisesse ser livre". Gradualmente, "o mundo foi moldado", tornando a política

um elemento primordial, até culminar no desejo de distância de muitos. Por fim, indaga: “qual é a real importância do envolvimento político hoje?”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando apresenta a personagem “Mathieu”, na obra “Os caminhos da liberdade”, de Jean-Paul Sartre, que desejava ser livre e apenas obteve a liberdade quando adotou uma causa. Compara-se a situação da personagem com o cenário social, afirmando-se que “só se alcança a liberdade quando finalmente dedica-se a uma causa”. O ato de votar é o que tornaria o cidadão livre.

No terceiro parágrafo, o discente retoma o diálogo com os Textos 2 e 4 da coletânea, caracterizando “a apatia política” como a “origem de todos os problemas sociais”. Ressalta que a “corrupção e a miséria” causam o conformismo, elemento fundamental para a postura apolítica. Instaura-se um “ciclo vicioso”, dando origem a diversas mazelas sociais, cuja origem é a postura apolítica.

No último parágrafo, há a resposta à pergunta integrante do tema: “a política mantém-se como ferramenta fundamental”. Estabelece-se o diálogo com a proposta de redação e, ao mesmo tempo, indiretamente, com a banca avaliadora. Na sequência, o vestibulando critica a apatia do cidadão.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes, em especial na demarcação da opinião do candidato. Adota uma postura crítica em relação à apatia e ao conformismo político, estabelecendo-se um diálogo de discordância – reprovação - com o comportamento, além de retomar – em concordância - os Textos 1, 2 e 5 da coletânea: “ironicamente, hoje muitos querem distância da política”, “O cidadão que não se preocupa com a política abdica de sua liberdade”, “é o direito de opinar sobre os rumos da nação que faz de um cidadão livre”, “Ao delegar essa função a outros, perde-se o controle sobre a própria vida”, “A apatia política é origem de todos os problemas sociais”, “é notório como mazelas como a corrupção e a miséria, no lugar de causar revolta, trazem o conformismo, pai da postura apolítica”, “cria-se um círculo vicioso”, “a sociedade aceita os mesmos erros com cada vez mais passividade, com o velho discurso ‘É assim mesmo, fazer o que?’²⁴”, “o apolítico rapidamente colocará na conta dos políticos, esquecendo-se que sua ignorância política é que deu poder a eles”, “a política mantém-se como ferramenta fundamental”, “o homem moderno já não se dá conta do seu poder” e “o cidadão de hoje se deixa afogar no próprio conformismo e apatia”.

²⁴24 Grafia utilizada pelo candidato.

No estilo individual, houve o emprego de pergunta retórica, buscando promover a reflexão do leitor e conduzir à afirmação defendida, com crítica ao comportamento social: “qual é a real importância do envolvimento político hoje?”. Nesse aspecto, há o distanciamento do aluno com o comportamento social, refutando-o.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas de crítica explícita ao comportamento do brasileiro, estabelecendo-se um diálogo também de discordância e desaprovação: “ironicamente, hoje muitos querem distância da política”, “O cidadão que não se preocupa com a política abdica de sua liberdade”, “é o direito de opinar sobre os rumos da nação que faz de um cidadão livre”, “Ao delegar essa função a outros, perde-se o controle sobre a própria vida”, “A apatia política é origem de todos os problemas sociais”, “é notório como mazelas como a corrupção e a miséria, no lugar de causar revolta, trazem o conformismo, pai da postura apolítica”, “cria-se um círculo vicioso”, “a sociedade aceita os mesmos erros com cada vez mais passividade, com o velho discurso ‘É assim mesmo, fazer o que?’²⁵”, “o apolítico rapidamente colocará na conta dos políticos, esquecendo-se que sua ignorância política é que deu poder a eles”, “a política mantém-se como ferramenta fundamental”, “o homem moderno já não se dá conta do seu poder” e “o cidadão de hoje se deixa afogar no próprio conformismo e apatia”.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “reviravolta”, “gradualmente”, “sustentar”, “moldado”, “envolvimento”, “abdica”, “alcança”, “dedica-se”, “delegar”, “conformismo”, “passividade”, “ferramenta”, “fundamental” e “rumos”. Além disso, o autor utiliza-se de expressões que aproximam o enunciado da linguagem oralizada: “na conta”, “se dá conta”, “lutar contra a corrente” e “se deixa afogar”. Ainda se destaca o emprego da estratégia de generalização, com a intenção de intensificar o problema gerado pela apatia política: “A apatia política é origem de todos os problemas sociais”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. O projeto de dizer – deu-se por meio da adoção da afirmação de que a política é “ferramenta fundamental”, mas a sociedade adota uma postura de apatia. Na organização, merece destaque o diálogo com os textos da coletânea 1, 2 e 5 e com o tema, com resposta explícita ao questionamento “Participação política: indispensável ou superada?”. Um elemento também

²⁵ Grafia utilizada pelo candidato.

integrante do projeto de dizer evidencia o repertório cultural do candidato: O emprego, em comparação, da obra “Os caminhos da liberdade”, de Jean-Paul Sartre.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso da “razão” ou “da verdade”, em que o candidato apresenta a apatia política como um grande problema social, estipulando a desaprovação explícita.

5.1.7.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” analisadas do vestibular da FUVEST de 2012

As “Redações de Vestibular Estilo FUVEST” do vestibular de 2012 analisadas apresentaram a construção composicional do gênero. O conteúdo temático delimitou-se por meio da proposta de redação, especialmente pelo mandamento da tarefa a ser realizada, que contém o seguinte tema: “Participação política: indispensável ou superada?”. Há uma pergunta da qual se esperava uma resposta do candidato. Esse mandamento ainda trouxe a seguinte recomendação: “Os textos aqui reproduzidos falam de política, seja para enfatizar sua necessidade, seja para indicar suas limitações e impasses no mundo atual. Reflita sobre esses textos e redija uma dissertação em prosa, na qual você discuta as ideias neles apresentadas, argumentando de modo a deixar claro o seu ponto de vista”. Observa-se, primeiramente, que o uso da coletânea é obrigatório, que os textos devem ser “refletidos” e, mais que isso, que se discutam “as ideias neles apresentadas”, com a finalidade de “deixar claro o seu ponto de vista”.

O recorte do conteúdo ficou restrito aos discursos circulantes nas esferas “Escolar” e “Social”, havendo predomínio do discurso de desaprovação à conduta social de considerar a política algo dispensável. O estilo do gênero ficou evidenciado pelo apagamento das marcas de subjetividade, a prevalência do uso da terceira pessoa na defesa de um ponto de vista. A autoria demonstrou, em especial, nas redações analisadas, a acidez argumentativa, demarcando-se e acentuando-se o discurso de desaprovação. Outro elemento significativo foi o uso de perguntas retóricas e da acuidade vocabular.

5.1.8 FUVEST 2013

A redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 26”, foi escrita em trinta e três, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de seis, um de oito, um de treze e um com cinco. O título “Valores equivocados de uma aberração ética” adiantou a tese defendida pelo autor, o tom utilizado no texto – crítica ácida –, é direto. Há uma rasura no texto. A construção composicional delineou essas características.

Atenção: Leia atentamente as instruções do caderno de questões antes de preencher essa folha.

01 **Valores equivocados de uma aberração ética**

02 Equivocadamente, os valores associados à felicidade, à realização e ao sucesso estão

03 submetidos ao poder de consumo no mundo contemporâneo, isto é, ser feliz, realizado

04 ou bem sucedido hoje é ter a capacidade de comprar e ostentar certos produtos e marcas.

05 Percebe-se isso pelo crescimento dos verdadeiros templos do consumo, os shoppings centers, e

06 pelas anúncios publicitários, como o que diz: "Aproveite o melhor que o mundo tem a oferecer

07 com o Cartão de Crédito X".

08 Essa mentalidade fez tanto sucesso atualmente devido ao esvaziamento das relações huma-

09 nas. Para alguns sociólogos, como Bauman, o presente é marcado pela fluidez e superficialidade

10 dessas relações. Ou seja, nada é sólido e regrega a ponto de proporcionar a verdadeira realização

11 pessoal, como o consumo. Assim, o poder econômico ganha destaque e preenche o vazio deixado

12 pela fragilidade do convívio com o outro, tornando cada vez mais comum a visão de mundo

13 que mostra o consumo material como finalidade, como fonte de realização e prazer individual.

14 Dá, por exemplo, o enriquecimento ser supostamente entendido como o aspecto mais importan-

15 te da vida, superando as amizades ~~e~~ a família no alcance da felicidade.

16 Nessa perspectiva, a humanidade se tornou uma massa de consumidores. Para o célebre filóso-

17 fo grego Aristóteles, a vida ética é alcançada pelo meio justo, isto é, pelo afastamento dos excessos

18 do radicalismo. Portanto, nessa lógica atual de consumismo excessivo o homem é afastado da con-

19 dição de questionar os modelos no qual está inserido, tendo sua ética comprometida. Essa perda,

20 por sua vez, condiciona uma certa reificação do sujeito, já que ele diminui parte de sua con-

21 dição humana de se questionar sobre o mundo que o cerca. Isso se expressa de forma aguda nos

22 discursos que valorizam muito mais o crescimento econômico do que o desenvolvimento social,

23 como ocorreu no desigual milagre econômico brasileiro, durante o regime militar (1964-1985),

24 ou como acontece com o aumento da classe média do Brasil hoje. Nessas duas casos considerou-

25 -se muito mais o aspecto financeiro do que efetivamente o social, pelo aceno a bens materiais

26 como a educação, saúde e o lazer, compreendendo que a reificação causada pelo senso consu-

27 mista constitui parte dos questionamentos sobre o modelo econômico e político, sobre a pró-

28 pria vida ética do indivíduo enquanto homem.

29 Deste modo, pode-se afirmar que o avanço do consumismo, a fluidez das relações

30 humanas modernas e a reificação pela diminuição da ética servem para sustentar a

31 falsa ideologia da submissão de valores como a felicidade e a realização pessoal aos

32 mecanismos de mercado, ao poder do consumo. Essa mentalidade equivocada sobre

33 os valores é uma aberração ética, de acordo com os clássicos.

34

Redação -- FUVEST 2013

(Redação Argumentativa Escolar nº 26 [109610])

Na introdução, o autor estabelece intenso diálogo com a imagem publicitária e com o texto integrante da proposta. Estipula que, de acordo com a sociedade contemporânea, o consumo é atrelado à ideia de sucesso e felicidade. Associa a existência do *shopping* aos templos do consumo e explora a mensagem que compõe a imagem, retomando-a literalmente.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando cita o pensamento de Bauman, mencionando que as relações humanas estão fragilizadas, substituindo-se o vazio deixado pela superficialidade do convívio com bens e produtos. Nesse passo, “o enriquecimento” torna-se mais importante do que “amizade e família”, na busca da felicidade.

No terceiro parágrafo, o discente estipula diálogo com o pensamento de Aristóteles, no tocante à vida ética - o justo meio -, ponderando que o homem, na sociedade de consumo, afasta-se da “condição de questionar modelos”, o que o limita enquanto humano. Há a valorização dos “discursos” que elevam o “crescimento econômico”, em detrimento do “desenvolvimento social”, modelo fomentado no “milagre econômico brasileiro, durante o regime militar (1964-1985)”.

No último parágrafo, o vestibulando retoma o “avanço do consumismo”, a “fluidez das relações” e a “reificação” originada na ética do consumo como elementos que sustentam a “falsa” associação entre felicidade e consumo. Qualifica “essa mentalidade equivocada” como uma “aberração ética”, dialogando com o título atribuído ao texto.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto, no instante da apresentação da afirmação e da argumentação em defesa do ponto de vista assumido como adequado e verdadeiro. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “Equivocadamente, os valores associados à felicidade, à realização e ao sucesso estão submetidos ao poder de consumo no mundo contemporâneo”, “ser feliz [...] é ter a capacidade de comprar e ostentar certos produtos e marcas”, “essa mentalidade faz sucesso atualmente devido ao esvaziamento das relações”, “nada é sólido e seguro a ponto de proporcionar a verdadeira realização pessoal como o consumo”, “o poder econômico ganha destaque e preenche o vazio deixado pela fragilidade do convívio com o outro”, “o enriquecimento ser supostamente entendido como o aspecto mais importante da vida”, “A humanidade se tornou uma massa de consumidores”, “o homem é afastado das condições de questionar modelos [...] tendo sua ética corrompida”, “Essa perda

[...]condiciona uma certa reificação do sujeito”, “considerou-se mais o aspecto financeiro do que efetivamente o social”, “a reificação causada pelo sonho consumista corroi²⁶ parte dos questionamentos”, “o avanço do consumismo, a fluidez das relações humanas modernas e a reificação pela diminuição da ética servem para sustentar a falsa ideologia da submissão de valores” e “Essa mentalidade equivocada sobre os valores é uma aberração ética”.

No estilo individual, um primeiro aspecto importante foi o uso, na introdução, do diálogo com os elementos integrantes da proposta, “cumprindo a obrigação” determinada no mandamento da tarefa a ser realizada. Ao empregar essa estratégia, o candidato teve maior liberdade no restante da produção do enunciado, possibilitando maior amplitude e profundidade na análise do tema e na defesa de um ponto de vista. Um segundo elemento que merece destaque é o tom utilizado no texto. O autor emprega acidez argumentativa, estipulando um diálogo de discordância e distanciamento entre a prática social e o que julga adequado. Essa acidez está marcada nos seguintes termos, expressões e construções: “equivocado”, “aberração ética”, “submetidos”, “ostentar”, “templos do consumo”, “esvaziamento das relações”, “preenche o vazio”, “fragilidade do convívio”, “o consumo material como finalidade”, “aspecto mais importante da vida”, “massa de consumidores”, “afastado da condição de questionar”, “ética corrompida”, “condiciona uma certa reificação do sujeito”, “isso se expressa de forma aguda”, “no desigual milagre econômico”, “reificação causada pelo sonho consumista”, “corroi²⁷ parte dos questionamentos”, “vida ética do indivíduo enquanto homem”, “a falsa ideologia da submissão de valores”, “essa mentalidade equivocada” e “aberração ética”.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “submetidos”, “ostentar”, “esvaziamento”, “proporcionar”, “destaque”, “fragilidade”, “supostamente”, “célebre”, “afastamento”, “corrompida”, “condiciona”, “reificação”, “discursos”, “fluidez”, “sustentar” e “submissão”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Partiu-se da adoção da afirmação de que o consumismo tornou-se fundamental na vida cotidiana, substituindo valores de maior relevância para o ser humano”. Na organização, reitera-se o diálogo entre a proposta e a introdução. Dois elementos também integrantes do

²⁶ Grafia utilizada pelo candidato.

²⁷ Grafia utilizada pelo candidato.

projeto de dizer evidenciam o repertório cultural do candidato: a aplicação do conceito de Bauman da fluidez das relações e da ética aristotélica do justo meio na interpretação da sociedade atual.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso da “razão” ou “da verdade”, em que o candidato apresenta a apatia política como um grande problema social, estipulando a desaprovação explícita.

5.8.1 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares” do vestibular da FUVEST de 2013

As “Redações de Vestibular Estilo FUVEST” do vestibular de 2013 analisadas apresentaram a construção composicional do gênero. O conteúdo temático delimitou-se por meio da proposta de redação, especialmente pelo mandamento da tarefa a ser realizada, mas não trouxe explicitamente o tema. Cabia ao vestibulando, por meio da análise da proposta, interpretar o tema pedido. Determina-se que o candidato “interprete e discuta a mensagem contida nesse anúncio”. Além disso, cabia ao candidato considerar os aspectos mencionados no parágrafo anterior da proposta – a existência de “pressupostos e implicações” que expressam “uma dada visão de mundo, [...] uma certa escolha de valores”. Finalmente há a assertiva: “considerando os aspectos mencionados no parágrafo anterior e, se quiser, também outros aspectos que julgue relevantes [...]”, demonstrando que a coletânea da proposta não só era obrigatório mas o aspecto mais importante do tema.

O recorte do conteúdo ficou restrito aos discursos circulantes nas esferas “Escolar” e “Social”, havendo predomínio do discurso de desaprovação à conduta social de consumir e associar ao prazer do consumo a ideia de felicidade. A autoria demonstrou, em especial, nas redações analisadas, a acidez argumentativa, demarcando-se e acentuando-se o discurso de desaprovação com a conduta social considerada válida ou predominante. Outro elemento significativo foi o uso de perguntas retóricas e da acuidade vocabular.

5.9 Distinções e aproximações entre as “Redações Argumentativas Escolares” analisadas dos vestibulares da FUVEST de 2012 e 2013

O primeiro aspecto distintivo entre as “Redações de Vestibular Estilo FUVEST” analisadas do vestibular 2012 e 2013 cinge-se na questão do diálogo demarcado com a coletânea. No vestibular de 2012, o uso foi obrigatório, devendo ser a “base” da reflexão, promovendo, ainda mais, uma discussão: “Refleta sobre esses textos e redija uma dissertação em prosa, na qual você discuta as ideias neles apresentadas, argumentando de modo a deixar claro o seu ponto de vista”. Além disso, a coletânea consistiu de cinco textos, incluindo uma tirinha. No vestibular de 2013, conforme o demonstrado, o diálogo foi obrigatório, mas houve o emprego de outro mandamento: “Levando em consideração dos diferentes pontos de vista apresentados pelos textos”. Nota-se que o vestibulando não tinha a obrigação de apenas considerar o todo da coletânea, mas os diferentes pontos de vista que a integravam.

Outro elemento distintivo diz respeito ao recorte do conteúdo, sendo certo que, no vestibular de 2013, houve a necessidade de interpretação do tema, por meio da análise da coletânea e, tanto o tema de 2012 como o de 2013 são temas associados ao Brasil e, em especial, ao comportamento da sociedade.

5.2 As “Redações Argumentativas Escolares Finalistas”

5.2.1 ENEM 2012

A redação analisada do ENEM de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 1”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo quatro de seis linhas (primeiro, segundo, terceiro e quarto) e um cinco. O título “Miragem” é sucinto e direto. Há uma rasura no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 1”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

FOLHA DE REDAÇÃO

1	<u>MIRAGEM</u>
2	O Brasil, historicamente, abriga uma vasta gama de imigrantes que emergiram em suas terras fér-
3	teis a possibilidade de prosperidade econômica. O sucesso das lavouras de café, no Brasil, e a economia
4	tão da Primeira Guerra Mundial, somadas, ocasionaram um fluxo migratório no país, cuja
5	origem foi, majoritariamente, italiana, espanhola, alemã e portuguesa. Esta última nação gerou a maior
6	parte da onda de imigração, devido à política intervencionista da metrópole que incentivava a expropria-
7	ção de cana-de-açúcar, quando a costa leste do país era ainda dividida em capitânicas hereditárias.
8	Apesar de apresentar embasamento histórico, o direcionamento de fluxos migratórios para o Bra-
9	sil não é algo exclusivo do passado. O país segue recebendo, no século XXI, deslocamentos econô-
10	micos e socialmente de regiões vizinhas que sofrem desequilíbrios nesse quesito. Merecem destaque,
11	entre tais regiões, os países de fronteira ao noroeste, como Bolívia e Colômbia. Porém, não constitui
12	obrigatoriedade o fato de dividir fronteiras com o Brasil, o que se observa nos altos índices de entrada
13	ilegal de habitantes, sendo que o país se localiza na América Central Brasileira.
14	A entrada ilegal de colombianos no Brasil está relacionada com o tráfico de drogas. O país con-
15	ta, nessa fronteira, com um movimento de guerrilha denominado Forças Armadas Revolucionárias
16	da Colômbia, responsável pela intensa violência do local. Os EUA, em uma tentativa de a-
17	poio, destinou ao país o Plano Colômbia, ou seja, um incentivo financeiro para o combate
18	às Forças Armadas. Já a Bolívia, país cuja população enfrenta fome e miséria, é um foco de imi-
19	gração que tem suas causas nas péssimas condições econômicas que enfrentam seus cidadãos.
20	O Brasil, apesar de ser uma economia em emergência, apresenta, ainda, traços de subdesenvolvi-
21	mento, que se manifestam nos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e baixa longevidade a que estão
22	submetidas, principalmente, as regiões Norte e Nordeste do país. O problema não se restringe ao âmbito
23	social, pois o país apresenta, ainda, elevadas míserias e elevada taxa de desemprego. Sendo assim,
24	é necessário analisar se o acolhimento de pessoas estrangeiras em semelhante situação é uma atitude
25	justificável, ou se elas são apenas somadas de outros brasileiros que também sofrem com aquelas condições.
26	Tudo que o futuro do Brasil pinta às más condições dos países vizinhos esteja de acordo com a busca pela
27	igualdade e fraternidade, seria justo que a nação, como economia emergente, destinasse parte de seu montante
28	de impostos a elas, que clamam por prosperidade econômica. Por se tratar de dinheiro público, estabelecer-se-
29	ia um sistema de votação, em que a população brasileira decidisse se permanecerá indiferente, ou
30	se batalharia pelos direitos humanos.

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 1 – [022021201205545941])

Na introdução, o autor trouxe o conhecimento interdisciplinar, sob a reprodução do discurso circulante na esfera “Escolar”, informando que o Brasil, historicamente, face a seu extenso e fértil território, abrigou imigrantes, como nas “lavouras de café”, fato majorado na Primeira Guerra Mundial, com a recepção de italianos, espanhóis, alemães e portugueses. Além disso, informou que Portugal, ao longo do tempo, fomentou a política migratória, haja vista que, por meio da exploração da cana-de-açúcar, época em que o leste do país era dividido por capitânicas hereditárias.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando apresenta fatos, pontuando que a imigração para o país continuou no século XXI, especialmente de países vizinhos que fazem fronteira a noroeste, como “Bolívia e Colômbia”. Além desses países, pontua a presença de haitianos, “país que se localiza na América Central Insular”. Nesse parágrafo, a presença do conhecimento interdisciplinar está demarcado, pelo uso do discurso da esfera “Escolar”, proveniente da disciplina “Geografia”.

No terceiro parágrafo, há uma pormenorização da entrada ilegal de imigrantes colombianos, em especial motivada pelo tráfico de drogas. Aponta que os Estados Unidos “destinou ao país o Plano Colômbia”, um “incentivo financeiro” para o combate ao tráfico. Pontua a atuação das “Forças Armadas Revolucionárias”, demonstrando, mais uma vez, o conhecimento interdisciplinar, novamente com diálogo com a disciplina “Geografia”. Em situação análoga, apresenta a imigração boliviana, partindo da reflexão do texto “Trilha da Costura” da coletânea, mas sem cópia das informações, ponderando sobre as “péssimas condições econômicas” do país.

No quarto parágrafo, há o diálogo e recorte do discurso da esfera “Social” – que também pode ser oriundo da esfera “Escolar”, diagnosticando as condições sociais do país, em que há “traços de subdesenvolvimento”, manifestando-se na “mortalidade infantil, analfabetismo e baixa longevidade”, principalmente nas regiões “Norte e Nordeste” do país. Apresenta a reflexão se é lícito ao país receber os imigrantes provenientes de regiões pobres, se, no próprio Brasil, existem problemas semelhantes a ser solucionados.

No último parágrafo, há a apresentação da proposta de intervenção social, consistente no estabelecimento de uma ajuda proveniente dos impostos, aplicável mediante consulta popular, que estabeleceria se o país ajudaria os países vizinhos com dificuldades econômicas ou se permaneceria “indiferente”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “o Brasil [...] abrigou”, “o sucesso das lavouras”, “um surto imigratório”, “cujas origens”, “esta última nação gerou”, “o direcionamento de fluxos imigratórios para o Brasil”, “o país segue recebendo”, “o que se observa”, “a entrada ilegal de colombianos”, “o país conta”, “Os EUA [...] destinou”²⁸, “um incentivo financeiro”, “Já a Bolívia”, “o Brasil [...] apresenta”, “o problema não se restringe”, “o país apresenta”, “é necessário avaliar”, “a

²⁸ Grafia utilizada pelo candidato.

postura do Brasil”, “seria justo que a nação”, “estabelecer-se-ia um sistema” e “a população brasileira decidisse”.

A autoria está marcada na seleção, no recorte e na transmutação do discurso circulante na esfera “Escolar” para o discurso do discente, demonstrando habilidade no apagamento da subjetividade e na precisão das informações: “O sucesso das lavouras de café, no Brasil, e a concomitante eclosão da Primeira Guerra Mundial, somadas, ocasionaram um surto imigratório para o país”, “devido à política intervencionista da metrópole que incentivava a exploração de cana-de-açúcar, quando a costa leste do país era ainda dividida em capitâncias hereditárias”, “merecem destaque [...] os países de fronteira a noroeste, como Bolívia e Colômbia”, “o que se observa nos altos índices de entrada ilegal de haitianos, sendo que o país se localiza na América Central Insular”, “a entrada ilegal de colombianos no Brasil está relacionada com o tráfico de drogas”, “com o movimento de guerrilha denominado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia”, “Já a Bolívia [...] é um foco de imigração que tem suas causas nas péssimas condições econômicas que enfrentam seus cidadãos”, “O Brasil, apesar de ser uma economia em emergência, apresenta, ainda, traços de subdesenvolvimento, que se manifestam nos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e baixa longevidade” e “o problema não se restringe ao âmbito social, pois o país apresenta, ainda, camadas miseráveis e elevada taxa de desemprego”.

Outro elemento é o emprego com o discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos: “para que a postura do Brasil frente às más condições dos países vizinhos esteja de acordo com a busca pela igualdade e fraternidade”, “em que a população brasileira decidisse se permaneceria indiferente, ou se batalharia pelos direitos humanos”.

Finalmente, há a busca pela apresentação de uma proposta de intervenção social que, ao mesmo tempo, respeitasse os direitos humanos e fosse possível e apresentasse concretude prática: “destinasse parte de seu montante de impostos a eles, que clamam por prosperidade econômica”, “por se tratar de dinheiro público, estabelecer-se-ia um sistema de votação, em que a população brasileira decidisse se permaneceria indiferente, ou se batalharia pelos direitos humanos”.

5.2.1.2 Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares Finalistas” do exame de 2012

As redações analisadas do ENEM 2012 demonstraram a aplicação de “conceitos das várias áreas de conhecimento”. A interdisciplinaridade encontrou-se demarcada, havendo do predomínio do diálogo de concordância com as disciplinas de “História” – retomando os períodos de imigração no Brasil - e “Geografia” – por meio do recorte de elementos de geopolítica, evidenciando as condições de outros países do mundo. Os textos da coletânea serviram de “motivadores”, não havendo diálogo demarcado com os dados e informações específicas apresentadas.

As redações apresentaram “fatos”, demarcados especialmente na via interdisciplinar, retomando o discurso circulante na esfera “Escolar”, por meio da disciplina de “Geografia”, além de consistirem diálogo com a esfera “Social”, traçando a retomada de informações e o diagnóstico do comportamento contemporâneo.

Não obstante, as redações analisadas apresentaram “proposta de intervenção respeitando os direitos humanos”, constituindo uma preocupação demarcada literalmente pelo vestibulando, que estabeleceu um diálogo de concordância com o mandamento da tarefa a ser realizada.

A análise das redações comprovou a tese levantada de que a “Redação Argumentativa Escolar Finalista” constitui um estilo próprio.

5.2.1 ENEM 2013

A redação analisada do ENEM de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 6”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de seis linhas, dois com sete (segundo e terceiro) e um nove. O título “Trânsito equacional” é sucinto e direto. Há quatro rasuras no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

1	<u>Influência</u> <u>Trânsito</u> <u>inequacional</u>
2	Desde sua invenção, a bebida alcoólica faz parte da cultura de diversas civi-
3	lizações. Porém, com o surgimento do automóvel, esse e aquela não podem ser
4	concebidas de uma mesma equação. Nesse aspecto, a lei seca implantada no
5	Brasil reduziu consideravelmente o número de mortes por acidentes de Trânsi-
6	to. Entretanto, o individualismo da sociedade e o sistema de transporte
7	dificultam um efeito definitivo.
8	A aplicação do código de Trânsito encontra seu maior desafio no alto índi-
9	ce de homogeneidade. Isso ocorre devido à mentalidade individualista da maioria
10	das pessoas, já citada pelo filósofo John Locke, que acredita que as leis servem
11	para os outros mas não à si. Além disso, a má qualidade educacional, princi-
12	palmente de ensino público, reduz e confunde o conhecimento acerca de cidadania e dos
13	deveres necessários para sua execução. Dessa forma, a quantidade de acidentes
14	mortais e violentos ainda é grande, assim como o número de mortes.
15	Ademais, o sistema de transporte no Brasil também dificulta a execução
16	da lei seca. Isso é consequência da baixa disponibilidade de ônibus, trem e
17	metrô durante a noite e a madrugada, horário em que há maior consumo
18	de bebidas alcoólicas. Faltam, também, em muitos pontos, especialmente em bairros perifé-
19	ricos, cidades pequenas e médias. Além disso, a ausência de segurança de vin-
20	centos e uso dessas. Assim, muitas pessoas optam por dirigir, colocando em
21	risco a vida delas e de outros.
22	Portanto, a lei seca é importante para a redução do número de acciden-
23	tes de Trânsito. Porém, sua efetividade completa só ocorrerá com a moderniza-
24	ção da sociedade. Sendo assim, é preciso que o governo atue com o currículo
25	escolar disciplinas como cidadania e segurança no Trânsito, além de impor
26	regras mais rígidas de punição pelos transgressores e aumentar o número de pontos
27	de fiscalização. Ademais, deve-se fazer uma reforma no sistema de trans-
28	porte público, aumentando o número de linhas nos horários noturnos e nos
29	centros periféricos. Dessa forma, será possível reduzir o número de mortes
30	de trânsito e chegar a uma sociedade menos individualista.

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 6 – [02902131004332900010])

O autor trouxe que a bebida alcoólica faz parte da cultura humana, mas é incompatível com o automóvel. Apresenta a tese de que “a Lei Seca implantada no Brasil reduziu consideravelmente o número por mortes por acidentes”, mas apresenta restrições em virtude do individualismo e do sistema de transporte vigente.

No desenvolvimento – segundo parágrafo –, o vestibulando apresenta o conhecimento interdisciplinar, consistente no diálogo com a esfera “Escolar”, com a disciplina de “Filosofia”, por meio do pensamento de “John Locke”, segundo o qual “as leis servem para os outros mas não para si”, associando a assertiva ao comportamento individualista, o que é uma consequência da “má qualidade educacional”, não formando cidadãos conscientes.

No terceiro parágrafo, há a apresentação de fatos que envolvem as limitações da Lei Seca: o transporte público precário. O primeiro problema apresentado é no tocante à infraestrutura: os meios de transporte público não circulam durante “a noite e a madrugada”, horários em que há maior consumo de álcool. Não obstante, a falta de segurança é apontada como o segundo problema, fazendo que motoristas optem por beber e dirigir, mesmo cientes dos riscos. Esses elementos são ainda mais presentes “em bairros periféricos”. Trata-se do diálogo com a esfera “Social”, transpassando o discurso circulante para o gênero proposto.

No último parágrafo, há a apresentação da proposta de intervenção social, partindo do reconhecimento da importância da Lei Seca na “redução do número de acidentes de trânsito”. Entretanto, para total eficácia, aduz que “é preciso que o governo acrescente no currículo escolar disciplinas como cidadania e segurança no trânsito”. Concomitantemente, defende a intensificação da fiscalização e do aumento do potencial lesivo das transgressões. Finalmente, pugna pela reforma do sistema de transporte público, ampliando os horários de funcionamento e as linhas periféricas.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “a bebida alcoólica faz parte da cultura”, “não podem ser viáveis em uma mesma equação”, “A Lei Seca [...] reduziu consideravelmente”, “o individualismo da sociedade e o sistema de transporte dificultam”, “a aplicação do código de trânsito encontra seu maior desafio no alto índice”²⁹, “isso ocorre devido à mentalidade individualista”, “que acredita que as leis servem”, “a má qualidade educacional [...] reduz o conhecimento”, “a quantidade de acidentes nas cidades e estradas ainda é grande”, “o sistema de transporte no Brasil também dificulta”, “isso é consequência da baixa disponibilidade”, “essa falta ocorre [...] em bairros periféricos”, “a escassez de segurança”, “pessoas optam por dirigir”, “a Lei Seca é importante para reduzir”, “sua efetividade completa só ocorrerá”, “é preciso que o governo acrescente”, “além de tornar mais rígidas as punições”, “deve-se fazer uma reforma no sistema de transportes”, “aumentando o número desses ” e “será possível reduzir o número de mortes no trânsito e chegar a uma sociedade”.

No estilo individual, merece destaque a seleção, o recorte e a transmutação do discurso circulante na esfera “Social” para o discurso do discente, demonstrando habilidade no apagamento da subjetividade e na precisão das informações. Trata-se de um diagnóstico preciso dos problemas que interferem diretamente na melhor execução e cumprimento da

²⁹ Grafia utilizada pelo candidato.

determinação legal: “A aplicação do código de trânsito encontra seu maior desafio no alto índice de transgressão. Isso ocorre devido à mentalidade individualista da maioria das pessoas”³⁰, “além disso, a má qualidade educacional [...] reduz o conhecimento acerca da cidadania e dos direitos necessários para a sua execução”, “o sistema de transporte no Brasil também dificulta a execução da Lei Seca”, “consequência da baixa disponibilidade de ônibus, trem e metrô durante a noite e a madrugada”³¹, “além disso, a escassez de segurança desincentiva o uso desses” e “muitas pessoas optam por dirigir, colocando em risco a vida delas e de outras”.

Um outro elemento é o emprego do discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos, em especial com a noção de cidadania: “reduz o conhecimento acerca de cidadania e dos direitos necessários para a sua execução” e “será possível reduzir o número de mortes no trânsito e chegar a uma sociedade menos individualista”.

Finalmente, há a busca pela apresentação de uma proposta de intervenção social que, ao mesmo tempo, reconhecesse os efeitos positivos da implantação da Lei Seca no Brasil e apontasse para melhorias necessárias à sua efetivação: “é preciso que o governo acrescente ao currículo escolar disciplinas como cidadania e segurança de trânsito, além de tornar mais rígidas as punições pelas transgressões e aumentar o número de postos de fiscalização. Ademais, deve-se fazer uma reforma no sistema de transportes públicos, aumentando o número desses nos horários noturnos e nas cidades periféricas”. Trata-se de medidas práticas, concretas e pontuais para a melhoria da aplicação da Lei Seca, evitando mortes no trânsito. É importante lembrar que a vida é um direito indisponível do homem e constitui elemento basilar dos direitos humanos.

5.2.2.1. Características apresentadas nas “Redações Argumentativas Escolares Finalistas” do exame de 2013

As redações analisadas do ENEM 2013 demonstraram a aplicação de “conceitos das várias áreas de conhecimento”. A interdisciplinaridade encontrou-se demarcada, havendo diversidade no tocante às disciplinas com que houve diálogo de concordância, em “História”,

³⁰ Grafia utilizada pelo candidato.

³¹ Grafia utilizada pelo candidato.

“Geografia”, “Filosofia”, “Arte” e “Literatura”. Os textos da coletânea serviram de “motivadores”, não havendo diálogo demarcado com os dados e informações específicas apresentadas.

As redações apresentaram “fatos”, demarcados especialmente na via interdisciplinar, retomando o discurso circulante na esfera “Escolar”, por meio da disciplina de “Geografia”, além de consistirem diálogo com a esfera “Social”, traçando a retomada de informações e o diagnóstico do comportamento contemporâneo, em especial do abuso do uso do álcool.

Não obstante, as redações analisadas apresentaram “proposta de intervenção respeitando os direitos humanos”, constituindo uma preocupação demarcada literalmente pelo vestibulando, que estabeleceu um diálogo de concordância com o mandamento da tarefa a ser realizada.

A análise das redações comprovou a tese levantada de que a “Redação Argumentativa Escolar Finalista” constitui um estilo próprio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi motivado pelo exercício profissional concreto, em sala de aula, do qual emergiu a necessidade de aprofundamento no estudo, com o fito de compreender aquilo que as universidades mais tradicionais do estado de São Paulo, que adotam o gênero “Redação Argumentativa Escolar”, têm exigido dos candidatos. Nesse diapasão, os estudos do Círculo de Bakhtin se mostraram bastante pertinentes, haja vista que fornecem subsídios para uma análise discursiva da redação e não apenas textual.

Verificou-se que a “Redação Argumentativa Escolar” exigida nesses vestibulares constitui um gênero do discurso, que, segundo a definição bakhtiniana, são formas relativamente estáveis de enunciados, produzido em dada esfera da atividade humana, sendo composto por conteúdo temático, estilo e construção composicional, elementos indissociáveis. Os gêneros são subdivididos em gêneros primários e secundários.

De acordo com o aferido na tese, reitera-se, a “Redação Argumentativa Escolar” é um gênero do discurso secundário, uma vez que é produzida em uma esfera da atividade humana específica, a Escolar, tratando-se de um gênero histórico, com estabilidade³². A forma do gênero é relativamente estável e circula em uma esfera da atividade humana específica. É complexa, haja vista que é estudada e ensinada, possui uma linguagem determinada, um estilo próprio e uma estrutura composicional pré-estabelecida. Da mesma maneira, seu conteúdo temático é restrito, devendo pautar-se pela defesa de uma tese a respeito de um assunto importante da sociedade.

A construção composicional diz respeito à forma em que o discurso é materializado, à organização linguística, mas não apenas algo estrutural como também discursiva, a forma viva, no enunciado. A “Redação Argumentativa Escolar” segue uma estrutura definida historicamente, composta de introdução, apresentação da tese, argumentos e conclusão. O tamanho do enunciado é determinado na “proposta de redação”, estabelecendo-se um tamanho mínimo e máximo.

Por meio da análise dos manuais do candidato da UNESP, UNIFESP e USP, verificaram-se as normas e regras que delineiam e especificam como a prova será realizada, o número de questões, as datas e horários, os cursos disponíveis, o número de vagas e, principalmente para o trabalho, os critérios de correção da redação. Em especial, esse último

³² ANGLO (SAVIOLI et al. 2014, p. 11), COC (2013, p. 13), Pellegrini e Ferreira (1999, p.182), Cereja e Magalhães (2000, p. 305), Nicola (1998, p. 326).

tópico também é apresentado no ENEM, por meio da Cartilha do Participante. Ao longo das análises, levantou-se que alguns critérios se alteraram ao longo dos anos, chamando a atenção os vestibulares da UNESP e UNIFESP, que, entre os anos de 2016 e 2018, mudou a orientação de como a coletânea deve ser utilizada, transmutando de um elemento obrigatório para um elemento motivador, fato reiterado pelas “Observações importantes” dos manuais de 2017 e 2018, em que há a recomendação para evitar cópias e paráfrases dos textos.

Também é possível pontuar que, nesses dois vestibulares, houve, entre os anos de 2013 e 2018, ano a ano, a evolução da quantidade de informações sobre os critérios de correção das provas e aquilo que era desejado do vestibulando. Em relação à USP e ao ENEM, não existiram modificações no tocante à produção da redação, basicamente reiterando-se os elementos dos anos anteriores.

As propostas de redação, por sua vez, apresentaram uma estrutura estável e elementos comuns: a apresentação de um texto ou uma coletânea de textos de apoio, a apresentação de um mandamento da tarefa a ser realizada, em que se encontra embutido um tema, e as instruções. As propostas da UNESP, UNIFESP e USP apresentaram, sistematicamente, no mandamento da tarefa a ser realizada, que a coletânea é o ponto de partida da análise do candidato, prevalecendo o uso da expressão “com base nos textos”.

Não obstante, também houve a determinação de que o candidato deveria pautar-se em seus conhecimentos e usar a norma-padrão da língua, na defesa de um ponto de vista em relação ao tema. Os temas, ano a ano, mudaram, prevalecendo a solicitação da manifestação dos candidatos a respeito de uma questão posta em debate, no contexto histórico-social da época de sua produção.

O ENEM distinguiu-se da UNESP, UNIFESP e USP porque, além dessas características, estipulou que o aluno apresentasse proposta de intervenção social, que respeitasse os direitos humanos e selecionasse, organizasse e relacionasse argumentos e fatos. Essa estrutura, repisa-se, repetiu-se ao longo dos anos.

Observou-se, assim, uma alteração substancial em relação aos outros vestibulares analisados, haja vista que o objeto da proposta, o produto, a “Redação Argumentativa Escolar” produzida nesse âmbito teria elementos diferentes. Surgiu a hipótese de que a “Redação Argumentativa Escolar” da UNESP, UNIFESP e USP seriam análogas entre si, em resposta à proposta de redação, mas que as produzidas no ENEM seriam relativamente diferentes. A questão seria: as distinções existentes seriam suficientes para caracterizar outro gênero do discurso ou constituiriam outro estilo?

Por meio da análise de cinco redações dos anos de 2012 e 2013, da USP e do ENEM, 2013 e 2014, da UNIFESP e UNESP, verificou-se que as “Redações Argumentativas Escolares”, nas quatro instituições, são do mesmo gênero do discurso, dado que são produzidas em uma mesma esfera da atuação humana, a Escolar, em condições de produção análogas, um exame para ingresso no ensino superior, e com a intenção de defender um ponto de vista, a respeito de dado tema, utilizando-se de argumentos racionais, obtidos no discurso circulante.

Entretanto, houve a estipulação de que as “Redações Argumentativas Escolares” produzidas na UNESP, UNIFESP e USP são de um mesmo estilo, designado “Argumentativo”, ao passo que as produzidas no ENEM compuseram um outro estilo, o “Argumentativo-Finalista”. Optou-se pela designação das redações produzidas de acordo com o estilo “Argumentativo” de “Redações Argumentativas Escolares”, enquanto as “Argumentativo-Finalistas” de “Redações Argumentativas Escolares Finalistas”. Assim, os objetivos principais da tese foram alcançados.

Na análise das “Redações Argumentativas Escolares” e “Redações Argumentativas Escolares Finalistas”, sob uma perspectiva bakhtiniana, em especial com o texto “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, em que afirma que “todo texto tem um sujeito, um autor (o falante, ou quem escreve)” (BAKHTIN, 2010a, p. 308), depreendeu-se que toda “Redação Argumentativa Escolar” é um produto autoral, mas não em termos de autor-criador, mas tão somente autor, concordando-se parcialmente com MELO (2017, p. 280).

Parcialmente porque MELO (2017, p. 280) pontua que Bakhtin e Medvedév concordariam que o autor, não o autor-criador, daria os acabamentos composicionais, e, defende-se que o autor, especificamente o da “Redação Argumentativa Escolar”, não se restringe a esses acabamentos, mas, sim, atua na esfera discursiva, na seleção, recorte e transmutação do discurso circulante no gênero, indo além, portanto, do mero acabamento composicional. Entretanto, esse autor, reiterando o entendimento de MELO (2017), não seria o autor-criador, que possui uma atuação muito mais complexa, na relação com o objeto estético.

Uma das formas de manifestação da autoria na “Redação Argumentativa Escolar” encontrou-se no manejo das vozes sociais: como o autor selecionou, recortou e enunciou o discurso existente em dado contexto histórico-social, dando ênfase ao discurso do outro ou o apagando. Esse enunciado, em termos bakhtinianos, é materializado em dado gênero do

discurso. A maneira como o autor materializou esse discurso, considerando a forma do material e a forma composicional, isto é, a maneira como o enunciador utilizou-se do discurso demonstrou aspectos da autoria.

Entre as características autorais utilizadas, nas redações analisadas, houve o apagamento da subjetividade, mediante ao uso da terceira pessoa; a inclusão do “autor” como um sujeito ativo da sociedade e, portanto, responsável pelo quadro apresentado ou mudança proposta, por meio do uso da primeira pessoa do plural; pelo uso de perguntas retóricas, levando o leitor a refletir sobre determinado aspecto do problema; o emprego da argumentação ácida – tecendo uma crítica mais incisiva e direta; o modo de diálogo com a interdisciplinaridade; apresentação de proposta de intervenção; e a seleção vocabular.

7. REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Luiza; ABAURRE, Maria Bernadete Marques. **Produção de texto: interlocução e gêneros**. São Paulo: Moderna, 2007.
- ARÁN, Pampa Olga. **A questão do autor em Bakhtin**. In Bakhtiniana, São Paulo, Número Especial, p. 4-25. 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- _____. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010b.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BORGES-GUTIERRE, Maria Madalena. **Caminhos, diálogos e sentidos da produção da escrita escolar**. In: Diálogos Pertinentes, Franca, v. 3, p. 19-38. 2007. Disponível em: <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/238>>. Acesso em 12/10/12.
- Press, 2002.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Texto e interpretação: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos**. São Paulo: Atual, 2000.
- _____. **Significação e tema**. In BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CHOCIAY, Rogério. **Redação no vestibular da Unesp: a dissertação**. 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.
- COC, Sistema de Ensino. **Livro texto: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Língua Portuguesa: Produção e Interpretação**. Ribeirão Preto: COC, 2013.
- COMVEST. **Manual do Candidato do vestibular da Unicamp 2010**. Campinas: Comvest, 2009.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gênero textuais**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- DISCINI, Norma. **Para um estilo do gênero**. In Bakhtiniana, São Paulo, n. 7, v.2, p. 75-94. 2012.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 1 ed., 3 tir. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.
- _____. **Autor e autoria**. In BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **O problema do conteúdo, do material e da forma na arte verbal**. In BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____; e Savioli, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16 ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (Vol. III)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298.
- FUVEST. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2017**. São Paulo: Fuvest, 2016.

- ____. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2012.** São Paulo: Fuvest, 2011a.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2013.** São Paulo: Fuvest, 2012a.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2014.** São Paulo: Fuvest, 2013a.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2015.** São Paulo: Fuvest, 2014a.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2016.** São Paulo: Fuvest, 2015a.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2017.** São Paulo: Fuvest, 2016a.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular da Fuvest de 2018.** São Paulo: Fuvest, 2017a.
- ____. **Prova da Segunda Fase: 1º dia do Vestibular da Fuvest de 2012.** São Paulo: Fuvest, 2011b.
- ____. **Prova da Segunda Fase: 1º dia do Vestibular da Fuvest de 2013.** São Paulo: Fuvest, 2012b.
- ____. **Prova da Segunda Fase: 1º dia do Vestibular da Fuvest de 2014.** São Paulo: Fuvest, 2013b.
- ____. **Prova da Segunda Fase: 1º dia do Vestibular da Fuvest de 2015.** São Paulo: Fuvest, 2014b.
- ____. **Prova da Segunda Fase: 1º dia do Vestibular da Fuvest de 2016.** São Paulo: Fuvest, 2015b.
- ____. **Prova da Segunda Fase: 1º dia do Vestibular da Fuvest de 2017.** São Paulo: Fuvest, 2016b.
- ____. **Prova da Segunda Fase: 1º dia do Vestibular da Fuvest de 2018.** São Paulo: Fuvest, 2017b.
- GRILLO, Sheila V. de Camargo. **Esfera e campo.** in BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010.
- GUARIGLIA, Rinaldo. **O consensual e o polêmico no texto argumentativo escolar.** 2008. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara - SP. Araraquara.
- LEMONS, Cláudia T. Guimarães de. **Redações no vestibular: algumas estratégias.** Cadernos de Pesquisas, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2007. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n23/n23a07.pdf>>. Acesso em: 11/10/2012.
- MARCHEZAN, Renata Coelho. **Diálogo.** in BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010.
- ____. **A noção de autor na obra de M. Bakhtin e a partir dela.** In Bakhtiniana, São Paulo, n. 10, p. 186-204. 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** 1 ed. 4 r. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- MENDONÇA, Marina Célio. Leituras contemporâneas de escritos do círculo de Bakhtin no Brasil. Apresentação oral realizada no 60º. Seminário do Gel. USP, São Paulo. Julho de 2012. Ministério da Educação. **A redação no Enem 2012: guia do participante.** Brasília: MEC, 2012a.
- ____. **A Redação no Enem 2012: Guia do participante.** Brasília: MEC, 2013a.
- ____. **A Redação no Enem 2016: cartilha do participante.** Brasília: MEC, 2016.
- ____. **A Redação no Enem 2017: cartilha do participante.** Brasília: MEC, 2017.
- ____. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação nacional.** Brasília: MEC, 1996.
- ____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Língua Portuguesa, v. 2.** Brasília: MEC, 2000.
- ____. **Prova do Enem 2012: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, 2012b.
- ____. **Prova do Enem 2013: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, 2013b.
- ____. **Prova do Enem 2014: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, 2014b.
- ____. **Prova do Enem 2015: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, 2015b.

- _____. **Prova do Enem 2016: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, 2016b.
- _____. **Prova do Enem 2017: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC, 2017b.
- MELO, José Radamés Benevides de. **VOZES SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO: dialogismo, bivocalidade polêmica e autoria no diálogo entre *Diário do hospício, O cemitério dos vivos*, de Lima Barreto, outros enunciados e outras vozes sociais.** 2017. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara - SP. Araraquara.
- MIOTELLO, Valdemir. **Ideologia.** in BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2010
- NICOLA, José de. **Língua, literatura & redação,** v. 3, 8 ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- NUNO, Henrique. **Português descomplicado.** 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2012.
- OBJETIVO, Curso. **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias,** v. 1. São Paulo: Objetivo, 2014.
- PAVANI, Cinara Ferreira; KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti. **Redação de vestibular: gênero heterogêneo.** In: Revista Virtual de Estudos da Linguagem - REVEL, v. 4, p. 1-13. 2006. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_6_redacao_de_vestibular.pdf>. Acesso em 12/10/12.
- PADILHA, Simone de Jesus. **Relendo Bakhtin: autoria, escrita e discursividade.** In: Polifonia, Mato Grosso, v. 18, n. 23, p. 91-101, 2011. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/24/541>>. Acesso em 23/02/2013.
- PELLEGRINI, Tânia; FERREIRA, Marina. **Redação: palavra e arte.** São Paulo: Atual, 1999.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.
- POSSENTI, Sírio. **Indícios de autoria.** In: Perspectiva, Florianópolis, v. 20, p. 105-124. 2002.
- ELICHIRIGOITY, Maria Teresinha Py Elichirigoity. **A FORMAÇÃO DO SENTIDO E DA IDENTIDADE NA VISÃO BAKHTINIANA.** In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 181-206, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/artigo7.pdf>>.
- PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011.
- RIBEIRO, Pollyanne Bicalho. **Funcionamento do gênero do discurso.** In Bakhtiniana, São Paulo, v. 1, n. 3, 54-67, 2010.
- ROLAND, Barthes. **A morte do autor.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROSADO, Esther Pereira Silveira. **Redação.** São José dos Campos: Poliedro, 2010.
- SAVIOLI, Francisco Platão; et al. **Oficina de redação: Ensino Médio.** São Paulo: Sistemas de Ensino Abril Educação, 2014.
- SILVA, Jane Quintiliano G. **Gênero discursivo e tipo textual.** Belo Horizonte: Editora PucMinas, v.1, n. 1, 1999, p. 87-106.
- SOBRAL, Adail Ubirajara. **Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero autoajuda.** 2006. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- _____. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin.** Campinas: Mercado de letras, 2009a.

- ____. **Ver o texto com olhos do gênero: uma proposta de análise.** *In:* Bakhtiniana, São Paulo, v. 1, p. 85-103. 2009b. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3000>>. Acesso em: 8/10/2012>.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. *In:* **Revista Alfa**, São Paulo, v. 51. 39-79. 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/alfa/article/view/1426>>. Acesso em: 15/02/2012.
- ____. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral dos textos. *In:* FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S. C. (org.). **Língua Portuguesa pesquisa e ensino**. São Paulo: EDUC, 2007b v.2, p. 97-117.
- VOLOCHÍNOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- ____; BAKHTIN, M. **Discurso na vida e discurso na arte**. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. s.d. Disponível em: http://search.4shared.com/postDownload/QfcLGC7c/m_bakhtin_-_discurso_na_vida_d.html. Acesso em: 11/09/2012.
- VUNESP, Fundação. **Manual do Candidato do vestibular da Unifesp 2010**. São Paulo: Vunesp, 2009a.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular da UFSCar 2010**. São Paulo: Vunesp, 2009b.
- ____. **Manual do Candidato do vestibular do meio do ano da Unesp 2010**. São Paulo: Vunesp, 2010.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unesp 2013**. São Paulo: Vunesp, 2012a.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unesp 2014**. São Paulo: Vunesp, 2013a.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unesp 2015**. São Paulo: Vunesp, 2014a.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unesp 2016**. São Paulo: Vunesp, 2015a.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unesp 2017**. São Paulo: Vunesp, 2016a.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unesp 2018**. São Paulo: Vunesp, 2017a.
- ____. **Prova do Vestibular da Unesp 2013: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2012b.
- ____. **Prova do Vestibular da Unesp 2014: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2013b.
- ____. **Prova do Vestibular da Unesp 2015: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2014b.
- ____. **Prova do Vestibular da Unesp 2016: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2015b.
- ____. **Prova do Vestibular da Unesp 2017: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2016b.
- ____. **Prova do Vestibular da Unesp 2018: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2017b.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unifesp 2013**. São Paulo: Vunesp, 2012c.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unifesp 2014**. São Paulo: Vunesp, 2013c.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unifesp 2015**. São Paulo: Vunesp, 2014c.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unifesp 2016**. São Paulo: Vunesp, 2015c.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unifesp 2017**. São Paulo: Vunesp, 2016c.
- ____. **Manual do Candidato do Vestibular da Unifesp 2018**. São Paulo: Vunesp, 2017c.
- ____. **Prova do Vestibular da Unifesp 2013: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2012d.
- ____. **Prova do Vestibular da Unifesp 2014: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2013d.
- ____. **Prova do Vestibular da Unifesp 2015: Prova de conhecimentos específicos e redação**. São Paulo: Vunesp, 2014d.

____. **Prova do Vestibular da Unifesp 2016:** Prova de conhecimentos específicos e redação. São Paulo: Vunesp, 2015d.

____. **Prova do Vestibular da Unifesp 2017:** Prova de conhecimentos específicos e redação. São Paulo: Vunesp, 2016d.

____. **Prova do Vestibular da Unifesp 2018:** Prova de conhecimentos específicos e redação. São Paulo: Vunesp, 2017d.

7.1 Obras consultadas

BEZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONISIO, Angela Paiva; e MACHADO, Anna Rachel (Org.). **Gêneros textuais & ensino.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

BORGES, Maria Cristina Ramos; JESUS, Sérgio Nunes de. **Bakhtiniana.** Bakhtin/Ducrot: contribuições à análise do discurso. São Paulo, v. 1, n.3, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: Unicamp, 2006.

BRANDIST, Craig. **The Bakhtin Circle: philosophy, culture and politics.** London: Pluto

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia.** São Paulo: Contexto, 2009.

____. **Bakhtin e o círculo.** São Paulo: Contexto, 2009.

____. **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido.** Campinas: Unicamp, 2005.

____; et. al. **Bakhtiniana.** n. 1. São Paulo, 2009.

____; et. al. **Bakhtiniana.** n. 2. São Paulo, 2009.

____; et. al. **Bakhtiniana.** n. 3. São Paulo, 2010.

____; et. al. **Bakhtiniana.** n. 4. São Paulo, 2010.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo.** 1 ed. 1 r. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2003.

COMTE-SPONVILLE, André. **Valor e verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

____. **Viver.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARCHEZAN, Renata Coelho. Gêneros do discurso: o caso dos artigos de opinião. *In:* STAFUZZA, Grenissa Bonvino; PAULA, Luciane de. **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável.** Campinas: Mercado de Letras, 2010.

MARX, Karl. **O capital.** 3 ed. São Paulo: Edipro, 2008.

____; Engels, Friedrich. **O manifesto comunista.** 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ROCHA, Décio; DEUSDARA, Bruno. **Alea: análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2005.

THEREZO, Graciema Pires. **Como corrigir redação,** 5 ed. Campinas: Editora Alínea, 2008.

ANEXO

1. Redações analisadas da Unesp 2013

A segunda redação analisada recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 2” foi escrita em trinta e uma linhas, não apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de sete linhas, um com oito, um com onze e um com cinco. Há seis rasuras no texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Vivemos na era da modernidade líquida, em que tudo é volátil e efêmero. Essa é uma característica do século XXI, associado a era da internet, com que os indivíduos vivem, diariamente, bombardeados com uma enxurrada de informações, de modo que a real dor do ~~entendimento~~ entendimento do qual há é perdida e esquecida. Dessa forma, em um período em que a ~~vida~~ diversidade de estímulos se multiplicou, tornou-se ainda mais necessário, apressar a escrever textos de qualidade para que assim, ~~as~~ opiniões ou transcrições seja desenvolvida e compreendida.

Recentemente ocorreu no conflito entre Israel e a Síria de Gaza, atingindo a população do mundo, por meio de textos escritos na internet. Muitos pesquisaram textos não só, com suas impressões, mas também, com informações carentes sobre a guerra, expondo a dor local do conflito. Dessa forma, conseguiram transmitir, através da escrita, os sentimentos experimentados por aqueles que viveram o conflito, de modo a passar informações sobre a guerra com extrema urgência. Assim, não existe quem não recomende o domínio da escrita para elevar a comunicação e, por conseguinte, a transmissão de opiniões e conteúdos.

Sob uma ótica, percebe-se que o trabalho processo de criação e elaboração de um texto liberta a alma. Oqueles que, por meio da escrita, conseguiram passar ao mundo suas visões documentais ^{por exemplo} do movimento de guerra entre Israel e palestinos, melhor compreenderam a realidade a sua volta e o que se passa a partir de um momento de reflexão, transformando sentimentos e experiências em palavras, de modo a exaltar uma impressão, antes malgrado. Portanto, a escrita é importante pois é um meio de expor os outros sentimentos e ideias antes ignorados do inconsciente. Contudo, para que esse processo ocorra, deve haver uma associação entre o árduo trabalho de autoconhecimento e um momento de inspiração, de maneira que seja possível transcrever, em letra, no papel, o que é sentido.

Essa maneira, já existente, que o domínio da escrita é essencial, não apenas para estabelecer a comunicação e conseguir elaborar um texto claro e coerente que possibilite o entendimento e a direção do conteúdo, bem como para viver um processo criativo e assim, melhor enxergar a realidade e entender seus próprios sentimentos e divulgar ideias.

NÃO ASSINE NESTA FOLHA

VNSP1207/005-ConhecEspec-Redação

(“Redação Argumentativa Escolar nº 2” – [01841653])

O autor apresentou o tema “escrever”, mas não deixou evidente seu ponto de vista, especificamente como um diálogo direto com o tema “escrever: o trabalho e a inspiração”. Há a afirmação de que escrever precisa ser aprendido.

No que é interpretado como desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando apresentou um exemplo concreto em que a escrita foi importante para a humanidade, consistente da guerra entre Israel e Palestina, pela Faixa de Gaza, em que a “população do mundo”, “por meio de textos escritos na internet”, transmitiu suas opiniões, impressões e informações sobre o conflito. Ainda no segundo parágrafo, menciona que é necessário o domínio da escrita, para efetivar o processo de comunicação.

No terceiro parágrafo, o discente analisa o ato de escrever sob um viés individual, tratando-se de uma ato que “liberta a alma” e permite comunicar “sentimentos e experiências em palavras”, defendendo que deve haver uma “associação entre o árduo trabalho de autoconhecimento e um momento de inspiração”.

O último parágrafo – considerado a conclusão – reforça a importância da escrita para possibilitar a comunicação e para possibilitar a compreensão de dado conteúdo, possibilitando “um processo criativo” e fundamental para entender a realidade, sentimentos e divulgar ideias.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento da subjetividade e da pessoalidade do texto. A linguagem é objetiva e não há marcas do discurso alheio.

No estilo individual, aconteceu um processo de reiteração, com a tentativa de reforçar a tese de que a escrita pode ser aprendida e é um importante atributo para compreender e comunicar sentimentos e experiências. É o que se depreende com os recortes: “aprender a escrever”, “sentimentos experimentados”, “domínio da escrita”, “sensações”, “sentimentos e experiências”, “sentimentos e ideias”, “o domínio da escrita é essencial” e “sentimentos e divulgar ideias”.

Além disso, há a mistura entre a primeira pessoa do plural – “vivemos na era da modernidade líquida, em que tudo é volátil e efêmero” – e a terceira pessoa do singular – “Sob essa ótica, percebe-se que [...]”. Esse emprego demonstra que o vestibulando se inclui no contexto social que é avaliado “modernidade líquida, em que tudo é volátil e efêmero” e, ao mesmo tempo, esforça-se para apagar a própria subjetividade, adequando o discurso ao gênero proposto. Há o uso indireto do texto de Clarice Lispector, ao afirmar que “o trabalhoso processo de criação de um texto liberta a alma [...]”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, pela transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

Há diálogo direto e literal com o tema - “associação entre um árduo trabalho de autoconhecimento e um momento de inspiração”. Há diálogo indireto com a banca avaliadora, em um processo em que se busca a anuência dos avaliadores. Há uma posição hierárquica de inferioridade do aluno em relação à banca.

O diálogo social é demarcado principalmente no primeiro parágrafo, em que há uma crítica ao comportamento social, marcado pela efemeridade e pela volatilidade. Isso é reforçado no segundo parágrafo, ao trazer o exemplo concreto de como a escrita auxiliou no processo de compreensão e divulgação da guerra entre Israel e Palestina. Concomitantemente, há um diálogo interpessoal demarcado, com o uso da noção de autoconhecimento.

A terceira redação analisada recebe o nome de “Redação de Vestibular Estilo UNESP nº 3” tem trinta e três linhas, apresentou título, há uma linha de espaço entre o título e o texto

e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de seis linhas, um com dez, um com nove e um com cinco. Há quatro rasuras no texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Sociedade da escrita

O ato de escrever é, certamente, um dos hábitos mais característicos e importantes do ser humano. Prova disso foi a determinação da invenção da escrita como marco inicial da história oficial da humanidade. Assim, desde os tempos mais remotos até o período de globalização atual, escrever teve um papel determinante no progresso da sociedade, representando os pensamentos, sentimentos e a essência humana.

Sem dúvida, a criação de uma linguagem por meio de códigos escritos distanciou ainda mais o homem dos outros animais. Desse modo, a escrita difundiu-se, tornando-se uma peculiaridade da espécie humana. Seria impossível imaginar a civilização sem a escrita, presente desde os anúncios propagandísticos mais simples até os romances mais impressionantes de Machado de Assis, ou de Clarissa Lispector. A habilidade de redigir grandes textos, como ~~esses~~ ^{estes} últimos, entretanto, não é compartilhada por todos os indivíduos. Apesar de ^{o escrita} ~~ser~~ ensinada e estimulada desde a infância, ~~a escrita~~ redigir bons textos demandam, além de muita prática, um certo dom, não muito comum em nossa sociedade.

É fato que a criatividade e o dom são fatores importantes para que grandes obras da literatura sejam construídas, bem como a inspiração. Contudo, o simples fato de escrever bem, para ser compreendido com clareza, requer apenas muito trabalho e prática. É o caso, por exemplo, de jornalistas que treinam exaustivamente a escrita, com o objetivo de transmitir as informações com a maior clareza possível. É, também, o que ocorre com os vestibulares, que estimulam seus candidatos a praticarem a redação de textos, a fim de que eles estejam aptos a se comunicarem e serem bem compreendidos por meio dessa atividade tão intrínseca ao ser humano, a escrita.

O ato de escrever é, portanto, interior ao homem, e ~~cont~~ teve papel fundamental na avaliação da sociedade. Seja por inspiração ou pela prática, é essencial que a escrita continue sendo exaltada e estimulada, visto que é um dos meios mais básicos e importantes de se representar a essência do ser humano.

NÃO ASSINE NESTA FOLHA

VNSP1207/005-ContecEspec-Redação

(“Redação Argumentativa Escolar nº 2” – [01778587])

No primeiro parágrafo, o aluno caracterizou o “ato de escrever” como um elemento essencial ao ser humano. Apresentou o fato histórico de que a “invenção da escrita” é o “marco inicial da História”. Afirma que escrever é “determinante para o progresso da sociedade”. Dessa forma, há a menção genérica ao tema: o ato de escrever.

No segundo parágrafo, o autor suscitou a criação e o desenvolvimento da linguagem “por meio de códigos” como elemento indispensável da humanidade, diferenciando-a das demais espécies. Aponta para a diferença entre os textos comuns da civilização e aqueles escritos por grandes nomes da literatura. No terceiro parágrafo, há a diferenciação do que é o trabalho de escrita literária e a escrita cotidiana, ponderando-se que a última é questão de treino e prática. Utiliza-se o exemplo do jornalismo, em que o redator passa por intenso treinamento. No último parágrafo, o vestibulando retoma a ideia de que escrever é um elemento interior do homem, sendo importante o incentivo e o treinamento.

O estilo do gênero está presente, com o apagamento da subjetividade e da personalidade do texto, preponderando a linguagem objetiva. Não há menção direta aos textos de apoio, sendo suscitado apenas o nome de Clarice Lispector. Uma característica individual utilizada é a apresentação de uma afirmação no início do parágrafo, seguida de elementos que comprovem a assertiva. É o que se depreende nos trechos: “o ato de escrever é [...] um dos hábitos mais característicos e importantes do ser humano” e “escrever teve um papel determinante no progresso da sociedade”; “a criação da linguagem por meio de códigos escritos distanciou ainda mais o homem dos outros animais” e “seria impossível imaginar a civilização sem a escrita”; e “o simples fato de escrever bem, para ser compreendido com clareza, requer apenas muito trabalho e prática” e “é o caso do jornalista [...]. É também o que acontece com os vestibulares”.

Outra marca individual é a evocação de um discurso de comprovação das afirmações apontadas, como com o uso de expressões como “prova disso”, “sem dúvida”, “é fato que”,

“requer apenas”, “é o caso”, “é, também, o que ocorre” e “dessa atividade tão intrínseca ao ser humano”. Esses traços direcionam forte carga argumentativa ao enunciado, manipulando o discurso, de forma a conquistar a adesão do leitor.

Além disso, há o emprego de estratégias de contra-argumentação, apresentando um discurso com o qual não há concordância, suscitando uma atitude responsiva de discordância, direcionando o leitor à assunção da tese defendida: “são fatores importantes [...]. Contudo, o simples fato de escrever bem [...] requer apenas muito trabalho e prática”.

Um uso um pouco mais complexo da técnica ocorre no seguinte trecho, em que há a apresentação de uma afirmação, uma concessão e o fechamento reforçando a afirmação inicial: “a habilidade de redigir grandes textos, como esses últimos, entretanto, não é compartilhada por todos os indivíduos. Apesar de a escrita ser ensinada e estimulada desde a infância, redigir bons textos demanda, além de muita prática, um certo dom, não muito comum em nossa sociedade”. Trata-se de uma característica individual bastante eficaz de manipular o discurso e direcioná-lo para o objeto pretendido.

Outro traço que demonstra essa habilidade de manipular e recortar o discurso de acordo com a finalidade é a comparação entre os dois trechos anteriores: no primeiro, há a afirmação de que os textos presentes cotidianamente na sociedade demandam apenas de “trabalho e prática”, ao passo que o literário depende “além de muita prática, um certo dom”. Há o trânsito entre as duas possibilidades existentes entre o “trabalho e a inspiração”, sem, contudo, gerar uma contradição no enunciado. Soma-se a isso, a citação, ainda que genérica, como grandes romancistas, de Machado de Assis e Clarice Lispector, corroborando o que foi apresentado.

A autoria está marcada no estilo pessoal do discente, adicionando-se o recorte, a transformação e a transposição dos discursos circulantes.

Há diálogo direto e literal com o tema - “além de muita prática, um certo dom”, “apenas muito trabalho e prática” e “seja por inspiração ou pela prática”. Há diálogo com a banca avaliadora, por meio do emprego de expressões como “prova disso”, “sem dúvida”, “é fato que”, “requer apenas”, “é o caso”, “é, também, o que ocorre” e “dessa atividade tão intrínseca ao ser humano”, em um processo em que se busca a anuência dos avaliadores.

O diálogo social é demarcado pelo emprego do discurso histórico – tido como verdadeiro -, nas passagens em que se afirma que a História iniciou –se com a invenção da escrita e o distanciamento do homem em relação aos outros animais. Há o diálogo – na busca

de reforço e concordância – ao citar os grandes escritores Machado de Assis e Clarice Lispector.

A quarta redação analisada recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 4” tem trinta e quatro linhas, apresentou título, subdividindo-se em cinco parágrafos, sendo um de seis linhas, um com oito, dois com sete e um com cinco. Há três rasuras no texto. O aluno excedeu em uma linha o espaço destinado ao texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Uma inspiração à criticidade

Desde ~~os~~ ^{os} marcos diversos entre a Pré-História e a História, a escrita impõe-se não somente como um meio de expressão, mas também assume o papel de regulamentadora em todas as civilizações. Ao ser a maldição e a salvação de Clarice Lispector, o ato de escrever estende sua influência do âmbito social à introspecção de cada ser, revelando sua sutil importância na vida do homem. Apesar disso, e como vimos, que assola a sociedade moderna, retira da escrita sua capacidade de suscitar a criticidade, ao reduzi-la a uma mera obrigação.

Desde a Antiguidade, a escrita é essencial para a manutenção do sistema político-administrativo de uma sociedade, como prova o elevado status do escriba na ~~sociedade~~ civilização egípcia. Além disso, a escrita mostra sua onipresença ao ser o principal veículo de propagação da cultura – na música e na literatura, por exemplo – e da ciência, já que preserva a veracidade das informações transcritas. Ademais, ao adentrar no campo da subjetividade, a escrita torna-se a voz de almas cabadas, assim como a vivacidade dos poemas de Carlos Drummond de Andrade perante um mundo desolado pela guerra. Assim, de maneira imperceptível, o simples ato de escrever transforma-se em uma intrínseca necessidade social.

Em um mundo marcado por inconstâncias, a confiabilidade atribuída a textos escritos justifica-se, visto que, hoje, a palavra falada deixou de ser um sinal de garantia. ~~Essa~~ ^{Essa} forma, Brás Cubas, o defunto autor de Machado de Assis, encontra no registro escrito a forma de perpetuar sua mísera vida, marcando um novo estilo na literatura. É evidente, porém, que o ato de escrever exige disciplina e inspiração. Ao contrário de Clarice Lispector, que acredita na espontaneidade da escrita, os parnasianos, como Olavo Bilac, assemelham o trabalho do escritor ao do ouveiro, já que ambos necessitam de esforço e prática.

Por se tratar de um trabalho que requer disciplina e reflexão, hoje, o hábito de escrever é desprezado pela massa alienada, minimizando-o a um dever escolar. A despeito da importância da escrita como meio de exposição de valores críticos, o cidadão encontra-se na menoridade, segundo o filósofo Immanuel Kant, visto que é regido conforme ideologias impostas pela sociedade. Por conseguinte, a mentalidade acomodada dispensa qualquer esforço; logo, a escrita é tida como penosa, enquanto que a acritividade fica suas raízes em uma multidão de homens unidimensionais, alienados, conforme o sociólogo Marcuse.

Nessa forma, o ato de escrever representa o meio mais eficaz na perpetuação de ideias e no esclarecimento da população. Entretanto, tamanha importância não é reconhecida por uma sociedade que menospreza "aqueles que a retiram da zona de conforto". Assim, gradativamente, o espírito crítico proporcionado pela escrita cederá lugar a mentalidades cada vez mais massificadas.

NÃO ASSINE NESTA FOLHA

VNSP1207/005-ConhecEspec-Redação

(Redação Argumentativa Escolar nº 4 – [01175386])

No primeiro parágrafo, o vestibulando caracterizou escrever como um importante atributo do ser humano tanto no âmbito social como intrapessoal. Dispôs a escrita como marcado divisório entre Pré-História e História, além de citar Clarice Lispector, em diálogo literal com a proposição e a coletânea – “Ao ser a maldição e a salvação de Clarice Lispector”.

No segundo parágrafo, o autor discorre ser “a escrita” essencial “para a manutenção do sistema político-administrativo”. Exemplifica como áreas influenciadas pela escrita a música, a literatura e a ciência. Atribui importante papel do ato na transmissão da subjetividade.

No terceiro parágrafo, o candidato imputa à sociedade a característica da inconstância, imputando à escrita a característica de registrar e garantir. Faz associação entre o que é afirmado e a obra “Brás Cubas”, de Machado de Assis, além de mencionar Clarice Lispector e Olavo Bilac. Pugna que o ato de escrever requer “disciplina e inspiração”, suscitando diálogo com a proposição e com o tema.

No quarto parágrafo, há forte crítica à sociedade, suscitando as vozes de Kant e Marcuse. No último parágrafo, há a retomada da importância da escrita como forma de “perpetuação de ideias e no esclarecimento da população”. Da mesma forma, há reforço à crítica social efetuada.

O estilo do gênero está presente, com o apagamento da subjetividade e da personalidade do texto, predominando a linguagem objetiva. Há uma menção direta aos textos de apoio,

especificamente ao “Escrever”, de Clarice Lispector. Entretanto, os termos utilizados “Ao ser a maldição e a salvação de Clarice Lispector” aproximam-se mais do texto da proposição – “Para Clarice Lispector, escrever é maldição e salvação” - do que propriamente ao texto de apoio.

O enunciado apresentou uma série de marcas de estilo individual – que também são traços de autoria. Uma característica individual utilizada é a apresentação de um exemplo entre travessões, no segundo parágrafo “- na música e na literatura, por exemplo -”. Trata-se de uma técnica que demonstra o domínio sobre o discurso que é enunciado, permitindo a intercalação destacada de elementos, sem comprometer o sentido do que é escrito.

Um outro traço encontra-se no tom adotado no discurso, demarcando um posicionamento mais ácido e crítico em relação à sociedade. É o que se nota nas expressões: “o comodismo, que assola a sociedade moderna”; “em um mundo marcado por inconstâncias”; “massa alienada”; “o cidadão encontra-se na menoridade”; “mentalidade acomodada”; “acriticidade finca raízes”; “multidão de homens unidimensionais”; “aquilo que a retira da ‘zona de conforto’”; e “mentalidades cada vez mais massificadas”.

A habilidade vocabular é outro componente destacável no enunciado do candidato. O uso varia de termos que marcam certa oralidade, como “zona de conforto”, “finca raízes” e “assola a sociedade”, redundância - “multidão de homens” -, precisão e rigor vocabular - “onipresença”, “introspecção”, “intrínseca” - e expressividade – “a voz das almas caladas”. Outro ponto interessante é a manipulação das vozes sociais. Há o apagamento das vozes nos instantes em que há a crítica à sociedade, principalmente imputando à falta de criticidade, uma reprovação. Entretanto, no quarto parágrafo, em meio à crítica, o autor lança as vozes de Immanuel Kant e Marcuse, reforçando e avalizando o que foi exposto.

A autoria está marcada no estilo pessoal do discente, adicionando-se o recorte, a transformação e a transposição dos discursos circulantes. Dentro desse traço, merece destaque ainda a forma como houve diálogo com a esfera escolar – especificamente com a Literatura -, suscitando autores como Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Olavo Bilac e Machado de Assis.

O diálogo social é demarcado pelo emprego do discurso histórico – tido como verdadeiro -, “Sendo o marco divisório entre Pré-história e a História”, “Desde a Antiguidade”. Há o diálogo – na busca de reforço e concordância – ao citar os grandes escritores Machado de Assis e Clarice Lispector.

A quinta redação analisada recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 5” tem trinta e uma linhas, apresentou título, subdividindo-se em quatro parágrafos, sendo um de nove linhas, um com oito, um com seis e um com sete. Não há rasuras no texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Entre a escrita dos trabalhos e da inspiração

Contemporaneamente, com a popularização da internet e das “mensagens-pílulas”, muitos perguntam-se qual a finalidade de aprender a produzir dissertações, contos, artigos e outros gêneros textuais. A arte de escrever, contudo, não deve ser desenhada em hipótese alguma, afinal, redigindo textos um indivíduo encontra sua própria essência e reconstrói-se em sua língua. Essa língua referida não limita-se à portuguesa, mas diz respeito também a cada pessoa, os modos individuais com que cada cidadão expressa suas ideologias. Poder esse que Moravia, de “A hora do esteso” de Cesare Pavese, sempre desafia entender e possuir.

Há, obviamente, aqueles que não se interessam pela prosa ou pela literatura e, portanto, não se importam com o “modo pessoal de expressar-se” de cada cidadão. A estes, entretanto, como voga mesmo nos livros de gramática ou uma compilação de resumos, interessa a instrução. Nesse sentido, a teoria de que a arte de escrever não deve ser desenhada em hipótese alguma, continua verdadeira, afinal, saber comunicar-se bem através de textos é tarefa imprescindível para a redação de uma cartolina de restaurante, para uma solicitação de processo laboratorial ou uma carta para o exame vestibular.

A escrita acima descrita, portanto, pode ser chamada de “a escrita dos trabalhos” e tem como finalidade servir de instrumento para os estudantes de aulas. Por entanto, a arte de escrever não limita-se a esse conceito. Há também a “escrita de inspiração”, aquela que permite ao indivíduo ir para além do conhecido, aquela que passa por imaginações de todo poeta de coração e que visa inspirar outros.

Quanto à beleza, não há em ser “a escrita da inspiração” de Guimarães Rosa e imaginar-se, um dia, capaz de criar também suas “Primeiras Es-tórias”? Qual não é o sentimento de empunhar o lápis e usar seu nome, re-digir romances cativantes como os de Machado de Assis? Esperançosamente, haverá ainda brasileiros e brasileiras que assim pensam e que possam rea-lizar o sonho de Machos de empunhar o lápis da beleza das palavras e seu prodigioso significado, inspirando ainda mais a produção literária nacional.

NÃO ASSINE NESTA FOLHA

VNSP1207/005-ConthecEspec-Redação

(“Redação Argumentativa Escolar nº 5 – [01325132])

No primeiro parágrafo, o vestibulando caracterizou “a arte de escrever” como uma característica que “não deve ser desdenhada em hipótese nenhuma”, pois por meio da escrita o “indivíduo encontra sua própria essência e reconhece-se em sua língua”.

No segundo parágrafo, o autor pondera que, mesmo para aqueles que não se interessam pela escrita enquanto arte, ela é fundamental para o mercado de trabalho e para o vestibular. No terceiro parágrafo, há a diferenciação entre a “escrita do trabalho” e a “escrita da inspiração”. Nesse passo, existe o diálogo e retomada literal do tema ao longo do texto, trabalhando as duas acepções integrantes da proposição.

No quarto parágrafo, o candidato retoma a importância da “escrita da inspiração”, utilizando-se dos autores Guimarães Rosa e Machado de Assis, com elementos de suas obras, para intensificar a importância da literatura nacional.

O estilo do gênero está presente, com o apagamento da subjetividade e da personalidade do texto, predominando a linguagem objetiva. Não há menções aos textos de apoio, mas há diálogo com a proposição, com a retomada da escrita no exame vestibular e da forma assumida na internet.

O enunciado apresentou diversas nuances de estilo individual e de autoria. Uma característica individual utilizada é a apresentação de uma ideia com a qual não se concorda, estipulando um diálogo de discordância, para, posteriormente, apresentar uma visão particularizada sobre o assunto. É o que se depreende dos trechos: “muitos perguntam-se qual a finalidade de aprender a produzir dissertações, artigos e outros gêneros textuais” e “a arte de escrever, contudo, não deve ser desdenhada em hipótese alguma”; e “há, obviamente, aqueles

que não se importam com o ‘modo de expressar-se’ acima citado” e “a teoria de que a arte de escrever não deve ser desdenhada em hipótese alguma continua verdadeira”.

Um outro traço encontra-se no tom adotado no discurso, demarcando um posicionamento equilibrado, não criando confrontações de desprestígio ou críticas à sociedade, pelo menos, não de uma forma direta e intensa. Também há expressões que imputam carga expressiva ao enunciado, como “paira no imaginário” e “viajar para além do sonho”. Além disso, o autor manipula perguntas retóricas para introduzir um ponto de vista especial: “Quanto de beleza não há em ler ‘a escrita da inspiração’ de Guimarães Rosa e imaginar-se, um dia, capaz também de criar suas ‘Primeiras Estórias’? Qual não é o sentimento de empunhar o lápis e crer ser possível redigir romances cativantes como os de Machado de Assis?”. Tais perguntas suscitam um posicionamento: a esperança da valorização da “produção literária nacional”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do discente, adicionando-se o recorte, a transformação e a transposição dos discursos circulantes. Dentro desse traço, há a citação de Machado de Assis, Guimarães Rosa e Clarice Lispector. Em especial, o romance “A hora da estrela” tem um importante papel expressivo ao longo do texto, por gerar uma oposição – explorada para reforçar a importância da escrita – entre o desejo de Macabea, que desejava “entender e possuir”.

O diálogo social é demarcado pelo emprego da contra-argumentação, suscitando a importância social da escrita, em atos cotidianos: “saber comunicar-se bem é tarefa imprescindível”; “servir de ferramenta para o cotidiano do autor”.

2. Redações da Unesp 2014

A segunda redação analisada do Vestibular da UNESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 7”, foi escrita em trinta e duas linhas, apresentou título, pulando uma linha entre o título e o restante do texto e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo três de seis linhas (primeiro, terceiro e quinto), um com sete e um com cinco. O título é expressivo, caracteriza uma marca do estilo individual e autoral, caracterizando uma metáfora existente entre a música de Chico Buarque “Vai passar”, usada tanto no início como no fechamento do texto, e cerne da crítica ao comportamento social: “Uma noite longa demais” – caracterizando a inércia da sociedade brasileira no combate à desonestidade. Há três rasuras no texto.



REDAÇÃO
 Texto definitivo

Uma noite longa demais

"Dormia a nossa pátria mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída em Tenebrosas Transações", diz a canção "Ibi passar", de Chico Buarque, citada pelo ministro Joaquim Barbosa no julgamento do Mensalão. A corrupção no Congresso Nacional é um problema frequente e vergonhoso no Brasil. Ela parece estar tão enraizada em nosso sistema político que é difícil imaginar o país livre dela. Para muitos, ela é resultado da cultura do Brasil.

Ações antiéticas, praticadas com a intenção de obter vantagem, são difundidas na cultura brasileira, principalmente se comparada a outras culturas como a japonesa. Essa "maleabilidade" para acionar mecanismos desonestos para ascensão social (como burlar o patrão ou acitar um emprego sem ter passado pelo processo seletivo necessário) pode ter origem na adversidade que os mecanismos recomendáveis oferecem. Em outras palavras, existe uma espécie de burocracia social no Brasil, que favorece a prática do "jeitinho brasileiro".

Apesar disso, não se pode dizer que o brasileiro, no geral, seja desonesto, e que por isso seus políticos são corruptos. Há quem se salienta que a maioria dos brasileiros luta, de forma justa e honesta, por uma vida digna. Além disso, nem sempre o comportamento dos governantes reflete a cultura. Por exemplo, para os paquistaneses a honra é um valor importante. Ainda assim, esse povo sofre com a corrupção do governo paquistanês.

Ainda assim, a imagem que o brasileiro faz de si mesmo é, predominantemente, a de malandro. E, por ter uma visão negativa do Brasil e da política brasileira, a sociedade acaba por não se empenhar muito na luta contra a corrupção. Conformar-se com a corrupção, crer que "todos os políticos são assim" e votar sem refletir são as atitudes que mais alimentam essa prática.

A corrupção não é, portanto, reflexo da sociedade brasileira, mas é um resultado de sua postura pouco rígida. O centro do problema está na banalização do etar: o brasileiro precisa voltar a estranhar, a se indignar com os escândalos de corrupção. Não se combate a politicagem com consciência política. De a nossa pátria mãe dorme distraída, é preciso fazer o sel mazer para despertá-la, pois essa noite já é longa demais.

Na introdução, apresenta o trecho da música “Vai passar”, de Chico Buarque, em que relata que a pátria dormia, mencionando a citação de Joaquim Barbosa no julgamento do “Mensalão”. Aponta a corrupção como um grave problema e que muitos a atribuem à cultura do país.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando afirma que ações antiéticas são comuns na cultura brasileira, principalmente quando comparada a outras. As dificuldades em conquistar a ascensão social pelas vias normais favorecem o “jeitinho brasileiro”. Há o diálogo indireto – de reforço e concordância - com o segundo texto da coletânea, que aponta “ética da sobrevivência” como um mecanismo de sobrevivência. No terceiro parágrafo, o candidato apresenta a afirmação de que não se pode afirmar que o brasileiro seja desonesto e, por isso, os políticos seriam corruptos. Aponta que a maioria dos brasileiros é honesta.

No quarto parágrafo, há a menção de que o brasileiro cria uma imagem de desonestidade para a população e que isso origina uma falta de empenho para lutar contra a corrupção. Existe, nesse aspecto, diálogo indireto de concordância com o segundo texto da coletânea, demonstrando uma “diminuição da autoestima”, agindo com “apatia e desesperança” (VUNESP 2013a, p. 18).

Na conclusão – quinto parágrafo -, há diálogo com a pergunta integrante da proposta – diálogo com o comando com especificação da tarefa a ser realizada -, afirmando-se que “a corrupção não é, portanto, reflexo da sociedade brasileira, mas é um resultado de uma postura pouco rígida”. Dessa forma, o vestibulando retoma as duas principais fundamentações do enunciado, de que a corrupção não é um reflexo da sociedade brasileira e de que a sociedade habituou-se com a desonestidade.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para evidenciar o comportamento social, estabelecendo-se um diálogo de discordância – reprovação e afastamento do autor da prática - com o comportamento: “resultado da cultura do Brasil”, “cultura brasileira”, “burocracia social no Brasil”, “o brasileiro, no geral”, “maioria dos brasileiros”, “a imagem que o brasileiro faz de si mesmo”, “a sociedade”, “sociedade brasileira” e “o brasileiro”. Também há o uso da primeira pessoa do plural, em que o candidato se inclui na sociedade – nessa parte, há um diálogo de concordância, aproximando-se do que é enunciado. Trata-se do “plural humilde”: “Se nossa pátria mãe”.

No estilo individual, houve o emprego de estratégias de contra-argumentação, apresentando um discurso com o qual não há concordância, desqualificando-o em seguida: “Além disso, nem sempre o comportamento dos governantes reflete a cultura. Por exemplo, para os pachtuns a honra é um valor importante. Ainda assim, esse povo sofre com a corrupção do paquistanês”. Essa estratégia reforça a afirmação defendida de que nem sempre os governantes são reflexos do comportamento da população, basilar ao longo do enunciado.

Um segundo traço que compõe o todo do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas de crítica explícita ao comportamento do brasileiro, misturadas com o tom de equilíbrio e ponderação: “um problema [...] vergonhoso” - acidez; “essa ‘maleabilidade’” - equilíbrio, atenuação; “está na banalização do olhar: [...] precisa se indignar com escândalos” – acidez; “uma espécie de burocracia social [...] favorece a prática do ‘jeitinho brasileiro’” - equilíbrio, atenuação; “Se a nossa pátria mãe dorme distraída, é preciso fazer o sol nascer para despertá-la, pois essa noite já é longa demais” - acidez; e “pode ter origem na adversidade dos mecanismos recomendáveis” - equilíbrio, atenuação.

Um outro elemento que merece atenção é a utilização do trecho da música “Vai passar”, de Chico Buarque, para criar uma metáfora com a situação vivenciada pelo país. Em especial, na conclusão isso se mostra destacadamente: “Se a nossa pátria mãe dorme distraída, é preciso fazer o sol nascer para despertá-la, pois essa noite já é longa demais”. É uma estratégia expressiva, que evidencia o traço autoral

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. O projeto de dizer deu-se por meio da adoção da afirmação de que a desonestidade do político não é consequência do comportamento da sociedade e de que a falta de reação popular naturalizou a prática. Na organização, merece destaque o diálogo com o segundo texto da coletânea e com o tema, com resposta explícita ao questionamento “corrupção no Congresso Nacional: reflexo da sociedade brasileira?”.

Importante destaque no recorte do conteúdo são os exemplos das comparações entre a cultura brasileira e a japonesa, como antagônicas, e do comportamento do povo pachtuns e dos políticos do Paquistão. Isso demonstra o repertório cultural do aluno e a habilidade autoral em recortar e organizar a informação, de modo a comprovar a afirmação defendida.

O autor ainda adota o discurso da “razão” e “da verdade”, demonstrando como o comportamento dos políticos não são sustentados pela desonestidade social, imputando à sociedade um traço de culpa, corolário de sua apatia no combate à corrupção.

A terceira redação analisada do Vestibular da UNESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 8”, foi escrita em trinta e duas linhas, apresentou título, o candidato pulou uma linha entre o título e o restante do texto. O título “Capitão Nascimento: herói nacional” traça um paralelo entre o comportamento da personagem no combate à corrupção e o comportamento nacional – de cometer microcorrupsões, como apoiar a violência policial -, estabelecendo um diálogo de discordância. Essa é a metáfora – irônica - carregada pelo emprego desse título.

O restante do texto subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo dois de sete linhas – primeiro e terceiro, um com doze, um com quatro. Há quatro rasuras no texto.



REDAÇÃO
Texto definitivo

Capitão Nascimento: herói nacional

Maquiavel, um dos filósofos mais influentes da história, destacou-se dos demais por constatar que o ideal político é incompatível com a realidade, ou seja, nem sempre o desejável de um político é viável no plano real. De maneira análoga, assim é a sociedade como um todo: distante do ideal, em que ao mesmo tempo que se prega princípios morais, como a honestidade e o respeito aos próximos, realign-se a microcorrupsão, aquela de menor grau e de dia a dia. Isso pode ser visto na sociedade brasileira, na qual a maioria dos brasileiros praticam a microcorrupsão, mas, paradoxalmente, lutam contra seu reflexo maximizado: a macrocorrupsão praticada por alguns governantes.

Os filmes *Corpo de Elite* e *2 Metram* e *Capitão Nascimento*, um suposto justiceiro de polícia, tentando combater o tráfico de drogas e de armas nas favelas, e a corrupção no plano político. Para isso, no entanto, ele e seus parceiros se utilizam de violência e de meios ilícitos. Nesses filmes, se por um lado está explícito que os traficantes são realmente corrompidos e corruptos, por outro lado não estaria implícito que essa polícia também é corrupta ao abusar do poder concedido pelo Estado, com a desculpa de estar combatendo o tráfico? Uma mesma polícia, formada por milhares de brasileiros nos cinemas, em casa e nas redes sociais, não é corrupta ao infringir a própria Constituição e os Direitos Humanos? Percebe-se, assim, que as pessoas de um modo geral praticam de alguma forma a microcorrupsão, seja ao comprar armas e drogas, ao negligenciar os crimes de homicídio, ao aceitar suborno ou ao oferecer. De uma maneira mais sutil, então, a maioria dos brasileiros a pratica ao apoiar as atitudes truculentas da polícia, haja vista que está se apoiando a violação física e psicológica de um cidadão, mesmo ele sendo um criminoso.

A partir desse panorama de microcorrupção moral e econômica, percebe-se, portanto, que a corrupção praticada por alguns governantes, como senadores e deputados, é uma continuidade das próprias ações da sociedade. Afinal, senadores e deputados fazem parte de uma única nação ou de próprios povos brasileiros? Em suma, tais governantes pertencem a uma sociedade na qual a microcorrupção costuma ser admitida e comum. Assim sendo, ao chegar numa posição em que há oportunidades de enriquecer e ter privilégios, poucos não tentariam aproveitar-se da lei, e de se esperar a difusão de uma macrocorrupção, não no Congresso, seja nos ministérios públicos, também, na máquina estatal.

A sociedade brasileira ao praticar e ao apoiar a microcorrupção está perpetuando a macrocorrupção e as mudanças de valores são, como caso na saúde, transporte e educação pública. A partir disso, costuma-se dizer, portanto, que uma sociedade está lutando, quase que inutilmente, contra suas próprias estruturas amplificadoras, em que a corrupção no Congresso, por exemplo, é um reflexo de um povo que elogia o Capitão Nascimento como herói nacional.

VNSP1308/FolhaRedação

(Redação Argumentativa Escolar nº 8 – [01140540])

Na introdução, o autor apresentou o pensamento de Maquiavel, estabelecendo uma comparação entre o comportamento da sociedade e a afirmação defendida pelo filósofo. Expõe, como afirmação, que a sociedade brasileira pratica microcorrupções e, “paradoxalmente”, luta contra “a macrocorrupção praticada por alguns governantes”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando analisou a conduta da personagem “Capitão Nascimento”, nos filmes “Tropa de Elite 1 e 2”, em que, com abuso de violência – um meio ilegal -, combate a corrupção e o tráfico de drogas. Aponta que a população brasileira adotou a personagem como uma espécie de “herói nacional”, sem precisar que o ato é uma microcorrupção. Demonstra, assim, que a população comete microcorrupções e ignora tal fato. Há, nesse passo, o diálogo com o terceiro texto da coletânea – reafirmando e concordando com o discurso.

No terceiro parágrafo, há o diálogo com o tema integrante da proposta e com o comando com especificação da tarefa a ser realizada, explicitando a resposta à pergunta formulada: “a corrupção praticada por alguns governantes, como senadores e deputados, é uma continuidade das próprias ações da sociedade”. Critica o comportamento social, evidenciando que, em situações análogas aos políticos, a população praticaria atos semelhantes.

No último parágrafo, há o reforço à afirmação defendida, ponderando que a microcorrupção acaba perpetuando a macrocorrupção. A sociedade, portanto, “quase inutilmente”, estaria lutando contra as suas próprias atitudes ampliadas.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para evidenciar o comportamento social, estabelecendo-se um diálogo de discordância – reprovação - com o comportamento: “a sociedade como um todo”, “sociedade brasileira”, “a maioria dos brasileiros”, “as pessoas de um modo geral” e “da sociedade”.

No estilo individual, houve o emprego da comparação da conduta da sociedade atual com o pensamento de Maquiavel – filósofo que é enaltecido como “um dos [...] mais ilustres da histórica”, buscando comprovar o ponto de vista de que a sociedade é distante do ideal. Há um diálogo de concordância e aproximação com o pensamento do filósofo e de distanciamento e desaprovação do comportamento social. Trata-se de uma estratégia para contatar a prática da sociedade, em especial em reconhecer os atos de microcorrupções.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto, o equilíbrio. Algumas marcas evidenciam essa característica: “distante do ideal”, “um suposto justiceiro”, “a maioria dos brasileiros a pratica ao apoiar”, “a microcorrupção costuma ser admitida e comum”, “poucos irão titubear em aproveitá-las” e “está perpetuando a macrocorrupção”.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “paradoxalmente”, “maximizado”, “microcorrupção”, “macrocorrupção”, “implícito”, “explícito” e “mazelas”.

Ainda merece destaque o emprego de perguntas retóricas, que têm a intenção de promover a reflexão sobre determinado ponto, apresentando uma resposta, a qual tem o condão de comprovar determinada afirmação. É o que se verifica nos trechos: “[...] por outro lado não estaria implícito que essa polícia também é corrupta ao abusar do poder concedido pelo Estado, com a desculpa de estar combatendo o tráfico?”, “Essa mesma polícia louvada por milhares de brasileiros nos cinemas, em casa e nas redes sociais, não é corrupta ao inflingir³³ a própria Constituição e aos Direitos Humanos?” e “Afinal, esses senadores e deputados provém³⁴ de uma outra nação ou do próprio povo brasileiro”.

³³ Termo como utilizado pelo aluno.

³⁴ Concordância utilizada pelo aluno.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Partiu-se da adoção da afirmação de que a sociedade pratica atos de microcorrupção e combate atos de macrocorrupção, o que seria equivocado.

Merece destaque o recorte e manejo de dois elementos na construção do enunciado: a teoria de Maquiavel, que avaliza o que o autor defende, e o exemplo do Capitão Nascimento, que metaforizou o desejo da população de combater a macrocorrupção, mas que comete, ao mesmo tempo, a microcorrupção. Essa metáfora da personagem integra o título e, mais que isso, resume o comportamento social.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso da “razão” ou “da verdade”, apontando para a reprovável conduta social, que assume uma postura de hipocrisia.

A quarta redação analisada do Vestibular da UNESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 9”, foi escrita em trinta e três linhas, não apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo dois de seis linhas – primeiro e terceiro -, dois de oito – segundo e quarto - e um com cinco – último. Há onze rasuras no texto.



01 14 27 20

REDAÇÃO

Texto definitivo

Jerônimo era um português tradicional. gostava de descomon todos os tardes tomando um chá com a esposa e ouvindo uma triste música de sua terra. Após a sua chegada ao Contigo de São Paulo, entretanto, seu comportamento mudou drasticamente. Já não sentia mais prozema em passar os dias ao lado de sua esposa. Aqule homem honesto e humilde não existia mais. Sua única vontade era a de estar em uma casa de bomba e lado de Rita Buena, uma linda mulata que migrara perto de sua casa. Jerônimo obrosileiou-se.

Em O Contigo, Aluisio Aguiar fez um retrato da sociedade brasileira. Nesse momento, demonstra a influência que o meio exerce sobre a personalidade de cada indivíduo, como fica evidente pela mudança relatada por Jerônimo após a sua chegada ao Brasil. De forma análoga, pode-se relacionar esse exemplo com o contexto contemporâneo de corrupção política. Historicamente, cerca de 32% dos deputados e senadores do Congresso Nacional já foram acusados ou condenados por alguma prática ilegal, como ~~fraude~~ compra de votos ou desvio de dinheiro público. Esse número não é uma mera coincidência, mas o reflexo de um comportamento marcado pela corrupção e pelo chamado “jeitinho brasileiro”.

u Ao longo da história, a cultura nacional foi construída com base na desonestidade e na ideia de que levar vantagem em tudo é certo. Subornar um guarda de trânsito para não levar uma multa, comprar produtos falsos ou pagar impostos menores são práticas tão comuns a ponto de se ridicularizarem aqueles que preferem agir de acordo com a lei. De um modo, percebe-se que é absolutamente hipócrita cobrar integridade e honestidade de um político que está inserido em um contexto que prega o contrário.

Além disso, outro fator que favorece a disseminação de uma cultura corrupta é o sistema político do Brasil. Embora reconhecido oficialmente como uma democracia, essa igualdade de direitos não se exerce na prática, visto que as leis são aplicadas para a população mais pobre. A exemplo disso, pode-se citar o recente caso do filho de um empresário que ultrapassou e matou dois peixes como se fosse um Jet Ski em Brasília. Por ser de uma família rica, esse garoto foi absolvido rapidamente, algo que não ocorreria se ele fosse proveniente de uma classe social menos favorecida. Consequentemente, as grandes desigualdades, e brasileiro tende a imputar a seu povo a culpa e passa a tratar a política como uma coisa de idiota.

Destarte, infere-se que o contexto contemporâneo de corrupção política encontra-se perfeitamente no determinismo exercido pelo meio que foi demonstrado por Aluísio Azevedo em *O Cortiço*. A cultura brasileira é marcada pela desonestidade e pela busca por burlar as leis, o que incentiva os políticos do país a realizarem práticas semelhantes dentro do Congresso Nacional. Além disso, a democracia em que vivemos não é igualitária, e que provoca um sentimento antipolítico e uma aversão à política.

VNSPI308/FolhaRedação

(Redação Argumentativa Escolar nº 9 – [01142720])

Na introdução, faz um breve resumo do enredo de “O cortiço”, de Aluísio Azevedo, demonstrando a mudança de postura de Jerônimo em sua chegada ao cortiço. A personagem abandonou sua postura honrosa, sentindo-se atraído por Rita Baiana. No segundo parágrafo, o vestibulando utilizou o exemplo de Jerônimo para demonstrar a “influência que o meio exerce sobre a personalidade de cada indivíduo”, pugnando que isso acontece na política brasileira.

Ainda no segundo parágrafo, em diálogo literal de reiteração do Texto 1 da coletânea, aponta que “cerca de 32% dos deputados e senadores do Congresso Nacional já foram acusados por alguma prática ilegal, como a compra de votos ou o desvio de dinheiro público”. Apresenta sua afirmação de que a corrupção é reflexo do “corpo social marcado pela corrupção e pelo ‘jeitinho brasileiro’”. Há, nesse trecho, o diálogo com o Texto 3 da Coletânea e com a pergunta integrante da proposta, respondendo-a explicitamente, atendendo ao comando com especificação da tarefa a ser realizada.

No terceiro parágrafo, o candidato estabelece diálogo com o Texto 3 da coletânea, retomando os exemplos “subornar um guarda de trânsito para não levar uma multa, comprar

produtos piratas ou sonegar impostos”. Demonstra que a conduta da população é hipócrita, pois critica a postura do político e adota comportamentos semelhantes.

No quarto parágrafo, o vestibulando critica o sistema político brasileiro, propugnando que as leis “só são aplicadas para a população mais pobre”. Dessa forma, estabelece diálogo com o Texto 3 da coletânea. Exemplifica sua teoria com base em fatos ocorridos na sociedade e evidencia que a população “perde o ímpeto de assumir o papel de cidadão”, dialogando, novamente, com o Texto 3 da coletânea.

No último parágrafo, há a retomada da afirmação de que o meio influencia no comportamento do político, recuperando o exemplo de Aluísio Azevedo. Repisa ainda que a cultura brasileira é marcada pela desonestidade e que a democracia brasileira é desigual.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para evidenciar o comportamento social, estabelecendo-se um diálogo de discordância – reprovação - com o comportamento: “sociedade brasileira”, “contexto contemporâneo”, “um corpo nacional”, “cultura nacional”, “a ponto de ridicularizar”, “percebe-se”, “cultura corrupta”, “sistema político do Brasil”, “o brasileiro”, “o contexto contemporâneo de corrupção” e “a cultura brasileira”. Também há o uso da primeira pessoa do plural, em que o candidato se inclui na sociedade. Trata-se do “plural humilde”: “a democracia em que vivemos”.

No estilo individual, houve o emprego de estratégias de comparação, utilizando-se do exemplo de Jerônimo, de “O cortiço”, para demonstrar a importância do meio no comportamento do indivíduo, tal qual ocorre na sociedade brasileira. Não obstante, há o uso de uma ideia de concessão, com a finalidade de apresentar um ponto de vista defendido por parte da sociedade, desautorizando-o posteriormente. Trata-se da democracia não igualitária brasileira.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas de crítica explícita ao comportamento do brasileiro, estabelecendo-se um diálogo também de discordância, desaprovação e distanciamento: “mas o reflexo de um corpo social marcado pela corrupção e pelo chamado ‘jeitinho brasileiro’”; “a cultura nacional foi construída com base na desonestidade e na ideia de que levar vantagem em tudo é correto”; “a ponto de ridicularizar aqueles que preferem agir de acordo com a lei”; “absolutamente hipócrita”; “disseminação de uma cultura corrupta”; “perde o ímpeto de assumir o seu papel

como cidadão” e “a cultura brasileira é marcada pela desonestidade e pela busca por burlar as leis”.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “hodiernamente”, “disseminação”, “ímpeto”, “infere-se” e “aversão”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Iniciou-se por meio da adoção da afirmação de que a o meio influencia na postura individual, de que a democracia brasileira é desigual e a população encontra-se acomodada. Na organização, merece destaque o diálogo com os textos da coletânea 1, 2 e 3 e com o tema, com resposta explícita ao questionamento. Um elemento do projeto de dizer merece especial atenção: a articulação do exemplo de Jerônimo, da obra “O cortiço”, de Aluísio Azevedo, para estipular uma ilustração e comparar com a atual situação do país, notadamente no que tange à questão da influência do meio no comportamento social. Ainda merece destaque o emprego do fato exemplo do jovem que matou duas pessoas com seu “Jet Ski”, em Brasília e foi rapidamente absolvido. Trata-se de uma estratégia de demonstrar que a afirmação é verdadeira e real, acontecendo, de fato, no mundo.

A quarta redação analisada do Vestibular da UNESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 10”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo os quatro com oito linhas. Há seis rasuras no texto. O título “Espelho” adianta a afirmação defendida pelo autor e metáforiza a crítica à sociedade brasileira, considerada desonesta pelo candidato.



01 19 74 01

REDAÇÃO

Texto definitivo

Espelho

A política estei presente, no Brasil, desde a época da colonização e sempre teve a condição de espelho em relação à sociedade, isto é, sempre refletiu aquilo que os cidadãos eram ou faziam. Dessa forma, a corrupção também esta no cerne da sociedade brasileira, visto que mesmo quando o Brasil era colônia, já havia a sonegação de impostos praticada pelos chefes das províncias (os chamados “homens bons”) ou a sonegação de parte do ouro extraído ^{em} Minas Gerais, por exemplo. Consequentemente, na atualidade, a divulgação diária de escândalos na política, sobretudo no Congresso Nacional, evidenciam que a sociedade brasileira ainda continua corrupta, sendo ~~que~~ essa corrupção é refletida na política.

A origem da corrupção é a busca por mais benefícios e por conseguir além do que já se tem, sendo que nunca se abre mão de perder algo. Essa prática está tão difundida na sociedade brasileira que pode até ser resumida pela famosa Lei de Gerson: "é importante se levar vantagem em tudo" e completa com "não importando quantas pessoas serão prejudicadas". Assim, é impossível dizer que isso não exista, no Brasil, já que a corrupção está presente em pequenas ações como furar filas, comprar produtos piratas ou até mesmo trapacear em provas, atitudes essas que são tomadas por cidadãos comuns. O que garante que, caso esses cidadãos sejam eleitos para cargos políticos, eles não façam o mesmo, porém com proporções maiores?

Além disso, quando é divulgado um novo escândalo de corrupção, muitas pessoas não se surpreendem por conta de uma mistura de fatores, que não duvida o fato de ser algo comum atualmente até o fato de essas pessoas enxergarem inconscientemente nesses atos ^(escândalos) atitudes análogas às que elas próprias praticam. Ou seja, uma ausência de indignação é motor para a perpetuação da corrupção, pois quanto menos indignação, mais impunidade e, conseqüentemente, mais ilegalidade na política. Portanto, além de contribuir com os próprios atos de corrupção, a sociedade também contribui por meio do ducado da maioria das pessoas em relação aos escândalos mostrados pela mídia, ^{que} acaba perpetuando a corrupção.

Por conseguinte, a fim de que a corrupção política, no Brasil, possa acabar, é preciso que a sociedade mude antes. Ela é a responsável por ditar aquilo que será espelhado pela política sendo, por via de conseqüência, necessário que as pessoas reflitam sobre suas ações e pensem antes de colocar políticos no poder por meio de votos. Além do mais, a corrupção não pode mais ser tratada como fato cotidiano sem importância, devendo haver maior conscientização em relação ao quanto negativa ela é para o crescimento econômico e social do país. Somente quando houver essa modificação na maneira de pensar e de agir, é que a política espelhará outra sociedade e os escândalos de corrupção serão divulgados com uma frequência muito menor.

VNSP1308/FolhaRedação

(Redação Argumentativa Escolar nº 10 – [01197401])

O aluno traz a afirmação de os político serem um reflexo da sociedade brasileira, o que é um fato histórico. Cita, como exemplos históricos, os chefes da província, que sonegavam impostos, e a sonegação do ouro em Minas Gerais.

No segundo parágrafo, há a vinculação da “Lei de Gerson” – segundo a qual se deve levar vantagem sempre – com a sociedade atual, destacando as pequenas corrupções como comuns na prática diária. Nesse aspecto, há o diálogo com o Texto 3 da coletânea, em reforço e retomada do discurso. No terceiro parágrafo, afirma-se que a corrupção perdeu sua característica de gerar revolta, haja vista que, “inconscientemente”, “as pessoas se enxergam”

como ocasionadoras de “situações análogas”. Esse descaso da população teria o condão de fomentar as práticas desonestas.

No quarto parágrafo, o vestibulando apresenta, como solução, a necessidade de a sociedade mudar, para, então, a nova postura ser espelhada na política. Para tanto, há necessidade de maior reflexão sobre as ações individuais e cuidado no ato de escolher os políticos, gerando maior conscientização social.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para evidenciar o comportamento social, estabelecendo-se um diálogo de discordância – reprovação e afastamento do que é enunciado: “no Brasil”, “em relação à sociedade”, “os cidadãos”, “sociedade brasileira”, “a sociedade”, “cidadãos comuns”, “esses cidadãos”, “muitas pessoas” e “maioria das pessoas.

No estilo individual, houve o emprego de estratégias de comparação histórica, cujo fito foi de evidenciar o quão habitual é a corrupção no país: “quando o Brasil era colônia, já havia sonegação de impostos praticada pelos chefes das províncias” e “sonegação de parte do outro extraído em Minas Gerais”. O manejo desses elementos históricos busca demonstrar o quanto a corrupção é frequente e, mais que isso, criar um “link” para condenar a prática social da chamada “Lei de Gerson”, bastante presente no cotidiano social.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas de crítica explícita ao comportamento do brasileiro, estabelecendo-se um diálogo também de discordância, desaprovação e distanciamento, mas sem apresentar, contudo, uma acidez argumentativa evidente, demonstrando equilíbrio: “sempre teve a condição de espelho em relação à sociedade”; “sempre refletiu aquilo que os cidadãos eram ou faziam”; “a corrupção também está no cerne da sociedade brasileira”; “essa prática está tão difundida na sociedade”; “a corrupção está presente em pequenas ações”; “atitudes essas que são tomadas por cidadãos comuns”; “essa ausência de indignação é motor para a perpetuação da corrupção”; “além de contribuir com os próprios atos, a sociedade também contribui por meio do descaso da maioria das pessoas”; “que acaba perpetuando a corrupção”; “necessário que as pessoas reflitam sobre suas ações e ponderem antes de colocar um político no poder” e “devendo haver uma maior conscientização”. Nota-se a crítica à sociedade, mas não a veemência, o aspecto emocional emergindo no enunciado.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a precisão no emprego dos termos: “cerne”, “sobretudo”, “difundido”, “análoga”, “perpetuando”, “via de consequência” e “ponderam”.

Ainda têm destaques cinco elementos: o uso da pergunta retórica, com a finalidade de promover reflexão do interlocutor e comprovar uma afirmação: “O que garante que, caso esses cidadãos sejam eleitos para cargos políticos, eles não farão o mesmo, porém com proporções maiores?”; o recorte de trechos da coletânea, em diálogo, e diluição no corpo do texto, naturalizando o uso: “a corrupção está presente em pequenas ações como furar filas, comprar produtos piratas ou até mesmo em trapacear na prova” (diálogo com o Texto 3) e “essa ausência de indignação é motor para a perpetuação da corrupção” (diálogo com o Texto 2); diálogo com a proposta e tema “sobretudo no Congresso Nacional”; no emprego de uma proposta de intervenção social – diálogo presumido com a Redação de Vestibular Estilo Enem- ; e a metáfora utilizada no título, de a sociedade servir de referência para o comportamento dos políticos, que é apenas um espelho.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

3 Redações analisadas do vestibular da Unifesp 13

A segunda redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 12”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de oito linhas e três com sete linhas – segundo, terceiro e quarto. O título apresenta uma reflexão a respeito da finalidade da Comissão da Verdade, é resumido e direto. Não há rasuras no texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Justiça ou Propaganda

A resistência simbólica da Tropicália, movimento artístico encabeçado por Caetano Veloso e Gilberto Gil durante a época da ditadura militar, ficou bastante famoso por levar até as massas insatisfeitas com o governo palavras de resistência às estruturas sociais. Ele proporcionou alívio àquelas cujas vontades foram sufocadas pelo cacete da polícia, porém não foi dela o mérito por trazer a democracia de volta aos brasileiros. Sua importância histórica é inquestionável, contudo é sempre não lhe atribuir um papel maior do que o real. O mesmo pode-se dizer da Comissão da Verdade; uma instituição de valor inestimável para a honra da população oprimida pelo Estado Militar, mas de pouco efeito prático na resolução dos problemas internos atuais do Brasil.

É ponto pacífico reconhecer as atrocidades cometidas pelos censurados. Muitos foram executados, outros tornaram-se "desaparecidos", e o clima de terror pairava denso em toda a nação como a névoa paira sobre um lago em uma manhã fria de inverno. A todas as famílias cujos membros foram perseguidos pela mão forte do Estado ditatorial, a Comissão da Verdade vem trazer um pouco de paz de espírito. Por elas apenas já se faria suficiente a necessidade de criar tal comissão; no entanto, há motivos ocultos - e não tão nobres - para a instauração desse organismo além de fatores sociais do passado brasileiro.

Para ganhar "prestígio" internacional, o Brasil tenta se alinhar com as nações desenvolvidas, grupo a qual almeja um dia participar. Ato como a implementação da Comissão da Verdade são passos tomadas nessa direção, pois trata-se de uma cópiaipsis literis de que países da Europa - como Portugal e Espanha - fizeram anos atrás para tentar limpar a mancha deixada pelas ditaduras militares lá vigentes durante várias décadas do século XX. É possível enxergar o interesse subliminar de governo atual em transformar a Comissão da Verdade em um trampolim promocional de sua imagem no exterior, fato esse já distante da proposta inicial do movimento.

Por razões tanto nobres como excusas, a Comissão da Verdade vem para saldar uma dívida do Brasil para com seu povo. Não se deve esperar, entretanto, nada além de um julgamento simbólico dos culpados no Regime Militar, assim como foi simbólico a resistência da Tropicália nos anos 70. A Comissão da Verdade não irá mudar a condição subdesenvolvida do brasileiro, nem terá consciência social tampouco melhorias na vida de cidadãos comuns. Ele será mais um veículo de auto-promoção do que um instrumento de justiça, fruto de um governo populista hábil em transformar suas obrigações em atos de generosidade e benevolência.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

(Redação Argumentativa Escolar nº 12 [01038133])

Na introdução, o autor traz o movimento da "Tropicália" como um ato de resistência simbólica à Ditadura Militar, associando-o à Comissão da Verdade, sob a afirmação de que também é um ato simbólico, de pouca eficácia prática.

No desenvolvimento, especificamente no segundo parágrafo, o vestibulando reconhece as atrocidades do Regime Militar e o benefício que a instituição poderia trazer para as famílias das vítimas, porém liga as reais intenções da investigação a “motivos ocultos”. No terceiro parágrafo, há a exposição dos reais motivos para a instauração: “ganhar prestígio internacional”. Cita como exemplos Portugal e Espanha, países que também buscaram investigar as mazelas do regime ditatorial.

No quarto parágrafo, o candidato afirma que há razões tanto legítimas como reprováveis para a investigação, porém ela não deve ser vista como algo além do que é: “um julgamento simbólico”. Fecha o texto tecendo crítica ao governo, a quem imputa uma imagem “populista hábil em transformar suas obrigações em atos de generosidade e benevolência”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para criticar a real intenção da Comissão da Verdade e do Estado, estabelecendo-se um diálogo discordância e distanciamento com a prática: “honra da população”, “do Brasil”, “em toda a nação”, “todas as famílias”, “fatores sociais do passado brasileiro”, “o Brasil”, “com seu povo”, “consciência social” e “cidadão comum”.

No estilo individual, o tom empregado no texto é relevante. O autor adotou uma estratégia de colocar-se como uma voz crítica e ácida ao comportamento governamental e da Comissão da Verdade. Nesse passo, assume a voz da “verdade”, estabelecendo um confronto entre “a verdade” e o “governo” – também ressoada na instituição da Comissão da verdade -, desaprovando a conduta estatal. É o que se depreende: “mas de pouco efeito prático na resolução de problemas internos atuais do Brasil”, “há motivos ocultos – e não tão nobres – para a instauração desse organismo”, “para ganhar prestígio internacional”, “o interesse subliminar do governo atua”, “um trampolim promocional de sua imagem”, “razões [...] excusas³⁵”, “veículo de autopromoção” e “fruto de um governo populista hábil”.

Outro elemento que pode ser destacado é o uso de um comentário intercalado. Essa estratégia visa à ênfase expressiva de dado posicionamento, no caso, a “real intenção” do Estado ao propor a Comissão da Verdade: “no entanto, há motivos ocultos – e não são tão nobres – para a instauração desse organismo [...]”. Além disso, o candidato utiliza-se de comparações, primeiramente, entre a Tropicália e a instituição da Comissão da Verdade, traçando um paralelo do efeito simbólico de ambos, e, posteriormente, na seguinte metáfora

³⁵ Grafia utilizada pelo aluno.

expressiva: “o clima de terror pairava denso em toda a nação como a névoa paira sobre um lago em uma manhã fria de inverno”.

A precisão vocabular é outro traço importante. Há o emprego de expressões bem delineadas no contexto em que se apresentam, demonstrando habilidade autoral: “inquestionável”, “sensato”, “atrocidades”, “censores”, “instauração”, “alinhar”, “prestígio”, “almeja”, “*ipsis literis*”, “subliminar”, “excusas³⁶” e “hábil”. No tocante ao vocabulário, há o uso de expressões cuja função é estipular uma crítica e transformar o não-dito em acidez, como no caso do emprego de “prestígio”, que carrega forte carga irônica, marcada, inclusive, pelo uso das aspas, como em subliminar, evidenciando tratar-se de algo velado escuso.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los.

Na organização, merece destaque a ausência de diálogo marcado com os textos da coletânea. Há, isto sim, o diálogo indireto com o Texto 4, ao criticar a real intenção da instauração da comissão e, mais que isso, apontar interesses diversos dos divulgados. No recorte do conteúdo, salienta-se a retomada do movimento da Tropicália, importante elemento simbólico contra a Ditadura Militar.

Finalmente, quanto aos diálogos, é importante consignar que o aluno utilizou-se do discurso social de consenso, estipulando diálogo, para, posteriormente, desqualificá-lo. Isso ocorre nos seguintes recortes: “Sua importância histórica é inquestionável, contudo é sensato não lhe atribuir papel maior do que o real” e “uma instituição de valor inestimável para a honra da população [...], mas de pouco efeito prático”. Esse uso reforça a comparação efetuada, como também estabelece uma contra-argunção, reduzindo a importância do que foi enunciado.

A terceira redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 13”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo um de oito linhas, dois com cinco – segundo e quarto -, um com sete e um com quatro. O título adiantou a afirmação defendida pelo autor, de maneira pontual e resumida. Não há rasuras no texto.

³⁶ Grafia utilizada pelo aluno.

REDAÇÃO

Texto definitivo

A CIÊNCIA DA VERDADE

A respeito da Comissão da Verdade, instituída no Brasil em 2011 para investigar crimes cometidos durante o regime militar, muitos questionamentos foram levantados. O principal deles é se a verdade alcançada será parcial, isto é, favorecendo e eufemizando a guerrilha, ou imparcial, privilegiando a ciência histórica. Considerando o fato de seu principal objetivo ser somente a investigação de violações dos Direitos Humanos no período, sem caráter punitivo, a Comissão exercerá sem que seus membros tomem partido. Essa reconstrução da História, por sua vez, permitirá a sociedade brasileira ter melhor entendimento do que realmente ocorreu entre 1964 e 1985, trazer consolo às famílias das vítimas e facilitará a consolidação da democracia no país.

A imparcialidade da Comissão da Verdade provém do fato de seu objetivo prioritário ser a investigação de crimes contra os Direitos Humanos, cometidos na ditadura, e a identificação de locais, estruturas e agentes relacionados a esses crimes. Assim, sem ter o poder de punir tais agentes, os membros da Comissão são impossibilitados de favorecer militares ou guerrilheiros, pois não haverá penas a serem distribuídas.

Desse caráter imparcial e científico da Comissão da Verdade, fatos antes obscuros poderão vir à tona e se tornar de conhecimento público, o que permite à sociedade e corretamente entende sobre o que ocorreu durante os chamados "anos de chumbo". Conseqüentemente, a população poderá tirar sua própria interpretação do período e, dessa forma, exercer melhor sua cidadania. Acerca disso, Renata Lessa, em "Ciências Hoje" afirma sobre gerações futuras: "elas poderão construir suas próprias interpretações a respeito da história recente do país com base em uma narrativa que retira do silêncio experiências cruciais para o entendimento de quem somos como nação".

Ademais, devido a seu objetivo majoritariamente investigativo, a Comissão da Verdade possibilita a justiça às famílias das vítimas, ao garantir que obscuros não sejam mais divulgados e midiáticos à população. Nesse aspecto, o mais claro exemplo é certamente a modificação da causa mortis de Vladimir Herzog, de "suicídio" a "morte decorrente de mau trato e de dependência de seqüente éxorcito".

Dessa forma, pode-se inferir que a Comissão da Verdade, sim, irá privilegiar a ciência histórica, pois não atribuirá penas aos principais agentes de crimes do período. A partir disso, é de se esperar que ela venha a ser o marco de uma virada histórica, consolidando a democracia brasileira. De fato, a Comissão da Verdade faz jus a seu nome.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

Na introdução, o autor afirma que a Comissão da Verdade investigará a violação aos Direitos Humanos no período da Ditadura Militar, haja vista que não possui caráter punitivo. Nesse aspecto, há o diálogo com os Textos 2 e 3 da coletânea – criação da Comissão da Verdade para o melhor do que ocorreu entre 1964 e 1985 -, de maneira direta.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando argumenta que a imparcialidade da instituição é garantida pela inexistência de poder punitivo, o que inviabiliza o favorecimento de “militares ou guerrilheiros”. No terceiro parágrafo, há afirmação da retomada da possibilidade de compreensão da realidade dos fatos, existindo, explicitamente, a citação da coletânea, com recorte do seguinte trecho: “Acerca disso, Renata Lessa, em ‘Ciência Hoje’, afirma sobre gerações futuras: ‘Elas poderão construir suas próprias interpretações a respeito da história recente do país com base em uma narrativa que retira do silêncio experiências cruciais para o entendimento de quem somos como nação’”.

No quarto parágrafo, o aluno reafirma que essa investigação garantirá justiça às famílias, evitando distorções da mídia, como ocorreu no caso de Herzog, passando de ‘suicídio’ para “morte decorrente de maus tratos em dependência do segundo Exército”³⁷ como *causa mortis*. Na conclusão, retoma-se a afirmação, pontuando que a “Comissão da Verdade, sim, irá privilegiar a ciência histórica”, dialogando com o título, justificando-o metaforicamente.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para destacar o tom do discurso e, ao mesmo tempo, garantir o distanciamento da subjetividade, assumindo a voz do equilíbrio e da razão – uma voz socialmente aceita: “a sociedade brasileira”, “a consolidação da democracia no país”, “se tornar de conhecimento público”, “permite à sociedade”, “a população”, “exercer sua cidadania”, “a respeito da história do país”, “o entendimento de quem somos como nação”, “justiça às famílias”, “divulgados e midiados à população”³⁸ e “consolidando a democracia brasileira”. Há ainda o uso, em um trecho, da primeira pessoa do plural, em que o autor se inclui na sociedade: “o entendimento de quem somos como nação”.

No estilo individual, o principal traço é no recorte, utilização e dissolução da coletânea ao longo do texto. No primeiro parágrafo, evidencia-se o diálogo com o Texto 2 e 3 – “para investigar crimes cometidos durante o regime militar” -, ao destacar a criação da Comissão da

³⁷ Grafia utilizada pelo vestibulando.

³⁸ Grafia utilizada pelo vestibulando.

Verdade, questionando-se, posteriormente, sua eficácia, em consonância com o Texto 4 – “se a verdade alcançada será parcial, isto é, favorecendo o lado da guerrilha, ou imparcial, privilegiando a ciência histórica”. Mais adiante, há a retomada do Texto 2 – “investigação de violações dos Direitos Humanos” – e, novamente, Texto 4 – “sem caráter punitivo”. E, ainda, novamente com o Texto 2 – “essa reconstrução da história” e o “que realmente ocorreu entre 1964 e 1985”.

Essa estratégia se repetiu no segundo parágrafo, no trecho: “sem ter poder para punir” e “são impossibilitados de favorecer militares ou guerrilhas” – em diálogo com o Texto 4. No terceiro parágrafo, há o diálogo com o Texto 2 – de maneira mais direta – mas também com o Texto 3 – “o que permite à sociedade o correto entendimento do que ocorreu”; “sua própria interpretação do período”; e o recorte, conforme já mencionado, “Acerca disso, Renata Lessa, em ‘Ciência Hoje’, afirma sobre gerações futuras: ‘Elas poderão construir suas próprias interpretações a respeito da história recente do país com base em uma narrativa que retira do silêncio experiências cruciais para o entendimento de quem somos como nação’”.

No quarto parágrafo, retomam-se o Texto 2 – “justiça às famílias das vítimas” e 4 – ao garantir que absurdos não sejam mais divulgados -. Na conclusão, há a retomada do Texto 1 – “pela consolidação da democracia” e Texto 2 – “ela venha a ser um marco de uma virada histórica”. Percebe-se quase uma paráfrase dos textos integrantes da coletânea, assumindo o que se vislumbra ser uma voz do “vestibular” ou da “banca corretora”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

Um elemento do projeto de dizer merece destaque, evidenciando o repertório pessoal do candidato: o exemplo da modificação da “causa mortis” de Herzog de suicídio para “morte decorrente de maus tratos em dependência do segundo Exército”,³⁹.

A quarta redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 14”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de nove linhas, dois com seis – segundo e quarto - e um com oito. O título “Sem meias verdades” adiantou a afirmação defendida pelo autor. Não há rasuras no texto.

³⁹ Grafia utilizada pelo vestibulando.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Sem meias verdades

Analisando-se cuidadosamente todos os aspectos que envolvem a, tão noticiada, "Comissão da Verdade", verifica-se que sua legitimidade pode ser questionada, no que tange sua real necessidade e seu alcance. Quais "verdades" ela tratará à tona? É evidente que pessoas que tiveram familiares torturados ou misteriosamente desaparecidos por agentes públicos do Estado ditatorial, emergem nessa comissão a possibilidade de um resgate da justiça, ainda que tardiamente. Porém, há que se tomar alguns cuidados para que o benefício contemple a sociedade como um todo.

É necessário, por exemplo, atentar ao método que será adotado: será que uma comissão formada por membros que estiveram, de alguma forma, envolvidos com os acontecimentos do período militar, terá a imparcialidade e o distanciamento necessários para apurar rigorosamente as ações então cometidas? É provável que não. Ali está um ponto a ser revisto.

Além disso, adotar "dois pesos e duas medidas" na classificação das ações violentas do período, utilizando como critério o agente agressor - o Estado ou guerrilheiros da resistência ao regime - não parece a forma mais eficaz de mostrar a verdade dos fatos. Toda forma de radicalização, fosse oriunda do governo ditatorial, fosse proveniente da resistência, dificultou o processo de redemocratização e deve, portanto, ser contemplada na apuração da "verdade".

Dessa maneira, deve-se almejar alcançar a verdade total, a verdade que a lei de anistia busca outrora solucionar, e não uma verdade unilateral e maniqueísta. Obviamente nenhuma lógica plausível é capaz de justificar as violências cometidas; porém, que fique claro, as violências cometidas por ambas as partes.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

O autor questiona a “a real necessidade e alcance” da Comissão da Verdade. Afirma que, para famílias dos desaparecidos, a investigação pode ser benéfica, mas deve haver cuidado para que o “benefício contemple a sociedade como um todo”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, há a indagação a respeito dos membros que formarão a comissão: “terão a imparcialidade e o distanciamento necessários?”. O autor entende que não. No parágrafo seguinte, pugna que não deveria ser o agente agressor um critério para escolha dos membros da investigação. A real necessidade seria, ao contrário, a busca pela real verdade.

Na conclusão, o aluno retoma a afirmação principal, de que a Comissão da Verdade deve pautar-se pela busca da verdade, a qual teria sido mitigada pela Lei da Anistia. Para tanto, seria necessário verificar as violências cometidas por ambas as partes. Há, como se verifica, um diálogo demarcado de retomada e reforço, com aproximação, do Texto da coletânea, integrando a afirmação central: a Comissão da Verdade deve apurar a violência cometida por agentes do governo e guerrilheiros.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para criticar a parcialidade da Comissão da Verdade: “alisando-se”, “verifica-se que sua legitimidade”, “pessoas que tiveram seus familiares torturados”, “agentes públicos do Estado ditatorial”, “contemple a sociedade como um todo”, “atentar ao método”, “membros que estiveram [...] envolvidos”, “toda forma de radicalização” e “as violências cometidas por ambas as partes”.

No estilo individual, houve o emprego de estratégias de perguntas retóricas com contra-argumentação. Nessa técnica, o candidato apresenta um questionamento, responde ao que foi perguntado, posicionando-se contrariamente a uma afirmação contestada: “Quais ‘verdades’ ela trará à tona? [...] uma possibilidade de um resgate da Justiça [...]. Porém, há que se tomar alguns cuidados para que o benefício contemple a sociedade como um todo”; “terão a imparcialidade e o distanciamento necessários para apurar rigorosamente as ações então cometidas? É plausível que não. Aí está um ponto a ser revisto”.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que evidenciam o equilíbrio na análise do problema, apagando marcas de pessoalidade e subjetividade, emergindo o discurso da razão e da verdade: “é necessário [...] atentar o método que será adotado”, “é provável que não”, “aí está um ponto a ser revisto”, “não parece

a forma mais eficaz de mostrar a verdade dos fatos”, “deve [...] ser contemplada” e “nenhuma lógica plausível é capaz de justificar violências”.

A precisão vocabular é outro traço importante. Há o emprego das seguintes expressões: “legitimidade”, “tange”, “contemple”, “proveniente”, “almejar”, “solapar” e “plausível”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

A quinta redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 15”, foi escrita em vinte e oito linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo um com quatro linhas, um com cinco linhas, três com seis – segundo, quarto e quinto. O título “Do passado, lições” antecipa a afirmação desenvolvida pelo aluno, é sucinto e direto. Há quatro rasuras no texto.

REDAÇÃO

Texto definitivo

Do passado, lições

Esclarecimento. Realidade. Fatos. Essas são ambições não apenas da Comissão da Verdade, como também dos brasileiros de uma forma geral. Sem as esperadas revelações de um passado tão próximo, como seria possível considerar, em algum momento, a vigência de um Estado plenamente democrático?

É direito da população, enquanto cidadãos, ter acesso à famigerada transparência governamental – algo supervalorizado nos últimos anos. Integrando esse contexto, a criação (ainda que tardia) da Comissão da Verdade tem objetivos claros: expor o que hoje são lapsos na história do país. É sabido que há noções do que está para ser revelado e, por esse motivo, ^{tem-se} a consciência de que estará sendo tratado de chegas, e especialmente para as famílias das vítimas, bem como para o próprio Estado.

Todavia, mesmo esse sendo o cenário legado pelo último período de execução brasileiro, é necessário que passemos por tais sinuosos percursos de revelação. O Brasil necessita de confirmações formais do que de fato ocorreu: as torturas, os alçozes e todos os crimes contra os Direitos Humanos devem ser declarados formalmente, como alguns países latinos sabiamente já fizeram.

Nesse diapasão, não se pode ignorar que são apontadas algumas "falhas" na Comissão, como as possíveis limitações investigativas por não serem pesquisados crimes cometidos por guerrilheiros e a falta de qualificação científica dos integrantes. Entretanto, a consolidação dessa iniciativa reveladora deve ser considerada, mesmo que julgada imperfeita, um mérito para o atual governo, pois espera-se, agora, um início, um meio e - finalmente - um fim para a trajetória de que até então ocorreu.

Se pelo menos parte desse passado obscuro for iluminado, já será um grande feito para toda a sociedade, haja vista que há tempos se almejam algumas verdades: a verdade histórica, a verdade para as famílias das vítimas, a veracidade das atrocidades, a verdadeira transparência. Apenas após tudo esclarecido é que será possível deixar que o passado pertença à História, e o novo caminho do país rumo para direções certas, sabendo o que não deve ser repetido.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

3

UFSP1204/Redação

(Redação Argumentativa Escolar nº 15 [01035371])

Na introdução, o autor afirma que a investigação da verdade é um desejo de todos os brasileiros e da Comissão da Verdade, necessidade premente de um Estado democrático.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o aluno afirma ser necessária a transparência governamental, o que trará luz a um período histórico obscuro do país. Nos dois primeiros parágrafos, há diálogo com o Texto 1 da coletânea. No terceiro parágrafo, em diálogo com o Texto 3 da coletânea, há a afirmação de que o país precisa reconhecer as atrocidades cometidas ao longo da ditadura, acompanhando o modelo de outros “países latinos”. No quarto parágrafo, em diálogo com o Texto 4 da coletânea, aponta-se que a Comissão da Verdade possui falhas em sua composição e capacidade investigativa, especialmente pela falta de rigor científico e ausência de aferição dos crimes cometidos pelos guerrilheiros.

Na conclusão, o vestibulando reconhece a importância da Comissão da Verdade, reforçando a afirmação inicial. Aponta que se trata de um importante marco para a história do país, para fixar práticas que não devem ser repetidas.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes para evidenciar o desejo social e, mais que isso, a beneficiária da Comissão da Verdade – a

sociedade, estabelecendo-se um diálogo de concordância com a comissão, com ressalvas quanto a algumas falhas na composição da investigação, condenando as práticas ditatoriais: “dos brasileiros de uma forma geral”, “é direito da população”, “enquanto cidadãos”, “as famílias das vítimas”, “O Brasil”, “para a toda sociedade”, “se almejam” e “um novo caminhar para o país”. Concomitantemente, há o uso da primeira pessoa do plural, em que o candidato se inclui no que é apresentado, estabelecendo-se um diálogo de concordância: “é necessário que passemos por tais percursos”.

No estilo individual, na introdução, houve o emprego de frases nominais curtas, com o objetivo de, expressivamente, indicar os desejos da Comissão da Verdade e da população, apresentando a afirmação do autor. Também na introdução, há o emprego de uma pergunta retórica, cuja finalidade é promover um questionamento em que a resposta fortalece a afirmação inicial.

Ao longo do enunciado, há comentários, buscando reforçar e acentuar a defesa de um ponto de vista: “- algo supervalorizado nos últimos anos”; “(ainda que tardia)”; “sabidamente” e “- finalmente -”. Um terceiro traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que evidenciam o equilíbrio na análise do problema, apagando marcas de pessoalidade e subjetividade: “expôr o que são hoje lapsos da história”⁴⁰, “há noções do que está para ser revelado”, “tem-se consciência”, “passemos por tais sinuosos percursos”, “devem ser formalmente declarados”, “não se deve ignorar”, “possíveis limitações”, “deve ser considerada”, “mesmo que julgada imperfeita”, “pois espera-se”, “do que até então ocorreu”, “parte desse passado obscuro”, “já será um grande feito”, e “será possível deixar”.

A precisão e profundidade vocabular é outro traço importante. Há o emprego de expressões precisas e bem colocadas no contexto em que se apresentam, demonstrando habilidade autoral: “famigeradas”, “lapsos”, “chagas”, “legado”, “sinuosos”, “percursos”, “algozes”, “diapasão”, “haja vista”, “almejam” e “veracidade”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

Na organização, merece destaque o diálogo com os textos da coletânea 1, 2, 3 e 4 e com o tema, com resposta explícita ao questionamento “Comissão da Verdade: que verdade alcançar?”. No tocante aos diálogos e ao estilo, pontua-se o uso do equilíbrio na articulação dos argumentos, aproximando-se da voz da verdade, da razão.

⁴⁰ Grafia utilizada pelo aluno.

4 Redações analisadas do vestibular da Unifesp 14

A segunda redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 17”, foi escrita em trinta e uma linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo dois com seis – primeiro e segundo –, dois com cinco – terceiro e quinto – e um com sete. O título “Interesses ultrapassam direitos” adianta a afirmação defendida pelo autor, é direto e curto. Há uma rasura no texto.



REDAÇÃO

Texto definitivo

Interesses ultrapassam direitos

O programa de espionagem norte-americano, ao ser analisado como uma ferramenta política de uma grande potência mundial, demonstra objetivos estratégicos que vão além da autoproteção. Ações contra a privacidade de países e empresas aliados, além da grave violação de direitos pessoais, são fatores claros para delinear interesses políticos e econômicos sobre ações de outros Estados.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem garante a privacidade a todos os cidadãos, e a espionagem, de qualquer que seja sua origem, viola esse direito. No Brasil, até mesmo investigações criminais precisam de mandatos para a quebra de sigilo de informações pessoais, e assim as agências de segurança dos Estados Unidos desrespeitam a soberania nacional brasileira ao fazê-lo sem permissão.

Além disso, os motivos apresentados não são coerentes com os fatos. A autoproteção não justifica a espionagem de nações amigas, pois há países inimigos que realmente apresentam perigo em potencial. Fala-se também de investigação sobre a Petrobras, o que dissolve a justificativa já que uma empresa petrolífera não representa risco à segurança de outro país.

Pode-se perceber que, como nação hegemônica hoje, os EUA apresentam fortes interesses econômicos e geopolíticos em áreas que lhe podem ser úteis ou concorrentes, o que por si só explica o verdadeiro motivo de espionarem. A informação e o controle são fundamentais para manter uma potência e, diferentemente do Império Romano que decaiu por perder tal controle sobre sua enorme área, os EUA usam todos os recursos para manter-se em sua posição, independentemente dos direitos individuais que sejam violados.

Conclui-se, assim, que o programa denunciado por Snowden tem como principal fundamento o poderio norte-americano sobre o mundo, tanto econômico quanto político, que coloca os interesses à frente da diplomacia real e verdadeira, avançando sobre os direitos ~~de~~ universais do homem, no caso evidenciada a privacidade individual.

UFSP1301 | FolhaRedação

(Redação Argumentativa Escolar nº 17 [03003060])

Na introdução, o autor apresenta a afirmação de que a espionagem do governo norte-americano tem “objetivos estratégicos além da autoproteção”, abrangendo aspectos políticos e econômicos. Há diálogo com os Textos 2 e 3 da coletânea e com a proposição, apresentando resposta à pergunta integrante da proposição: “Ações contra a privacidade de países e empresas aliados, além da grave violação de direitos pessoais, são fatores claros para delinear interesses políticos e econômicos sobre ações de outros Estados”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, há a análise da prática do governo americano como uma forma de infração aos direitos humanos e à soberania nacional. Sustenta-se essa afirmação no pressuposto de que, no Brasil, para interceptar informações, há a necessidade de uma ordem judicial, o vestibulando utiliza-se de fatos para demonstrar a pertinência de sua afirmação. Novamente, há o diálogo com os Textos 2 e 3 da coletânea, em especial reforçando a ideia de violações aos direitos individuais e internacionais.

No terceiro parágrafo, há a contra-argumentação à afirmação de que a espionagem é uma medida protetiva, fundamentando-se em que “nações amigas” não representam risco em potencial. Da mesma forma, empresas como a Petrobras – alvos da espionagem – não apresentam qualquer perigo à soberania nacional. Há, nesse passo, diálogo com o Texto 3 da coletânea, repisando a afirmação de que há violação aos direitos internacionais.

No quarto parágrafo, o autor defende que a espionagem norte-americana tem a finalidade de proteger direitos econômicos e políticos, buscando manter-se na posição hegemônica que se encontra hoje, mesmo que à custa da violação de direitos individuais. Indiretamente, há diálogo com os Textos 4 e 5 da coletânea, ao demarcar a ação do governo americano como algo estratégico, ainda que ilegal.

Na conclusão, há o diálogo com o Texto 1 da coletânea, ao retomar a denúncia de Snowden, apontando a real intenção do governo norte-americano: “o poderio [...] sobre o mundo, tanto econômico quanto político”, subjugando “direitos universais do homem”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto: “o programa de espionagem norte-americano”, “a privacidade de países e empresas aliados”, “violação de direitos pessoais”, “interesses políticos e econômicos”, “A privacidade de todos os cidadãos”, “No Brasil”, “agências de segurança dos Estados Unidos”, “a espionagem de nações amigas”, “Pode-se perceber”, “os EUA apresentam”, “os EUA usam”, “o poderio norte-americano sobre o mundo” e “os direitos universais do homem”.

No estilo individual, houve o emprego, no segundo parágrafo, de estratégias de contra-argumentação, apresentando-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem e imputando infração ao dispositivo pela prática norte-americana. Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que evidenciam equilíbrio na argumentação, adotando um discurso de desaprovação da prática da espionagem, mas de maneira ponderada: “demonstram objetivos estratégicos que vão além da autoproteção”, “as agências de segurança [...] desrespeitam a soberania”, “Não justifica a espionagem de nações amigas”, “não representa risco à segurança de outro país”, “Os EUA apresentam fortes interesses” e “Os EUA usam todos os recursos”. Ainda que não predominante, há um tom um pouco mais forte – crítico demarcado - na seguinte passagem: “tem como principal fundamento o poderio norte-americano sobre o mundo [...] que coloca os interesses à frente da diplomacia”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado

Na organização, merece destaque o diálogo marcado com os Textos 2 e 3 da coletânea e indireto com os Textos 4 e 5. Houve a resposta ao questionamento da proposição, estabelecendo-se diálogo com a banca corretora – em busca de assunção - em resposta à determinação da proposição. Um elemento do projeto de dizer evidencia o repertório pessoal do candidato: a comparação do governo norte-americano com o Império Romano, justificando a manobra realizada. Pontua-se ainda que o autor faz o uso da voz da verdade e do equilíbrio, ponderando o que julga a realidade.

A terceira redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 18”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de nove linhas, um com dez, um com seis e um com sete. O título “O ‘Grande Irmão’ em atividade” cria uma comparação do atual governo

dos Estados Unidos com a obra "1984", de George Orwell, além de deixar implícita a crítica à espionagem norte-americana. Há três rasuras no texto.



REDAÇÃO
Texto definitivo

① "Grande Irmão" em atividade

Sucessor de Bush, o ex-presidente americano reconhecido internacionalmente por sua política externa baseada no unilateralismo militar dos Estados Unidos e na guerra contra o terror, Barack Obama recebeu a difícil missão de restaurar a imagem do país. Reorganizando as estratégias, Obama optou por substituir o unilateralismo pelo multilateralismo, em que a nação norte-americana procura agir em conjunto com seus aliados, e substituiu também os ataques preventivos, recentemente na era Bush, pelo aprimoramento de técnicas de espionagem. Supostamente o programa de espionagem serviria ao país com a finalidade de autoproteção, entretanto o vazamento, que denunciou o monitoramento sobre ligações telefônicas e e-mails de internet de cidadãos comuns, contribuiu para caracterizar a espionagem como uma violação inaceitável à autonomia das outras nações.

A Agência de Segurança Nacional (NSA), após a denúncia de Edward Snowden, ex-técnico da CIA que atualmente encontra-se refugiado na Rússia, foi aclamada como um órgão cujo objetivo é manter a "Pax Americana" e não lutar contra o terrorismo. Sendo os Estados Unidos a potência hegemônica pós-Guerra Fria, o país foi alvo de inúmeras contestações anti-imperialistas. A exemplo temos o ataque terrorista que pôs abaixo as Torres Gêmeas americanas em 11 de setembro de 2001. Frente a ameaça nacional desse episódio, o país se empenhou no desenvolvimento de meios capazes de evitar ataques de dimensões similares. Dentre os meios desenvolvidos estava a espionagem que, se destinada exclusivamente ao controle de grupos terroristas como a Al Qaeda, serviria aos propósitos de autoproteção, mas ~~era~~ abrangendo o monitoramento de líderes de outras nações e seus cidadãos comuns consolidou-se como uma transgressão americana aos direitos civis e políticos.

Outra prova de que a espionagem não fora um recurso nacional em prol da defesa do território, a despeito do que alega Obama, é a investigação que a NSA realizou sobre corporações importantes, tal como a Petrobras brasileira. Principal empresa do Brasil no ramo da extração petrolífera, justamente no momento em que as premissas da nova jazida, denominada Pré-Sal, encantam o mundo, a Petrobras como alvo de espionagem pressupõe que esse instrumento norte-americano visa garantir os interesses econômicos do ambicioso Estado americano.

Tendo em vista o caráter invasivo que a espionagem americana adquiriu, é plenamente coerente que o Brasil e as outras nações pressionem com veemência os Estados Unidos para que ele adote sua política externa a um molde que não cause ferimentos às soberanias dos países ao redor do mundo. É evidente que a segurança nacional é de extrema importância para um país, contudo não se pode subjulgar toda a população que não habite os Estados Unidos a uma condição de perigosas ameaças à segurança a fim de submetê-la à privação de seus direitos constitucionais.

UFSP1301 | FolhaRedação

(Redação Argumentativa Escolar nº 18 [03006557])

Na introdução, o autor apresenta um contexto histórico recente da transição entre os governos de Bush e Obama, condenando a espionagem norte-americana, caracterizando-a como “uma violação inaceitável à autonomia de outras nações”. Há o diálogo com o Texto 2 da coletânea e com a proposição, respondendo explicitamente à questão posta no tema, estabelecendo, indiretamente, um diálogo com a banca corretora, em resposta à determinação da tarefa.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando reitera o diálogo com o Texto 2, apresentando a denúncia de Edward Snowden. Traça um quadro histórico do período “pós-Guerra Fria”, em que os EUA se tornaram alvos de “contestações anti-imperialistas”, como foram os atentados de 11 de setembro de 2001. Contudo, afirma que “o monitoramento de líderes de outras nações e cidadãos comuns” é reprovável e não se justifica. No quarto parágrafo, em diálogo com o Texto 3 da coletânea, o candidato traz o caso da espionagem da Petrobras, à qual qualifica como uma medida para “garantir os interesses econômicos do ambicioso Estado americano”.

Na conclusão, o vestibulando retoma a afirmação de que a espionagem norte-americana é uma infração aos direitos de outras nações, defendendo que os governos pressionem “com veemência os Estados Unidos”, respeitando-se a soberania nacional.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. O locutor adota uma voz autoral, distanciando-se do “eu-pessoa”, evidenciando o discurso do bom senso, da razão, da verdade, ainda que expressando uma opinião: “o vazamento [...] contribuiu para caracterizar a espionagem como uma violação inaceitável”, “A Agência de Segurança Nacional (NSA) [...] foi aclamada como órgão cujo objetivo é manter a ‘Pax Americana’”, “mas abrangendo o monitoramento de líderes [...] consolida-se como uma transgressão”, “outra prova de que a espionagem não fora um recurso nacional em prol da defesa do território [...] é a investigação de a NSA realizou sobre

corporações importantes”, “visa garantir os interesses econômicos do ambicioso Estado americano”, “tendo em vista o caráter invasivo que a espionagem americana adquiriu”, “é plenamente coerente que o Brasil e as outras nações pressionem”, “adeque sua política externa a um molde que não cause ferimento”, “é evidente que a segurança nacional é de extrema importância” e “não habilite os Estados Unidos a uma condição de prováveis ameaçadores”. Há o uso da primeira pessoa do plural, na qual o candidato se inclui como parte da população, estabelecendo um diálogo de concordância com o que é enunciado: “A exemplo temos o ataque terrorista que pôs abaixo as Torres Gêmeas”.

No estilo individual, houve o emprego de estratégias de contra-argumentação, marcando o discurso de desaprovação do que é contestado: “supostamente o programa de espionagem serviria ao país com a finalidade de autoproteção, entretanto o vazamento, que denunciou o monitoramento sobre ligações telefônicas e contas de internet de cidadãos comuns, contribuiu para caracterizar a espionagem como uma violação inaceitável à autonomia das outras nações”; “Dentre os meios desenvolvidos estava a espionagem que, se destinada exclusivamente ao controle de grupos terroristas como o Al Qaeda, serviria ao propósito de autoproteção, mas abrangendo o monitoramento de líderes de outras nações e cidadãos comuns consolida-se como uma transgressão americana aos direitos civis e políticos”. Há, nesse caso, um diálogo de desaprovação e distanciamento com a prática da espionagem do governo americano.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que demonstram equilíbrio argumentativo, ainda que, em algumas passagens, haja discordância marcada com o discurso: “ex-presidente reconhecido”, “recebeu a difícil missão”, “reorganizando as estratégias”, “Obama optou por”, “procura agir em conjunto com seus aliados”, “substituiu também os ataques preventivos”, “aprimoramento de técnicas de espionagem”, “supostamente o programa”, “contribuiu para caracterizar”, “violação inaceitável”, “foi aclamada”, “o país se empenhou”, “serviria ao propósito de autoproteção”, “consolida-se como uma transgressão”, “a despeito do que alega Obama”, “realizou sobre corporações importantes”, “esse instrumento norte-americano visa garantir dos interesses econômicos”, “é plenamente coerente”, “que ele adeque sua política externa a um molde que não cause ferimentos”, “É evidente que a segurança nacional”, “não se pode subjulgar”⁴¹ e “não habilite os Estados Unidos”.

⁴¹ Grafia utilizada pelo candidato.

A habilidade vocabular é outro traço importante. Há o emprego de expressões precisas e bem colocadas no contexto em que se apresentam, demonstrando habilidade autoral: “unilateralismo”, “restaurar”, “multilateralismo”, “recorrentes”, “aprimoramento”, “supostamente”, “contribuiu”, “violação”, “Pax Americana”, “hegemônica”, “empenhou”, “dimensões”, “similares”, “consolidou-se”, “transgressão”, “prol”, “despeito”, “pressupõe”, “invasivo”, “coerente”, “veemência”, “subjulgar”⁴² e “submetê-los”. O discente ainda utilizou, ainda que em uma ocorrência demarcada, marcas de oralidade: “que pôs abaixo”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

Na organização, merece destaque o diálogo com todos os textos da coletânea, respondendo-se explicitamente ao questionamento da proposição: “para caracterizar a espionagem como uma violação inaceitável à autonomia das outras nações”. Dois elementos do projeto de dizer evidenciam o repertório pessoal do candidato no uso do discurso social e escolar - a explicação de como a sucessão presidencial norte-americana interferiu nas relações internacionais e como o ataque às Torres Gêmeas modificaram a conduta do país: “Sucessor de Bush, o ex-presidente americano reconhecido internacionalmente por sua política externa baseada no unilateralismo militar dos Estados Unidos e na guerra contra o terror, Barack Obama recebeu a difícil tarefa de restaurar a imagem do país. [...] Obama optou por substituir o unilateralismo pelo multilateralismo [...] pelo aprimoramento de técnicas de espionagem”; “Frente a⁴³ comoção nacional desse episódio, o país se empenhou no desenvolvimento de meios capazes de evitar ataques de dimensões similares”.

No tocante aos diálogos, pontua-se ainda que o autor assume a voz da prudência e da verdade, apresentando o que julga a realidade.

A quarta redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 19”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um com sete linhas, um com onze, um com seis e um com cinco. O título “O olhar soberano dos Estados Unidos” adianta o posicionamento do aluno, evidenciando a prática do governo norte-americano. Não há rasuras no texto.

⁴² Grafia utilizada pelo candidato.

⁴³ Construção utilizada pelo candidato.



REDAÇÃO
 Texto definitivo

Olhar soberano dos Estados Unidos.

A violação da privacidade e das liberdades individuais por parte de um Estado onipotente foi prevista por George Orwell, no livro "1984". Sob total controle do governo, a população é monitorada pelo chamado "Big Brother", o "Grande Irmão", que tudo vê. No ano de 2013, os Estados Unidos concretizam uma ficção a partir de um programa de espionagem que, em países como o Brasil e a Alemanha, rompem a soberania dos governantes e violam os direitos da nação.

Os Estados Unidos mantêm um histórico vasto de sobreposição de suas estratégias geopolíticas e econômicas em detrimento dos interesses de outras nações. Valem-se do discurso pró-direitos humanos para adentrar territórios internacionais, com seus objetivos de acessar reservas petrolíferas. No cenário atual, valem-se do discurso anti-terrorista para justificar a espionagem realizada no Brasil — além de outros países —, sendo que, em nosso país, essa foi especialmente direcionada à Petrobras. Nesse sentido, fica evidente que a meta norte-americana em manter sua hegemonia conta com mecanismos inestritos, ainda que estes violem a privacidade de um Estado e as liberdades civis.

A partir da revelação da existência do programa de espionagem, escancarou-se a parcialidade do governo norte-americano quanto à ratificada noção de liberdade. Além disso, ao desfrutar com impunibilidade de sua superioridade tecnológica, o "Big Brother" do século XXI compromete o capítulo da história no qual se definiu a "política da boa vizinhança".

Aperceber uma página inédita de temores geopolíticos, é evidente que a organização mundial tem como indispensável a manutenção da soberania dos Estados sobre seus territórios. Em oposição ao resultado de "1984", em 2013 é imprescindível que o direito das nações seja preservado.

Na introdução, o autor faz uma comparação entre o estado norte-americano e o “Grande Irmão”, da obra “1984”, de George Orwell, classificando a espionagem como uma violação à soberania e aos direitos dos países vigiados. Há o diálogo com o Texto 2 da coletânea e com a proposição, articulando resposta à questão posta no tema, estabelecendo, indiretamente, um diálogo com a banca corretora, em resposta à determinação da tarefa a ser realizada.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando socorre-se do quadro histórico dos Estados Unidos, ponderando que a nação vale-se de estratégias “geopolíticas e econômicas em detrimento de interesses de outras nações”. Para tanto, há o emprego do discurso “pro-direitos humanos” e “antiterrorista” para justificar atos de espionagem. Há, novamente, diálogo – em retomada e concordância com a coletânea - com o Texto 2, por meio da análise da espionagem da Petrobras e da violação dos direitos dos outros países.

No terceiro parágrafo, há a crítica à postura do governo norte-americano, que se utiliza da superioridade tecnológica que possui para se tornar o “Big Brother do século XXI” e ferir a “política da boa vizinhança”. Na conclusão, o vestibulando retoma a afirmação de que a espionagem norte-americana é uma infração aos direitos de outras nações, afirmando que o fim deve ser distinto ao da obra “1984”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. O locutor adota uma voz autoral, evidenciando o discurso da verdade: “No ano de 2013, os Estados Unidos concretizam essa ficção a partir de um programa de espionagem que [...] rompem a soberania dos governantes e violam os direitos da nação”, “Os Estados Unidos mantém⁴⁴ um histórico vasto de sobreposição de suas estratégias [...]. Valeram-se do discurso antiterrorista para justificar [...]”, “fica evidente que a meta norte-americana em manter sua hegemonia conta com mecanismos irrestritos, ainda que estes⁴⁵ violem”, “escancara-se a parcialidade do governo”, “ao desfrutar com irresponsabilidade [...] compromete o capítulo da história”, “é evidente que a organização mundial tem como indispensável a manutenção dos Estados sobre seus territórios” e “é imprescindível que o direito das nações seja preservado”. Há o uso da primeira pessoa do plural, em qual o candidato se inclui como parte da população, estabelecendo um diálogo de concordância com

⁴⁴ Grafia utilizada pelo aluno.

⁴⁵ Grafia utilizada pelo aluno.

o que é enunciado: “sendo que, em nosso país, essa foi especialmente direcionada à Petrobrás⁴⁶”.

No estilo individual, houve o emprego de estratégias de contra-argumentação, por meio do sentido de concessão, marcando o discurso de desaprovação do que é contestado: “Nesse sentido, fica evidente que a meta norte-americana em manter sua hegemonia conta com mecanismos irrestritos, ainda que estes⁴⁷ violem a privacidade de um Estado e as liberdades civis”; “Apesar dessa página inédita de tensões geopolíticas, é evidente que a organização mundial tem como indispensável a manutenção da soberania dos Estados sobre seus territórios”. Outro elemento importante da marca autoral é o uso do comentário intercalado, dando ênfase ao que é enunciado e reforçando o discurso – agravando a denúncia da espionagem como algo que atinge outros países -, em busca da concordância do leitor: “No cenário atual, valem-se do discurso antiterrorista para justificar a espionagem realizada no Brasil – além de outros países -, sendo que, em nosso país, essa foi especialmente direcionada à Petrobrás⁴⁸”.

Um terceiro traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que demonstram a estratégia de uma argumentação incisiva, demarcando a crítica ao comportamento: “um Estado onipotente”, “Os Estados Unidos concretizam”, “rompem a soberania dos governantes e violam os direitos da nação”, “um histórico vasto de sobreposição [...] em detrimento”, “Valeram-se do discurso pró-direitos humanos para adentrar [] com reais objetivos de acessar reservas petrolíferas”, “valem-se do discurso antiterrorista para justificar”, “fica evidente que a meta norte-americana em manter sua hegemonia conta com mecanismos irrestritos, ainda que estes⁴⁹ violem a privacidade”, “escancara-se a parcialidade”, “ao desfrutar com irresponsabilidade sua superioridade”, “compromete o capítulo da história”, “é evidente que a organização mundial tem como indispensável” e “é imprescindível que o direito das nações seja preservado”.

A habilidade vocabular é outro traço importante. Destaca-se o uso dos termos: “violação”, “onipotente”, “monitorada”, “concretizam”, “soberania”, “sobreposição”, “detrimento”, “adentrar”, “discurso”, “irrestritos”, “hegemonia”, “escancara-se”, “ratificada”, “desfrutar”, “tensões”, “indispensável”, “oposição”, “imprescindível” e “preservado”. O

⁴⁶ Grafia utilizada pelo aluno.

⁴⁷ Grafia utilizada pelo aluno.

⁴⁸ Grafia utilizada pelo aluno.

⁴⁹ Grafia utilizada pelo aluno.

discente ainda utilizou, ainda que em uma ocorrência demarcada, de expressão popular: “política da boa vizinhança”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

Na organização, merece destaque o diálogo demarcado com os Textos 2 e 3 da coletânea, respondendo-se explicitamente ao questionamento da proposição: “rompem com a soberania dos governos e violam os direitos da nação”. Um elemento do projeto de dizer evidencia o repertório pessoal do candidato, ao estipular uma comparação entre a obra “1984”, de George Orwell e a prática atual dos Estados Unidos: “A violação da privacidade e das liberdades individuais por parte de um Estado onipotente foi prevista por George Orwell⁵⁰, no livro “1984”. Sob total controle do governo, a população é monitorada pelo chamado “Big Brother”, o “Grande Irmão”, que tudo vê. No ano de 2013, os Estados Unidos concretizam essa ficção a partir de um programa de espionagem que, em países como o Brasil e a Alemanha, rompem a soberania dos governantes e violam os direitos da nação”; “Em oposição ao resultado de “1984”, em 2013 é imprescindível que o direito das nações seja preservado”.

No tocante aos diálogos, pontua-se ainda que o autor assume a voz da verdade, traçando um diagnóstico da prática da espionagem do governo norte-americano, marcando a opinião de forma direta e pontual.

A quinta redação analisada do Vestibular da UNIFESP de 2014 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 20”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo um com sete linhas, dois com seis – segundo e quarto -, um com oito e um com cinco. O título “A espionagem moderna” adianta o tema, mas não traz explícito o posicionamento do candidato. Há quatro rasuras no texto.

⁵⁰ Grafia utilizada pelo candidato.



03 01 41 85

REDAÇÃO

Texto definitivo

A espionagem moderna

A espionagem é velha conhecida da população global. Das comuns e prestigiadas em filmes que retratam espies de períodos da Segunda Guerra. A busca por informações privilegiadas sempre foi alvo dos grandes potências como mecanismos de ampliar seu poder. Todavia, a espionagem renasce em uma versão onisciente e onipotente assistindo tanto chefes de Estado como civis. A grande operação da Agência Nacional de Segurança (NSA), cuja data de divulgação foi a fuga por seu ex-técnico Edward Snowden em 2013, estabelece os novos parâmetros da espionagem: o desrespeito à soberania das nações e a quebra de direitos à privacidade.

Com essas revelações, o famoso discurso norte-americano de "Guerra ao Terror" já não cabe mais. Os espionagens incluem os países amigos, os Estados Unidos deixaram claro que seus interesses vão além da autoproteção. O interesse na Petrobrás, por exemplo, é de ordem econômica. O monitoramento da presidente Dilma Rousseff e da empresa Petrobrás demonstram como as ações da NSA deterioraram a soberania nacional e provocaram deslealdade nos comércios internacionais.

A fim de se desvincular dos críticos e das declarações de repúdio os monitoramentos realizados pela NSA, representantes da agência declararam que a prática da espionagem não é unilateral, mas sim, generalizada. Países europeus também estão espionando os E.U.A. Porém, não os grandes empresas norte-americanas como Google, Twitter e Facebook que controlam a internet global e são capazes de repassar informações os governos enquanto a União Europeia procura mecanismos para se controlar. O fato é que essa nova competição por espionagem lançada pelos norte-americanos não pode ser freada e prejudicará os países tecnologicamente inferiores.

Nesse contexto, o mundo ainda está em estado de alerta, surpreendido com a onipotência dos mecanismos de espionagem. Ficou esclarecido que vive-se em uma "sociedade de controle" conforme define Michel Foucault, em que vigiar é o mecanismo mais eficaz de controle. O princípio estabelecido é exatamente o da liberdade vigiada, assim, internet e telecomunicações não valem para fins que lhes interessam, não se beneficiam-se na economia e na geopolítica de cada informação recolhida.

Portanto, os espies não se extinguiram com o término da Segunda Guerra, e o estabelecimento dos Estados Unidos como potência mundial. Os "James Bond" operam e transformam em técnicas de informática que exercem seu ofício sem sair de uma sala. Assiste-se ao fim da liberdade individual e dos direitos nacionais e à ascensão da tecnologia como uma arma perniciosa.

Na introdução, o autor parte da premissa de que a espionagem é algo comum na história, sendo especialmente retratada em filmes que narram a Guerra Fria. Afirma que a espionagem norte-americana alcançou “uma versão onisciente e onipotente”. Em diálogo marcado com o Texto 2 da coletânea, traz a informação da denúncia do ex-técnico da Cia, Edward Snowden, apresentando a afirmação de que a espionagem americana é um “desrespeito à soberania das nações e a quebra do direito à privacidade”, respondendo explicitamente à questão integrante da proposição.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando alude que o discurso norte-americano de “Guerra ao Terror” é descabido, haja vista que, “ao espionar inclusive nações amigas”, explicita-se que o interesse do Estado é outro, como nos casos da espionagem da Petrobras e da presidente Dilma Rousseff. Há diálogo com o Texto 3 da coletânea, extraindo dados para a composição do enunciado, demarcando concordância com o trecho reiterado.

No terceiro parágrafo, em diálogo com os Textos 1, 2, 3, 4 e 5, argumenta que a NSA tentou justificar a espionagem como prática comum entre as nações, mas que grandes empresas americanas como o “Google, Twitter e Facebook” repassam informações ao governo, colocando os países com menor tecnologia à mercê dos Estados Unidos. No quarto parágrafo, há a comparação da espionagem à ‘sociedade de controle’, definida por Michel Foucault, em que vigiar é a melhor forma de controle. A prática “estadunidense é exatamente a liberdade vigiada”, utilizando-se da internet e das comunicações para benefícios “na economia e na geopolítica”.

Na conclusão, reafirma-se que a espionagem não ficou restrita à Guerra Fria, mas transformou-se no cenário atual. “Assiste-se ao fim da liberdade individual e dos direitos nacionais”, transformando a tecnologia em uma poderosa arma.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. O locutor adota uma voz autoral, evidenciando o discurso da verdade, ainda que com a opinião marcada: “a espionagem ressurgiu em uma versão onisciente e onipotente”, “estabelece novos parâmetros da espionagem: o desrespeito à soberania das nações e a quebra do direito à privacidade”, “os Estados Unidos deixaram claro que seus interesses vão além da autoproteção”, “deterioram a soberania nacional e provocam deslealdade no comércio internacional”, “são as grandes empresas norte-americanas [...] acusadas de repassar informações ao governo”, “o fato é que essa nova competição [...] não pode ser freada e prejudicará os países” e “o mundo está em estado de alerta, surpreendido com a onipotência dos mecanismos de espionagem”, “O princípio estadunidense é exatamente

o da liberdade vigiada”, “visando beneficiarem-se na economia e na geopolítica de cada informação recolhida”, “Os ‘James Bond’ apenas se transformaram em técnicos de informática” e “Assiste-se ao fim da liberdade individual e dos direitos nacionais e à ascensão da tecnologia como uma arma poderosa”.

No estilo individual, houve o emprego de estratégias de contra-argumentação, por meio do sentido de adversidade, marcando o discurso de desaprovação do que é contestado: “A fim de se desvencilharem das críticas e das declarações de repúdio ao monitoramento realizado pela NSA, representantes da agência declararam que a prática da espionagem não é unilateral, mas sim, generalizada. Países europeus também estariam espionando os EUA. Porém, são as grandes empresas norte-americanas [] que controlam a internet e são acusadas de repassar informações.

Um segundo traço do estilo individual e autoral é o tom empregado no texto. Existem marcas que demonstram a estratégia de uma argumentação incisiva, demarcando a crítica ao comportamento: “versão onisciente e onipotente”, “assustando tanto chefes de Estado como civis”, “desrespeito à soberania das nações e a quebra do direito à privacidade”, “deterioram a soberania nacional e provocam deslealdade no comércio internacional”, “A fim de se desvencilharem das declarações de repúdio”, “não pode ser freada e prejudicará os países tecnologicamente inferiores”, “é exatamente o da liberdade vigiada”, “visando beneficiarem-se na economia e na geopolítica de cada informação recolhida”, “Os ‘James Bond’ apenas se transformaram em técnicos de informática”, “Assiste-se ao fim da liberdade individual e dos direitos nacionais” e à “ascensão da tecnologia como arma poderosa”.

A habilidade vocabular é outro traço importante. Destaca-se o uso dos termos: “privilegiados”, “ressurge”, “onisciente”, “onipotente”, “parâmetros”, “soberania”, “monitoramento”, “deterioram”, “soberania”, “desvencilharem”, “repúdio”, “unilateral”, “onipotência”, “esclarecido”, “extingiram” e “ascensão”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

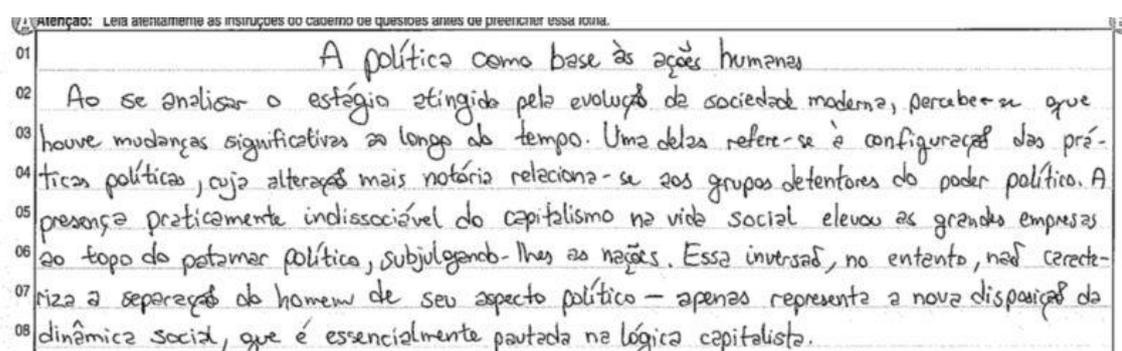
Na organização, merece destaque o diálogo demarcado com os Textos 2 e 3 da coletânea, respondendo-se explicitamente ao questionamento da proposição: “o desrespeito à soberania das nações e a quebra do direito à privacidade”. Dois elementos do projeto de dizer evidenciam o repertório pessoal do candidato. O primeiro, ao comparar a atitude do governo norte-americano com a teoria de Michel Foucault, de “sociedade de controle”: “Ficou

esclarecido que vive-se⁵¹ em uma ‘sociedade de controle’ conforme define Michel Foucault, em que vigiar é o mecanismo mais eficaz de controle. O princípio estadunidense é exatamente o da liberdade vigiada, assim, internet e telecomunicações são usadas para fins que lhes interessam, visando beneficiarem-se na economia e na geopolítica de cada informação recolhida”. O segundo, ao comparar a prática da espionagem ao filme “007”, associando a figura do “James Bond” aos atuais técnicos de informática.

No tocante aos diálogos com dos discursos da esfera “Social”, pontua-se ainda que o autor assume a voz da verdade, traçando um diagnóstico da prática da espionagem do governo norte-americano, marcando a opinião de forma direta e pontual.

5. Redações analisadas do vestibular da FUVEST 2012

A segunda redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 22”, foi escrita em trinta e quatro linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de sete linhas, um com dez, um com onze e um com cinco. O título “A política como base às ações humanas” adiantou a afirmação defendida pelo autor, é sucinto e direto. Há duas rasuras no texto. A redação apresentou a estrutura ortodoxa do gênero – macroestrutura do texto dissertativo -, contendo introdução, desenvolvimento e conclusão.



⁵¹ Grafia utilizada pelo candidato.

20 Definido o campo de atuação das ações políticas, deve-se entender a mudança que sofreram
 21 na modernidade. Em sua obra "Em busca da política", Zygmunt Bauman afirma que as "insti-
 22 tuções políticas vigentes" abandonaram seu papel de "propositoras de doutrinas" e passaram - no para
 23 "forças essencialmente não políticas - primordialmente as do mercado financeiro". Há de se perce-
 24 ber que houve o abandono mencionado pelo autor, no entanto o fato de política passar a
 25 ser regida por grupos que não são tipicamente políticos não caracteriza o fim dele. O que
 26 ocorre é uma mudança no paradigma da dinâmica social, de modo a se reclassificar o que é ou
 27 não político. Essa transição é perceptível ao se analisar a atual crise do mercado financeiro, e qual resultado
 28 no endividamento de diversas empresas e no consequente auxílio estatal. Percebe-se que, embora tais empresas contro-
 29 lem a dinâmica global, as práticas políticas, mesmo que do Estado, ainda são necessárias à manutenção de ordem do sistema.

09 Deve-se compreender que o pensamento político embasa as atividades humanas. Nas palavras
 10 de Aristóteles: "a ciência mais imperativa e predominante sobre tudo é a ciência política".
 11 Essa afirmação valida-se na medida em que o homem constitui-se fundamentalmente de um
 12 aspecto político, a partir do qual coordena suas demais atividades. Percebe-se que essa
 13 coordenação manifesta-se em duplo âmbito: um de pequena ordem e outro de grande ordem.
 14 O primeiro refere-se às ações cotidianas, as quais compõem um verdadeiro corolário de pa-
 15 drões éticos, definidos por Jean-Jacques Rousseau a partir do "contrato social", e representam desde
 16 o respeito à hierarquia familiar até o bom comportamento em público. O segundo refere-se às
 17 ações do universo capitalista, que são protagonizadas pelas grandes corporações. Nesse caso, também
 18 se percebe que o modo de interação intercorporativa está pautado em um conjunto de normas,
 19 cuja origem é essencialmente política.

30 As ações políticas sofreram modificações que seguem a evolução da sociedade. Deve-se compre-
 31 der que o estágio de configuração capitalista transformou as grandes empresas em detentoras do poder
 32 político. Essa transição, contudo, não deve ser vista como o fim do político, mas como uma mudan-
 33 ça na ordem da dinâmica social, uma vez que as práticas políticas pautam as demais
 34 atividades da sociedade e a elas dão base.

(Redação Argumentativa Escolar nº 22 – [101391])

Na introdução, o autor estabelece intenso diálogo com o Texto 4 da coletânea, afirmando que, no "estágio atingido pela evolução da sociedade moderna", "a presença praticamente indissociável do capitalismo na vida social elevou as grandes empresas ao topo do patamar político". Entretanto, tal "inversão" não é suficiente para afastar o homem da política.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando, ainda em diálogo com o Texto 4, socorre-se da voz de Zygmunt Bauman, reconhecendo-se a influência do mercado capitalista nas instituições políticas vigentes, distanciando-se, entretanto, de uma subjugação da política à mera condição de mercado, opondo-se à interpretação que fez do recorte da obra do autor, integrante da coletânea. Aponta que houve um processo de ressignificação, um novo

“paradigma”, em que, embora exista a influência de grandes empresas, ainda é essencial o papel regulador do Estado.

No terceiro parágrafo, o autor estabelece um diálogo com os Textos 1 e 3 da coletânea, em concordância, defendendo que “o pensamento político embasa as atividades humanas” (Texto 3). Retoma as palavras de Aristóteles (Texto 1), ponderando que “o homem constitui-se fundamentalmente de um aspecto político”, um ponto do qual se ordenam as demais práticas. Estabelece duas ordens: a primeira – “pequena ordem” – relativas às ações cotidianas, “definidas por Jean-Jacques Rousseau” a partir da hierarquia familiar e valores éticos, ao passo que a segunda versa sobre as “ações do universo capitalista”, relembrando que as relações entre as empresas é pautada por um conjunto de normas, cuja “origem é essencialmente política”.

No último parágrafo, o vestibulando retoma, reforçando, a afirmação defendida ao longo da redação, de que o estágio atingido pela sociedade alçou as grandes empresas ao patamar de “detentoras do poder político”, mas isso não representa o fim da política, uma vez que as práticas oriundas desse instituto são fundamentais para pautar as demais práticas e atividades da sociedade.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes, em especial na demarcação da opinião do candidato. Adota uma postura crítica em relação à apatia e ao conformismo político, estabelecendo-se um diálogo de discordância – reprovação - com o comportamento, além de retomar – em concordância - os Textos 1, 2 e 5 da coletânea: “ironicamente, hoje muitos querem distância da política”, “O cidadão que não se preocupa com a política abdica de sua liberdade”, “é o direito de opinar sobre os rumos da nação que faz de um cidadão livre”, “Ao delegar essa função a outros, perde-se o controle sobre a própria vida”, “A apatia política é origem de todos os problemas sociais”, “é notório como mazelas como a corrupção e a miséria, no lugar de causar revolta, trazem o conformismo, pai da postura apolítica”, “cria-se um círculo vicioso”, “a sociedade aceita os mesmos erros com cada vez mais passividade, com o velho discurso ‘É assim mesmo, fazer o que?’⁵²”, “o apolítico rapidamente colocará na conta dos políticos, esquecendo-se que sua ignorância política é que deu poder a eles”, “a política mantém-se como ferramenta fundamental”, “o homem moderno já não se dá conta do seu poder” e “o cidadão de hoje se deixa afogar no próprio conformismo e apatia”.

⁵² Grafia utilizada pelo candidato.

No estilo individual, houve o emprego de comentários, com a finalidade de fomentar o ponto de vista defendido: “- apenas representa a nova disposição da dinâmica social, que é essencialmente pautada na lógica capitalista” e “- primordialmente as do mercado financeiro”.

Um segundo traço do estilo individual e aural é o uso de construções concessivas, com a finalidade de reconhecer que a política encontra-se atrelada ao mercado capitalista, mas que isso não é suficiente para eliminar a importância da política: “A presença quase indissociável do capitalismo na vida social elevou as grandes empresas ao topo do patamar político, subjulgando-lhes⁵³ as nações. Essa inversão, no entanto, não caracteriza a separação do homem do seu aspecto político – apenas representa uma nova disposição da dinâmica social, que é essencialmente pautada na lógica capitalista”, “há de se perceber que houve o abandono mencionado pelo autor, no entanto o fato da política passar a ser regida por grupos que não são tipicamente políticos não caracteriza o fim dela”, “percebe-se que, embora tais empresas controlem a dinâmica global, as práticas políticas, mesmo que do Estado, ainda são necessárias à manutenção da ordem do sistema” e “Essa transição, contudo, não deve ser vista como o fim da política, mas como uma mudança na ordem da dinâmica social”.

O terceiro elemento é o tom empregado no texto. Existem marcas que evidenciam o equilíbrio – a voz da razão, da verdade -, argumentando de maneira sistemática à comprovação de que a política, embora relativamente comandada pelo mercado capitalista, ainda é importante. Nesse passo, reiteram-se os usos da ideia de concessão (parágrafo anterior), somando-se os seguintes trechos: “percebe-se que houve mudanças significativas ao longo do tempo”, “relaciona-se aos grupos detentores do poder político”, “deve-se entender a mudança que sofreram na modernidade”, “O que ocorre é uma mudança no paradigma da dinâmica social, de modo a se reclassificar o que é ou não político”, “essa transição é perceptível ao se analisar a atual crise”, “Deve-se compreender que o pensamento político embasa as atividades humanas”, “essa afirmação valida-se na medida em que o homem constitui-se fundamentalmente de um aspecto político, a partir do qual coordena suas demais atividades”, “Percebe-se que essa coordenação manifesta-se em duplo âmbito”, “também se percebe que o modo de interação intercorporativo⁵⁴ está pautado em um conjunto de normas, cuja origem é essencialmente política”, “as ações políticas sofreram modificações que seguiram a evolução da sociedade”, “o estágio da configuração capitalista transformou as

⁵³ Grafia utilizada pelo candidato.

⁵⁴ Grafia utilizada pelo candidato.

grandes empresas em detentoras do poder político” e “as práticas políticas pautam as demais atividades da sociedade e a elas dão base”.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “configuração”, “notória”, “detentores”, “indissociável”, “patamar”, “subjulgando”⁵⁵, “inversão”, “disposição”, “pautada”, “regida”, “reclassificar”, “transição”, “perceptível”, “embasa”, “constitui-se”, “fundamentalmente”, “âmbito”, “corolário”, “protagonizadas”, “intercorporativa”⁵⁶, “essencialmente”, “detentoras” e “dinâmica”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado.

Na organização, merece destaque o diálogo com os textos da coletânea 1, 3 e 4 e com o tema, com resposta explícita ao questionamento “Participação política: indispensável ou superada?”. Um elemento também integrante do projeto de dizer evidencia o repertório cultural do candidato: o uso da citação de Jean-Jacques Rousseau, subdividindo a coordenação política em duas ordens.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso da “razão” ou “da verdade”, em que o candidato apresenta a política como fundamental à sociedade.

A terceira redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 23”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em três parágrafos, sendo dois de dez linhas – primeiro e segundo - e um com onze. O título “A atualidade da política e a falácia do ‘fim da história’” demarca o posicionamento e o tom empregado pelo autor, além de ser direto. Há três rasuras no texto.

⁵⁵ Grafia utilizada pelo candidato.

⁵⁶ Grafia utilizada pelo candidato.

Atenção: Leia atentamente as instruções do caderno de questões antes de preencher essa folha.

A atualidade da política e a falácia do "fim da História"

O dramaturgo alemão Bertolt Brecht, no famoso texto "O analfabeto político", defende que o pior tipo de ignorância ou "analfabetismo" é a negação da política, pois dessa negação derivariam todos os outros males da sociedade, que teriam raiz na não-participação do indivíduo na decisão dos rumos da vida social na qual está inserido. Essa visão de mundo, também compartilhada por Mikalaua ~~de~~ Zygmuntowa em seu poema, já foi colocada como apenas um vestígio de uma época em que a política fazia sentido, sendo ela obsoleta no mundo atual, um mundo supostamente "pós-moderno" onde o desenvolvimento tecnológico nos marcos da economia capitalista e da democracia liberal trataria de resolver todos os impasses desse mesmo modo de viver.

Porém, um olhar sobre a realidade objetiva permite ao sujeito crítico constatar sérias fissuras na tese do "fim da História" e ser colocado diante de contradições fortes, como um Hamlet que descobre algo podre no reino da Dinamarca, sendo a Dinamarca agora o mundo globalizado. A desregulação dos mercados financeiros gera a pior crise desde 1929, crise essa que é combatida sem que se abale a hegemonia das estruturas de poder perversas que sobrepõem a democracia na Europa esclarecida, substituindo a vontade popular por programas definidos pelos mercados, demonstrando a falácia das instituições apontada por Bauman e causando novas formas de mal-estar na cultura. Não à toa, a depressão já é a patologia exaltada como "mal do século".

Nesse pano de fundo, 2011 pode ser entendido como um ano de renascimento, tendo as ruas do mundo visto as maiores manifestações desde 1968, indo na contramão dos que postulam que a política morreu. Mesmo em condições adversas a participação popular aparentemente adormecida acordou e tende a se firmar cada vez mais como forma de consciência global. Se a História acabou com a queda do Muro de Berlim, o fim da História acabou quando um homem ateu fogo ao próprio corpo no final de 2010 em Túnis, dando início às revoltas batizadas de Primavera Árabe. Protestos tunísios, líbios, egípcios, gregos, "Indignados" espanhóis, Occupy Wall Street e tantos outros, então, vêm para nos mostrar que a participação política no século XXI não só tem e merece bastante espaço, mas também, como disse Aristóteles, ~~é~~ ^é ~~foram~~ ^{foi} e sempre será indispensável.

(Redação Argumentativa Escolar nº 23 – [103979])

Na introdução, o autor estabelece diálogo com os Textos 3 e 4 da coletânea, pugnando que, em virtude do "desenvolvimento tecnológico" e "da economia capitalista", a política, aparentemente, tornou-se "obsoleta no mundo atual", contrapondo-se à época em que a

política fazia sentido. Estabelece, um diálogo de concordância com o “dramaturgo alemão Bertolt Brecht” e com “Wisława Szymborska”. Esse posicionamento é descaracterizado, especialmente no terceiro parágrafo.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando alude que há “fissuras na afirmação do ‘fim da história’”, haja vista que a “desregulação dos mercados financeiros gera a pior crise desde 1929”, substituindo-se a vontade popular pelas determinações dos mercados, estabelecendo diálogo com o Texto 4, de Zygmunt Bauman.

No último parágrafo, o autor apresenta o ano de 2011 como um “renascimento”, destacando os movimentos populares como a “Primavera Árabe”, os protestos na Tunísia, no Egito, na Grécia e na Espanha, além da ocupação de Wall Street, ponderando que a “participação política no século XXI não só tem e merece bastante espaço, mas também, como disse Aristóteles, é, foi e sempre será indispensável. Há diálogo com o Texto 1 da coletânea, estipulando-se a concordância.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes, em especial na demarcação da opinião do candidato, ainda que o tom utilizado seja crítico e ácido. Há diálogo com os Textos 1, 3 e 4 da coletânea. Destacam-se os traços: “Essa visão de mundo [...] já foi colocada como apenas um vestígio de uma época em que a política fazia sentido, sendo ela obsoleta no mundo atual, um mundo supostamente pós-moderno”, “um olhar sobre a realidade objetiva permite ao sujeito crítico constatar sérias fissuras na afirmação do ‘fim do mundo’”, “a desregulação dos mercados financeiros gera a pior crise desde 1929”, “estruturas de poder perversas que solapam a democracia na Europa esclarecida”, “demonstrando a falência das instituições apontada por Bauman e causando novas formas de mal-estar na cultura”, “a depressão já é a patologia escolhida como ‘mal do século’”, “2011 pode ser entendido como um ano de renascimento”, “indo na contramão dos que postulam que a política morreu”, “mesmo em condições adversas, a participação popular aparentemente adormecida acordou e tende a se firmar cada vez mais fomo forma de consciência global”, “o fim da História acabou quando um homem ateou fogo ao próprio corpo no final de 2010” e “a participação política no século XXI não só tem e merece bastante espaço, mas também [...] é, foi e sempre será indispensável”.

No estilo individual, o primeiro traço foi a acidez argumentativa, conforme destacado no parágrafo anterior. Um segundo traço, foi o recorte do conteúdo, com a utilização de comparações. A primeira foi entre “Bertold Brecht” e “Wisława Szymborska”, apontando

para uma suposta regressão da importância política: “o dramaturgo alemão Bertold Brecht, no famoso texto ‘O analfabeto político’, defende que o pior tipo de ignorância ou ‘analfabetismo’ é a negação da política, pois dessa negação derivariam todos os outros males da sociedade, que teriam raiz na não-participação do indivíduo na decisão dos rumos da vida social na qual está inserido. Essa visão de mundo, também compartilhada por Wislawa Szymborska em seu poema, já foi colocada como apenas um vestígio de uma época em que a política fazia sentido”. A segunda estabeleceu-se entre Hamlet e o quadro político existente: “um olhar sobre a realidade objetiva permite ao sujeito crítico constatar sérias fissuras na afirmação do ‘fim da História’ e ser colocado diante de contradições fortes, como um Hamlet que descobre algo podre no reino da Dinamarca, sendo a Dinamarca agora o mundo globalizado”. Essas comparações demonstram grande repertório cultural, além de conferir expressividade ao enunciado.

Uma terceira marca é o uso da construção concessiva, com a finalidade de reforçar a importância das manifestações populares: “Mesmo em condições adversas, a participação popular aparentemente adormecida acordou e tende a se firmar”. Um quarto elemento, bastante significativo, é a apresentação da afirmação defendida, explicitamente, no final do enunciado, embora subentendida ao longo da argumentação: “a participação política no século XXI não só tem e merece bastante espaço, mas também, como disse Aristóteles, é, foi e sempre será indispensável”. Há a resposta a indagação existente na proposta, de forma explícita e enfática.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “derivariam”, “compartilhada”, “vestígio”, “obsoleta”, “supostamente”, “impasses”, “constatar”, “fissura”, “contradições”, “desregulação”, “abale”, “hegemonia”, “perversas”, “solapam”, “falência”, “mal-estar”, “patologia”, “postulam” e “adversas”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na organização, merece destaque o diálogo com os textos da coletânea 1, 2 (indireta – ao utilizar o pensamento de Bertold Brecht), 3 e 4 e com o tema, com resposta explícita ao questionamento “Participação política: indispensável ou superada?”. Outro elemento também integrante do projeto de dizer evidencia o repertório cultural do candidato: o uso do exemplo concreto da participação política no mundo contemporâneo, exemplificando com a

“Primavera Árabe” e os “protesto tunísios, egípcios, gregos, ‘Indignados’ espanhóis, Occupy Wall Street e tantos outros”.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso da “razão” ou “da verdade”, em que o candidato apresenta a política como fundamental à sociedade.

A quarta redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 24”, foi escrita em trinta e quatro linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo dois de sete linhas – primeiro e quinto -, um com oito, um com seis e um com cinco. O título “Todos juntos somos forte⁵⁷” adianta o posicionamento do autor e o traço autoral de incluir-se na sociedade, por meio do uso da primeira pessoa do plural, em um discurso de concordância. Há uma rasura no texto.

Atenção: Leia atentamente as instruções do caderno de questões antes de preencher essa folha.

01 01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22

Todos juntos somos forte

Dentre as turbulências ocorridas no ano de 2011, a movimentação popular reivindicando governos democráticos em países como Síria e Egito teve um papel de destaque no cenário mundial. O êxito na luta contra esses ditadores só foi possível graças à mobilização e ao engajamento político da população local. Esse fato nos mostra como a participação política é indispensável, e que ela pode sim mudar a realidade de um país.

Tal engajamento político é hoje renegado por grande parte das pessoas. Esse fato e muitos outros giram em torno de uma questão central que é: vivemos em um mundo regido pelo consumo e pelo mercado financeiro. Em seu livro Amor líquido, Zygmunt Bauman deixa claro como o consumismo e o individualismo afetam as relações interpessoais. Deixamos o pensamento coletivo de lado para nos dedicar somente em benefício próprio. E sem pensamento coletivo não existe política.

Essa influência do mercado financeiro é, de fato, uma limitação à prática democrática. Diversos elos de interdependência são estabelecidos. A mídia instiga o consumo, o consumo controla a produção, e esta rege o mercado financeiro de ações. Esses são alguns elos de uma corrente que permanece fechada ao povo, que não se sente controlando nada.

012

⁵⁷ Construção utilizada pelo candidato.

23 A sensação de exclusão política gera cada vez menos vontade
 24 de interferir nesse assunto. É muito mais cômodo algar-se apo-
 25 lítico do que angariar esforços para mudar a situação atual. A vontade
 26 de da população deve prevalecer sobre a do poder público. Esquecemos
 27 que somos a maioria e a vantagem que isso pode nos trazer.

28 O principal obstáculo a ser vencido para aumentar a
 29 vontade das pessoas de participar da política é o individualismo.
 30 Somente com a força coletiva conseguiremos abrir os elos daquela
 31 corrente que parecia parecia tão fechada à população. Um exemplo
 32 dessa abertura foi a tão comentada Primavera Árabe. Países como Síria
 33 e Egito, considerados por muitos como atrasados, deram uma aula de par-
 34 ticipação política e mostraram como a coletividade pode fazer a diferença.

(Redação Argumentativa Escolar nº 24 – [103979])

Na introdução, o autor traz os exemplos ocorridos na Síria e no Egito, no ano de 2011, para demonstrar a importância da participação política. Em diálogo com a pergunta integrante da proposta, explicitamente, apresenta como afirmação: “Esse fato nos mostra como a participação política é indispensável, e que ela pode sim mudar a realidade do país”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando estabelece diálogo de concordância com os Textos 2 e 4 da coletânea, evidenciando que o “engajamento político é renegado por grande parte das pessoas”. Apresenta que o mercado financeiro é um elemento regulador da vida social, citando a obra “Amor líquido”, de Zygmunt Bauman. O afastamento do pensamento e das práticas coletivas afastariam os indivíduos, que estariam em busca do “benefício próprio”.

No terceiro parágrafo, ainda em diálogo com o Texto 4 da coletânea, há a alusão à importância do mercado financeiro como elemento que impõe limitação “à prática democrática”. Há o uso de uma metáfora, comparando a relação entre mercado, mídia, produção e consumo, como elos de uma corrente, limitando as ações da população.

No quarto parágrafo, emerge o diálogo com os Textos 2 e 5, evidenciando a apatia quanto à participação política. Destaca-se que a “vontade da população deve prevalecer sobre a do poder público”.

No último parágrafo, o autor retoma os argumentos utilizados ao logo do enunciado, pugnando que “o principal obstáculo a ser vencido” é o individualismo. Seria necessária a

“força coletiva” para “abrir os elos daquela corrente”. O exemplo da Primavera Árabe deveria ser seguido.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Na manifestação da opinião, há a alternância entre a terceira pessoa e a primeira pessoa do plural. No momento em que o candidato utiliza a primeira pessoa do plural, demarca-se um discurso de concordância do que é enunciado, restando-se incutida a participação do estudante na população, caracterizando-se como um partícipe. Quando há o uso da terceira pessoa, há uma análise mais racionalizada, distanciada, em que há a assunção da voz da verdade. No todo, predomina uso da terceira pessoa.

Destacam-se os traços: “O êxito na luta contra esses ditadores só foi possível graças à mobilização e ao engajamento político da população local”, “Tal engajamento político é hoje negado por grande parte das pessoas”, “Essa influência do mercado financeiro é, de fato, uma limitação à prática democrática”, “Diversos elos de interdependência são estabelecidos”, “A mídia instiga o consumo, o consumo controla a produção e esta rege o mercado financeiro de ações”, “Esses são alguns elos de uma corrente que permanece fechada ao povo, que não se sente controlando nada”, “A sensação de exclusão política gera cada vez menos vontade de interferir no assunto”, “é muito mais cômodo alegar-se apolítico do que angariar esforços para mudar a situação atual”, “A vontade da população deve prevalecer sobre a do poder público”, “O principal obstáculo a ser vendido para aumentar a vontade das pessoas de participar da política é o individualismo”, “Um exemplo dessa abertura foi a tão comentada Primavera Árabe” e “Países como Síria e Egito, considerados por muitos como atrasados, deram uma aula de participação política e mostraram como a coletividade pode fazer a diferença”.

Dentre o uso da primeira pessoa do plural, destacam-se: “Esse fato nos mostra como a participação política é indispensável, e que ela pode sim mudar a realidade de um país”, “vivemos em um mundo regido pelo consumo e pelo mercado financeiro”, “Deixamos o pensamento coletivo de lado para nos dedicar somente em benefício próprio”, “Esquecemos que somos a maioria e a vantagem que isso pode nos trazer” e “Somente com a força coletiva conseguiremos abrir os elos daquela corrente que parecia tão fechada à população”.

No estilo individual, o primeiro traço foi exatamente o uso intercalado da terceira e da primeira pessoa, gerando a manipulação razão – terceira pessoa – e participação da sociedade e, portanto, um agente da transformação – primeira pessoa. Um segundo traço, foi o recorte do conteúdo, com a oposição entre a apatia popular e a necessidade da atuação política, conforme o exemplo da Primavera Árabe: “Tal engajamento político é hoje renegado por

grande parte das pessoas”; “O êxito na luta contra esses datadores só foi possível graças à mobilização e ao engajamento político local”; “É muito mais cômodo alegar-se apolítico do que angariar esforços para mudar a situação atual”; “Somente com a força coletiva conseguiremos abrir os elos daquela corrente que parecia tão fechada à população” e “Países como Síria e Egito [...] deram uma aula de participação política”.

Uma terceira marca é o uso da metáfora, transmitindo expressividade ao enunciado: “Essa influência do mercado financeiro é, de fato, uma limitação à prática democrática. Diversos elos de interdependência são estabelecidos. A mídia instiga o consumo, o consumo controla a produção e esta rege o mercado financeiro de ações. Esses são alguns elos de uma corrente que permanece fechada ao povo, que não se sente controlando nada”. O emprego dessa metáfora de elos – elemento característico das correntes, que formam um instrumento extremamente forte e praticamente inquebrantável – evidencia a força da relação: mídia x consumo; consumo x produção; produção x mercado financeiro de ações; mercado financeiro x prática democrática.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “turbulências”, “reivindicando”, “cenário”, “êxito”, “mobilização”, “engajamento”, “indispensável”, “interpessoais”, “interdependência”, “instiga”, “rege”, “elos”, “interferir”, “cômodo”, “angariar” e “obstáculo”. Ainda há o uso de expressões que aproximam o enunciado escrito do falado, conhecido na esfera escolar como clichês: “giram em torno”, “deram uma aula” e “pode fazer a diferença”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na organização, merece destaque o diálogo com os Textos da coletânea 2, 3, 4 e 5. Outro elemento também integrante do projeto de dizer evidencia o repertório cultural do candidato: o uso da citação da obra de Zygmunt Bauman, “Amor líquido”, para justificar a falta de preocupação coletiva e o predomínio do individualismo.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso da “razão” ou “da verdade”, em que o candidato apresenta a política como fundamental à sociedade, incluindo-se como um agente da transformação, conforme mencionado no momento da análise do uso da primeira pessoa do plural.

A quinta redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 25”, foi escrita em trinta e quatro linhas, apresentou título

e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo um de quatro, três de oito – segundo, terceiro e quinto – e um com cinco. O título “A política está morta?” busca promover a reflexão a respeito do cenário político atual e, mais que isso, estabelecer diálogo com a pergunta integrante da proposta, apresentado, posteriormente, a afirmação defendida ao longo do texto, de que a participação política não foi superada. Há duas rasuras no texto.

A política está morta?

A organização de um Estado está atrelada a sua estrutura política. No entanto, ao observar o mundo de hoje, é claro o movimento de despolitização em detrimento da lógica do consumo e do mercado financeiro. Tal processo é negativo para a sociedade, uma vez que a maneira mais eficaz de promover mudanças efetivas é o engajamento político por parte dos habitantes de um país.

Gilles Lipovetsky, no texto “Narciso Sob Medida”, de seu livro “A Era do Vazio”, discute as causas desse processo de despolitização. De acordo com o filósofo, um conjunto de acontecimentos históricos como a Guerra do Vietnã, o Terrorismo, a disputa nuclear e crises econômicas tiveram levado a uma descrença nas figuras políticas. Dessa forma, o desejo de alcançar um mundo melhor de maneira coletiva, tão presente na década de 1960, é deixado para trás e as pessoas mergulham em um processo de individualização narcisista. O “eu” é colocado em primeiro plano e a política é deixada para trás de lado, levando à alienação.

A partir das ideias de Gilles conclui-se que a situação de indiferença das pessoas quando se trata de política não é um fato recente. Além disso, essa atitude é entretidamente prejudicial pois uma vez que alheio o indivíduo nem sequer reflete sobre a responsabilidade do voto. Consequentemente, a classe representativa corrupta que se deixam mais insatisfeitos e frustrados com o universo da política, como em um ciclo vicioso. A má situação dos representantes torna-se argumento para não se envolver em política, temas políticos.

No entanto, não é correto afirmar que a participação política foi superada. No ano de 2011, uma série de revoltas eclodiram ao redor do planeta. Iniciadas por um comerciante que ateu fogo no próprio corpo como forma de protesto com suas condições de vida na Tunísia, os movimentos se disseminaram e levaram à queda de governos autoritários, tanto no Egito quanto na Líbia.

Dessa forma, apesar do distanciamento da sociedade em relação à política, sua importância continua sendo inegável e fundamental para o funcionamento de um país (como já era evidente na Grécia Antiga). Não se pode afirmar que a participação política foi superada, pois é ela a responsável por promover mudanças efetivas nas estruturas sociais, como ocorreu no ano de 2011 no mundo árabe. É necessário resgatar a tradição política que foi se perdendo a partir do fim da década de 1960 pois ela faz parte da história da humanidade e essa está hoje.

© Redação -- FUVEST 2012

(Redação Argumentativa Escolar nº 25 – [103913])

Na introdução, o autor afirma que “A organização do Estado está atrelada” à política, porém, graças as interferências do mercado financeiro e da sociedade de consumo, o engajamento político tem se mostrado distante. Estabelece-se diálogo com o Texto 4 da coletânea, retomando-se a importância do mercado na esfera política.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando traz a citação da obra de Gilles Lipovestky, analisando o porquê do processo de despolitização. Faz menção a assertiva do filósofo de que “a Guerra do Vietnã, o terrorismo, a disputa nuclear e crises econômicas” levaram à descrença, estabelecendo o egoísmo como o mote social.

No terceiro parágrafo, retoma Lipovestky, pugnando que o afastamento político é prejudicial à sociedade, levando o indivíduo ao voto irresponsável, elegendo candidatos despreparados, intensificando um círculo vicioso. No quarto parágrafo, utilizando-se do exemplo dos protestos na Tunísia, Egito e Líbia, defende que “não é correto afirmar que a participação política foi superada”. Há diálogo com a proposta, em especial a pergunta integrante da proposição, respondendo-a explicitamente.

No último parágrafo, o autor retoma os argumentos utilizados ao longo do enunciado, pugnando que, “apesar do distanciamento da sociedade”, a participação política é indispensável para a sociedade, dialogando com o Texto 1, ao retomar o exemplo da Grécia Antiga. Novamente, pontua a importância dos movimentos de 2011 e reforça a necessidade de mudança do cenário atual.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Na manifestação da opinião, o candidato utiliza a terceira pessoa, estabelecendo uma análise mais racionalizada, distanciada, em que há a assunção da voz da verdade. Destacam-se os traços: “é claro o movimento de despolitização em detrimento da lógica do consumo e do mercado financeiro”, “tal processo é negativo para a sociedade”, “a maneira mais eficaz de promover mudanças efetivas é o engajamento político”, “o ‘eu’ é colocado em primeiro plano e a política é deixada de lado”, “conclui-se que a situação de indiferença das pessoas quando se trata da política não é um fato recente”, “a atitude é extremamente prejudicial”, “ele representantes corruptos que o deixam mais insatisfeito”, “não é correto afirmar que a participação política foi superada”, “sua importância continua sendo inegável e fundamental para o funcionamento de um país”, “Não se pode afirmar que a

participação política foi superada, pois ela é a responsável por promover mudanças efetivas” e “É necessário resgatar a tradição política”

No estilo individual, o primeiro traço foi o recorte do conteúdo, a citação de Gilles Lipovestky e, a partir do pensamento do autor, argumentar quanto à influência do mercado de consumo e do egoísmo no afastamento político: “Gilles Lipovestky, no texto ‘Narciso Sob Medida’⁵⁸, de seu livro ‘A Era do Vazio’, discute o processo de despolitização”; “A partir das ideias de Gilles conclui-se que a situação de indiferença quando se trata da política não é um fato recente”.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “atrelado”, “despolitização”, “detrimento”, “promover”, “engajamento”, “descrença”, “insatisfeito”, “frustrado”, “eclodiram”, “disseminaram”, “autocráticos”, “inegável”, “promover”, “efetivas” e “resgatar”. Ainda há o uso de expressões que aproximam o enunciado escrito do falado, conhecido na esfera escolar como clichês: “primeiro plano”, “deixada de lado” e “ciclo vicioso”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na organização, merece destaque o diálogo com os Textos da coletânea 1, 2, 4 e 5. Outro elemento também integrante do projeto de dizer evidencia o repertório cultural do candidato: o uso da citação da obra de Gilles Lipovetsky e das manifestações de 2011.

No tocante aos diálogos, pormenoriza-se ainda o discurso do “equilíbrio”, da “razão” ou “da verdade”, em que o candidato apresenta a política como fundamental à sociedade.

6. “Redações Argumentativas Escolares” analisadas do vestibular da FUVEST de 2013

A segunda redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 27”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de dez, um de onze e dois de quinze. O título “A difícil tarefa de ser” metaforiza a afirmação defendida pelo autor. Há duas rasuras no texto.

⁵⁸ Construção utilizada pelo candidato.

A difícil tarefa de ser

Tyler Durden, concretização de uma série de desejos secretos e de frustrações do personagem principal de "O Clube da Luta", abre uma discussão acerca do ser e do sentir numa era em que o consumo é imperativo. O filme, baseado no livro homônimo, levantou polêmicas ao retratar um indivíduo desconectado de sua identidade que busca satisfazer no consumo suas faltas. Esse consumo, no entanto, não evitou a criação de Durden por camadas mais profundas de sua mente, não evitou a criação de um rapaz plenamente consciente de suas vontades e de seu corpo. O longa metragem aponta a metáfora: vivemos subindo Tyler Durden, aquele que sabe quem é e o que quer, já que há uma ideologia circundante pregando que tudo aquilo que precisamos ou que queremos está à venda e que, se está à venda, é uma necessidade ou um desejo.

Quando o lucro é esperado, nascemos todos individualizados. A ideia de se cumprir um protocolo gerado a partir do gênero, por exemplo, que impõe o que se deve ter e o que se deve ser, é quase unânime. Uma mulher mal cuidada é menos feminina e todas as ferramentas de que precisa para acionar o comando "feminilidade", que muitas vezes é cobrado para sua inserção social, estão disponíveis num centro de compras. O que pouco se discute é a relação de um ser humano, hoje, com seu corpo; ela pode ir além daquilo que se pode comprar. O Tyler Durden social por vezes clama por dor ou por angústia - que são humanas, que criam arte, que movem movimentam - mas recebe como resposta: "não estão à venda". Clama por um reconhecimento de fatores femininos no próprio corpo, mas eles estão em um rímel. O centro de compras branco, iluminado, transparente e seguro vende apenas o que foi denominado como "o melhor que o mundo tem a oferecer", renegando "o humano que o mundo tem a recelar".

É nesse ínterim que acontece uma uniformização. Não se consegue discutir escolha de valores porque ela não mais existe. Existe sim uma pequena gama de valores à venda e todos os desejos acabam por ela limitados. Desejos já dados como naturais e confirmados como naturais sob o argumento de que a maioria está desejando a mesma coisa; inadequado é aquele que não adequa seu desejo ao que oferecido.

Difícil, pois, se torna distinguir o que é corpóreo e humano do que é parte da dívida a que fomos expostos. Difícil seria separar Tyler Durden da mente que o criou. Difícil passa a ser, para a maioria dos inseridos na engrenagem capitalista, reconhecer um desejo que não tenha sido criado e que não esteja à venda.

(Redação Argumentativa Escolar nº 27 [103202])

Na introdução, o autor parte da narrativa do filme "O clube da luta", estipulando que a personagem central, Tyler Durden, é a resposta de "camadas mais profundas da mente" contra um indivíduo "desconectado de sua identidade", que busca satisfazer suas angústias por meio do consumo. Apresenta sua afirmação, a partir dessa analogia, evidenciando que a ideologia

circulante determina que tudo o que precisamos está “à venda, é uma necessidade ou um desejo”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando pontua que “todos nascemos endividados”, que existe um “protocolo” social quase “unânime” impondo o consumo para a adequação a um modelo social. Contudo explicita a ausência de questionamentos sobre questões como a aceitação do corpo, a produção da arte, elementos que não estão à venda, mas que são desejos de “Tyler Durden social” que “clama por dor ou por angústia”, elementos humanos. Encerra o parágrafo, defendendo que “o centro de compras [...] foi denominado como ‘o melhor que o mundo tem a oferecer’, renegando “o humano que o mundo tem a receber”.

No terceiro parágrafo, afirma-se existir uma uniformização. A “escolha” já está definida pelos “valores”. Esses valores seriam determinados pelos desejos, tidos como “naturais” já que a maioria “está desejando”. Classifica como inadequados àqueles que não se adequam ao “leque oferecido”.

No último parágrafo, o vestibulando retoma a crítica ao comportamento de consumo, afirmando que “se torna” difícil “distinguir o que é corpóreo e humano do que é parte da dívida a que fomos expostos”. Retoma a ideia de que é difícil separar “Tyler Durden” da mente que o criou”, reconhecer o que é a “engrenagem capitalista”, o “desejo que não tenha sido criado”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto, no instante da apresentação da afirmação e da argumentação em defesa do ponto de vista assumido como adequado e verdadeiro. Há o uso da terceira pessoa e da primeira pessoa do plural. Esse emprego tem duas funções: a terceira pessoa demarca o afastamento racional, analisando friamente dado problema, ao passo que o uso da primeira pessoa do plural inclui o autor como um sujeito atuante na sociedade e, ao mesmo tempo, como uma “vítima” do sistema denunciado. É o que se depreende: “vivemos sufocando Tyler Durden”, “tudo aquilo que queremos”, “nascemos todos endividados”, “a ideia de se cumprir o protocolo”, “o que pouco se discute”, “o Tyler Durden social, por vezes, clama por dor ou por angústia”, “não se consegue discutir”, “existe sim uma gama de valores à venda”, “desejos dados como naturais e confirmados como naturais sob o argumento de que a maioria está desejando”, “se torna distinguir o que é corpóreo e humano do que é parte da dívida a que fomos expostos” e “difícil passa a ser [...] reconhecer um desejo que não tenha sido criado e que não esteja à venda”.

No estilo individual, um primeiro aspecto importante, foi o uso, na introdução, da comparação de semelhança, como uma forma de ilustração, entre o filme “O Clube da Luta” e o comportamento social. Ao empregar essa estratégia, o candidato gerou maior expressividade ao texto, metaforizando elementos de crítica que julgava relevantes: “O longa metragem aponta a metáfora: vivemos sufocando Tyler Durden, aquele que sabe quem é e o que quer”, “O Tyler Durden social por vezes clama por dor ou angústia – que são humanos”, “Difícil seria separar Tyler Durden da mente que o criou”.

Um segundo elemento que merece destaque é o tom utilizado no texto. O autor emprega acidez argumentativa, estipulando um diálogo de discordância e distanciamento entre a prática social e o que julga adequado, mas, ao mesmo tempo, coloca-se como vítima do sistema. Essa acidez está marcada nos seguintes termos, expressões e construções: “vivemos sufocando”, “há uma ideologia circulante pregando”, “nascemos todos endividados”, “cumprir um protocolo”, “é quase unânime”, “o comando da feminilidade”, “clama por reconhecimento”, “mas eles estão em um rímel”, “renegando”, “não se consegue discutir escolha de valores porque ela não mais existe”, “pequena gama de valores à venda”, “acabam por ela limitados”, “desejos já dados como naturais”, “inadaptado é aquele que não adequa”, “distinguir o que é humano do que parte da dívida”, “engrenagem capitalista” e “desejo que não tenha sido criado e não esteja à venda”.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular. Alguns termos destacam a habilidade no emprego das palavras: “concretização”, “frustrações”, “acerca”, “imperativo”, “homônimo”, “desconectado”, “sufocando”, “protocolo”, “unânime”, “comando”, “clama”, “gama”, “inadaptado”, “leque”, “distinguir” e “engrenagem”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na organização, reitera-se o uso metafórico, em especial na comprovação entre o filme e o comportamento social, bem como no emprego da expressão “engrenagem capitalista”.

A terceira redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 28”, foi escrita em trinta e quatro linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo dois de cinco (primeiro e último), um de oito, um de nove e um de seis. O título “Durabilidade do desejo” adianta o ponto de vista defendido pelo autor. Há três rasuras no texto.

01 Durabilidade do desejo.

02 A Igreja diz: "Vício e o luxo são capazes de arruinar uma vida." A sociedade con-

03 temporânea entrou em um momento em que o consumo tornou-se vício e luxo. Cresce soci-

04 almente aquele que aumenta a renda e o consumismo. Diante dessa ideia, contudo, a socio-

05 logia interpõe: o vício e o luxo são consequências de uma vida arruinada e frustrada, na

06 qual a insatisfação é "curada", por curta duração, pelo consumo.

07 As leis de mercado imperam no cotidiano, diante do enfraquecimento do Estado-Na-

08 ção frente ao capital. A lei que vigora é a do desejo sempre presente para que o consumo não

09 cesse. A necessidade vinculada ao desejo acontece através da propaganda, a qual cria um uni-

10 verso imaginário (a beleza e os padrões da época sempre estão presentes) em que o leitor material

11 liga seus desejos insatisfeitos da vida diária. Os shoppings, por exemplo, são propagandeados co-

12 mo locais seguros, separados da violência e da pobreza, portanto, estímulos para frequentar. Obser-

13 va-se, entretanto, que a ordem e a segurança passadas eram papéis do Estado. ~~Observa-se, então,~~ ^{Constata-se, então,}

14 que o privado invadiu o público, ou seja, as leis de mercado enfraqueceram o Estado.

15 Nesse contexto de estímulo ao consumo, a imagem e o desejo inundam e influenciam a vi-

16 da diária. A imagem é construída mediante objetos consumidos. Uma pessoa bem vestida,

17 por exemplo, é bem recebida nos lugares. Portanto, um processo de reificação: os objetos tor-

18 nam-se um interposto para as relações pessoais. Além disso, Zigmund Bauman ressaltou o fim

19 da procrastinação, prática cultural na qual a satisfação era adiada, mediante um esforço

20 contínuo, para um poder de consumo maior no futuro. Segundo o sociólogo, a fragilidade do

21 emprego devido à flexibilização conseguida através de avanços tecnológicos não assegura o futuro, por isso

22 a satisfação deve ser instantânea e não adiada. Então, a durabilidade do esforço, típica da

23 modernidade sólida, foi transferida para a modernidade líquida, pela durabilidade do desejo.

24 Em consequência disso, há uma evidente mudança de paradigma na sociedade. Marilena

25 Chauí aponta que o produto consumido possui um paradoxo: ao mesmo tempo que dá igualdade

26 (todos consomem a mesma coisa), gera um individualismo especial. Esse traço individualista do

27 consumo pode-se transferir para os laços humanos. Sendo a satisfação instantânea e de curto prazo,

28 o descarte é rápido. Então, os valores sólidos e duradouros como o amor, a amizade e a ~~int~~ tolerância

29 se liquefazem, tornando o homem mais impaciente, intolerante, frustrado e descartável.

30 A sociedade contemporânea se caracteriza, portanto, por ser uma sociedade de consumo, já que

31 as leis de mercado preponderam. Diante disso, a imagem, a propaganda e o desejo tornaram-se mais

32 presentes e necessários, o que implica numa mudança de paradigma, na qual os valores sólidos se

33 liquefazem e o vício do consumo e o luxo se tornam ideais a serem buscados para uma im-

34 gem valorizada na sociedade.

Na introdução, recorre ao discurso da Igreja, pontuando: “O vício e o luxo são capazes de arruinar uma vida”. Qualifica a sociedade contemporânea como viciada em consumo, gerando lucro, em que a “vida arruinada e frustrada”⁵⁹ e “curada” pelo consumo.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando pontua que as “leis de mercado” enfraqueceram o Estado, fator que elevou o desejo, “vinculado à propaganda”, ao *status* de um “universo imaginário”, pautando a conduta humana ao consumo. Esse movimento transformou espaços públicos em privados, elevando o *shopping* ao local ideal para se frequentar.

No terceiro parágrafo, afirma-se que a imagem e o desejo gerados pelo consumo influenciam na vida diária. Há um processo de reificação. Cita Bauman, com a finalidade de socorrer-se à autoridade do sociólogo, para pontuar que há o abandono da “procrastinação”, dano origem a um processo de instantaneidade dos desejos e da necessidade de satisfação.

No quarto parágrafo, defende a mudança de paradigma. Cita Marilena Chauí, afirmando que o consumo é dúbio: ao mesmo tempo que oferece igualdade, cria o “individualismo”. Afirma que esse traço é transferido aos “laços humanos”, transmutando valores “sólidos e duradouros como o amor, a amizade e a tolerância” em líquidos, fazendo do homem um ser “impaciente, intolerante, frustrado e descartável”⁶⁰.

No último parágrafo, retoma a sociedade contemporânea como de consumo. “Diante disso, a imagem, a propaganda e o desejo tornam-se mais presentes e necessários”, transformando os valores e desejos da sociedade.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Durante a apresentação da afirmação e a argumentação, o autor assume a voz da verdade, do equilíbrio e do correto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, demarcando o afastamento racional: “a sociologia interpõe: vício e luxo são consequências”, “As leis de mercado imperam no cotidiano”, “A lei que vigora é a do desejo”, “A necessidade vinculada ao desejo”, “Observa-se [...] que a ordem e a segurança”, “Constata-se que o privado invadiu o público”, “a imagem e o desejo inundam e influenciam”, “A imagem é construída mediante objetos consumidos”, “um processo de reificação”, “Zigmunt⁶¹ Bauman ressalta o fim da procrastinação”, “Segundo o sociólogo”, “a durabilidade e o esforço”, “há uma evidente mudança de paradigma”, “Marilena Chauí aponta”, “os valores sólidos e duradouros [...] se liquefazem”, “tornando o homem mais impaciente”, “A sociedade

⁵⁹ Grafia utilizada pelo aluno.

⁶⁰ Grafia utilizada pelo aluno.

⁶¹ Grafia utilizada pelo aluno.

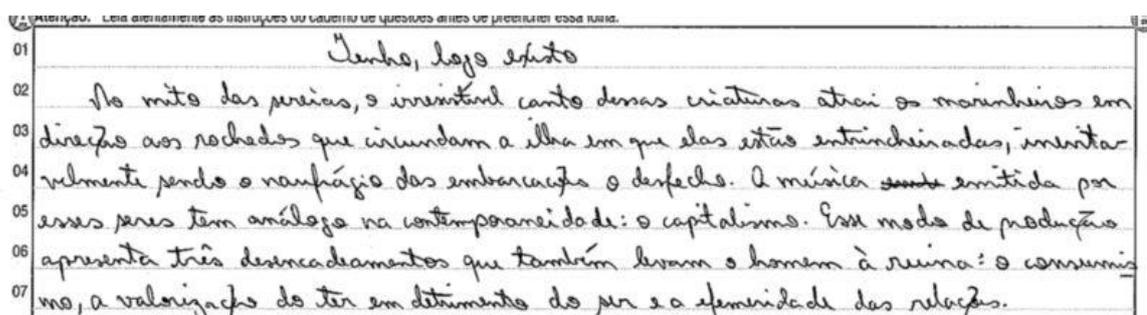
contemporânea se caracteriza”, “a imagem, a propaganda e o desejo tornam-se” e “o que implica numa mudança de paradigma”.

No estilo individual, um primeiro aspecto importante foi, exatamente, a habilidade do apagamento da subjetividade, conforme o demonstrado anteriormente. O segundo elemento é o tom utilizado no texto. Há o predomínio do equilíbrio racional, assumindo a voz da verdade, distanciando o vestibulando do comportamento criticado. O terceiro elemento é o uso da citação de “Zigmunt⁶² Bauman” e de Marilena Chauí, dando credibilidade ao que é enunciado, emprestando a autoridade dos autores para argumentar em defesa de seu posicionamento, além de demonstrar repertório pessoal e conhecimento específico sobre o que é discutido.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão e amplitude vocabular: “ascende”, “insatisfação”, “imperam”, “enfraquecimento”, “vigora”, “vinculado”, “materializa”, “insatisfeitos”, “propagandeados”, “estímulo”, “reificação”, “interposto”, “ressalta”, “procrastinação”, “fragilidade”, “instantânea”, “transferida”, “evidente”, “paradigma”, “liquefazem”, “preponderam” e “implicam”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na organização, reitera-se o uso das citações, elemento que demonstra o repertório cultural do aluno.

A quarta redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 29”, foi escrita em trinta e quatro linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo dois de seis (primeiro e último) e três com sete (segundo, terceiro e quarto). O título “Tenho, logo existo” adianta o posicionamento crítico do candidato, transmutando a famosa frase atribuída a Descartes, *cogito ergo sum*, trazendo a ideia implícita: se compro, existo. Há quatro rasuras no texto.



⁶² Grafia utilizada pelo aluno.

08 O consumismo é o responsável pela profusão de galerias e shopping centers que
 09 permite a sociedade atual. Comprar tornou-se o principal passatempo - tal qual ilustram se-
 10 riados como "Jornal Fut" - e também a raiz dos demais problemas capitalistas. A hipervaloriza-
 11 ção da aquisição de produtos originou a "escuridão moderna" de pessoas em fábricas, empre-
 12 sada como pretexto para baratear custos e ampliar a produção, e os golpes de lojas pe-
 13 didados na rede a consumidores ávidos por descontos monumentais, irreais. Apesar disso,
 14 o dinheiro passou a comprar felicidade.
 15 Empresas capitalistas desenvolvem novos produtos constantemente e o prazer instantâneo
 16 proporcionado por uma nova televisão ou geladeira acaba por suprir-se ao delight duradouro de
 17 uma amizade. Assim, o nível de felicidade atribuído a uma pessoa baseia-se primordialmente em
 18 suas posses, e não em sua essência. Essa lógica inédita também restitui o estabelecimento de ~~novos~~
 19 laços entre as pessoas, agora tendo a paridade econômica entre seus integrantes como pedra ^{angular} ~~angular~~
 20 Rarizam-se amizades como a entre os personagens Berta, uma menina pobre, e Linda e Afonso,
 21 ricos irmãos, da obra alemã "Il".
 22 Essa nova característica das relações sociais é acompanhada pela efemeridade. Segundo o soció-
 23 logo polonês Zygmunt Bauman, a sociedade líquida contemporânea solubiliza os laços entre
 24 as pessoas. De fato, a manutenção da relação entre dois indivíduos está ^{proporcionada} ~~proporcionada~~ à continui-
 25 dade de ambos no mesmo patamar econômico. A ascensão financeira de uma das pessoas
 26 imediatamente a alça a uma nova categoria de sociedade, consequentemente, as relações
 27 varrem com indivíduos mais pujantes, como ilustra a trajetória de antigos premiados pela
 28 Virgem Maria.
 29 O capitalismo inerente à maioria das nações contemporâneas trouxe consequências ^{aterradoras} ~~aterradoras~~
 30 para seus cidadãos. A felicidade atribuída ao ato de comprar desencadeia diversas mazelas
 31 atávicas, entre elas a percepção do "eu" em relação ao "eu". Assim, tendo seu valor intrín-
 32 seco associado às posses, as pessoas começaram a relacionar-se de forma efêmera, em um mundo
 33 onde apenas os endinheirados vivem prazerosamente. Os descontos viram o símbolo XXI, al-
 34 ternando sua afirmação para "Dentro, depois existe".

(Redação Argumentativa Escolar nº 29 [103408])

Na introdução, de bastante expressividade, um traço autoral, o candidato retoma o mito das sereias e faz uma analogia com a relação de consumo: algo que hipnotiza o homem e o leva à ruína.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando alude que o consumismo promove uma “profusão de galerias e shopping centers”, uma vez que comprar se tornou o principal “passatempo”. A “hipervalorização da aquisição” originou os demais problemas capitalistas, como a exploração do trabalho, a fim de diminuir o custo da mercadoria, e golpes de lojas, com descontos “monumentais, irreais”.

No terceiro parágrafo, há a associação do desenvolvimento de produtos e o prazer instantâneo gerado pelo consumo, elemento que permite a difusão do ideário de que consumir

traz felicidade. Esses elementos são refletidos nas relações humanas, haja vista que há uma tendência de as pessoas se relacionarem com pessoas do mesmo nível social.

No quarto parágrafo, cita Bauman, informando que as relações sociais são pautadas pela efemeridade, “solubilizando” os laços entre os indivíduos. Há a ligação entre a durabilidade dos laços e a permanência no mesmo “patamar econômico”. A alteração do *status* fará o indivíduo ser alçado a outro espectro, relacionando-se com indivíduos do novo paradigma.

No último parágrafo, recupera a crítica à sociedade capitalista, atribuindo a felicidade ao ato de comprar, determinando a “sobreposição do ter em relação ao ser”. Via de consequência, eles elementos migram para as relações humanas, tornando-as efêmeras. De maneira expressiva, retoma o pensamento de Descartes, pontuando que, se “vivesse no século XXI, alteraria sua afirmação para ‘tenho, logo existo’”, criando a metáfora reproduzida no título da redação.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Durante a apresentação da afirmação e a argumentação, o autor assume a voz da verdade, prevalecendo traços de acidez argumentativa. Há o predomínio do uso da terceira pessoa: “A música emitida por esses seres tem análogo na contemporaneidade: o capitalismo”, “levam o homem à ruína”, “a valorização do ter em detrimento do ser”, “o consumismo é o responsável pela profusão”, “comprar tornou-se o principal passatempo”, “a hipervalorização da aquisição”, “originou a escravidão moderna”, “o dinheiro passou a comprar felicidade”, “acaba por sobrepor-se ao deleite duradouro de uma amizade”, “essa lógica inédita também norteia o estabelecimento de novos laços entre pessoas”, “essa nova característica das relações sociais é acompanhada pela efemeridade”, “a sociedade líquida contemporânea solubiliza os laços entre pessoas”, “a manutenção da relação entre dois indivíduos está sujeita à continuidade de ambos no mesmo patamar econômico”, “alcançará uma nova categoria”, “como ilustra a trajetória dos antigos premiados pela Mega Sena”, “trouxe consequências aterradoras”, “desencadeou diversas mazelas”, “sobreposição do ‘ter’ em relação ao ‘ser’”, “as pessoas começaram a relacionar-se de forma efêmera”, “em um mundo em que apenas os endinheirados vivem prazerosamente”⁶³ e “alteraria sua afirmação para ‘tenho, logo existo’”.

No estilo individual, um primeiro aspecto importante foi, exatamente, a acidez argumentativa, conforme o demonstrado anteriormente. O segundo elemento é o tom utilizado

⁶³ Grafia usada pelo aluno.

no texto. Há o predomínio da crítica explícita ao comportamento da sociedade, explicitando um distanciamento entre o discurso social e o posicionamento considerado adequado.

O terceiro elemento é o uso da expressividade, caracterizada como um efeito de sentido envolvente, que chama a atenção do leitor, demonstrando extrema habilidade no manejo do discurso circulante, mediante a associação com o problema posto em debate. O primeiro uso expressivo foi no título, retomando e transfigurando o pensamento de Descartes, posteriormente explicitado no último trecho da conclusão. O segundo elemento foi a associação entre o “Mito das Sereias” e o chamado do consumo. Como terceiro traço, a associação de comportamentos sociais a exemplos de seriados – “Gossip Girl” -, e da literatura, com um paralelo entre os personagens Berta e Afonso, com a obra “alencariana ‘Til’”.

O quarto elemento é o emprego do discurso “Escolar”, demonstrando repertório cultural, inicialmente pela uso do “Mito das Sereias”, do romance de José de Alencar “Til”, do sociólogo Zygmunt Bauman e do filósofo Descartes. Também a citação – Bauman e Descartes, dando credibilidade ao que é enunciado, emprestando a autoridade dos autores para argumentar em defesa de seu posicionamento.

Um outro elemento que merece atenção é a acuidade e amplitude vocabular: “irresistível”, “circundam”, “entrincheiradas”, “inevitavelmente”, “naufrágio”, “desfecho”, “emitida”, “análogo”, “contemporaneidade”, “desencadeamentos”, “ruína”, “detrimento”, “efemeridade”, “profusão”, “permeia”, “passatempo”, “ilustram”, “hipervalorização”, “aquisição”, “sobrepor-se”, “deleite”, “primordialmente”, “norteia”, “solubiliza”, “sujeita”, “pujantes”, “aterradoras”, “sobreposição”, “atribuída”, “desencadeou”, “mazelas”, “sobreposição” e “endinheirado”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na organização, reitera-se o uso das citações e marcas expressivas, elementos que demonstram o repertório cultural do aluno.

A quinta redação analisada do Vestibular da FUVEST de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar nº 30”, foi escrita em trinta e três linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de quatro, um de dez, um de nove e um de oito. O título “Patologia consumista” adianta o posicionamento crítico do candidato, qualificando o ato de consumir como uma patologia. Há seis rasuras no texto.

Patologia consumista

Segundo Émile Durkheim, sociólogo estruturalista francês, "fato patológico" é aquele que prejudica o convívio social e destoa da "consciência coletiva". Desse modo, o consumismo pode ser considerado como tal, uma vez que, segundo o seu "modus operandi", baseado no paradoxo da massificação do individualismo e no "fetichismo da mercadoria" marxista, dissemina seus valores individualistas, provocando a desagregação da sociedade social.

Sociedade do consumo é aquela que se encontra em um avançado nível do capitalismo industrial e caracteriza-se pela compra massiva de bens e serviços. Ela se dá quando – segundo os jargões da economia de mercado – a oferta sobrepõe a procura e, devido à crescente dificuldade de se comercializar o excedente, ocorre a junção entre o sistema produtivo e as sedutoras técnicas do marketing. O consumismo, produto dessa conjuntura, dissemina seus valores através dos canais midiáticos, homogeneizando a população com uma cultura massificadora, de modo que o mercado (mundo) seja homogêneo, reduzindo-se assim os custos de produção mediante uma menor necessidade de distinção dos produtos. Todavia, dentro dessa lógica massificadora, o individualismo é um valor extremamente valorizado, sendo a unicidade de cada indivíduo alcançada a partir do consumo de produtos que simbolizem projeções da personalidade da pessoa. Conclui-se, portanto, que o consumismo opera, paradoxalmente, através da massificação do individualismo, posto que inúmeros consumidores "compram" uma mesma projeção de si mesmos.

O consumismo, além de se basear no paradoxo citado, possui como um de seus principais alicerces o "fetichismo da mercadoria" – preconizado pelo sociólogo alemão Karl Marx –, o qual implica que o fim das preocupações e angústias é atingido mediante o consumo de um produto. Baseado nessa lógica, o "mundo perfeito" consumista existe e é simbolizado por uma das maiores invenções do pensamento capitalista: os "shopping centers". Uma prova disso reside no fato de que os apartamentos mais valorizados da cidade de São Paulo (SP) localizam-se sobre um dos shoppings mais elitizados. Desse modo, é criada uma cultura que associa diretamente a felicidade ao consumo, sendo os cartões de créditos considerados a "felicidade em plástico" e uma vida limitada a condomínios de luxo isolados do mundo real por suas "murallas", sendo apenas necessário o apertar de um botão para se chegar ao "paraíso" (shopping), associada à utopia.

A partir da lógica durkheimiana na qual o homem está para a sociedade assim como uma célula está para um organismo, o consumismo caracteriza-se como um câncer. Essa análise se dá, pois ^{essa} patologia caracteriza-se pelo descontrole de uma célula que passa a perder-se reproduzindo desenfreadamente, prejudicando outras; e os valores consumistas incutem em uma pessoa o desejo quase patológico de querer consumir cada vez mais, contribuindo egoicamente para uma crescente disparidade ^{socioeconômica} comprometendo o convívio social. Dessa maneira, conclui-se que o consumismo é o oposto do "imperativo social" Kantiano, posto que de acordo com os valores daquele, o ser humano pode abdicar de sua moral ("moros"), prejudicando aos outros, para ser "feliz".

(Redação Argumentativa Escolar nº 30 [103448])

Na introdução, o aluno parte da citação de fato patológico, de Émile Durkheim, qualificando-o como aquele que destoa da consciência coletiva e prejudica a sociedade. Qualifica o consumismo como um fato patológico, disseminando valores individualistas e de desagregação social.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando qualifica a “sociedade de consumo” como aquela em que “o capitalismo industrial” “caracteriza-se pela compra massiva de bens e serviços”. Ele sustenta-se pela propaganda, que transmite os valores dessa sociedade por meio do “marketing”, difundindo o individualismo.

No terceiro parágrafo, há a citação de Karl Marx, por meio do conceito de “fetichismo da mercadoria”, relacionando-o com uma das principais “invenções do pensamento capitalista: os ‘shopping centers’”. Há uma relação entre a felicidade e os cartões de crédito, estabelecendo-se diálogo com a coletânea e o mandamento da proposta.

No último parágrafo, recupera o pensamento de Durkheim, associando o consumismo a uma célula cancerígena. Finaliza o parágrafo afirmando que o consumismo é o oposto do “imperativo social” Kantiano, uma vez que “o ser humano pode abdicar de sua moral (“imorus”) [...] para ser feliz.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Durante a apresentação da afirmação e a argumentação, o autor assume a voz da verdade, prevalecendo traços de acidez argumentativa. Há o predomínio do uso da terceira pessoa: “o consumismo pode ser considerado como tal”, “dissemina seus valores individualistas”, “baseado no paradoxo da massificação”, “sociedade de consumo é aquela que se encontra”, “o consumismo [...] dissemina seus valores”, “bombardeando a população com uma cultura massificadora”, “o individualismo é um valor extremamente valorizado”, “simbolizam projeções de personalidade”, “implica no fim das preocupações e angústias”, “o ‘mundo perfeito’ é simbolizado por uma das maiores invenções do pensamento capitalista: ‘shopping centers’”, “os cartões de créditos considerados a ‘felicidade em plástico’”, “uma vida limitada a condomínios de luxo isolados do mundo real por suas ‘murallas’”, “o aperto do botão para se chegar ao ‘paraíso’”, “o consumismo caracteriza-se como um câncer”, “essa patologia caracteriza-se pelo descontrole de uma célula que passou a se reproduzir desenfreadamente, prejudicando outras”, “os valores consumistas incitam em uma pessoa o desejo quase patológico”, “contribuindo egoticamente para uma crescente disparidade socioeconômica” e “o ser humano pode abdicar de sua moral [...] para ser feliz”.

No estilo individual, um primeiro aspecto importante foi, exatamente, a acidez argumentativa, conforme o demonstrado anteriormente. O segundo elemento é o tom utilizado no texto. Há o predomínio da crítica explícita ao comportamento da sociedade, explicitando um distanciamento entre o discurso social e o posicionamento considerado adequado.

O terceiro elemento é o emprego do discurso “Escolar”, demonstrando repertório cultural, inicialmente pela uso do “fato patológico”, de Durkheim e, posteriormente, de Karl Marx, por meio da “fetichismo da mercadoria” e de Kant, com o “imperativo social”. Busca-se dar credibilidade ao que é enunciado, emprestando a autoridade dos autores para argumentar em defesa de seu posicionamento.

Um outro elemento que merece atenção é a precisão vocabular: “destoa”, “modus operandi”, “paradoxo”, “dissemina”, “desagregação”, “jargões”, “sobrepua”, “excedente”, “confluência”, “massificadora”, “extremamente”, “simbolizam”, “projeções”, “paradoxalmente”, “alicerces”, “mediante”, “elitizado”, “muralhas”, “patologia”, “egoticamente”, “disparidade”, “oposto” e “abdicar”.

A autoria está marcada no estilo pessoal do vestibulando, somando-se ao recorte, transformação e transposição dos discursos circulantes para materializá-los no enunciado. Na organização, reitera-se o uso das citações, elementos que demonstram o repertório cultural do aluno.

7 Análise das “Redações Argumentativas Escolares Finalistas”

7.1 ENEM 2012

A segunda redação analisada do ENEM de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 2”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo dois de quatro linhas (primeiro e quarto) e três com sete (segundo, terceiro e quinto). O título “Processo Imigratório: Aspectos Culturais e Fatores envolvidos”⁶⁴ adianta o conteúdo do enunciado. Há uma rasura no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

⁶⁴ Grafia utilizada pelo candidato.

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Processo Imigratório: Aspectos Culturais e fatores envolvidos
2	Nos últimos anos, vem sendo notada a incidência cada vez mais forte do
3	processo de imigração. Este processo também é identificado no Brasil, fato que nota
4	se um grande fluxo imigratório para as terras brasileiras, sobretudo, as áreas
5	litorâneas e século vigente.
6	O processo de imigração pode se dar por uma série de fatores, sejam estes polí-
7	ticos, sociais ou, majoritariamente por fatores econômicos. O déficit no desenvol-
8	vimento econômico dos países, a falta de oportunidades de crescimento, e desempre-
9	go e os baixos salários (muitas vezes quase condizentes com os salários anteriores
10	à Revolução Industrial), praticamente forçam as pessoas a procurarem por
11	melhores oportunidades de crescimento e a tão buscada, todavia até então inalcan-
12	çada, qualidade de vida.
13	Os motivos para o fluxo imigratório até então supracitados, dizem respeito às
14	premissas condicionantes da imigração de forma geral. Logo, fazendo uma reflexão à
15	exalta dos habitantes em relação ao Brasil, pode-se dizer que isso se deve ao fato de o
16	país apresentar o mais elevado nível de desenvolvimento econômico da América do Sul (fonte
17	que este vale a maior parte) porcentagem das exportações do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e também, devido às oportunidades de crescimento e facilidade de entrada e per-
18	manência que este oferece aos imigrantes, se comparado à países desenvolvidos por exemplo.
19	Vale ressaltar, que o processo imigratório não deve ser visto unicamente de forma re-
20	gativa, fato que no caso do Brasil, este contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura
21	mais rica e multicultural. Logo, talvez rigidamente a entrada de estrangeiros no país,
22	seria o mesmo que denegar as nossas origens, denegar o nosso multiculturalismo.
23	No que diz respeito ao Brasil, cabe ao governo disseminar a ideia de que, estes imigran-
24	tes possuem os mesmos direitos humanos à propriedade, ao trabalho e educação, que os demais
25	do Brasil. Críticas já foram destinadas em relação ao modo pelo qual outros países
26	tratam os imigrantes, portanto, é a vez do Brasil fazer diferente. Cabe ao governo do Bra-
27	sil de outros países, trabalhar por melhores condições de subsistência, educação, trazendo mais que
28	lidade de vida à população e tornando desnecessária a imigração. O desenvolvi-
29	mento econômico, virá como consequência...
30	

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 2 – [022021201478670545])

Na introdução, o autor, de forma genérica, afirma existir grande fluxo imigratório no mundo e também no Brasil. No desenvolvimento – segundo parágrafo –, também de forma genérica, afirma-se que a imigração deve-se, sobretudo, por “fatores políticos, sociais ou, majoritariamente, por fatores econômicos. Demonstrando o conhecimento interdisciplinar, associa a busca por melhores condições a salários compatíveis com épocas anteriores à Revolução Industrial.

No terceiro parágrafo, há restrição do tema em relação à imigração de haitianos para o Brasil, atribuindo-se esse fluxo às condições econômicas do país, que “possui o maior nível de desenvolvimento econômico da América do Sul (tanto que este retém maior porcentagem das exportações do Mercado Comum do Sul (Mercosul))”⁶⁵, suscitando a possibilidade de crescimento e a facilidade de acesso. Demonstra-se o conhecimento interdisciplinar, em diálogo com a esfera “Escolar”, em especial com a disciplina “Geografia”.

No quarto parágrafo, há a preocupação com o respeito aos direitos humanos, ressaltando que “o processo migratório não deve ser visto internamente de forma negativa, [...] já que, no caso do Brasil, este contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura mais rica e multicultural”.

No último parágrafo, há a apresentação da proposta de intervenção social, demonstrando especial atenção aos direitos humanos: “cabe ao governo disseminar a idéia de que esses imigrantes possuem os mesmos direitos à prosperidade, ao trabalho e educação, que os demais brasileiros”⁶⁶. De forma genérica, afirma que é “a vez do Brasil fazer diferente”. Determina que o governo do Haiti deve trabalhar por melhores condições, tornando desnecessária a imigração.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “vem sendo notada a incidência cada vez mais forte do processo de imigração”, “Este processo também é identificado no Brasil”, “o processo de imigração pode se dar”, “o déficit no desenvolvimento econômico dos países”, “praticamente forçam”, “os motivos para o fluxo migratório”, “pode-se dizer”, “devido às oportunidades de crescimento e facilidade de entrada e permanência que este oferece aos imigrantes”, “não deve ser visto inteiramente de forma negativa”, “seria o mesmo”, “cabe ao governo”, “do Brasil fazer diferente”, “cabe ao governo do Haiti” e “o desenvolvimento econômico, virá como consequência”⁶⁷. Há o uso da primeira pessoa do plural em uma ocorrência: “ao analisarmos o século vigente”.

Um elemento do estilo individual e da autoria é o emprego com o discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos: “cabe ao governo

⁶⁵ Grafia utilizada pelo candidato.

⁶⁶ Grafia utilizada pelo candidato.

⁶⁷ Grafia utilizada pelo aluno.

disseminar a idéia de que esses imigrantes possuem os mesmos direitos à prosperidade, ao trabalho e educação, que os demais brasileiros”⁶⁸.

Finalmente, há a busca pela apresentação de uma proposta de intervenção social que respeitasse aos direitos humanos, mas mostrou-se genérica e pouco prática, embora os corretores tenha entendido como “perfeita”, atribuindo duzentos pontos. É o que se depreende dos seguintes trechos: “é a vez do Brasil fazer diferente” e “E cabe ao governo do Haiti e de outros países, trabalhar por melhores condições”⁶⁹.

A terceira redação analisada do ENEM de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 3”, foi escrita em trinta linhas, não apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo dois de sete linhas (primeiro e terceiro), um com dez e um com seis. Há treze rasuras no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Desde o processo de colonização brasileira, milhares de imigrantes vieram para o país para trabalhar como escravos (negros) nas fazendas
2	e, depois da proibição da escravidão, europeus vieram para proporcionar
3	melhores condições de vida. Graças a vinda de africanos e europeus, o país
4	desenvolveu uma cultura rica, repleta de miscigenações. Todavia, no
5	século XXI, os migrantes imigratórios para o Brasil têm ocorrido também
6	devido a outros motivos.
7	

⁶⁸ Grafia utilizada pelo candidato.

⁶⁹ Grafia utilizada pelo candidato.

mulçumanos como exemplo. Somou a isso, a existência de regimes totalitários, em que a população busca a “direitos civis, políticos e sociais”.

No último parágrafo, há a apresentação da proposta de intervenção social, demonstrando que o Brasil ganhou importância no cenário mundial. Evidencia a necessidade de esses imigrantes serem acolhidos no país, investindo-se em programas sociais e de infraestrutura, sem se esquecer dos próprios brasileiros. Há a preocupação com o respeito aos direitos humanos.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “milhares de imigrantes vieram para o país”, “europeus vieram para encontrar melhores condições”, “o país desenvolveu uma cultura rica”, “o movimento imigratório para o Brasil tem ocorrido”, “a economia brasileira”, “o país está no ‘ranking’”, “o Brasil se tornou um grande exportador”, “o país investe maciçamente”, “atraindo milhares de imigrantes”, “há outros motivos que atraem imigrantes para o país”, “existem grandes divergências entre algumas etnias”, “a presença de governantes ditadores”, “intensificam a vinda de imigrantes”, “o movimento imigratório para o Brasil mostra”, “é necessário que o país invista” e “sem esquecer do próprio brasileiro”⁷⁰.

Um elemento do estilo individual e da autoria é o emprego do discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos: “ainda existem grandes divergências entre algumas etnias, como por exemplo a questão dos judeus e dos muçulmanos”⁷¹, “a presença de governantes ditadores em alguns países [...] intensificam a vinda de imigrantes” e “para que esses imigrantes sintam-se acolhidos é necessário que o país invista tanto em educação como em infra-estrutura, além de programas sociais”⁷².

Finalmente, há a busca pela apresentação de uma proposta de intervenção social que, ao mesmo tempo, respeitasse os direitos humanos e fosse concreta, realizável, ainda que fossem utilizados elementos genéricos, como “invista tanto em educação como em infra-estrutura, além de programas sociais”, não direcionando, contudo, em que elemento específico.

A quarta redação analisada do ENEM de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 4”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em cinco parágrafos, sendo dois de quatro linhas (primeiro e quinto), um com

⁷⁰ Grafia utilizada pelo aluno.

⁷¹ Grafia utilizada pelo candidato.

⁷² Grafia utilizada pelo candidato.

sete, um com cinco e um com nove. Não há rasura no texto. O título “o cidadão-imigrante brasileiro” é direto e adianta o tema que será tratado. A redação apresentou a estrutura da “Redação de Vestibular ENEM”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

FOLHA DE REDAÇÃO	
1	O cidadão-imigrante brasileiro
2	A fixação do homem à terra: eis o fator primordial ao desenvolvimento das civilizações. A
3	partir do momento que deixa de ser nômade, o homem pôde desenvolver habilidades relacio-
4	nadas ao cultivo de alimentos e utilização do solo. Contudo, movimentos migratórios, continua-
5	ram, e suas implicações sociológicas e econômicas repercutem no mundo.
6	Analisando a história do Brasil, claramente observam-se três grandes fluxos migratórios, entre
7	os quais os dois primeiros foram de fundamental importância para a formação do povo brasileiro.
8	Primeiramente as expedições colonizadoras dirigidas pelos portugueses a partir de 1530; em segundo
9	lugar, a imigração de europeus em meados do século XIX, que intensificou-se na medida em que
10	foi necessária a substituição da mão de obra escrava, após a abolição da escravatura em 1888.
11	E, finalmente, estamos diante da imigração de indivíduos pobres, de países subdesenvolvidos,
12	em busca de melhores condições de vida e trabalho no Brasil.
13	Apesar de ainda ser um país emigrento, o crescimento econômico, aliado à diminuição da po-
14	pulação absoluta e o aumento de espereidade em uma nação que encontra-se com metade da
15	população na classe C (a não classe média), distanciam o Brasil no cenário mundial. Esse fato atrai um
16	fluxo de países pobres, como a Bolívia e o Haiti. A grande questão é o tipo de tratamento a ser
17	dado a esse imigrante, que em grande parte dos casos chega em condições de absoluta miséria.
18	Uma das soluções possíveis seria a criação de programas de auxílio ao imigrante, com
19	subsídios previstos em dotações orçamentárias federais, e posterior repasse à municípios que mais
20	recebem imigrantes. Dentro dos municípios, o programa seria composto por uma equipe multi-
21	disciplinar (médicos, assistentes sociais, advogados), que analisaria cada caso, e tomaria medidas
22	cabíveis para a equalização do imigrante no país, e posterior inclusão no mercado de trabalho.
23	Diante esse cenário, o imigrante teria acesso a casas de albergado. Medidas assim estariam
24	semelhantes como o do grupo de bolivianos que foi encontrado no interior paulista trabalhando
25	em condições análogas a de escravidão, e rescuso de uma grande multinacional da área
26	de construção.
27	Por fim, destaca-se a necessidade de um tratamento adequado ao cidadão que, num ato
28	extremo, deixa a própria pátria. A esperança é que nosso país supere os direitos humanos
29	e princípios de solidariedade entre os povos, e que honre a grandeza fama de povo acolhe-
30	dor, que tem nos seus rostos refletidos pelo imigrante.

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 4 – [022021201307718063])

Na introdução, o autor, demonstrando o conhecimento interdisciplinar e dialogando com a esfera “Escolar”, em especial com a disciplina de História, retoma o processo de

fixação do homem à terra, aludindo que, ainda hoje, há fluxos migratórios, os quais trazem consequências “sociológicas e econômicas” para o mundo.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, ainda em diálogo com a História, o candidato faz referência a três “fluxos grandes fluxos migratórios”, entre os quais “os dois primeiros foram” importantes para a formação do povo brasileiro: o primeiro foi o processo de colonização dos portugueses “a partir de 1530” e, posteriormente, pelos europeus, “em meados do século XIX”, intensificando-se “após a abolição da escravidão em 1888”. O terceiro período seria o atual, em que há o ingresso de estrangeiros buscando melhores condições de vida.

No terceiro parágrafo, em diálogo com a disciplina de “Geografia”, cotejando fatos, o candidato alude que o Brasil ganha destaque internacional, em virtude da prosperidade econômica e por mais da metade da população encontrar-se “na classe C (a nova classe média)”. Isso atrai imigrantes da Bolívia e Haiti.

No quarto parágrafo, há a proposta de intervenção social, propondo a criação de programas de auxílio ao imigrante, com verbas “previstas em datação orçamentária federal”, com posterior repasse aos municípios que receberem os imigrantes. Para tanto, deveria ser formada uma equipe multidisciplinar, “que analisaria cada caso, e tomaria medidas cabíveis para a legalização” do imigrante a acesso ao mercado de trabalho. “Durante esse tempo, o imigrante teria abrigo em casas albergadas”. Novamente, demonstra conhecimento da realidade atual, pontuando que essa medida evitaria “acontecimentos como o do grupo de bolivianos que foi encontrado no interior paulista trabalhando em condição análoga a de escravidão”.⁷³

No último parágrafo, há explícita preocupação com os direitos humanos: “a esperança é que nosso país respeite os direitos humanos”, o princípio de “solidariedade entre os povos”, honrando a “fama de povo acolhedor”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “a fixação do homem à terra”, “o homem pôde desenvolver habilidades”, “claramente observam-se três movimentos”, “primeiramente as expedições colonizadoras”, “a imigração de europeus em meados do século XIX”, “o crescimento econômico, aliado a diminuição da pobreza extrema no país”⁷⁴, “destacam o Brasil no cenário mundial”, “esse

⁷³ Grafia utilizada pelo aluno.

⁷⁴ Grafia utilizada pelo aluno.

fato atrai imigrantes de países pobres”, “a grande questão é o tipo de tratamento a ser dado a esse imigrante”, “uma das soluções possíveis seria a criação”, “o programa seria composto por uma equipe multidisciplinar”, “o imigrante teria abrigo em casas de albergado”, “medidas assim evitariam”, “destaca-se a necessidade de tratamento adequado” e “honre a graciosa fama de povo acolhedor”⁷⁵. Há o uso da primeira pessoa do plural em duas ocorrências: “estamos diante da imigração de indivíduos pobres” e “a esperança é que nosso país respeite os direitos humanos”.

Um elemento do estilo individual e da autoria é o emprego do discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos: “a esperança é que nosso país respeite os direitos humanos”, o princípio de “solidariedade entre os povos”, honrando a “fama de povo acolhedor”. Outro elemento é a acuidade do uso do conhecimento interdisciplinar, em especial dos conhecimentos de “História” e “Geografia”.

Finalmente, há a busca pela apresentação de uma proposta de intervenção social que, ao mesmo tempo, respeitasse os direitos humanos e fosse concreta. A profundidade da apresentação foi significativa, ao detalhar o procedimento que seria adotado – “programas de auxílio ao imigrante”, formado por uma “equipe multidisciplinar”, a finalidade da equipe – “tomaria medidas cabíveis para a legalização do imigrante no país”, com “posterior inclusão no mercado de trabalho” -, apontando, inclusive a origem do dinheiro – “com datação orçamentária federal” -, além dos cuidados com a integridade do imigrante até a efetivação da medida – “durante esse tempo, o imigrante teria abrigo em casas de albergado”.

A quinta redação analisada do ENEM de 2012 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 5”, foi escrita em vinte e oito linhas, não apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo um de nove linhas, dois com seis (segundo e quarto) e um com sete. Não há rasura no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação de Vestibular ENEM”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

⁷⁵ Grafia utilizada pelo aluno.

FOLHA DE REDAÇÃO

1	
2	o movimento imigratório para o Brasil sempre ocorreu. Principalmente
3	devido a implantação de indústrias em São Paulo. Indivíduos de várias
4	virtudes chegaram aqui com a esperança de conseguir riqueza e construir
5	uma nova vida. Na atual conjuntura política, social e econômica de
6	alguns países, onde a pobreza, baixa infra-estrutura existem de uma forma
7	significativa, é notável que esses deslocamentos continuam ocorrendo
8	de modo insistente para o Brasil. Por isso, devemos procurar entender
9	as razões para que esse fenômeno exista e implantar medidas para
10	receber de forma humana esses imigrantes.
11	A migração contribuiu de uma forma expressiva para a formo-
12	ção da identidade do Brasil. Se não fosse ela, nosso país não seria uma
13	terra tão diversificada e rica culturalmente. Portanto, esse movimento
14	no século, não o um não deve ser encarado de uma forma negativa, mas
15	sim, como uma forma de enriquecimento na nossa cultura, onde esses
16	imigrantes irão contribuir cada vez mais para a construção da história do Brasil.
17	Além de que devemos ter a consciência de que várias pessoas em
18	diferentes regiões sofrem com problemas na esfera econômica, social ou
19	geográfica. Fome, miséria, condições precárias de vida atingem várias
20	indivíduos. Fatores ambientais também, como terremotos, que deslocam
21	várias populações. É natural que haja um deslocamento dessas pessoas
22	em busca de uma vida melhor. E por isso, o nosso olhar para elas deve
23	ser humano e acolhedor.
24	Em suma, o movimento imigratório para o Brasil sempre vai existir e é impexi-
25	ável que, o nosso governo, adote medidas para receber a população imigrante,
26	constituindo obrigações principais para atender a demanda de moradia,
27	criar escolas espaciais, melhorar a infraestrutura de hospitais e orga-
28	nizar melhor, instituir, órgãos espaciais para esse caso, para que estes
29	deem todo o suporte necessário aos imigrantes.
30	

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 5 – [022021201231149538])

Na introdução, o autor utiliza-se do conhecimento interdisciplinar, estabelecendo diálogo com a esfera “Escolar”, com a disciplina de “História”, afirmando, genericamente, que a imigração para o Brasil sempre ocorreu: “principalmente com a implantação de indústrias em São Paulo”, atraindo imigrantes com a esperança de uma nova vida. Atualmente, o movimento teria, como elemento motivador, a fuga da pobreza e o sucesso econômico do país. Assim, a grande preocupação seria de como receber imigrantes de forma humana. Evidencia-se, logo na introdução, a preocupação com os direitos humanos, estabelecendo-se diálogo com o mandamento da tarefa a ser realizada.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, ainda em diálogo com a História, o candidato aponta que o movimento imigratório foi fundamental para a formação da cultura nacional, devendo a atual fluxo ser visto como uma oportunidade de “incrementação da nossa cultura”.

No terceiro parágrafo, novamente, há a preocupação com os direitos humanos, em diálogo com disciplina de “Geografia”, apontado para as mazelas existentes no mundo, como a “fome, miséria, condições precárias de vida”, elementos motivadores do fluxo imigratório, aos quais se somam as tragédias ambientais, como “terremotos”. Nesse aspecto, “é razoável que haja um deslocamento dessas pessoas em busca de uma vida melhor”.

No quarto parágrafo, há a proposta de intervenção social, afirmando que cabe ao “nosso governo” adotar “medidas para receber a população imigrante”, propondo a criação de abrigos próprios para atender a “demanda do movimento”, promover a melhoria da “infraestrutura de hospitais”, além de criar escolas específicas e órgãos para apoio aos imigrantes.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o equilíbrio entre o uso da terceira pessoa e da primeira pessoa do plural. Destacam-se os usos da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “o movimento imigratório para o Brasil sempre ocorreu”, “é notável que esses deslocamentos continuam acontecendo”, “a imigração contribuiu de uma forma expressiva”, “esse movimento não deve ser encarado de uma forma negativa”, “fome, miséria, condições precárias de vida atingem vários indivíduos”, “fatores ambientais também”, “é razoável que haja um deslocamento” e “o movimento imigratório para o Brasil sempre vai existir”.

O candidato empregou a primeira pessoa do plural, técnica por meio da qual há a inclusão do “autor” como um membro da sociedade e, portanto, sujeito à orientação ou crítica traçada, o que pode promover maior adesão do interlocutor, por haver uma equalização hierárquica entre autor e leitor. Observam-se os usos: “devemos procurar entender as razões”, “nosso país não seria uma terra tão diversificada”, “devemos ter a consciência de que várias pessoas em diversas regiões sofrem”, “e por isso o nosso olhar para elas deve ser humano e acolhedor” e “o nosso governo adote medidas para receber a população imigrante”.

Um elemento do estilo individual e da autoria é o emprego do discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos: “na atual conjuntura política, social e econômica de alguns países, onde a pobreza, baixa infraestrutura existe de uma forma significativa [...] devemos procurar entender as razões para que esse fenômeno

ocorra e implantar medidas para receber de forma humana esses imigrantes”, “devemos ter consciência de que várias pessoas em diversas regiões sofrem com problemas [...] é razoável que haja um deslocamento”, “o nosso olhar para elas deve ser humano e acolhedor”, “o nosso governo adote medidas para receber a população imigrante” e “para que estes deem todo o amparo necessário aos imigrantes”.

Finalmente, há a busca pela apresentação de uma proposta de intervenção social que, ao mesmo tempo, respeitasse os direitos humanos e fosse concreta. Embora a proposta tenha sido detalhada e considerada suficiente, houve a adoção de procedimentos genéricos e de pouco significado prático: “construindo abrigos próprios para receber a população imigrante, construindo abrigos próprios para atender a demanda do movimento, criar escolas específicas, melhorar a infraestrutura de hospitais e organizar melhor institutos, órgãos específicos para esse caso, para que estes deem todo o amparo necessário aos imigrantes”.

7.2 ENEM 2013

A segunda redação analisada do ENEM de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 7”, foi escrita em vinte e nove linhas, apresentou título e subdividiu-se em seis parágrafos, sendo um de duas linhas, um de três, um de seis, um de quatro, um de sete e um de cinco. O título “Lei Seca e trânsito: a mistura mais-que-perfeita” adianta o posicionamento do vestibulando. Não há rasuras no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

FOLHA DE REDAÇÃO		09-12-1984
1	<i>Lei seca e trânsito: a mistura mais-que-perfeita</i>	
2		
3	<i>Em vigor no Brasil desde 2008, a Lei seca é - comprovadamente - a</i>	
4	<i>grande responsável pela redução de acidentes e mortes no trânsito.</i>	
5	<i>A partir de dados do Ministério da Saúde, torna-se possível</i>	
6	<i>afirmar que o consumo de álcool, combinado à direção, mata tanto</i>	
7	<i>quanto a Guerra Civil da Síria.</i>	

8 De um lado encontram-se dois personagens: a mega indús-
 9 tria de bebidas alcoólicas e uma sociedade consumidora (o con-
 10 sumidora); do outro, infelizmente, estão famílias despedaçadas por
 11 tragédias ocorridas em vias públicas. É necessário lembrar que
 12 o SUS, Sistema Único de Saúde, utiliza recursos milionários para
 13 o atendimento, tratamento e recuperação dos vítimas de morte ou
 14 lesões graves.
 15 A Lei 11.705/2008 chegou em boa hora, provocando forte reação
 16 das autoridades competentes e dos usuários do tráfego terrestre,
 17 tendo em vista a reduzida eficácia da legislação anterior,
 18 na qual em porcos casos culpados cumpriram penas devidas.
 19 Quando em consideração os fatos e os pensamentos apre-
 20 sentados acima, surgem algumas questões para o debate so-
 21 bre o tema: deveriam os garçons de cerveja - por exemplo - tra-
 22 zerem em seus rótulos imagens de botões de carros (de modo
 23 semelhante aos moços de cigarro)? Seria prudente o Governo Federal
 24 proibir propagandas e comerciais que estimulem o uso de álcool?
 25 Bares e outros seriam os co-responsáveis pela segurança de seus clientes?
 26 Enfim, os estatísticos mostram que a Lei Seca, a fiscaliza-
 27 ção através de ações mais rígidas no trânsito e, principalmente,
 28 a mudança de comportamento dos condutores, foram
 29 fatores positivos, seja para quem está atrás do volante, ou
 30 para quem está atrás do volante, ou para quem está na faixa de pedestres.

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 7 – [s/n])

Na introdução, o autor apresenta claramente a sua tese, evidenciando que a “Lei Seca é – comprovadamente – a grande responsável pela redução de acidentes e mortes no trânsito”. O uso do comentário “- comprovadamente -” reforça a tese e explicita os efeitos positivos produzidos pela lei, em consonância com a proposta, estabelecendo-se diálogo com o mandamento da tarefa a ser realizada.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando apresenta o conhecimento interdisciplinar, ao comparar que, “a partir de dados do Ministério da Saúde”, o álcool no trânsito mata tanto quanto a “Guerra Civil da Síria”, estabelecendo diálogo com a disciplina de “Geografia”, da esfera Escolar.

No terceiro parágrafo, há a associação dos interesses das indústrias de bebidas alcoólicas e a sociedade consumidora, contrapostas às famílias “despedaçadas por tragédias ocorridas em vias públicas”. Como consequência, observa-se que o SUS gasta “recursos milionários para o atendimento, tratamento e recuperação” das vítimas da violência. Há a análise, pelo candidato, das consequências da violência do trânsito – o gasto do SUS, algo que

denota habilidade no recorte e acabamento do discurso circulante na esfera “Escolar” e “Social”, além de uma leitura restrita da administração pública.

No quarto parágrafo, há o destaque à importância da Lei Seca, contrapondo-a à legislação anterior, que era ineficaz na punição dos motoristas alcoolizados. No quinto parágrafo, o vestibulando utiliza-se de perguntas retóricas, demonstrando capacidade no manejo de recursos argumentativos, dialogando com a esfera “Escolar”, consistentes do questionamento da viabilidade da colocação de imagens nas garrafas de cerveja de acidentes de trânsito, da possibilidade da proibição da veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas e da responsabilização de bares e “afins” pela segurança de seus clientes.

No último parágrafo, há a apresentação da conclusão, apresentando proposta de intervenção social genérica e pouco específica, embora os corretores tenham atribuído nota máxima à competência, consistente da assertiva de que “as estatísticas provam que a Lei Seca, a fiscalização através de ações mais rígidas no trânsito e, principalmente, a mudança de comportamento dos condutores, causam efeitos positivos”. Observa-se a ausência da recomendação de uma mudança, uma ação, o que, teoricamente, de acordo com a esfera “Escolar”, seria indispensável à proposta de intervenção social.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “A Lei Seca é [...] a grande responsável”, “torna-se possível afirmar que o consumo de álcool”, “encontram-se dois personagens”, “estão famílias despedaçadas”, “É necessário lembrar que o SUS”, “A Lei 11.705/2008 chegou em boa hora, provocando forte reação das autoridades”, “surgem algumas questões”, “as estatísticas provam que a Lei Seca” e “causam efeitos positivos”.

No estilo individual, merece destaque a seleção, o recorte e a transmutação do discurso circulante na esfera “Escolar” e “Social” para o discurso do discente, demonstrando habilidade no apagamento da subjetividade e na análise das consequências da Lei: “a partir de dados do Ministério da Saúde, torna-se possível afirmar que o consumo de álcool, combinado à direção, mata tanto quanto a Guerra Civil da Síria”, “É necessário lembrar que o SUS [...] utiliza recursos milionários para o atendimento, tratamento e recuperação”, “A Lei 11.705/2008 chegou em boa hora, provocando forte reação das autoridades competentes e dos usuários do tráfego terrestre” e “as estatísticas provam que a Lei Seca, a fiscalização através de ações mais rígidas no trânsito e, principalmente, a mudança de comportamento dos condutores, causam efeitos positivos”.

Outros elementos são o emprego com o discurso equilibrado, ainda que com tom crítico demarcado, e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos, associando a ideia de morte à infração dos direitos fundamentais, são aspectos significativos: “afirmar que o consumo de álcool, combinado à direção, mata tanto quanto a Guerra Civil da Síria”, “É necessário lembrar que o SUS [...] utiliza recursos milionários para o atendimento, tratamento e recuperação” e “deveriam as garrafas de cerveja – por exemplo – trazerem em seus rótulos imagens de batidas de carros (de modo semelhante aos maços de cigarro)? Seria prudente o Governo Federal proibir propagandas e comerciais que estimulam o uso do álcool?”.

A terceira redação analisada do ENEM de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 8”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo dois de sete linhas (primeiro e terceiro), um com nove e um com seis. O título “Manifesto de segurança no trânsito” é sucinto e direto, além de apresentar o tema e deixar subentendido o posicionamento do candidato. Não há rasura no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

FOLHA DE REDAÇÃO		31 - 03 - 1995
1	Manifesto de segurança no trânsito	
2	Com a Crise de 1929 nos Estados Unidos, Roosevelt implementou a Lei Seca pa-	
3	ra minimizar os problemas e acidentes no trabalho. Agora, o Governo Federal imple-	
4	mentou a Lei Seca com o intuito de reduzir o número de vítimas em a-	
5	cidentes de trânsito envolvendo motoristas embriagados. Dentro desse contexto, há dois	
6	importantes fatores que devem ser levados em consideração: a redução nos aciden-	
7	tes de trânsito e o aumento da conscientização da população brasileira no que	
8	respeito aos riscos de se dirigir embriagado.	
9	Marinetti quando redigiu o Manifesto Futurista exaltando as inovações da moder-	
10	naidade, como o carro, não poderia imaginar que o seu objeto de admiração di-	
11	lido ao álcool poderia acarretar sérios acidentes. Paralelamente às ideias do Mani-	
12	festos antropológico de Oswald de Andrade de absorver o que é vantajoso de	
13	cultura estrangeira e adaptar à cultura nacional, o Governo Federal implementou a Lei	
14	Seca com o objetivo de reduzir a quantidade de acidentes no trânsito ocasiona-	
15	dos pelo uso de álcool. De fato, o número de acidentes envolvendo motoristas que	
16	ingeriram álcool diminuiu consideravelmente e isso se deve ao rigor na fiscalização	
17	líquida, principalmente em locais de bares e boates, aliado à punições, como multa e prisão.	

18	Ainda convém lembrar que enquanto em países como a Austrália dirigir em
19	embriaguez é condenado pela sociedade, no Brasil até pouco tempo esse hábito pe-
20	rigoso era aceito. Isso porque até pouco tempo existiam poucas políticas de cons-
21	cientização na mídia acerca do perigo bedo binômio álcool e direção. Além disso, as
22	filhas se inspiravam nas atitudes dos pais, que não viam nenhum perigo em
23	dirigir depois de um ou dois copos de cerveja. Porém, o risco de acidente existe
24	e, felizmente a maioria da população está ciente disso.
25	Infer-se que quando o motorista está alcoolizado está colocando em risco sua vida e
26	de outras pessoas, por isso deve deixar de lado seu caráter machucado e pensar no bem coletivo.
27	Cumpra-se quem aumentar a fiscalização para garantir o cumprimento da lei. Cabe aos pais
28	educar seus filhos através de seu próprio exemplo. Cabe aos donos de bares e bo-
29	ates incentivar seus clientes a ir para casa de táxi. Assim, o Brasil terá reje-
30	ciência mundial em educação no trânsito.

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 8 – [02902131011683216017])

Na introdução, o autor trouxe importante associação interdisciplinar, dialogando com a esfera “Escolar”, em especial com a disciplina de “História”, consistente da comparação entre a Lei Seca brasileira e a estabelecida nos Estados Unidos, após a crise de 1929, pelo presidente Roosevelt. Aponta, como tese, que houve “uma redução nos acidentes de trânsito e um aumento da conscientização da população brasileira” quanto aos riscos de se dirigir embriaguez. Há o diálogo explícito com o mandamento da tarefa a ser realizada.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando, novamente, demonstra o conhecimento interdisciplinar, estabelecendo diálogo com a esfera “Escolar”, em particular com a disciplina de “Artes”, apontando Marinetti e o “Manifesto futurista”, evidenciando que o objeto de admiração do autor, o carro, se associado ao álcool, poderia “causar sérios acidentes”. “Paralelamente ao Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade”⁷⁶, caberia à cultura brasileira incorporar os elementos da cultura mundial, quando se mostrassem compatíveis e adaptá-los, como fez o “Governo Federal” ao implementar a “Lei Seca com o objetivo de reduzir a quantidade de acidentes no trânsito ocasionados pelo álcool”. Nesse mesmo parágrafo, há ainda o diálogo com a disciplina de “Geografia” e a esfera “Social”, evidenciando fatos da realidade brasileira, em especial no que tange à redução de mortes no trânsito ocasionadas pelo consumo etílico.

No quarto parágrafo, novamente demonstrando conhecimento da realidade mundial, há o diálogo com a esfera “Escolar”, com a disciplina de “Geografia”, comparando a cultura

⁷⁶ Grafia utilizada pelo candidato.

brasileira à da Austrália, na qual há a condenação social por dirigir embriagado. Afirma-se que existiam “poucas políticas de conscientização”, sendo certo que os filhos inspiravam-se nas atitudes dos pais, reproduzindo um modelo equivocados.

No último parágrafo, o candidato, demonstrando esmero com o a interdisciplinaridade, apresenta que a atitude do motorista que dirige estando alcoolizado tem caráter “Macunaíma”, colocando a sua vida em risco e de outros integrantes da sociedade. Como proposta de intervenção social aponta que “cumpre ao governo aumentar a fiscalização e garantir o cumprimento da lei”. Incumbe aos pais o dever de “educar seus filho através de seu próprio exemplo”, ao passo que os donos de estabelecimentos comerciais deveriam incentivar “seus clientes a ir para casa de taxi”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “o Governo Federal implementou a Lei Seca com o intuito de reduzir”, “há dois importantes fatores que devem ser levados em consideração”, “poderia acarretar sérios acidentes”, “o Governo Federal implementou”, “o número de acidentes envolvendo motoristas que ingeriram álcool diminuiu consideravelmente”, “isso se deve ao rigor na fiscalização”, “esse habito perigoso era aceito”, “existiam poucas políticas de conscientização”, “os filhos se inspiram nas atitudes dos pais”, “o risco de acidente existe”, “a população está ciente disso”, “infere-se que quanto o motorista está alcoolizado”, “cumpre ao governo aumentar a fiscalização”, “cabe aos pais educar seus filhos”, “cabe aos donos de bares e boates” e “o Brasil será referência”.

No estilo individual, merece destaque a seleção, o recorte e a transmutação do discurso circulante na esfera “Escolar” para o discurso do discente, demonstrando habilidade no apagamento da subjetividade e na precisão das informações. Destacam-se, como exposto alhures, o emprego das disciplinas de “História”, “Arte”, “Geografia” e “Literatura”, estabelecendo-se diálogo profícuo com a esfera “Escolar”, corroborando com elementos posicionados no interstício entre as esferas “Escolar” e “Social”, no qual se encontram os fatos e o diagnóstico da prática e comportamento sociais.

Um outro elemento é o emprego do discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos, em especial com a “vida”, defendendo-se medidas que visem a reduzir o risco à população, em especial às vítimas dos acidentes.

Finalmente, há a busca pela apresentação de uma proposta de intervenção social, observando-se as esferas do “Estado”, da “Sociedade” e do “Indivíduo”, aos quais cabe,

respectivamente, “aumentar a fiscalização para garantir o cumprimento da lei”, “incentivar os clientes a ir para casa de taxi” e “educar seus filhos com o próprio exemplo”. Ainda, nesse aspecto, retoma-se, em diálogo indireto, o último texto da coletânea, que exemplifica o projeto de publicidade, que utilizava de descansos magnéticos de copos.

A quarta redação analisada do ENEM de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 9”, foi escrita em trinta linhas, apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo dois de oito linhas (primeiro e segundo), um com sete e um com seis. O título “Lei da vida” é sucinto e direto, apresenta o tema e deixa explícito o posicionamento do candidato. Há uma rasura no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

FOLHA DE REDAÇÃO		18 - 01 - 1996
1	<u>Lei da vida</u>	
2	Dentre todos os costumes cultuados pela humanidade durante toda a sua tra-	
3	jetória, consumir bebidas alcoólicas em momentos festivos ou apenas para descontração	
4	é, sem dúvida, um dos mais marcantes. No Brasil, então, isso não se dá de outra ma-	
5	neira. Sendo o nosso país um dos maiores consumidores de cerveja do mundo, cereva-	
6	rais, festas juninas ou mesmo encontros românticos entre amigos têm sempre que vir	
7	acompanhados de bebidas álcool. Todavia, a utilização deste torna-se irresponsável quan-	
8	do o indivíduo dirige após o seu consumo e, portanto, a medida da Lei Seca fez-se neces-	
9	sária para a manutenção de uma sociedade tranquila.	
10	O álcool, mesmo sendo uma droga lícita, não perde a sua propriedade de pes-	
11	sara o sistema nervoso, ocasionando a redução gradativa da capacidade de condução dos	
12	impulsos para o restante do corpo enquanto a bebida estiver circulando no organismo. De	
13	essa forma, os reflexos do indivíduo ficam temporariamente prejudicados e atividades	
14	como dirigir tornam-se inviáveis. Muitos acidentes no trânsito, no entanto, ocorrem devi-	
15	do ao fato de motorista estar alcoolizado, podendo causar a morte de até mesmo inocentes.	
16	Com o surgimento da Lei Seca, fatalidades são evitadas e reduz abndimentos hospitalares	
17	que seriam necessários com os acidentes de trânsito, dando aos médicos outras prioridades.	
18	Com a vigência desta lei, ainda, deve-se um acentuado apoio da sociedade	
19	com esta causa. Muitos bares tentam conscientizar, de maneira dinâmica, os seus clientes	
20	para que não dirijam caso forem beber. Demandado isto, então, ao fato de que alguns estados	
21	já tomaram a iniciativa de criar outras leis locais para que os estabelecimentos auxili-	
22	em os consumidores a voltarem seguros para suas casas dando números de táxi, por	
23	exemplo, tem-se como resultado a proteção da sociedade como um todo; a responsabi-	
24	lidade que vem se formando entre as pessoas incrementa a integridade social.	

25	É necessário, assim, que a população mobilize-se crescentemente a respeito da
26	Lei Seca. Esta, por sua vez, é uma iniciativa do governo que, tendo a colaboração de todos,
27	protege o direito do cidadão à vida. Bares precisam continuar abraçando a causa com
28	as dinâmicas em prol da segurança de seus clientes após ingerirem álcool, mas, acima
29	de tudo, é preciso a conscientização individual de não dirigir alcoolizado e evitar aci-
30	dentes de trânsito, pois o maior crime está em por em risco a própria vida e a de um inocente.

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 9 – [02902131016109569019])

Na introdução, o autor trouxe a forma como a bebida alcoólica faz parte da cultura humana e, em especial, da brasileira, em que “carnavais, festas juninas ou mesmo encontros semanais entre amigos” são “sempre acompanhados por álcool”. Há o diálogo com a esfera “Escolar” e com a “Social”, demonstrando o conhecimento histórico e a capacidade de diagnóstico da sociedade contemporânea. Apresenta a tese, classificando que a utilização de álcool quando se vai dirigir é irresponsável, fator pelo qual a “Lei Seca faz-se necessária para a manutenção de uma sociedade tranquila”.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando, novamente, demonstra o conhecimento interdisciplinar, estabelecendo diálogo com a esfera “Escolar”, em particular com a disciplina de “Biologia”, evidenciando que o álcool, ainda que seja uma “droga lícita”, “não perde sua propriedade depressora do sistema nervoso, ocasionando a redução gradativa da capacidade de condução dos impulsos para o restante do corpo enquanto a bebida estiver circulando no organismo”⁷⁷. Pontua que o uso de álcool associado à direção é perigoso. “Muitos acidentes de trânsito [...] ocorrem devido ao fato do motorista estar alcoolizado, podendo causar a morte de [...] inocentes”. Em diálogo com o mandamento da tarefa a ser realizada, o vestibulando reconhece a importância da “Lei Seca”, corolário da qual “fatalidades são evitadas”. Observa-se que a lei gerou efeitos positivos.

No quarto parágrafo, o candidato apresenta a proposta de intervenção social, afirmando tratar-se de todos a efetivação da Lei Seca no país, que protege o cidadão. Para tanto, defende que “bares precisam continuar abraçando a causa”, mas “acima de tudo, é preciso a conscientização individual de não dirigir alcoolizado e evitar acidentes de trânsito”.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de personalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “consumir bebidas alcoólicas [...] é”, “carnavais, festas juninas ou mesmo encontros semanais entre amigos têm sempre que vir”, “a medida da Lei Seca faz-se

⁷⁷ Grafia utilizada pelo candidato.

necessária”, “o álcool, mesmo sendo uma droga lícita, não perde sua propriedade depressora”, “ocasionando a redução grativa da capacidade de condução”⁷⁸, “os reflexos do indivíduo ficam temporariamente prejudicados”, “podendo causar a morte”, “fatalidades são evitadas e reduz atendimentos”, “observa-se um crescente apoio da sociedade”, “muitos bares tentam conscientizar”, “alguns estados já tomaram a iniciativa”, “os consumidores voltem seguros para suas casas”, “tem-se como resultado a proteção da sociedade como um todo”, “a responsabilidade que vem se formando entre as pessoas”, “é necessário [...] que a população mobilize-se”, “tendo a colaboração de todos”, “bares precisam continuar” e “é preciso a conscientização individual”.

No estilo individual, merece destaque a seleção, o recorte e a transmutação do discurso circulante na esfera “Escolar” para o discurso do discente, demonstrando habilidade no apagamento da subjetividade e na precisão das informações. Destaca-se, como exposto, o emprego das disciplinas de “Biologia” e “Geografia”, estabelecendo-se diálogo significativo com a esfera “Escolar.

Um outro elemento é o emprego do discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos, em especial com a “vida”, defendendo-se medidas que visem a reduzir o risco à população, em especial às vítimas dos acidentes: “manutenção de uma sociedade tranquila”, “podendo causar a morte de até mesmo inocentes”, “fatalidades são evitadas”, “a proteção da sociedade como um todo” e “o maior crime está em por em risco a própria vida e de um inocente”⁷⁹.

A quinta redação analisada do ENEM de 2013 recebe o nome de “Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 10”, foi escrita em vinte e oito linhas, não apresentou título e subdividiu-se em quatro parágrafos, sendo dois de seis linhas (primeiro e segundo), um com sete e um com nove. Não há uma rasura no texto. A redação apresentou a estrutura da “Redação Argumentativa Escolar Finalista”, contendo uma tese, o desenvolvimento, a apresentação de fatos e argumentos, a interdisciplinaridade e a proposta de intervenção social.

⁷⁸ Grafia utilizada pelo candidato.

⁷⁹ Grafia utilizada pelo candidato.

FOLHA DE REDAÇÃO

12-09-1995

1	Se analisarmos a história, podemos perceber claramente o status que
2	um carro dá ao homem. Como mostrado no livro "Fé em Deus e pé na
3	tábua", para a nova sociedade, quanto mais caro o automóvel e
4	quanto mais rápido ele for dirigido, mais respeitado é o seu dono.
5	A falta de consciência no trânsito, combinada ao consumo de álcool,
6	faz com que inúmeras vidas sejam perdidas nas ruas.
7	Para tentar transformar esta realidade lastimável, há alguns anos,
8	foi implantada a Lei Seca, que não punia pessoas que insistiam em
9	dirigir após consumir bebidas alcoólicas. Ela foi revista e ficou mais
10	rigida no final de 2012, uma vez que, a partir de então, além
11	do teste bafômetro e do balômetro, passou a valer como provas contra
12	o motorista depoimentos de policiais, fotos e vídeos.
13	Recentemente, pudemos acompanhar nos noticiários o caso de uma
14	carro que teve seu braço amarrado por um carro em alta velocidade, di-
15	rigido por alguém alcoolizado. Infelizmente, fatos como esse servem
16	para comprovar tristes dados do Ministério da Saúde que dizem
17	que, apesar da queda no número de acidentes, um em cada
18	cinco ainda são estragados por pessoas embriagadas e que os gastos
19	dos SUS com os vítimas aumentam enormemente.
20	Portanto, a melhor maneira para diminuirmos a quantidade
21	de acidentes automobilísticos causados pelo álcool é uma maior
22	imposição da Lei Seca, não só nos grandes eixos, mas tam-
23	bém nas cidades menores. Além disso, é de alguma importância
24	que o governo incentive um programa de conscientização da popu-
25	lação através das escolas, centros universitários e programas po-
26	pulares de televisão, com alto alcance nacional. Queremos ter em
27	mente que, enquanto a impunidade continuar existindo no nosso
28	país, poucos problemas poderão ser solucionados.
29	
30	

(Redação Argumentativa Escolar Finalista nº 10 – [02902131016109569019])

Na introdução, o autor trouxe o conhecimento interdisciplinar, estabelecendo diálogo com a esfera “Escolar”, utilizando-se de seu repertório para estipular uma comparação entre o livro “Fé em Deus e pé na tábua” e a realidade atual, pontuando que, “quanto mais caro o automóvel e quanto mais rápido ele for dirigido, mais respeitado é o seu dono”. Salienta que “a falta de consciência no trânsito, combinada com o consumo de álcool, faz com que inúmeras vidas sejam perdidas”. Há o diálogo com o mandamento da tarefa a ser realizada, evidenciando a vida como um importante direito do homem.

No desenvolvimento – segundo parágrafo -, o vestibulando, novamente, demonstra o conhecimento interdisciplinar, estabelecendo diálogo com as esferas “Escolar” e “Social”, apontando para a importância da Lei Seca, “que visa punir pessoas que insistam em dirigir após consumir bebidas alcoólicas”. Tanto é verdade que, “no final de 2012”, a lei “foi revista e ficou mais rígida”, admitindo o depoimento de policiais, fotos e vídeos como prova do consumo de álcool.

No terceiro parágrafo, há novo diálogo com a esfera “Social”, evidenciando, novamente, o repertório cultural do aluno, ao citar, como exemplo, o caso do “ciclista que teve seu braço arrancado por um carro em alta velocidade, dirigido por alguém alcoolizado”. Reconhece os efeitos positivos da lei, em resposta ao mandamento da tarefa a ser realizada, mas aponta que ainda há muito a ser feito.

No quarto parágrafo, o candidato apresenta a proposta de intervenção social, afirmando a necessidade da aplicação da Lei Seca em cidades menores. “Além disso, é de extrema importância que o governo invista em programas de conscientização”, utilizando-se de “programas populares de televisão, com alcance nacional”. Finalmente, pugna pela punição dos culpados. A proposta foi abrangente, ainda que genérica, apresenta ações efetivas, sendo de incumbência do Estado – investir na conscientização – e da população – lutar contra a impunidade. Some-se a isso, as campanhas em “escolas, centros universitários e programas populares de televisão”, alcançando a sociedade. O indivíduo deve defender a punição dos culpados.

O estilo do gênero está demarcado, com o apagamento de traços de subjetividade e de pessoalidade do texto. Há o predomínio do uso da terceira pessoa, empregando-se expressões generalizantes: “mais respeitado é seu dono”, “a falta de consciência no trânsito [...] faz”, “foi implantada a Lei Seca”, “ela foi revista e ficou mais rígida”, “começam a valer como provas”, “fastos como esse servem para comprovar tristes dados do Ministério da Saúde”⁸⁰, “é uma maior imposição da Lei Seca” e “é de extrema importância que o governo invista”. Há, concomitantemente, o uso da primeira pessoa do plural, demarcando a inclusão do aluno na sociedade, a qual, como um todo, deve agir para melhorar o problema: “Se analisarmos a história”, “podemos perceber claramente”, “podemos acompanhar nos noticiários”, “para diminuirmos a quantidade de acidentes” e “Precisamos ter em mente que”.

No estilo individual, merece destaque a seleção, o recorte e a transmutação do discurso circulante na esfera “Social” para o discurso do discente, trazendo fatos e traçando um

⁸⁰ Grafia utilizada pelo candidato.

diagnóstico do comportamento da sociedade. Um outro elemento é o emprego com o discurso equilibrado e a demonstração de preocupação com o respeito aos direitos humanos, em especial com a “vida”: “faz com que inúmeras vidas sejam perdidas nas estradas” e “os gastos dos SUS com vítimas permanecem enormes”⁸¹.

⁸¹ Grafia utilizada pelo candidato.